

UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**Os papéis sociais exercidos pelo jornalismo em uma
política pública brasileira de acesso à educação superior**

LUCAS LOPES DE SANTANA

Mai de 2022

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**Os papéis sociais exercidos pelo jornalismo em uma
política pública brasileira de acesso à educação superior**

LUCAS LOPES DE SANTANA

Trabalho apresentado à banca examinadora
como requisito parcial para obtenção
do grau de doutor em Comunicação.

Linha de pesquisa:

Poder e Processos Comunicacionais

Orientador:

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino

Maio de 2022

Os papéis sociais exercidos pelo jornalismo em uma política
pública brasileira de acesso à educação superior

4 de maio de 2022.

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília, na linha de pesquisa Poder e Processos Comunicacionais

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino
Universidade de Brasília
Presidente

Prof.^a Dr.^a Kelly Tatiane Martins Quirino
Membro

Prof. Dr. José Edgard Rebouças
Membro

Prof. Dr. Hamilton Richard Santos
Membro

Prof. Dr. Sivaldo Pereira da Silva
Suplente

A Francinete Lopes e Marivaldo de Santana, os verdadeiros doutores.

À infinita memória da professora Ana Cleide do Carmo.

A Lila Lopes, que me ensinou a voar.

A Cleide Vilela do Carmo, essa fonte de vida.

Agradecimentos

O percurso da tese contou com numerosos apoios, e registro aqui meu agradecimento. Meu orientador, Fernando Oliveira Paulino, conferiu precisão aos resultados. David Renault assinou comigo o primeiro artigo que publiquei durante o curso. Marisa von Bülow e Mathieu Turgeon concederam gentilmente espaço para participação na disciplina de metodologia em Ciência Política.

Ébida Santos e Pedro Arcanjo Matos foram grandes parceiros de pós-graduação, com os quais apresentei uma oficina de extensão sobre leitura crítica de mídia no Instituto Federal de Brasília. Edson Morais não raro acreditou nesta pesquisa muito mais do que eu mesmo.

A CAPES financiou a pesquisa. Devo a Fábio Pereira, Julián Durazo-Hermann, Liziane Guazina e à CAPES minha gratidão pela oportunidade de realizar um estágio na Université du Québec à Montréal, em 2019. O formato da tese foi uma contribuição fundamental de Liziane Guazina, que leu numerosas versões.

Apenas devido à força da parceria com Cleide Vilela do Carmo, do Instituto Federal de Brasília, foi possível a dedicação ao doutorado! 🥹

Na UQAM, Maya Jengen concedeu a renovação do estágio. Com Chalmers Larose tive a honra falar sobre o Brasil na York University, em Toronto. Luc Marceau ensinou tudo de gestão de referências. Os trabalhadores das bibliotecas da UQAM e da cidade de Montréal foram de uma solicitude que me deixou saudades. Je me serais toujours remercié des nombreux appuis des collègues Canadiennes et Canadiens.

Elena Pasionaria Rodríguez franqueou acesso a um material de alta relevância. Ghislaine Clavier foi de uma bondade acolhedora.

Daniel de Freitas Nunes, do Instituto Federal Goiano, apontou caminhos de método. Pedro Caribé pacificou uma cabeça ansiosa.

Francinete e Marivaldo, queridos pais, empurraram para adiante nos momentos difíceis; se engajaram na leitura das versões, e até mesmo em alguns testes metodológicos!

Elizângela Carrijo forneceu palavras de conforto — e principalmente ouvidos — nos momentos do encerramento. Elen Geraldês iluminou contribuições que foram aportadas ao trabalho na fase decisiva.

Os servidores da Faculdade de Comunicação fizeram o possível para me permitir mirar na pesquisa. Posso apenas dizer o mesmo dos trabalhadores da Universidade de Brasília: seja na biblioteca, no restaurante ou na reitoria, sempre contei com ajuda ao redor. Que este trabalho consiga honrar tanto esforço reunido.

Resumo

Esta tese argumenta que o papel social efetivamente exercido pelo jornalismo pode contradizer a ideia concebida pelo próprio jornalista sobre sua atuação profissional. Ao identificar uma aparente falta de correspondência entre papel *concebido* pelo profissional da notícia e o papel *exercido* no nível de *performance* — publicado no conteúdo do noticiário —, a investigação resumida aqui identificou uma prática jornalística: o jornalismo *informante da elite política*. A tese analisou esta prática discursiva jornalística por meio do estudo da cobertura sobre a edição 2009 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), prova brasileira que é a segunda maior avaliação de acesso à educação superior em todo o mundo. O objetivo da pesquisa foi detectar a ocorrência dos seis papéis jornalísticos descritos na teoria da Performance de Papel Jornalístico de Claudia Mellado (2021): cívico, infotenimento, intervencionista, leal-facilitador, serviço e *watchdog*. Alinhado a esses estudos, este estudo se orientou por três pressupostos: 1) a detecção de papéis jornalísticos deve ocorrer também no nível da *performance*, ou seja, no conteúdo do noticiário; pois o papel *concebido* pelo jornalista pode ser um descritor insuficiente para a identificação do papel *exercido* por um noticiário; 2) os variados papéis podem co-ocorrer em um mesmo item noticioso; isso porque 3) a notícia é um produto discursivo complexo, resultado da influência de múltiplos fatores intervenientes. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo manifesto de 331 notícias sobre o Enem publicadas pelos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo no período de outubro a dezembro de 2009. Neste período, ocorreu uma crise sem precedentes nos 11 anos anteriores desta política pública nacional de avaliação, deflagrada pela revelação midiática do vazamento do caderno de provas. A detecção dos papéis foi feita por meio de indicadores — variáveis binárias que quantificam a presença de atributos associados a cada papel; por exemplo, opinião, informação sobre movimentos cidadãos, morbidez ou questionamento. A medida de comparação foi o escore médio de cada papel, obtido pela média da proporção da ocorrência dos indicadores de cada papel em cada jornal e no total dos jornais. Os resultados sugerem que ocorreu a seguinte ordem de presença dos papéis na cobertura: *intervencionista*, *watchdog*, *cívico*, *serviço* e *leal-facilitador*. Não houve ocorrência do papel *infotenimento*. A partir dos resultados, houve a formulação do conceito de *informante da elite política*. Esta prática jornalística descreve uma relação de cumplicidade do jornalista com o poder instituído, na qual o profissional da notícia repassa informação ao governo antes da publicação da reportagem, com o intuito de colaborar com o poder instituído. Considerando o resultado de que 11% da cobertura apresentou um jornalismo leal-facilitador; e que os códigos de conduta dos jornalistas brasileiros não disciplinam explicitamente a relação de informação entre jornalismo e poder; a tese propõe que os veículos e as entidades representativas dos profissionais incluam nas pautas de discussão uma reflexão sobre os limites da relação entre jornalista e poder político.

Palavras-chave: Crise; Enem; Democracia liberal; Objetividade; Papéis jornalísticos.

Abstract

This dissertation claims that the social role effectively exercised by journalism may contradict the idea conceived by the journalist himself about his professional practice. By identifying an apparent mismatch between the role conceived by the news professional and the role exercised at the performance level - published in the news content - the investigation summarized here identified a journalistic practice: the journalism informant of the political elite. The thesis analyzed this journalistic textual practice by studying the coverage of the 2009 edition of the Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a Brazilian exam that is the second broadest assessment of access to higher education in the world. The objective of the research was to detect the occurrence of the six journalistic roles described in Claudia Mellado's (2021) Journalistic Role Performance theory: civic, infotainment, interventionist, loyal-facilitator, service, and watchdog. Aligned with those studies, the present research was guided by three assumptions: 1) the detection of journalistic roles should also occur at the performance level, that is, in the content of the news item; because the role conceived by the journalist may be an insufficient descriptor for the identification of the role exercised by a news item; 2) the various roles may co-occur in the same news item; because 3) news is a complex textual product, resulting from the influence of multiple intervening factors. To this end, we performed a content analysis of 331 news items on Enem published by the newspapers O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, and O Globo between October and December 2009. In this period, a crisis unprecedented in the previous 11 years of this national public policy of evaluation occurred, triggered by the media revelation of a leaking test booklet. The roles were detected using indicators - binary variables that quantify the presence of attributes associated with each role; for example, opinion, information about citizen movements, morbidity, or questioning. The measure of comparison was the average score for each role, obtained by averaging the proportion of the occurrence of each role's indicators in each newspaper and in the total number of newspapers. The results suggest that the following order of presence of the roles occurred in the coverage: interventionist, watchdog, civic, service, and loyal-facilitator. There was no occurrence of the infotainment role. Arising from the results, a new concept was formulated: the informant of the political elite. This journalistic practice describes a relationship of complicity between journalists and the established power, whereby the news professional provides information to the government before the news is published, in order to collaborate with the established power. Considering the result that 11% of the coverage presented a loyal-facilitator journalism; and that the codes of conduct of Brazilian journalists do not explicitly discipline the information relationship between journalism and power; the dissertation proposes that the news media and the journalist representative entities include in their discussion agendas a reflection about the limits of the relationship between journalist and political power.

Keywords: Crisis; Enem; Liberal democracy; Objectivity; Journalistic roles.

Lista de figuras

FIGURA 1. CAPA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, PUBLICADA NA EDIÇÃO NACIONAL. 1º/10/2009.	31
FIGURA 2. CAPA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, PUBLICADA NA EDIÇÃO LOCAL). 01/10/2009.	32
FIGURA 3. ORGANIZAÇÃO DOS PAPÉIS JORNALÍSTICOS SEGUNDO TRÊS COMPONENTES DA CULTURA PROFISSIONAL.	75
FIGURA 4. TEORIA DA PERFORMANCE DE PAPÉIS JORNALÍSTICOS (MELLADO, 2015)	78
FIGURA 5. RESULTADO DE BUSCA NO ACERVO DO ESP	89
FIGURA 6. RESULTADO DE BUSCA NO ACERVO DO ESP (CONTINUAÇÃO)	90
FIGURA 7. TELA DO ACERVO DA FOL.	91
FIGURA 8. EXIBIÇÃO DE PÁGINA INDIVIDUAL. ACERVO FOL.	92
FIGURA 9. TELA DO ACERVO DO GLB.....	93
FIGURA 10. CLIPPING DE NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC).	95
FIGURA 11. CLIPPING DE NOTÍCIAS DA FOL.....	96
FIGURA 12. BUSCA DA FACTIVA.....	98
FIGURA 13. REPORTAGEM DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO QUE NOTICIOU O ELOGIO DO ENTÃO MINISTRO DA EDUCAÇÃO FERNANDO HADDAD. 2/10/2009.....	167

Lista de tabelas

TABELA 1. MEIOS DE COMUNICAÇÃO MAIS USADOS PELOS BRASILEIROS PARA SE INFORMAR SOBRE O QUE OCORRE NO BRASIL, 2016.....	17
TABELA 2. HIPÓTESES.	24
TABELA 3. ORDEM DE PRESENÇA DOS PAPÉIS JORNALÍSTICOS NA COBERTURA DO ENEM 2009.	24
TABELA 4. FASES DA CRISE ENEM 2009.	41
TABELA 5. PERFORMANCE DE PAPEL JORNALÍSTICO EM 18 PAÍSES. MELLADO ET AL. (2021).....	79
TABELA 6. PARÂMETROS DE REFINAMENTO DO FORMULÁRIO DE BUSCA DA FACTIVA	97
TABELA 7. TERMOS DE FILTRAGEM POR CAMPO DA FACTIVA.....	100
TABELA 8. ORDEM DE PRECEDÊNCIA DOS OPERADORES DA BUSCA NA FACTIVA.	101
TABELA 9. DATAS DE MAIORES FREQUÊNCIAS DE PUBLICAÇÕES SOBRE O ENEM. OUT-DEZ. 2009. DATAS DA FASE INICIAL EM DESTAQUE.	124
TABELA 10. PAPÉIS JORNALÍSTICOS NA COBERTURA DO ENEM 2009 E NA PESQUISA DE MELLADO ET AL. (2021).	130
TABELA 11. O PAPEL INTERVENCIONISTA NA COBERTURA DO ENEM 2009. ESCORES MÉDIOS POR JORNAL E PERCENTUAL DE ITENS NOTICIOSOS PONTUANTES.....	131
TABELA 12. O PAPEL SERVIÇO NA COBERTURA DO ENEM 2009 ESCORES MÉDIOS POR JORNAL E PERCENTUAL DE ITENS NOTICIOSOS. N = 331.....	136
TABELA 13. O PAPEL CÍVICO NA COBERTURA DO ENEM 2009 ESCORES MÉDIOS POR JORNAL E PERCENTUAL DE ITENS NOTICIOSOS. N = 331.	138
TABELA 14. O PAPEL <i>WATCHDOG</i> NA COBERTURA DO ENEM 2009. ESCORES MÉDIOS POR JORNAL E PERCENTUAL DE ITENS NOTICIOSOS.....	140
TABELA 15. O PAPEL LEAL-FACILITADOR NA COBERTURA DO ENEM 2009 ESCORES MÉDIOS POR JORNAL E PERCENTUAL DE ITENS NOTICIOSOS.....	148
TABELA 16. TERMOS MARCADORES DO INDICADOR <i>INFORMANTE DA ELITE POLÍTICA</i>	160

LISTA DE SIGLAS

ESP Jornal O Estado de S. Paulo

FOL Jornal Folha de S. Paulo

GLB Jornal O Globo

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC Ministério da Educação

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CRISE DO ENEM 2009.....	28
1.1 A CRISE COMO FENÔMENO.....	35
1.2 CARACTERIZANDO A CRISE ENEM 2009.....	40
1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	41
2 JORNALISMO COMO OFÍCIO TÉCNICO DA DEMOCRACIA.....	43
2.1 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	49
2.1.1 PLURALISMO DEMOCRÁTICO E O PAPEL DO JORNALISMO.....	51
2.2 IMPLICAÇÕES NORMATIVAS DA DEMOCRACIA PLURALISTA PARA O JORNALISMO.....	55
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	64
3 PAPÉIS JORNALÍSTICOS: DO NORMATIVO À PERFORMANCE.....	65
3.1 PAPÉIS JORNALÍSTICOS COMO AGENDA DE PESQUISA.....	67
3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	80
4 MÉTODO, MATERIAL, PROCEDIMENTOS.....	81
4.1 PRIMEIRA ETAPA: DEFINIÇÃO DO CORPUS E COLETA DE DADOS.....	83
4.1.1 ACERVOS DE JORNAIS.....	89
4.1.2 CLIPPING.....	94
4.1.3 BANCO DE DADOS.....	96
4.1.4 AVALIAÇÃO DAS FONTES DE DADOS.....	104
4.2 MENSURANDO PAPÉIS JORNALÍSTICOS: CONSTRUTOS E INDICADORES.....	106
4.2.1 INTERVENCIONISTA.....	107
4.2.2 <i>WATCHDOG</i> (CÃO DE GUARDA).....	108
4.2.3 LEAL-FACILITADOR.....	110
4.2.4 SERVIÇO.....	111
4.2.5 INFOTENIMENTO.....	112

	12
4.2.6 CÍVICO-PÚBLICO	113
4.3 DETECTANDO PAPÉIS: ESTRATÉGIA DE MENSURAÇÃO	114
4.3.1 COMO COMPARAR A PRESENÇA DOS PAPÉIS JORNALÍSTICOS — O CÁLCULO DE ESCORES.....	115
5 A COBERTURA DO ENEM	118
5.1 ANTECEDENTES	118
5.2 CRISE ENEM 2009: SUMARIZAÇÃO DA COBERTURA	121
5.3 O JORNALISMO NA CRISE ENEM 2009.....	128
5.4 PERFORMANCE DE PAPÉIS JORNALÍSTICOS.....	130
5.5 VOZ DO JORNALISTA: O PAPEL INTERVENCIONISTA	131
5.6 ABORDAGEM AO PÚBLICO: SERVIÇO E CÍVICO	135
5.7 RELAÇÃO COM O PODER: <i>WATCHDOG</i> E LEAL-FACILITADOR.....	140
5.8 INFORMANTE DA ELITE POLÍTICA: NOVO CONCEITO DA RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO E PODER POLÍTICO	146
5.9 UMA CHAVE EXPLICATIVA: A PERSPECTIVA DA JORNALISTA QUE REVELOU O VAZAMENTO DO ENEM 2009.....	161
5.10 OS JORNALISTAS E A CONDUTA ÉTICA NO TRATO COM O PODER POLÍTICO	170
5.11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE DADOS	175
6 CONCLUSÕES	177
REFERÊNCIAS.....	183
APÊNDICE A.....	198
APÊNDICE B.....	213
APÊNDICE C.....	214

Introdução

Quarta-feira, 30 de setembro de 2009. À noite, a redação de um dos maiores jornais diários do país, O Estado de S. Paulo, recebe uma chamada telefônica que não difere muito das dezenas de telefonemas direcionados a jornais: o interlocutor anuncia uma denúncia. A pessoa afirma dispor da cópia de um documento governamental altamente sigiloso. O valor desse documento se mede pelo total de pessoas que serão impactados: quatro milhões de cidadãos. Ele diz ter em mãos o caderno de provas do Exame Nacional do Ensino Médio, que seria aplicado apenas dois dias depois.

Uma equipe jornalística marca um encontro com o informante em um local próximo da redação, na cidade de São Paulo. Durante a conversa, ele permite folhear o material: de fato, todos os elementos gráficos permitem identificar que se trata do caderno de questões da segunda maior prova de acesso ao ensino superior do mundo. Contudo, o informante não está lá para denunciar o vazamento dos papéis — mas para *vender* a evidência. O informante pede um valor equivalente a um imóvel em um bairro de classe média para ceder o documento a um jornal. Uma jornalista da equipe insiste que ele lhe entregue o material, sob o argumento de que a divulgação daquele documento é de alta relevância para o *interesse público*. O informante recusa. A conversa se encerra sem acordo, e o documento permanece com os informantes.

Em seguida, procedendo em conformidade com o protocolo do trabalho jornalístico, a jornalista tentou confirmar a veracidade da denúncia. Isso implicava buscar um pronunciamento do próprio ministro da Educação, pois ele era o encarregado pela prova. A repórter descreveu por telefone ao chefe da pasta alguns elementos da prova. Mesmo sem dispor do caderno de questões, a jornalista lograra memorizar alguns trechos quando teve a oportunidade de manusear o material impresso apresentado a ela pelos informantes havia alguns minutos. A verificação da autenticidade das questões pelo ministério se revelou difícil e demorada, pois nenhum trabalhador do ministério da Educação dispunha do caderno de provas. Na verdade, pessoa alguma havia tido contato com a íntegra do exame — nem mesmo o ministro ou o diretor do órgão responsável pela organização da avaliação.

Após horas de espera, o ministério da Educação contactou a jornalista e confirmou: o documento apresentado à jornalista pelos informantes era verídico. Para evitar fraudes, o órgão cancelou a aplicação do exame. No dia seguinte, em 1º de outubro, após o jornal revelar o caso em uma manchete exclusiva, o ministro deu uma entrevista coletiva à imprensa. Durante o pronunciamento, o mandatário da pasta responsável pelo Enem emitiu um elogio ao jornal O Estado de S. Paulo pela *ajuda* que o veículo teria prestado na identificação do problema grave de vazamento de uma informação sigilosa.

Mas, como assim, “ajuda”? No entendimento da jornalista, contactar o ministro não foi uma cooperação com o governo: tratou-se tão-somente da apuração da veracidade de um relato (Cafardo, 2022)¹. Conferir informação faz parte de um conjunto de procedimentos padronizados da confecção de uma reportagem, semelhante a tantas que ocupam o cotidiano do profissional de notícias. No mais, estamos numa democracia, e alinhamento de jornalista com governo é coisa típica de país totalitário. O trabalho de uma jornalista, ela conclui, é o de divulgar informação de qualidade (Cafardo, 2022).

Contudo, sempre existem discrepâncias entre o que formalmente se espera do nosso trabalho e o que acreditamos como sendo a atuação ideal. Em outras palavras, entre as “concepções de papel” (*role conceptions*) e o “comportamento do papel” (*role behavior*), na terminologia sociológica de Turner (2001, p. 243).

Então, qual é a garantia de que o conteúdo de uma notícia publicada por um jornal transmite as ideias concebidas dos jornalistas sobre o trabalho de reportagem exercido por eles? Ao levantarmos essa dúvida, somos instados a generalizar a interrogação: se suspeitamos da existência de um descompasso entre ideia e ação, de que forma podemos identificar qual o papel jornalístico efetivamente exercido? A tese a seguir apresentará uma resposta para essa pergunta com base na literatura recente sobre papéis jornalísticos desenvolvida sobretudo em estudos sul-americanos (cf. Herscovitz, 2012; Mellado, 2015; Mellado et al., 2021) e na investigação de um caso crítico de cobertura jornalística ocorrido no Brasil em 2009.

¹ A jornalista comenta sobre a cobertura do Enem em uma entrevista ao pesquisador realizada em 16 de fevereiro de 2022.

Esta tese apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os papéis jornalísticos exercidos pelos três principais jornais brasileiros — O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo — durante a cobertura da edição 2009 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). À época, o Enem era o segundo maior processo seletivo de acesso à educação superior em todo o mundo, após o chinês *Gaokao*².

Conforme veremos no Capítulo 1, às vésperas da aplicação do Enem, duas pessoas comuns, sem relações com esquemas criminosos, tentaram *vender* uma cópia furtada da prova a um dos maiores jornais do país, O Estado de S. Paulo. O jornal não pagou pela informação e a jornalista conseguiu memorizar alguns trechos do material. Como resultado da apuração da denúncia, conduzida pelo jornal, o ministro da Educação confirmou a veracidade da prova vazada e cancelou o exame.

No dia seguinte à revelação do vazamento do Enem, o então ministro da Educação Fernando Haddad viria a agradecer publicamente o jornal O Estado de S. Paulo pelo trabalho na apuração da denúncia. O discurso do ministro não se limita a uma apresentação de gratidão, e chega a sugerir que teria ocorrido uma atuação de parceria entre jornal e governo:

Quero registrar aqui meu agradecimento ao jornal, que teve uma atitude de enorme responsabilidade com assunto de interesse público, que afeta milhões de pessoas, e que soube fazer chegar ao Ministério da Educação informações que permitiram uma decisão que não poderia ser outra³.

Segundo a declaração do mandatário da pasta, o jornal haveria agido corretamente ao levar ao conhecimento do ministério a grave quebra de sigilo. Novamente, o ministro sugeriu haver acontecido uma atuação de parceria entre jornal e governo, e não um processo de apuração jornalística:

Nós devemos isso à postura que a direção do jornal teve, que foi muito correta, de interagir conosco em prol do interesse público⁴.

² *Gaokao* é um termo usado para se referir ao sistema chinês de provas de ingresso na universidade (Yuan, 2015, p. 152). Implementado em 1952, o exame recebeu cerca de 10 milhões de inscrições anuais de estudantes, sendo a maior avaliação centralizada de acesso ao ensino superior no mundo (Chen e Kesten, 2016, p. 100). Em 2008, 10,5 milhões de pessoas se registraram para prestar a avaliação (Yin e Lin, 2013).

³ *Revelação evitou prejuízo maior, diz Haddad*. O Estado de S. Paulo, 2/10/2009.

⁴ *Idem*. O Estado de S. Paulo, 2/10/2009.

As palavras do ministro causaram estranhamento na jornalista: para a repórter, não haveria motivo para elogios ao trabalho, uma vez que ela apenas haveria seguido o protocolo da profissão:

Tive **dificuldade para entender o elogio** porque **acreditava que agira como qualquer jornalista** ávida por uma notícia importante e exclusiva. Apurei e publiquei o mais rápido possível tudo o que sabia (Cafardo, 2017, p. 105).

Em entrevista concedida a este pesquisador (Cafardo, 2022), a jornalista sugeriu que, no entendimento dela, ela não teria procedido de forma excepcional. Segundo Renata Cafardo, ela haveria apenas cumprido seu *papel* de jornalista: apurar uma denúncia e informar as descobertas sobre um assunto de interesse coletivo seguindo um protocolo de procedimentos. Cabe aqui perguntar: podemos afirmar que o jornalismo exerce um papel, no singular?

A resposta será afirmativa se considerarmos que o jornalismo tem *uma* função: o fornecimento de informação sobre o funcionamento das instituições políticas democráticas, em alinhamento ao ideal desenvolvido nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século 20 (cf. Schudson e Tift, 2005), fenômeno que é associado ao desenvolvimento do modo de produção industrial (Sodré, 1999).

O desenvolvimento do papel político do jornalismo na democracia é o tema do Capítulo 2. O interesse do capítulo é examinar as implicações normativas sobre o jornalismo presentes no modelo de democracia *pluralista*. Também veremos que as *implicações normativas* do modelo pluralista sobre o jornalismo se disseminaram pelo mundo juntamente com a democracia após a Segunda Guerra Mundial, e ainda hoje anima uma expressiva parcela dos estudos em comunicação política — para a qual, em versões mais entusiasmadas, “as origens do jornalismo que reconhecemos situam-se ao lado do turbulento nascimento das primeiras sociedades democráticas, quatrocentos anos atrás” (McNair, 2009, p. 237).

O ponto de partida dessa perspectiva é: a liberdade de veiculação e distribuição de opinião e informação e a segurança do livre exercício da atividade jornalística são indícios de que um país permite a seus cidadãos o acesso à informação — considerado, nessa perspectiva, insumo para a construção do necessário engajamento do cidadão na vida pública.

Em outras palavras, o reconhecimento da natureza pública da informação e o nível de tolerância à produção e à circulação de informação por parte de um país forneceriam elementos

para compreender esse estado nacional como praticante de um nível mais ou menos avançado de democracia (cf. Dahl, 1971).

Neste sentido, a disponibilidade de informação sobre ações dos dirigentes estatais capacita o cidadão a se engajar de forma qualificada nas tomadas de decisão, pois os meios de comunicação de grande escala expõem as pessoas e as organizações poderosas, de modo que suas ações estão sempre dispostas ao público (Bucci, 2000, p. 42; Miguel, 2002). Conseqüentemente, é razoável esperar que o conteúdo jornalístico exerça uma forte influência na dinâmica política — pois fornece ao cidadão (mas também ao poder instituído) insumos sobre o funcionamento das instituições.

Não parece sensato rejeitar inteiramente a proposição acima. De fato, o conhecimento que o brasileiro adquire sobre o cotidiano provém em grande parte do conteúdo produzido pelos veículos de comunicação massivos, conforme aponta a Tabela 1.

Tabela 1. Meios de comunicação mais usados pelos brasileiros para se informar sobre o que ocorre no Brasil. 2016.

P01) Em que meio de comunicação o(a) sr(a) se informa mais sobre o que acontece no Brasil? E em segundo lugar? (ESTIMULADA - ATÉ DUAS MENÇÕES)

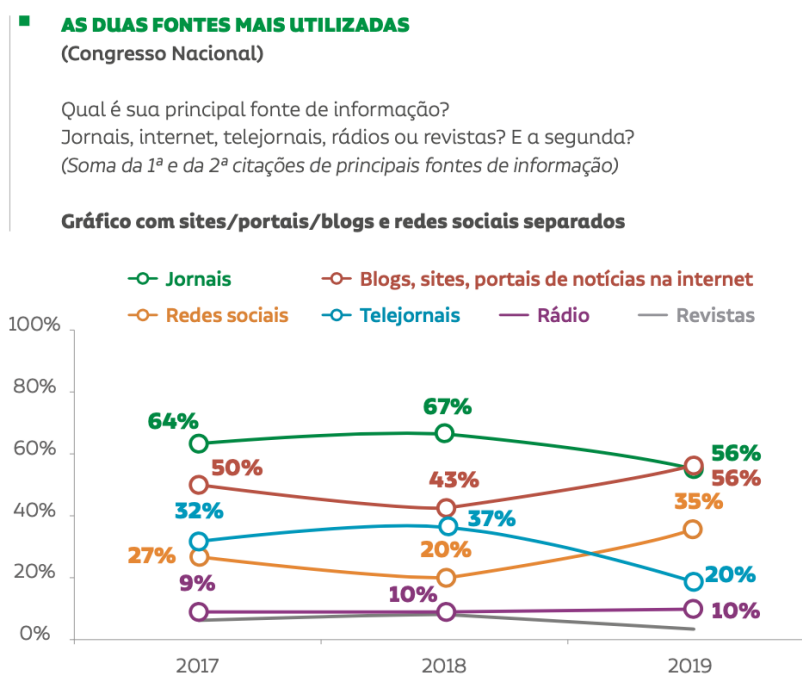
Base: Amostra (15050)	1ª MENÇÃO	1ª+2ª MENÇÕES
TV	63%	89%
Internet	26%	49%
Rádio	7%	30%
Jornal	3%	12%
Revista	0%	1%
Meio externo (placas publicitárias, outdoor, ônibus, elevador, metrô, aeroporto)	0%	0%
Outro (Esp.)	0%	2%
NS/ NR	0%	0%

Fonte: Secretaria de Comunicação Social (2016).

Já para a maior parcela dos parlamentares do Congresso brasileiro (deputados federais e senadores), os jornais permanecem a principal fonte de informação, seguidos de veículos *on-*

line, segundo sugere o resultado pesquisa de uma pesquisa recente ilustrada no Gráfico 1 (FSB Pesquisa, 2019)⁵.

Gráfico 1. Fontes mais utilizadas pelos parlamentares do Congresso Nacional. 2019.



Fonte: FSB Pesquisa (2019).

Existem, contudo, motivos para acreditar que a associação do jornalismo à ideia de democracia, diferentemente do que sugerem afirmações como as de McNair (2009, p. 237, citado acima), não seja inextricável. Isso porque, conforme é apresentado no Capítulo 2, foi no início do século 20 que o jornalismo consolidou o formato fiscalizador que tão facilmente associamos à profissão da notícia nos dias atuais.

Por sua vez, o desenvolvimento do jornalismo no Brasil convida a relativizar a importância da democracia para o exercício do jornalismo. No país, o jornalismo de caráter investigativo recrudesceria somente na década de 1990 (Nascimento, 2010), adotando o ideal de “cão-de-guarda” da democracia assimilado do jornalismo estadunidense após o fim da ditadura militar que governou o país durante de 1964 a 1985 (Waisbord, 2000). Na ditadura

⁵ FSB Pesquisa (2019) reportou haver entrevistado 220 deputados federais e 27 senadores de 26 partidos, de 25 de junho a 10 de julho de 2019. Ainda segundo o produtor da pesquisa, o critério para a definição do tamanho da amostra de parlamentares de cada partido foi o número de representantes do partido no Congresso Nacional.

anterior, o regime do Estado Novo⁶, a literatura registra que houve pouco enfrentamento entre jornais e governo, e “a maioria da imprensa convive sem atritos com o regime ditatorial” (Bahia, 2009, p. 302)⁷.

Conforme pontuam Asa Briggs e Peter Burke, o desenvolvimento do jornalismo em cada país tem seus momentos decisivos. Contudo, o jornalismo dos Estados Unidos seguiu um caminho diverso de alguns exemplos europeus ocidentais. Nos EUA, desde 1791 a liberdade de informação estava garantida constitucionalmente. Na França, o regulamento que liberava a imprensa foi aprovado em 1881. Na Alemanha, Na Alemanha, a remoção dos limites legais à imprensa ocorreu em 1848, mas foi cassada três anos depois, e em 1890, a imprensa ainda não havia adquirido total liberdade (Briggs e Burke, 2020, p. 227).

A literatura sugere que a atribuição de um papel social⁸ central ao jornalismo na garantia do bom funcionamento de um regime democrático foi um resultado do desenvolvimento do jornalismo nos Estados Unidos a partir do século 19, que se orientou pela separação clara entre informação e opinião (Guerra, 2003, p. 6). Essa evolução coincidiu — e interagiu — com a formação de uma democracia em um modelo político e econômico liberal, de mercado (Schudson e Tift, 2005), de modo que alguns consideram que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (Sodré, 1999, p. 1).

O resultado foi o surgimento de uma “cultura jornalística” (Hanitzsch et al., 2011) que emprestou do campo científico o ideal de *objetividade* (Barros Filho, 1995, p. 21) ao propor o emprego de procedimentos padronizados e impessoais de coleta, tratamento e publicação de

⁶ Presidido por Getúlio Vargas (1882-1954) de 1937 a 1945, o regime ditatorial do Estado Novo se preocupou em manter sob controle a produção cultural (Velloso, 1997). Essa determinação motivou a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, órgão que tinha a incumbência de exercer a censura de atividades expressivas ou recreativas (Brasil, 1939).

⁷ O Estado Novo promovia ativamente tentativas de engajamento de artistas ou intelectuais com o regime. Entre os intelectuais que trabalharam na ditadura de Vargas estão o poeta Carlos Drummond de Andrade, o urbanista Lúcio Costa, o arquiteto Oscar Niemeyer, no Ministério da Cultura. O Departamento de Imprensa e Propaganda contou com Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia (Velloso, 1997, p. 58).

⁸ *Papel social* é um conjunto de comportamentos e atitudes que são considerados integrados, de modo que um indivíduo ou organização é visto como agindo coerentemente ao exercer os diversos elementos de um único papel e de forma incoerente quando não o faz (Turner, 2001, p. 233). O Capítulo 3 discute a discrepância que existe entre o papel concebido pelos jornalistas sobre sua atuação profissional e o papel exercido no cotidiano da produção de notícias.

dados na produção do noticiário (Ward, 2015), a intenção de “afirmar seu distanciamento com relação a quaisquer outros valores da sociedade” (Miguel e Biroli, 2011, p. 36).

Nesta busca pela divulgação da *verdade* impessoal sobre fatos cotidianos, a prática do jornalismo empresarial objetivo que emergiu no início do século 20 parecia atender a uma demanda da democracia liberal segundo a qual o cidadão precisa contar com acesso a informação para qualificar a escolha eleitoral dos mandatários políticos.

A implicação da democracia pluralista pode ser interpretada como um estímulo para que o cidadão exerça uma tarefa de constante fiscalização dos poderosos. Neste sentido, o jornalismo desempenha um papel similar a uma das instituições que trabalham para antecipar os problemas na sociedade.

A inovação democrática decorreria da existência de normas de procedimento que permitem colocar em xeque os poderes discricionários implícitos nas relações de poder. Em consequência, a democracia implicaria em supervisão e monitoramento do exercício do poder pelos cidadãos. Ou seja, ela implicaria em desconfiança e, para fazer valer isso, operaria com instituições desenhadas para que os riscos de origem sejam antevistos e controlados (Moisés, 2013, p. 26).

Donde a tese propõe que o papel jornalístico democrático constitui uma expectativa de *performance* noticiosa; pois pressupõe que um noticiário objetivo — realizado em estrita observação de técnicas padronizadas e impessoais — constitui o formato informativo que fornece uma contribuição efetiva a uma democracia.

Com a expansão da democracia liberal no pós Segunda Guerra Mundial, a “expectativa normativa” (Habermas, 1996, p. 379; Strömbäck, 2005, p. 332) sobre as tarefas que o jornalismo deve desempenhar em um regime democrático — vigiar o ambiente sociopolítico; propor assuntos relevantes para o debate público; conceder espaço para grupos de interesse diversos; dialogar com diferentes pontos de vista; fiscalizar o poder; incentivar o aprendizado e a participação política; resistir a pressões externas, mantendo a independência; e respeitar a audiência (Blumler e Gurevitch, 1995, p. 97) — se disseminou pelo mundo ocidental no século 20⁹ (Hanitzsch e Vos, 2018).

⁹ Veremos, no Capítulo 2, que a base das ideias sobre boas práticas jornalísticas que se disseminou pelo mundo está consolidada no relatório *A Free And Responsible Press*, elaborado por intelectuais e jornalistas reunidos na Universidade de Chicago (EUA) com financiamento da revista Time.

Entretanto, estudos sugerem que a assimilação do ideal da prática liberal-democrática estadunidense pelo jornalismo praticado no Brasil não foi estrita (cf. Herscovitz, 2012; Waisbord, 2000). Como consequência, a prática jornalística apresenta frequentemente situações que geram uma aparente discrepância entre os ideais aprendidos pelos profissionais nos manuais e livros inspirados no pressuposto normativo da defesa da democracia e o exercício cotidiano do ofício noticioso, que impõe a tomada de decisões cujo resultado.

Jornalistas acreditam que seu trabalho é importante para a democracia, mas sentem que não conseguem exercê-lo de modo satisfatório com relação aos ideais (Tandoc Jr. et al., 2013). Em outras palavras, o material publicado nos jornais não necessariamente reflete os ideais dos jornalistas (Tandoc Jr. et al., 2013). Essa constatação é coerente com o resultado de pesquisa sobre a produção da notícia, segundo as quais o noticiário é uma construção coletiva, resultado de um processamento institucional no qual várias pessoas intervêm (Travancas, 1992; Tuchman, 1980 [1978]).

No capítulo 3, será discutido que uma corrente de estudos em comunicação que emerge nos anos 2000 constata essa discrepância entre o papel *concebido* pelo jornalista e o papel efetivamente exercido (Herscovitz, 2012; Mellado, 2015; Tandoc Jr. et al., 2013). De forma geral, essa corrente interroga: quais são os *variados* papéis exercidos pelo jornalismo na sociedade?

A pergunta acima não é recente. Trata-se da reedição de uma das primeiras indagações dos estudos sobre comunicação *de massa* no século 20: quais funções os meios de comunicação exercem na sociedade? (cf. Lasswell, 1948). Cabe notar que o questionamento clássico de Lasswell (1948) já havia sido formulado num ensaio sociológico anterior sobre jornalismo (cf. Willey, 1942).

O que a vertente recente de estudos sobre papéis jornalísticos (cf. Mellado, 2015) apresenta como contribuição é a proposta metodológica de investigar os papéis no nível de *performance*; ou seja, por meio da análise empírica do conteúdo manifesto das notícias. Nas palavras de Claudia Mellado, *performance jornalística*

refere-se ao resultado coletivo de decisões concretas de redação e diferentes estilos jornalísticos, considerando diferentes restrições que influenciam o exercício da

profissão — mas também reconstruindo as funções profissionais como objetos de estudo de uma forma mais holística Mellado et al. (2016, p. 3).

Tendo como ponto de partida a proposta de Mellado (2015), a tese se orienta por três pressupostos: 1) a detecção de papéis jornalísticos deve ocorrer também no nível da *performance*, por meio da análise no conteúdo manifesto do noticiário; pois o papel *concebido* pelo jornalista pode ser um descritor insuficiente para a identificação do papel *exercido* por um noticiário; 2) os variados papéis podem co-ocorrer em um mesmo item noticioso; isso porque 3) a notícia é um produto discursivo complexo, resultado da influência de múltiplos fatores intervenientes.

O objetivo da tese foi analisar a performance de papel jornalístico na cobertura sobre a edição 2009 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O método, descrito no Capítulo 4, consistiu de uma análise de conteúdo manifesto de 331 notícias dos jornais O Estado de S. Paulo (ESP), Folha de S. Paulo (FOL) e O Globo (GLB) publicadas de outubro a dezembro de 2009, o período da crise no Enem.

Os jornais foram escolhidos devido ao protagonismo que exerceram na cobertura: ESP revelou o vazamento da prova do Enem, episódio que deu início uma crise na entidade organizadora, o Ministério da Educação; FOL também esteve envolvida no episódio da revelação do vazamento, e divulgou informação exclusiva sobre o caso, relatando que um curso preparatório haveria também recebido a proposta de venda dos cadernos de prova alguns dias antes de a repórter de ESP ter contato com os informantes¹⁰;

Da mesma forma que FOL, também GLB desmontou elevado interesse pelo caso ao fornecer alguma informação exclusiva, que ampliou o conhecimento sobre o assunto: o jornal revelou a existência de problemas na organização logística do consórcio contratado para aplicar a prova¹¹. Além disso, GLB integra o Grupo Globo, empresa midiática que entrevistou com exclusividade o principal suspeito do vazamento¹².

A detecção dos papéis jornalísticos foi feita por meio de indicadores — variáveis binárias (presente/ausente) que quantificaram a presença de atributos associados a cada papel;

¹⁰ *Cursinho achou que proposta era brincadeira*, FOL, 8/10/2009.

¹¹ *Falhas também no esquema de distribuição*, GLB, 2/10/2009.

¹² *Felipe Pradella - "Todo mundo tinha acesso à prova"*, Revista Época, 10/10/2009.

por exemplo, a ocorrência de *opinião, informação sobre movimentos cidadãos, crítica ou questionamento*. A medida de mensuração foi o escore médio de cada papel, obtido pela média da proporção da ocorrência dos indicadores em cada jornal e no total dos jornais.

A tese reafirma a importância central dos papéis políticos do jornalismo, mas não teve a intenção de avaliar se o jornalismo atendeu de forma satisfatória ou insuficiente a uma expectativa normativa teórica com relação à democracia. Tampouco se propôs a identificar as concepções dos jornalistas sobre sua profissão.

Embora as ideias concebidas pelos jornalistas sobre o papel que exercem constituam um elemento importante para compreender a cultura profissional, estudar o material publicado pelos jornais possibilita que o pesquisador se posicione em uma perspectiva mais próxima daquela do leitor, pois este tem majoritariamente acesso apenas ao texto efetivamente publicado — sem necessariamente ter acesso a decisões prévias, a expectativas dos jornalistas ou a processos editoriais dos veículos de comunicação.

A escolha da tese impôs uma limitação: a pesquisa não incluiu pois exclui o processo de construção da notícia, que é uma etapa anterior à publicização da informação jornalística. Felizmente, estudos anteriores já descreveram os bastidores da produção noticiosa, a exemplo de Tuchman (1980 [1978]) e Gans (2003), nos Estados Unidos; e do trabalho pioneiro de Travancas (1992) no Brasil.

Esta pesquisa respondeu a seguinte pergunta: qual foi o papel jornalístico predominante na cobertura da crise Enem 2009? Motivada pela pergunta, a tese se justifica três motivos. Primeiramente, ela fornece uma contribuição à formação de futuros jornalistas, os quais terão contarão com uma reflexão sobre as diferenças entre as ideias que eles concebem sobre a profissão e o resultado dos textos publicados.

Em segundo lugar, porque fornece uma mirada orientada pelo arcabouço teórico-metodológico recente a respeito papéis jornalísticos, mas sobre um objeto ainda não estudado a partir da perspectiva de performance de papéis jornalísticos: uma política pública.

Em terceiro lugar, trata-se de uma aplicação, em um caso específico, de um método aplicado majoritariamente em estudos quantitativos de dimensões nacionais ou internacionais. Partindo dos resultados da pesquisa mais recente sobre papéis jornalísticos que inclui

resultados sobre o Brasil (Mellado et al., 2021)¹³, as hipóteses testadas nesta tese constam da Tabela 2.

Tabela 2. Hipóteses.

H1	O papel jornalístico predominante foi o de <i>watchdog</i> .
H2	O segundo papel mais presente foi o <i>intervencionista</i> .
H3	O terceiro papel mais presente foi o <i>cívico</i> .
H4	O quarto papel mais presente foi o <i>serviço</i> .
H5	O quinto papel mais presente foi o <i>infotenimento</i> .
H6	O sexto papel mais presente foi o <i>leal-facilitador</i> .

Os resultados da pesquisa sobre a cobertura do Enem 2009 destoam um pouco do padrão apresentado na pesquisa recente de Mellado et al. (2021)¹⁴. De fato, conforme veremos no Capítulo 5, ocorreu a seguinte ordem de presença dos papéis na cobertura do Enem 2009: *intervencionista*, *watchdog*, *cívico*, *serviço* e *leal-facilitador*. O resumo da Tabela 3 registra que não houve ocorrência do papel *infotenimento*, resultado que também diverge de Mellado et al. (2021).

Tabela 3. Ordem de presença dos papéis jornalísticos na cobertura do Enem 2009.

Papel jornalístico	Ordem de presença	Apoia hipótese? (Sim: 1/Não: 0)	Hipótese
Intervencionista	1º	0	H2
<i>Watchdog</i>	2º	0	H1
Cívico	3º	1	H4
Serviço	4º	1	H3
Leal-facilitador	5º	0	H6
Infotenimento	-	0	H5

¹³ A pesquisa de Mellado et al. (2021) faz uma comparação de dados colhidos em jornais de cinco países da América Latina: Brasil, Chile, Cuba, México e Equador. No Brasil, Mellado et al. (2021) analisaram os jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Zero Hora.

¹⁴ Mellado et al. (2021) registraram a seguinte ordem de ocorrência: *intervencionista*, *watchdog*, *cívico*, *infotenimento*, *serviço* e *leal-facilitador*.

Em síntese, o detalhamento da análise mostrará que o jornal O Globo exerceu uma cobertura mais próxima de um jornalismo *watchdog*, com uma presença muito mais alta de crítica e questionamento no conteúdo informativo. O veículo também se destacou pela alta média de publicações que apresentam elementos de um tipo de jornalismo cívico, ao divulgar os protestos de alunos e ceder espaço para o discurso de agremiações estudantis. No caso da Folha de S. Paulo, os resultados sugerem que o tipo de jornalismo intervencionista, mais interpretativo, foi o mais praticado pelo jornal. Conforme proponho nas Conclusões, essa característica está na proposta mesma do diário: oferecer conteúdo que possibilite ao leitor um conhecimento para além do meramente factual.

Já O Estado de S. Paulo enfatizou um estilo mais interpretativo, e não praticou um jornalismo mais “cão de guarda” do que o demais, mesmo tendo sido o veículo que publicou com exclusividade a história do vazamento. Apenas no papel jornalístico *leal-facilitador* o jornal Estado de S. Paulo atingiu uma média mais elevada de performance em relação aos outros veículos — e este resultado surpreendente da pesquisa acrescenta uma evidência à argumentação de que o papel jornalístico efetivamente exercido pelos jornais pode não apenas destoar da ideia concebida pelo próprio jornalista sobre sua atuação profissional — mas, até mesmo, contradizê-la.

A investigação resumida aqui identificou, quase exclusivamente nas publicações de O Estado de S. Paulo, uma prática jornalística não encontrada na teoria de Mellado (2015). Esse tipo de fazer jornalístico foi descrito no conceito de *informante da elite política*. A tese propõe que este conceito seja usado como um indicador para detectar uma maneira de o jornal reportar sua relação com representantes políticos nas notícias publicadas. O texto que apresenta características de *informante da elite política* é aquele em que o jornal declara explicitamente haver fornecido informação colhida na sociedade diretamente para conhecimento do governo (ou outro ramo de poder) antes mesmo da publicação do material.

Essa contribuição que a tese fornece ao repertório teórico de papéis jornalísticos, o conceito de *informante da elite política*, se insere como um novo indicador do papel *leal-facilitador* encontrado na teoria de Mellado (2015). O papel *leal-facilitador* descreve o texto jornalístico cuja redação sugere uma relação de cumplicidade do jornal com o poder instituído. Na pesquisa, chamou a atenção o fato de que, 11% da cobertura, sobretudo a do jornal O Estado

de S. Paulo¹⁵, apresentou um conteúdo jornalístico de característica leal-facilitadora, com elementos do tipo informante da elite política, conforme será abordado no Capítulo 5.

Como uma decorrência dos resultados, a pesquisa também examinou as prescrições dos manuais de conduta dos jornais investigados e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros sobre a questão da troca de informação entre jornalista e detentor de poder político; e chegou à conclusão de que esses documentos não contêm recomendações explícitas sobre boas práticas na relação de intercâmbio de informação entre jornalistas e governantes.

Os documentos de referência dos jornais sobre ética profissional se ocupam de disciplinar outros pontos da relação entre fontes e jornalistas — por exemplo, o recebimento de vantagens econômicas, ao detalhar quais tipos de brindes pode aceitar de alguém ou presentear a outrem¹⁶ — embora sugeriram que a informação apurada deva ser antes publicada para chegar ao conhecimento do público¹⁷, e que detalhem alguns pontos relevantes da relação do jornalista com as fontes¹⁸.

Nas Conclusões, são retomados o processo da pesquisa e o resultado. A tese reflete que, do ponto de vista de uma parte expressiva da discussão teórica sobre o papel do jornalismo na sociedade, a prática do *informante da elite política* vai de encontro à expectativa sobre o papel fiscalizador do jornalismo em uma democracia; pois, segundo esta perspectiva, o jornalismo *real* é aquele que fiscaliza os poderes de forma autônoma.

Adicionalmente, este trabalho afirma que não há nos dados coletados qualquer elemento confirmador de que o jornal O Estado de S. Paulo tenha realmente se alinhado ao governo na cobertura do Enem 2009. Dito de outra forma: a tese afirma tão-somente que o *conteúdo* de uma importante proporção das notícias publicadas pelo jornal apresentou componentes que

¹⁵ O papel informante da elite política esteve presente em 30% dos textos de ESP, contra menos de 1% de GLB e FOL.

¹⁶ “Em nenhuma hipótese, benefícios ou cortesias podem ser oferecidos ou concedidos a agentes públicos e seus parentes ou a terceiros agindo em seu nome, com o objetivo de influenciar decisões do poder público em favor de interesses do Grupo Globo”. *Código de Ética e Conduta* (Grupo Globo, 2018a, p. 26).

¹⁷ “11 – Nunca se esqueça de que o jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação e o leitor”, *Manual de redação e estilo do jornal O Estado de S. Paulo* (Martins Filho, 1997).

¹⁸ “O jornalista não pode oferecer valores ou favores pessoais em troca de informação. Tampouco pode aceitar valores ou favores pessoais para publicar ou omitir uma notícia”, *Manual de Redação* (Folha de S. Paulo, 2019, Relação com fontes).

possibilitam interpretar que houve uma relação de cumplicidade do veículo com o poder — e não, que o jornal tenha de fato praticado uma ação típica de parceria com o governo.

Com base nos resultados obtidos pela tese, a esse propõe também que os veículos e as entidades representativas dos profissionais incluam nas pautas de discussão dos códigos de ética profissional uma reflexão sobre os limites da relação entre jornalista e mandatários políticos; sobretudo, no tocante à concessão, pelo jornalista ao integrante do governo, de informação ainda não publicada.

A tese tem o seguinte desenho. No Capítulo 1, apresentamos o objeto de pesquisa: a crise na edição 2009 do Exame Nacional do Ensino Médio. No Capítulo 2, reconstituímos a relação entre jornalismo e democracia. No Capítulo 3, abordamos a pesquisa sobre papéis profissionais jornalísticos. No capítulo 4, apresentamos as escolhas metodológicas. O Capítulo 5 detalha a análise da cobertura do Enem. Nas Conclusões, retomamos o percurso da pesquisa, e sugerimos caminhos para estudos vindouros.

1 Breve histórico sobre a crise do Enem 2009

Neste capítulo, apresentamos o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a turbulência institucional causada pelo vazamento de provas ocorrido na edição de 2009. Início descrevendo o Enem. Em seguida, caracterizo a edição 2009 do Enem como uma crise, com base na literatura sobre o tema.

De 1998 a 2008, o Enem consistia em uma avaliação do nível de conhecimento dos alunos egressos da educação secundária. Em que pesem iniciativas de usar seu resultado como componente de seleções de acesso à educação superior, ou mesmo como pré-requisito para candidaturas a bolsas de estudo, o interesse pela prova era eminentemente técnico: o resultado do exame tinha o objetivo de fornecer ao Ministério da Educação elementos sobre a qualidade da formação secundária. Em 2009, a prova adquiriu a atribuição de selecionar candidatos para ingresso nas universidades federais. Essa nova função de prova de admissão levou o Enem de elemento coadjuvante ao centro do debate público. Até então apenas uma curiosidade, o caderno de provas do Enem se tornara um item de alto valor para estudantes e escolas, que o adotariam como integrante de sua preparação para o desafio de conquistar uma vaga na universidade.

Criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998 com o objetivo de prover uma autoavaliação do desempenho do estudante egresso do nível secundário de escolarização, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também auxiliou na constituição de um diagnóstico da educação brasileira, juntamente com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) (Fernandes e Gremaud, 2009). Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), subordinado ao Ministério da Educação (MEC), a prova foi logo adotada por diversas instituições como componente de seleção para ingresso na educação superior e se tornou critério para concessão

em programas públicos de bolsas (Fernandes e Gremaud, 2009). Atualmente, o Enem é o principal exame de ingresso na educação superior federal¹⁹.

Na primeira década de existência, o Enem se constituía de uma prova única com 63 questões de múltipla escolha, as quais demandavam o uso do raciocínio para resolver “situações-problema” interdisciplinares (Andriola, 2011). De adesão voluntária — e inscrição paga —, teve mais de 115 mil inscritos na primeira edição. Logo na edição seguinte, em 1999, algumas instituições de educação superior aceitaram o resultado do Enem como parte de seus processos seletivos de ingresso. O primeiro salto no interesse pela prova ocorreu em 2001, quando se estabeleceu a gratuidade da inscrição para egressos de escolas públicas: de 400 mil inscritos em 2000, o ano de 2001 registrou quatro vezes mais, ou 1,6 milhão (Fernandes e Gremaud, 2009).

Em 2004, a participação no Enem tornou-se requisito para os candidatos a bolsas do recém-criado Programa Universidade para Todos (Prouni), do governo federal, destinado ao custeio de taxas escolares de estudantes universitários matriculados em instituições privadas (Andriola, 2011; Catani et al., 2006; Fernandes e Gremaud, 2009). Em 2005, houve três milhões de inscritos, contra 1,6 milhão em 2001 Fernandes e Gremaud (2009).

Em 2009, ocorreu a principal reformulação estrutural do Enem. Nessa edição, a prova foi oficializada como método de seleção de candidatos a vagas em instituições federais de educação superior. Usando o resultado do Enem, estudantes podiam candidatar-se a até cinco cursos em universidades federais diversas por meio da ferramenta online Sistema de Seleção Unificada (Sisu), gerenciadora de vagas. A prova única foi substituída por quatro avaliações de 45 questões relativas a grandes áreas: ciências humanas, ciências da natureza, linguagens e códigos (redação incluída) e matemática (Andriola, 2011). Essa mudança afastou o exame de sua atribuição original de avaliar a qualidade do ensino secundário.

Três dias antes da aplicação das provas de 2009, o jornal O Estado de S. Paulo publicou manchete de capa exclusiva informando que dois homens tentaram vender ao jornal os cadernos de prova do Enem. Interrogado por Renata Cafardo, jornalista que apurava o assunto,

¹⁹ O exame vestibular continua sendo aplicado por algumas instituições de ensino superior. Outras ofertam alternativamente as avaliações seriadas, nas quais o aluno faz uma prova em cada um dos três anos do ensino secundário.

o MEC confirmou a veracidade das provas vistas pelo jornal, cancelou imediatamente o certame e divulgou nova data de aplicação da prova uma semana depois de tomar conhecimento do crime. O resultado foi que, em 1º de outubro de 2009, o jornal O Estado de S. Paulo, o qual publica duas edições diárias — estadual e nacional — lançou capas diferentes em cada uma. A edição nacional, finalizada às 21h15 de 30 de setembro, traz uma manchete sobre exploração de petróleo (Figura 1). A edição local do estado de São Paulo, concluída às 2h de 1º de outubro, destacou o vazamento da prova (Figura 2).

Figura 1. Capa do jornal O Estado de S. Paulo, publicada na edição nacional. 1º/10/2009.

ESCALAPB
PB
ESCALACOR
COR

Produto: ESTADO - BR_C - 1 - 01/10/09
A1 -
CYANMAGENTAAMARELOPRETO

Edição das
23h15

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA

JULIO MESQUITA
(1961-2007)
DIRETOR
RUY MESQUITA

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50. Demais Estados: ver tabela na página A2.
1 de outubro de 2009 - ANO 130, Nº 42352
estado.com.br



DESTRUIÇÃO - Escumbrs de shopping da cidade litorânea de Padang, na Indonésia; tremor derrubou pelo menos 500 edificações

Catástrofes em série matam na Ásia e Oceania

Mortos em 30 horas passam de 400

Em apenas 30 horas, uma série de catástrofes naturais matou mais de 400 pessoas no Sudeste Asiático e no Pacífico. Em Sumatra, na Indonésia, um terremoto de 7,6 graus na escala Richter deixou pelo menos 200 mortos. Autoridades estimam que mais de mil vítimas estejam soterradas sob escombros e temem que o albedo possa ter sido tão destruidor quanto o que atingiu Java, em 2006, matando mil pessoas. Já a região que inclui Vietnã, Camboja, Filipinas e Laos vem sendo atingida por um tufão desde terça-feira. Também na terça, um tsunami, que se seguiu a um terremoto, deixou ao menos 119 mortos nas ilhas Samoa e Tonga. **• PÁG. A14**

Indústria precisará de US\$ 400 bi para pré-sal

Oposição teme desequilíbrio na economia; Petrobrás vê vantagem para o País

DEBATE ESTADÃO
O desenvolvimento da indústria nacional para atender à demanda do pré-sal vai necessitar de investimentos de pelo menos US\$ 400 bilhões. A conta foi feita pelo presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, após o Debate Estadão "O Futuro do Pré-Sal", realizado no auditório do Grupo Estado. Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que participou do evento, tamanha necessidade de financiamento pode paralisar outros setores da indústria nacional. Jereissati também criticou a transferência de recursos da União à Petrobrás por meio da operação de capitalização - que, segundo o tucano, pode atingir US\$ 100 bilhões, dinheiro que o senador classificou de "doação", cuja destinação deveria ser educação e saúde. Já o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) disse que o Brasil precisa avançar na legislação ambiental para evitar que a exploração do pré-sal cause alterações no clima. **• PÁG. B1, B3 e B5**

TJ manda caso da censura ao 'Estado' para o Maranhão

Mordaza sobre família Sarney é mantida

FRASE
"A questão do pré-sal foi colocada pelo governo de forma muito emotiva, como disputa entre nacionalistas e entreguistas"
Tasso Jereissati
Senador (PSDB-CE)

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal decidiu ontem manter o Estado sob censura. Os juizes consideraram que o TJ de Brasília não era o foro competente para continuar a julgar o assunto, e sim a Justiça Federal do Maranhão. É na corte maranhense que corre o processo sobre a operação da Polícia Federal que investiga negócios da família Sarney. São as informações dessa operação que o Estado está proibido de publicar, graças a liminar obtida pelos Sarneys há 12 dias, exatamente no TJ do DF, que agora se diz incompetente. O Estado deve tentar barrar a transferência do processo ou entrar com recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal. **• PÁG. A10**

PF deixa acidente da TAM sem culpados

Após dois anos e dois meses de investigação, a Polícia Federal concluiu o inquérito sobre o acidente com o voo 3054 da TAM sem apontar culpados pela maior tragédia da aviação brasileira, que deixou 159 mortos em julho de 2007. O Ministério Público Federal pode agora arquivar o caso, pedir novas diligências ou oferecer denúncia contra quem considerar responsável. O entendimento da PF diverge do da Polícia Civil, que iniciou 10 pessoas. **• PÁG. C1**

Agropecuária Concentração de terras cresce

Desigualdade de 2006 supera a de 1985, diz IBGE. **• PÁG. B10 e B11**

CADERNO 2 Cantos de amor e devoção

Maria Bethânia lança dois álbuns, *Tua e Escanteira*, com canções inéditas de autores novos e de outros já contemplados por ela, como o baiano Roque Ferreira. **• PÁG. A18**

Judiciário Senado aprova 'Tofoli para STF'

Novo ministro poderá votar no caso de Cesare Battisti. **• PÁG. A4**

Mais fácil crer em duendes

É mais razoável acreditar em duendes que na versão do governo brasileiro, pela qual Zelaya se materializou sem aviso na embaixada em Honduras. O Brasil, incapaz de controlar o oceano, substitui a diplomacia pela ideologia. Lula e Amorim correm o risco de aparecer como aventureiros que jogam nos dados a sorte de um país pobre e convulsionado. Mas a falência do Brasil como mediador não significa a oportunidade para uma solução negociada. **• PÁG. A2**

O veto aos fichas-sujas

A barreira que se desaja erguer aos fichas-sujas é um desdobramento da batalha pela ética na política. Será um esboço de se o Congresso afrouzá-la. **• PÁG. A3**

Tempo CAPITAL

23º MÁX. 12º MÍN. Instabilidade diminui e o sol reaparece em todos os regiões.

Olimpíada Rio se queixa de Madri ao COI

Para espanhóis, favoritismo carrega e só marketing. **• PÁG. C1**

paladar Cada prato pede uma cerveja



TUCSON NACIONAL. QUALIDADE MÁXIMA DO BRASIL PARA O MUNDO.



MADE IN BRAZIL EM 100% TUCSON NACIONAL É A ÚNICA EXPORTADA PARA OS EUA, EUROPA E TODO O PLANETA.

Figura 2. Capa do jornal O Estado de S. Paulo, publicada na edição local. 01/10/2009.

Edição das 2h

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA

SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50. Demais Estados: ver tabela na página A2.

JULIO MESQUITA
(1891-1987)

DIRETOR:
RUY MESQUITA

1 de outubro de 2009 - ANO 130 - Nº 42362

estadao.com.br

CATÁSTROFES EM SÉRIE: MORTES NA ÁSIA E NA OCEANIA



Escorbos de shopping em Padang, na Indonésia, atingida por dois terremotos, ontem e na madrugada de hoje, em 40 horas, tremores, tsunami e tufão deixam mais de 400 mortos em cinco países e milhares de pessoas podem estar soterradas. **• PÁG. A14**

Indústria precisa de US\$ 400 bi para o pré-sal

Oposição teme desequilíbrio na economia

DEBATE ESTADÃO FRASE

O desenvolvimento da indústria nacional para atender a demanda do pré-sal vai necessitar de investimentos de pelo menos US\$ 400 bilhões. A conta foi feita pelo presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, após o Debate Estadão "O Futuro do Pré-Sal", realizado no auditório do Grupo Estado. Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que participou do evento, tamanho necessidade de financiamento pode paralisar outros setores da indústria. Ele também criticou a transferência de recursos da União à Petrobras por meio da operação

"A questão do pré-sal foi colocada pelo governo de forma muito emotiva, como disputa entre nacionalistas e entreguistas" Tasso Jereissati, Senador (PSDB-CE)

de capitalização — que, segundo o tucano, pode atingir US\$ 130 bilhões, dinheiro que o senador classificou de "doação", cuja destinação deveria ser educação e saúde. Já o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) disse que o Brasil precisa avançar na legislação ambiental para evitar que a exploração do pré-sal altere o clima. **• PÁG. A6 e A7 e B5**

Prova vaza e MEC decide cancelar Enem

Alertado pelo 'Estado', ministério confirma que sigilo do exame foi quebrado

O sigilo da prova do Enem, que seria realizada neste fim de semana, foi quebrado, informou Renata Cafardes Sergio Pompeu. Alertado pela reportagem do Estado, que teve acesso à prova a ser aplicada, o ministro Fernando Haddad (Educação) decidiu cancelar o exame — que mobilizaria 1,1 milhões de candidatos em 1,8 mil cidades do País. Haddad, que diz nunca ter visto o conteúdo da prova, confirmou o vazamento ao consultar técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do ministério responsável pelo Enem. "Há fortes indícios de que houve vazamento, 99% de chance", afirmou o presidente do Inep, Reynaldo Fernandes.

As pessoas que avisaram o Estado sobre o vazamento disseram ter sido aprovadas em concursos do Inep. O MEC informou ter uma outra versão do exame, pronta para substituir o cancelado. A expectativa é aplicação daqui a 45 dias. O Enem mudou neste ano para funcionar como um vestibular unificado nacional. **• PÁG. A6 e A18**

NÚMEROS

4,1 milhões de pessoas se inscreveram para o Enem em 2009

45 dias é o prazo no qual o ministério espera aplicar o novo exame

TJ manda caso da censura ao 'Estado' para o Maranhão

Mantida mordaza a respeito dos Sarneys

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal decidiu ontem manter o Estado sob censura. Os juízes consideraram que o TJ de Brasília não era o foro competente para continuar a julgar o assunto, e sim a Justiça Federal do Maranhão. É na corte maranhense que corre o processo sobre a operação da Polícia Federal que investiga negócios da família Sarney. São as informações dessa operação que o Estado está proibido de publicar, regras já estabelecidas pelo TJ de Sarney há 62 dias, exatamente no TJ do DF, que agora se diz incompetente. O Estado deve tentar barrar a transferência do processo ou entrar com recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal. **• PÁG. A10**

ARTIGO

Demetrio Magnoli
sociólogo

Mais fácil crer em duendes

É mais razoável acreditar em entidades que na versão do governo brasileiro, pois qual Zelaya se materializou sem aviso na embaixada em Honduras. O Brasil, incapaz de controlar o câmbio, substitui a diplomacia pela ideologia. Lula e Amorim correm o risco de aparecer como aventureiros que jogam nos dados a sorte de um país pobre e convulsionado. Mas a falência do Brasil como mediador não suporta a oportunidade para uma solução negociada. **• PÁG. A2**

PF deixa acidente da TAM sem culpados

Após dois anos e dois meses de investigação, a Polícia Federal concluiu o inquérito sobre o acidente com o voo 3054 da TAM sem apontar culpados pela maior tragédia da aviação brasileira, que deixou 159 mortos em julho de 2007. O Ministério Público Federal pode agora arquivar o caso, pedir novas diligências ou oferecer denúncia contra quem considerar responsável. O entusiasmado da PF diverge da Polícia Civil que indiciou 10 pessoas. **• PÁG. C1**

Futebol Vitória heroica do São Paulo

Com dois expulsos, time vira em cima do Náutico (2 a 1). **• PÁG. C4**

Cada prato pede uma cerveja

Paladar

Cada prato pede uma cerveja

Seja no contraponto deste caderno.

Rio se queixa de Madri ao COI

Para espanhóis, favoritismo carioca é só marketing. **• PÁG. C1**

CADERNO 2 Cantos de amor e devoção

Maria Bethânia lança dois álbuns, *Paixão e Encantaria*, com canções inéditas de autores novos e de outros já contemplados por ela, como o baiano Roque Ferreira. **• PÁG. C2**

Concentração de terras cresce no País, diz IBGE

A concentração de terras no Brasil cresceu, segundo o Censo Agropecuario 2006, divulgado ontem pelo IBGE. Enquanto as propriedades de até 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área agrícola, as que superam os 1.000 hectares concentram mais de 43%. O Índice de Gini — medida internacional de desigualdade — no meio rural chegou a 0,872, superando os de 1995 (0,855) e 1996 (0,857). **• PÁG. B6 e B11**

O veto aos fichas-sujas

A barreira que se deseja erguer aos fichas-sujas é um desdobramento da batalha pela ética na política. Será um espinhal no Congresso africana. **• PÁG. A3**

Tempo: CAPITAL

23°C máx. 12°C mín.

Instabilidade diminui e o sol reaparece em todas as regiões.

Judiciário Senado aprova Toffoli para STF

Novo ministro poderá votar no caso de Cesare Battisti. **• PÁG. A4**

TUCSON NACIONAL. QUALIDADE MÁXIMA DO BRASIL PARA O MUNDO.

MADE IN BRAZIL

QUALIDADE MÁXIMA

VEJA NA PÁGINA 5

HYUNDAI

Além de precipitar a substituição do então presidente do Inep, Reynaldo Fernandes, e contribuir para uma abstenção recorde de quase 40% dos inscritos, o episódio iniciou uma nova fase da relação entre os veículos de comunicação e o Inep, caracterizada pela vigilância: nas edições seguintes, a imprensa chegou a tentar fraudar propositalmente o exame para evidenciar suas falhas. O MEC reagiu à repercussão, e reviu seus procedimentos de segurança²⁰. Até 2009, os jornais não haviam recebido denúncias sobre tentativas de fraude relacionadas ao Enem.

Após 11 anos de existência, o Enem se tornaria para a mídia a vitrine do Ministério da Educação. O exame havia adquirido importância e reconhecimento social; e, justamente por haver crescido em relevância, tornou-se um tema atraente para os meios de comunicação. Como resultado, continuou a ter expostas suas fragilidades pela mídia noticiosa — até mesmo usando de expedientes que desafiam os limites da ética profissional jornalística: em 2010, um jornalista fraudou deliberadamente a fiscalização ao enviar uma mensagem de celular de dentro de uma sala de aplicação de prova — e o jornal defendeu esta ação do repórter²¹.

Em 2010, foi instituída a obrigatoriedade do Enem para concluintes do ensino médio em escolas públicas. Nesse ano, o exame foi novamente alvo de denúncias veiculadas pela mídia, devido ao vazamento de informações pessoais dos participantes de 2007 a 2009 por meio da página oficial de acesso a notas²².

Na edição de 2011, o ESP noticiou que os fiscais de prova teriam sido selecionados poucas horas antes da aplicação do Enem, na porta do local de aplicação do teste. No incidente, um repórter do jornal teria sido recrutado para a função mesmo após o profissional informar inexperience na atividade²³. Essa forma de recrutamento seria contrária à informação do MEC sobre a capacitação dos fiscais. O grande problema dessa edição seria notícia três dias depois da aplicação da prova: outro vazamento foi denunciado. Dessa vez, alunos de uma escola particular de Fortaleza, no Ceará, tiveram acesso a questões do Enem algumas semanas antes do exame: inclusas em uma apostila de preparação da escola, as questões haviam sido extraídas

²⁰ Em 2011, por exemplo, os respondentes deviam reescrever na folha de gabarito uma frase que estava impressa no caderno de prova. Esta medida visaria a garantir a autenticidade da folha de gabarito.

²¹ *Enem: Jornal mantém identidade de repórter em sigilo e diz que responderá em caso de ação*, O Estado de S. Paulo, 09/11/2010.

²² *Vazam dados de inscritos no Enem*, Folha de S. Paulo, 04/08/2010.

²³ *Recrutado na porta, repórter do "Estado" vira fiscal do Enem*, O Estado de S. Paulo, 23/10/2011.

irregularmente de um pré-teste — procedimento interno do Inep para avaliar a adequação das questões antes da composição final das provas²⁴.

Em 2013, o jornal O Globo noticiou que redações aprovadas no Enem de 2021 continham trechos absurdos, como receitas de macarrão instantâneo e hinos de clubes futebolísticos²⁵. Em decorrência da denúncia, o MEC mudou a metodologia de correção do componente dissertativo, e determinou que as citações descontextualizadas configurariam a partir de então um tipo de erro passível de anulação da prova.

A edição de 2016 contou com mais de seis milhões de inscritos, tornando o Enem o segundo mais abrangente exame de acesso ao ensino superior do mundo, depois do chinês *Gaokao*. Nesta edição, foi descoberto outro vazamento de provas. Contrariamente a 2009, dessa vez, respondentes tiveram acesso ao conteúdo de questões ou ao gabarito até mesmo por meio de aparelhos de comunicação camuflados, revelando uma verdadeira fraude, bastante mais organizada que no evento de 2009.

A cobertura jornalística do episódio se limitou a informar o ocorrido, e não houve continuidade na cobertura: apenas uma matéria relatou o episódio. Por sua vez, o MEC sequer promoveu mudanças na condução do exame nem na direção do Inep em resposta ao vazamento. Essa reação sugere que sequer houve um abalo na condução da prova. O acontecimento que marcou a edição de 2016 não foi intrínseco ao sistema: durante os meses de outubro e novembro daquele ano, milhares de estudantes promoveram ocupações de escolas e universidades por todo o país.

Essa onda de ações teve origem em um protesto de alunos da rede pública do estado de São Paulo contra uma medida do governo. Uma vez que centros de ensino são os locais de aplicação das provas do Enem, o episódio foi usado como argumento pelo Ministério da Educação para alterar a data de aplicação para mais de 250 mil pessoas.

Houvessem os envolvidos do episódio do roubo de provas do Enem 2009 concretizado a venda das provas discretamente, sem antes procurar um jornal, a fragilidade da fiscalização

²⁴ *Enem 2011: MEC anulará as provas de todos os estudantes do Colégio Christus, de Fortaleza, acusado de vazar questões do exame*, O Globo, 26/10/2011.

²⁵ *Enem 2012: estudante escreve receita de miojo na redação e recebe nota*, O Globo, 19/03/2013.

das gráficas poderia haver evoluído para um esquema criminoso muito mais sofisticado, de consequências desastrosas para essa política educacional.

O Enem passou de curiosidade técnica ao assunto mais relevante da editoria de educação no percurso de uma década. Repórteres chegaram até mesmo a praticar condutas de difícil justificativa ética, como tentar deliberadamente fraudar o exame somente para evidenciar supostas falhas de organização. Na seção seguinte, discutiremos aspectos teóricos a sobre crise, de modo fundamentar a caracterização da crise Enem 2009.

1.1 A crise como fenômeno

A literatura de ciências sociais emprega com frequência alta o termo “crise” na caracterização de episódios ou processos. Entretanto, já observava Ulrich Krystek, esse emprego reiterado do termo não parece ter levado a um entendimento mais claro de seu conteúdo: surgem interpretações cada vez mais diversas, sem que uma unidade possa ser estabelecida (Krystek, 1987).

Para citar apenas alguns exemplos, (Scruton, 2007, p. 153) inclui os verbetes “gestão de crise” (*crisis management*), “crise do capitalismo” e “crise do socialismo” em seu dicionário de pensamento político; (Blumler e Gurevitch, 1995) discutem uma “crise da comunicação pública”; essa questão é retomada, nos mesmos termos, por Curran (1998) ao comentar a tese de Katz (1996) sobre o enfraquecimento da democracia derivado das mudanças globais na comunicação²⁶; já Oliver e Grant (2004) destacam a “crise Aids/HIV” na África subsaariana, ao discorrer sobre a persistência da pobreza. Nenhuma das referências citadas define o termo “crise”, apenas o mencionam para caracterizar situações.

Com o objetivo de formular um conceito, este trabalho revisa brevemente a literatura acadêmica sobre o tema da crise nos campos de ciência política, comunicação e gestão, nos

²⁶ Para Katz (1996), a democracia liberal fora concebida com base em um componente de identificação nacional necessário para a cooperação democrática. Este elemento de identificação era fornecido pela televisão de conteúdo produzido no próprio país. Segundo o autor, a oferta mundializada de programação de televisão tendia a enfraquecer esse componente de identificação nacional.

quais a discussão sobre o tema é recorrente. Apesar de as definições disponíveis carecerem de unidade, apresentam pontos comuns, possibilitando a composição de uma definição ampla.

A ciência política reconhece na crise a alteração súbita de uma ordem (Pasquino, 1998). Portanto, a noção de crise evoca uma perturbação de equilíbrio na qual são reconhecidos e identificados estados anterior e posterior a um dado acontecimento deflagrador da crise. Crises impõem reconfiguração, de modo que estados anterior e posterior à crise não se identificam entre si. A identificação de uma crise, nesse sentido, demanda compreender, determinar, identificar, temporalmente, certo estado de coisas no qual se inscreve o objeto social observado. Importa, além disso, isolar e descrever o evento que desencadeia um processo de crise (Pasquino, 1998).

Três elementos parecem caracterizar uma crise política na formulação de Pasquino (1998): surpresa, emergência e processualidade. Antes de tudo, uma crise possui um caráter inesperado, inopino. Por outro lado, crise é uma irrupção sobre um estado tido como inercial do objeto social em estudo. Trata-se de uma perturbação ignitora de um rearranjo no estado de coisas. Crises têm desfecho, são situações discretas, recortes definíveis no transcurso da realidade. Ou seja, alguma situação de estabilidade há de ser reconhecível ao fim da perturbação; esse novo estado tornará reconhecível o fim da crise — e mesmo o estado anterior à crise apresentará contornos mais delineados. Na identificação de uma crise, outro aspecto a ser definido é o ponto de origem: o processo pode se iniciar dentro da estrutura organizacional, ou fatores externos são os responsáveis por conduzir o sistema a uma situação de instabilidade.

A pesquisa em gestão de comunicação também se ocupa do tema da crise, e aqui também se constata a multiplicidade de definições do conceito. Inexiste uma definição universalmente aceita de crise (Coombs, 2010). Entretanto, observa Forni (2015), a maior parte dos conceitos possui elementos em comum. De modo a consolidar um conceito para uso neste trabalho, foram resgatadas e problematizadas algumas conceituações de crise presentes na literatura. O tema crise é um ponto de convergência entre as literaturas dos campos da comunicação e da gestão, sendo um tema obrigatório nas obras do campo intermediário da comunicação organizacional (e nos seus subgêneros corporativo, empresarial e de setor público).

Em um dos estudos pioneiros dedicados especificamente à crise empresarial (*Unternehmenskrise*), Krystek (1987) já enfatizava que o caráter processual é um atributo fundamental do fenômeno: a crise pode ser interpretada como uma cadeia de acontecimentos temporalmente limitada; a qual, portanto, chegará a algum desenlace.

Crises podem ser compreendidas como fenômenos socialmente elaborados, resultados da ação humana de construir sentido sobre suas percepções com o objetivo de atuar no mundo. O fluxo cotidiano de acontecimentos parece demandar dos seres humanos a determinação de um estado de normalidade, ainda que tenso ou esparso. Envolve, no mesmo movimento, reconhecer a ocorrência de abalos nesta ordem, suas reconfigurações decorrentes e uma nova estabilidade. Portanto, o intercâmbio de significados por parte de envolvidos e observadores é fundamental para a constituição de uma crise.

A caracterização de uma situação como crise envolve manipulação de linguagem — e, destacam Berger e Luckmann (1991 [1966]) a linguagem tem o potencial de não apenas elaborar símbolos bastante abstratos com relação à vivência cotidiana, mas também produz o efeito de recuperar e inscrever estes símbolos como elementos de realidade objetiva. Estudar uma crise, nesse sentido, pode ser um exercício de compreensão da construção social da realidade.

Ao propor uma sistematização teórica da comunicação de crise (*crisis communication*), Sellnow e Seeger (2013, p. 2), destacam que o caráter algo impreciso da crise impõe dificuldades para sua teorização, pois “[...] são as crises, por sua natureza, imprevisíveis, teorizar sobre elas cria muitos desafios. De certa forma, toda crise pode ser vista como um evento totalmente anômalo e único que, por definição, desafia qualquer explicação sistemática” (Sellnow e Seeger, 2013, p. 2).

Ao coligar os pontos comuns de diversas definições, Coombs (2007, p. 3) define crise como “a percepção de um evento inesperado que ameaça importantes expectativas de *stakeholders* relacionadas a questões de saúde, segurança, meio ambiente e economia e pode impactar seriamente a performance de uma organização e gerar resultados negativos”. Posteriormente o autor amplia a conceituação ao eliminar a circunscrição temática (Coombs, 2010, p. 19). O conceito acima destaca alguns atributos de uma crise: 1) se configura a partir de percepções humanas; 2) é eventual, episódica; 3) ocorre sem previsão; 4) ameaça a

confiança de *stakeholders*; 5) pode trazer prejuízos. Essa conceituação tem o mérito de destacar o caráter perceptual, interpretativo da caracterização de uma crise: a crise existe se os *stakeholders* acreditarem nela (Coombs, 2007); por outro lado, desconsidera o caráter processual do fenômeno.

Argenti (2014, p. 316) busca uma definição exaustiva de crise. Segundo ele,

Uma crise é uma catástrofe séria que pode ocorrer naturalmente ou como resultado de erro humano, intervenção ou até mesmo intenção criminosa. Pode incluir devastação tangível, como a destruição de vidas ou ativos, ou devastação intangível, como a perda da credibilidade da organização ou outros danos de reputação. Esses últimos resultados podem ser consequência da resposta da gerência à devastação tangível ou às consequências de erro humano. Uma crise tem impacto financeiro potencial ou real significativo nas empresas e, geralmente, afeta vários públicos em mais de um mercado.

Esse trecho demonstra o esforço do autor em fornecer uma definição ampla, que engloba causas e consequências. Contudo, alguns elementos prejudicam a intenção totalizante do construto acima. O principal problema da definição de Argenti (2014) é que ela desconsidera o caráter processual das crises ao confundi-las com catástrofes. Os conceitos já foram oportunamente diferenciados por Krystek (1987) e Bloch (2014), como veremos nos próximos parágrafos.

Não há qualquer menção ao papel das percepções dos *stakeholders*, das quais depende a própria caracterização de uma crise. Segundo o autor, quem pode ser “afetado” por uma crise, além da própria organização, são os assim chamados “públicos”, entidades presentes “em mais de um mercado”. Argenti (2014) também deixou de mencionar que a crise pode deixar até mesmo alguns resultados positivos.

A literatura reconhece diferenças nas noções análogas de acidente, catástrofe, conflito, crise, distúrbio e emergência. *Acidentes*, para Bloch (2014, p. 24) são eventos “inesperados e indesejáveis que resultam em dano, sem causa aparente ou deliberada”. Assim como as crises, produzem resultados negativos que poderiam ser evitados; a diferença reside no fato de que acidentes são pontuais, e não processuais; tampouco não levam a mudanças estruturais complexas na organização.

Já as *catástrofes* necessariamente resultam em *outcomes* negativos. Assim, seu sentido está associado a “fatalidades e calamidades, sendo usado como sinônimo de desastres, colapsos

ou cataclismos” (Bloch, 2014, p. 24). Apesar de possuir em sua definição a negatividade de suas consequências, catástrofes podem até mesmo ser interpretadas como possuidoras de uma função “reguladora e positiva”, ao criar “um novo ponto de partida, uma nova consciência na população”. Crises, por seu lado, se caracterizam pela ambiguidade esperada de suas consequências: seus resultados podem até mesmo ser avaliados como positivos, superadas as ameaças (Bloch, 2014, p. 24).

Citando Klaas Apitz, (1987), Bloch (2014, p. 24) define *conflito* como brigas, disputas, as quais podem até se desenvolver em crises; mas, não necessariamente, deflagrá-las. Neste sentido, os conflitos podem ser considerados estágios iniciais de crises – tendo-se em vista, contudo, que a maior parte dos conflitos não se desdobra em crises.

Distúrbios, continua Bloch (2014, p. 24), são anomalias no funcionamento normal da organização, geralmente de ordem material, causados por fatores endógenos ou exógenos. Assim como os conflitos, podem configurar estágios iniciais de crises – mas não representam de imediato ameaças a objetivos vitais das organizações. Em comum com as crises, distúrbios impõem pressões temporais e decisórias.

Para Forni (2015, p. 9) *emergências* provocam “uma interrupção súbita das operações normais, causada por falha, acidente técnico, aumento inesperado da demanda, revolta de empregados ou até mesmo desastres naturais”. Já as *crises* “têm um potencial de gravidade diferente. Enquanto as emergências interrompem as operações de forma recuperável, a crise interrompe o sistema ou interfere nas atividades normais, comprometendo os negócios e, em casos mais graves, a sobrevivência da organização” (Forni, 2015, p. 10). Emergências são usualmente contornáveis, enquanto as crises tendem a se agravar. Sem ações oportunas, as primeiras podem evoluir para as últimas.

A partir da revisão acima, este trabalho define crise organizacional como um encadeamento processual de acontecimentos percebido e reconhecido pelos *stakeholders*, finito, deflagrado por um evento negativo e inesperado, de origem ambiental ou humana, iniciado dentro ou fora de uma organização; demanda ações imediatas de contenção das consequências, impõe reconfiguração organizacional e pode prejudicar *stakeholders*; provoca danos à imagem e ameaça a reputação da organização, podendo precipitar seu fim, ou mesmo

reforçar sua reputação. Este será o conceito a ser usado na tese. A partir desses elementos teóricos, a tese vai caracterizar a crise Enem 2009.

1.2 Caracterizando a crise Enem 2009

Esta seção descreve e caracteriza a crise Enem 2009 à luz das tipologias de Pasquino (1998) e Coombs (2010). O foco desta seção, portanto, não é o de fazer um estudo sobre comunicação organizacional ou enfrentamento de crise, pois esta é uma tese sobre jornalismo. O objetivo aqui será o de construir o caso do Enem 2009 como uma crise com base na literatura que discute o tema.

Em primeiro lugar, se identificam três elementos básicos — imprevisibilidade, duração limitada e impacto no funcionamento do sistema. Quando o jornal O Estado de S. Paulo anunciou o vazamento de provas, em 01/10/2009, o MEC imediatamente reconheceu o ocorrido e cancelou a aplicação do exame. Estão aqui claramente definidos: 1) evento deflagrador — a divulgação do crime pela imprensa — e 2) consequente rompimento do curso normal da política, manifesto no rearranjo do cronograma. A análise se concentra no processo da crise.

Onde terá se originado a crise Enem 2009? Uma vez que uma ação jornalística deflagrou a crise, trata-se de uma crise exógena, originada fora dos limites do sistema da política pública. Contudo, o elemento gerador da crise, o vazamento da prova, ocorreu no interior do sistema. Pode-se afirmar que a crise Enem 2009 não é genética, pois não se iniciou com o surgimento do sistema; mas de natureza funcional, uma vez que se instalou no decurso operacional da política pública. Tendo sido a crise provocada pela falta de capacidade de o sistema de se munir de recursos internos ou externos para manter sua operação estável, o Enem 2009 se caracteriza como uma crise funcional de carestia; situação oposta à sobrecarga, quando a quantidade de demandas supera a capacidade de resposta.

Nem o sistema político nem o regime político foram afetados pela crise Enem 2009; tampouco os efeitos do caso se alastraram para além do território brasileiro — esta última situação caracterizaria uma crise internacional, um contexto próprio dos conflitos bélicos. Logo, o Enem 2009 foi uma crise governamental: ilustrou um déficit na capacidade de o

governo fornecer respostas às demandas da sociedade; neste caso, a demanda surgiu de dentro do próprio subsistema governamental, um órgão semiautônomo executor de ações educacionais, o Inep.

Dividi o processo da crise em três períodos, apresentados na Tabela 4.

Tabela 4. Fases da crise Enem 2009.

Fase	Período
Inicial	1º/10/2009 a 7/10/2009
Administração	8/10/2009 a 4/12/2009
Conclusão	6/12 a 22/12/2009

A Fase Inicial (1º/10/2009 a 7/10/2009) compreende o período compreendido entre a divulgação do vazamento à definição das novas datas de aplicação do exame. Na Fase de Administração (8/10/2009 a 4/12/2009), o Ministério da Educação buscou garantir a aplicação das provas, que ocorreram em 5 e 6/12/2009. Aplicadas as provas, o então presidente do Inep durante a crise, Reynaldo Fernandes, pediu demissão.

O período compreendido entre a demissão e a posse do novo presidente do órgão constitui a Fase de Conclusão (6/12 a 22/12/2009), que encerra a crise. O tema Enem 2009 é retomado apenas para contextualizar a cobertura sobre a crise seguinte, ocorrida em 2010; a última menção à crise Enem 2009 data de 2011, quando foi divulgado o resultado do processo judicial. Esses últimos dois desenvolvimentos estão fora do escopo desta pesquisa.

1.3 Considerações sobre o capítulo

Neste capítulo, vimos que, em 2009, o Exame Nacional do Ensino Médio foi reformulado pelo Ministério da Educação, e se tornou um processo seletivo de ingresso na educação superior. Nesta edição, a dois dias da aplicação das provas, o jornal O Estado de S. Paulo, um dos principais diários brasileiros, recebeu uma denúncia de vazamento do caderno

de prova que, após confirmada pelo Ministério da Educação, gerou uma crise que se estendeu até a aplicação do teste em dezembro daquele ano, após a qual o então presidente do órgão público aplicador da prova pediu demissão. A crise foi dividida em três estágios, que culminam com a nomeação do novo presidente do órgão, procedimento que subsidiou a análise dos dados, descrita no Capítulo 5. O próximo capítulo discute a origem e a natureza do papel político do jornalismo em uma democracia.

2 Jornalismo como ofício técnico da democracia

Este capítulo sumariza a discussão acadêmica sobre o papel social²⁷ atribuído como mais relevante ao jornalismo — qual seja, a fiscalização das atividades do poder político em uma democracia. Considerando a amplitude do tema das relações entre jornalismo e democracia, o objetivo do capítulo não é o de fornecer uma revisão exaustiva. A intenção aqui é apresentar elementos que possibilitem introduzir a discussão da literatura sobre papéis jornalísticos do Capítulo 3.

O papel do jornalismo é considerado decisivo na construção da democracia liberal (Habermas, 1981; Sjøvaag, 2018). Uma revisão das principais teorias sobre democracia representativa (cf. Dahl, 1971; Habermas, 1996; Held, 2006; Miguel, 2005; Schumpeter, 2003 [1943]) sugere que diferentes interpretações de democracia produzem variadas implicações normativas sobre o papel do jornalismo (Strömbäck, 2005).

O desenvolvimento do jornalismo moderno é associado à confluência entre democracia representativa e liberalismo econômico ocorrida nos Estados Unidos (Barros Filho, 1995, p. 21; Schudson, 1978, p. 16) e no Canadá (Charron e Bonville, 2016, p. 28). Os procedimentos profissionais jornalísticos se solidificaram a partir de meados do século 19 (Barros Filho, 1995, p. 21).

No movimento de integração entre valores de mercado (livre iniciativa econômica) e cidadania (participação política) da América do Norte, desenvolveu-se a notícia, um formato discursivo que oferecia ao público consumidor um relato de informação factual, verídica, sobre o cotidiano (Schudson, 1978, p. 16), sendo também um produto à venda, “que atende a interesses comerciais” (Barros Filho, 1995, p. 24).

²⁷ Ao mencionar *papel social*, a tese se refere a um conjunto de comportamentos e atitudes que são considerados integrados, de modo que um indivíduo ou organização é visto como agindo coerentemente ao exercer os diversos elementos de um único papel e de forma incoerente quando não o faz (Turner, 2001, p. 233).

Introduzido pelo então emergente negócio da imprensa, o produto inovador, a notícia, ganhou estatuto de utilidade pública²⁸ essencial para a manutenção de uma sociedade liberal e democrática, que pretende assegurar liberdade e igualdade para os cidadãos. O pressuposto que fundamenta a reivindicação da utilidade pública da notícia para a democracia reside na expectativa de que a notícia forneça informação confiável sobre temas de interesse coletivo (Bucci, 2000, p. 42).

A confecção do produto notícia está a cargo do jornalista — profissional que se consolidou no início do século 20 como um técnico especialista em coleta e divulgação de informação sobre os acontecimentos relevantes do cotidiano (Schmitz, 2011, p. 7). A produção de *discurso sobre o real* (Charron e Bonville, 2016, p. 187) que se tornou o trabalho jornalístico no século 20 passou a ser efetuada por meio um conjunto de procedimentos padronizados de coleta, tratamento e divulgação de dados que foi emprestado do método científico (Barros Filho, 1995, p. 21) e está resumido no conceito de *objetividade jornalística* (Hanitzsch e Vos, 2018; Schudson, 2001; Ward, 2015).

Essa modalidade de jornalismo *objetivo* que emergia na América do Norte era uma declaração de independência partidária, por meio da qual o jornalismo afirmava prestar um serviço de natureza pública (Schmitz, 2011, p. 7).

O formato de trabalho noticioso *objetivo* é associado à origem da atual separação entre jornalismo informativo e opinativo (Barros Filho, 1995, p. 22). Ao longo do século 20, a doutrina da objetividade jornalística foi alvo de críticas e revisões (cf. Barros Filho, 1995). Contudo, o conceito de objetividade como um método de viabilizar a produção de um noticiário confiável nunca foi descartado (cf. Sponholz, 2003, p. 120).

A contribuição do jornalismo no funcionamento da democracia é a principal abordagem sobre o papel social dessa prática profissional (Hanitzsch e Vos, 2018, p. 147). Na teoria política, a garantia da liberdade para o cidadão dispor do debate público e da livre circulação

²⁸ O modo como o jornalismo mobiliza a noção de utilidade pública da informação factual é um dos pontos centrais da discussão sobre o papel efetivamente desempenhado pela cobertura jornalística da crise Enem 2009. Essa reflexão está desenvolvida no Capítulo 5 e também é retomado nas Conclusões.

de informação é considerada um elemento central para definir um regime democrático (cf. Dahl, 1971; Habermas, 1996; Held, 2006; Miguel, 2005; Schumpeter, 2003 [1943]).

Contudo, algumas perspectivas críticas afirmam que a discussão sobre o tema costuma ter uma orientação influenciada pela origem ocidental dos principais autores (Hanitzsch e Vos, 2018, p. 147). Adicionalmente, a existência do jornalismo moderno em países não democráticos, como parece ser o caso da emissora de televisão Al Jazeera²⁹ ou do jornalismo investigativo praticado na República da China (Li e Sparks, 2018) sugerem que a democracia pode não ser uma condição necessária para a existência do jornalismo (Josephi, 2013, p. 486). A função política da comunicação (e, por extensão, do jornalismo) é enfatizada ao ponto de autores afirmarem que “atualmente, discutir sobre os meios de comunicação social é quase inevitavelmente discutir sobre política” (Starr, 2008, p. 35).

Para algumas perspectivas teóricas, notadamente aquelas oriundas do campo da Comunicação, desconsiderar a mídia poderia tornar qualquer análise sobre a democracia um exercício de baixa efetividade (Dahlgren, 2009, p. 34). Isso porque “a excelência da imprensa interessa antes de tudo para o público e para a democracia” (Bucci, 2000, p. 25).

Uma vez que os veículos de comunicação jornalísticos informam sobre feitos ou negligências dos representantes eleitos, é razoável esperar que nosso conhecimento sobre política receba uma forte influência dos produtores da informação, pois “[...] os meios de comunicação de massa ampliam o acesso aos agentes políticos e a seus discursos, que ficam expostos, de forma mais permanente, aos olhos do grande público” (Miguel, 2002, p. 158).

Os veículos jornalísticos reivindicaram para si próprios uma missão pública e democrática: qual seja, atuar como um metafórico *cão-de-guarda* — *watchdog*, no termo inglês pelo qual é mais conhecido (cf. Waisbord, 2002), ou mesmo um “contrapoder” (*contre-pouvoir*) em defesa da coletividade (Halimi, 2005, p. 11). Sua missão é tornar públicos acontecimentos relevantes para a sociedade, que de outro modo tenderiam a permanecer obscuros (Schultz, 1998, p. 47).

²⁹ Emissora de televisão com sede em Doha, no Catar. Lançada em 1996, transmite notícias em árabe e, desde 2006, em inglês (Al Jazeera, 2021; Danesi, 2009, p. 17).

No Brasil, uma das primeiras abordagens dos estudos sobre jornalismo atribui ao jornalismo o objetivo de “promover o bem comum” (Beltrão, 1992, p. 62). Contudo, o comportamento investigativo no jornalismo brasileiro se acentuou após o fim da ditadura militar (Waisbord, 2002, p. 39).

Reconhecer a importância da mídia informativa para a democracia ou para o *bem comum*, contudo, não implica afirmar que os veículos noticiosos fornecem satisfatoriamente sua esperada contribuição. Ao revisar algumas propostas críticas ao jornalismo, Norris (2000, p. 3-21) pontua que também é frequente a argumentação segundo a qual a mídia contribui para o *enfraquecimento* da democracia, perspectiva que Norris (2000, p. 4) identificou como “mal-estar da mídia” (*media malaise*).

Segundo os postulantes de interpretações críticas sobre o desempenho político dos veículos de comunicação, diversos aspectos implicados na atividade profissional jornalística resultam em ajudar na erosão do ideal de *governo para o povo*. Isso porque o jornalismo, sendo uma atividade de alto custo, majoritariamente é exercido por grandes empresas, grupos econômicos ou religiosos (Intervozes, 2017), cujo interesse não difere do de outros empreendimentos de natureza lucrativa (Gans, 2003, p. 23). De forma geral, a maior parte das críticas institucionais atribuídas ao jornalismo reside nas condições do mercado de mídia, que estimulam a substituição das metas profissionais por objetivos de elevação dos lucros (Christians et al., 2009, p. 149).

Para alcançar sua meta lucrativa, empresas noticiosas lançam mão de recursos de estilo que contribuem muito pouco para estimular boas práticas cívicas (McChesney, 2015). Por exemplo, a cobertura jornalística da vida pública é episódica, e privilegia a divulgação de eventos pontuais chamativos e impactantes, procedimento que dificulta a formação de um quadro estruturado sobre a realidade, conforme já notava Lippmann (2015 [1921], p. 364).

Outra crítica é a de que os procedimentos da produção jornalística tendem a negligenciar, ou a conferir atenção residual, a numerosos processos políticos importantes para o cidadão. Um exemplo de tema essencial para democracia que potencialmente se prejudica com o recorte episódico praticado pelo jornalismo é a política pública, que se trata de um assunto que demanda um acompanhamento contínuo (Lippmann, 2015 [1921], p. 364).

Habermas (1996), repercutindo o ponto acima, aponta que a apresentação de notícias e comentários na imprensa segue estratégias típicas de mercado. Entre os recursos usados para aumentar a venda de informação estão a preferência do noticiário por reportar fatos como histórias de interesse humano, a oferta do amálgama entre informação com entretenimento, organizar os relatos em episódios, e desagregar relações complexas em unidades reduzidas (Habermas, 1996, p. 377). O resultado dessas operações, conclui Habermas, contribui para “formar uma síndrome que atua em despolitizar a comunicação pública” (Habermas, 1996, p. 377).

Outras perspectivas críticas afirmam que a circulação de uma pluralidade de pontos de vista, elemento associado à boa saúde democrática, encontra obstáculos para prosperar em um ambiente mercadológico caracterizado pela alta concentração da propriedade dos veículos de comunicação de alcance massivo (Baker, 2007; Barbosa et al., 2017; Christians et al., 2009; Wilkins e Christians, 2009).

No Brasil, a concentração de veículos é considerada alta: 26 empresas³⁰ são proprietárias dos 50 principais veículos de comunicação brasileiros, e 21 dessas organizações atuam simultaneamente em outro setor econômico (Intervozes, 2017). Esta situação brasileira é um indício de que os regulamentos sobre propriedade de mídia são pouco eficazes (Barbosa et al., 2017, p. 82).

Se a maior parcela dos principais veículos de comunicação brasileiros pertence a grupos econômicos atuantes em ramos os mais diversos, de um lado; e, do outro, entidades subordinadas a atores políticos ou a agremiações religiosas (Intervozes, 2017), é razoável prever que no país existe pouco espaço para a divulgação de visões alternativas.

Para Habermas (1996, p. 378), de modo geral, ainda não está claro como a mídia massiva intervém no conjunto difuso da comunicação na esfera política. De fato, ao longo do século 20, estudos empíricos sugeriram dois resultados aparentemente conflitantes entre si. De

³⁰ Estão inclusas nesta contagem a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), pública e brasileira, e a British Broadcasting (BBC), que é uma empresa pública da Inglaterra, mas que possui uma página de notícias voltada para o público brasileiro, de nome BBC Brasil.

um lado, as mídias massivas exercem efeitos moderados sobre o cidadão. De outro, o oposto: os meios de comunicação podem modelar a discussão pública.

No primeiro grupo estão, grosso modo, teorias segundo as quais as pessoas comuns depositam confiança em outras referências além da mídia para se informar sobre política, como os grupos familiares (cf. Lazarsfeld et al., 1968 [1944]). Outros estudos afirmam que usamos ativamente os meios de comunicação, buscando satisfazer nossas próprias demandas (cf. Ferreira, 2016; Katz et al., 1973).

No segundo grupo podem ser reunidos numerosos estudos que sugerem o contrário. Para essas abordagens, os meios de comunicação possuem uma capacidade de causar fortes efeitos sobre a sociedade. Para duas das principais abordagens teóricas dos “efeitos ilimitados” (Ferreira, 2005, p. 3), a mídia teria a capacidade de *agendar* o debate público, fornecendo os temas que a sociedade discute (cf. Ferreira, 2005; McCombs e Shaw, 1972).

Outro efeito de larga escala da exposição à mídia seria o silenciamento de opiniões divergentes na opinião pública, causado pela adesão das pessoas a opiniões percebidas como dominantes por receio o receio de ser isoladas socialmente (Ferreira, 2005, p. 5), no efeito conhecido como *espiral do silêncio* (Noelle-Neumann e Petersen, 2004).

No caso da discussão sobre o papel do jornalismo, também existem dois posicionamentos principais aparentemente difíceis de conciliar. De um lado, o jornalismo é considerado uma atividade necessária para o funcionamento da democracia (cf. Bucci, 2000; Dahl, 1971; Schumpeter, 2003 [1943]). Se considerados os aspectos econômicos e administrativos das organizações produtoras de comunicação, alguns usos da prática noticiosa parecem colidir com elementos que definem ou sustentam um regime democrático (cf. Albuquerque, 2019; Baker, 2007; Habermas, 1996). A discussão demanda uma reflexão inicial: do que estamos falando ao discutir democracia?

Alguns componentes essenciais estão presentes em um regime democrático *liberal*³¹. Primeiramente, a democracia é um formato decisório *representativo*, no qual as decisões que

³¹ Sartori (1987, p. 383-386) examina a difícil conciliação entre propostas políticas liberais (que privilegiam a liberdade) e democráticas (que favorecem a igualdade).

orientam e regulam o comportamento da coletividade são tomadas em assembleia por um número limitado de representantes eleitos.

Os governantes delegados exercem um mandato finito do poder político, e sua nomeação à posição de comando resulta de um processo administrativo no qual indivíduos registram oficialmente sua preferência por algum candidato ao governo por meio da emissão de um voto (Bobbio, 1998, p. 327). Existem outros entes de poder além do órgão legislativo central, e esses também têm representantes eleitos (Bobbio, 1998, p. 327) — no caso do Brasil o exemplo é o presidente, mandatário que chefia o poder executivo.

É preciso que os eleitores sejam livres para emitir o voto (em alguns casos, como o brasileiro, o eleitor tem o dever de escolher os representantes³²), e dessa forma selecionar candidatos que se propõem a disputar e assumir o poder político (Dahl, 1971, p. 20). Também deve estar garantido o direito de formar agremiações políticas com o intuito de disputar votos, e assumir o controle do governo sem que haja receio de represálias do poder instituído (Dahl, 1971, p. 20). Cada voto tem o mesmo valor Held (2006, p. 106), e a vitória será declarada mediante critério de maioria numérica dos votos (Dahl, 2006 [1956], p. 67).

A lista de atributos sumarizada acima sugere que os principais elementos que constituem uma democracia definem *métodos*, e não *substâncias*. Trata-se de condições para determinar as regras de escolha dos governantes, os quais terão mandato finito; e, não, de *quais* escolhas devem ser feitas pelos governantes (Bobbio, 1998, p. 327). Na discussão a seguir, apresentamos como um modelo teórico de democracia que teve grande influência nos estudos de comunicação, a democracia pluralista, posiciona o jornalismo na organização política.

2.1 Democracia representativa

Os atributos metodológicos de um regime democrático elencados na seção anterior podem ser entendidos como a literatura política registra uma diversidade de interpretações divergentes sobre o funcionamento da democracia (Baker, 2007; Held, 2006; Miguel, 2005;

³² Constituição (Brasil, 1988, Art. 14, § 1º, I).

Sartori, 1987; Strömbäck, 2005). O exame de casos empíricos revela que países de configurações sociais e políticas as mais diversas intitulam a si próprios como democráticos (Held, 2006, p. 1). Mesmo as ditaduras buscam demonstrar que concedem alguma participação decisória ao povo, ainda que neguem à população o direito à contestação pública (Dahl, 1971, p. 4), considerado um dos elementos essenciais das democracias representativa (Dahl, 1971; Habermas, 1996; Held, 2006; Miguel, 2005; Schumpeter, 2003 [1943]).

Tendo em vista a diversidade de pontos de vista teóricos, vamos guiar a discussão por meio do exame do *modelo* de democracia que se tornou o predominante no século 20: a democracia pluralista, que exerceu grande influência em estudos de comunicação (Miguel e Biroli, 2010; Strömbäck, 2005). Portanto, a intenção neste momento não será a de revisar extensamente o desenvolvimento histórico do conceito de democracia, nem será pertinente testar os limites conceituais. A discussão aqui resumida inclui somente as abordagens de democracia *representativa*. Isso porque, concordando com Miguel (2005, p. 7) “qualquer proposta de democracia direta, para as sociedades contemporâneas, é quimérica”, devido ao elevado tamanho das populações. Especificamente nos voltamos para os desenvolvimentos do século 20, pois foi neste período que se desenvolveu a forma moderna do jornalismo (Guerra, 2003).

Quando me refiro a *modelo*, empresto aqui o método de Held (2006, p. 18)³³: *modelos* são “construções teóricas destinadas a revelar e explicar os principais elementos de uma forma democrática e sua estrutura subjacente de relações”³⁴. Um modelo de democracia inclui afirmativas tanto descritivas-explanatórias quanto normativas. As primeiras tentam apresentar o que são as coisas e buscam fornecer explicações. As últimas objetivam propor um formato ideal de como as coisas deveriam ser (Held, 2006, p. 18).

O modelo apresentado aqui foi formulado com base em algumas revisões teóricas, notadamente a de Miguel (2005), que organiza os estudos sobre democracia em 5 modelos (liberal-pluralismo, deliberativo, republicanismo cívico, participativo e multiculturalista),

³³ Held (2006, p. 18) atribui a McPherson (1977) o esquema modelar de agrupamento da teoria democrática.

³⁴ “First, a word about the notion of ‘models’. As I use the term here it refers to a theoretical construction designed to reveal and explain the chief elements of a democratic form and its underlying structure of relations.” Held (2006, p. 18).

todos no domínio da democracia representativa. Outra referência foi a taxonomia de Held (2006, p. 18), que propõe 9 modelos (clássico, republicanismo, liberal, direto, elitismo competitivo, pluralista, legal, participativo e deliberativo), incluindo concepções anteriores ao liberalismo, como a democracia clássica; ou concorrentes dele, como os projetos democráticos socialistas.

No domínio da Comunicação, a contribuição de Strömbäck (2005) aglutina as teorias democráticas em 4 correntes: procedimental, competitiva, pluralista e deliberativa. Segundo Strömbäck (2005), o objetivo foi propor aos pesquisadores de qualidade jornalística que escolham previamente uma linha teórica de democracia para direcionar as análises.

O modelo *pluralista*, de inspiração liberal, aglutina as propostas para as quais a concretização da democracia ocorre quando estão garantidas algumas liberdades para o cidadão — por exemplo, criar agremiações políticas, se expressar e se opor ao governo —, competição eleitoral livre pelo poder e a existência de grupos de interesse que pressionam os governantes para obter decisões favoráveis.

Considerando que trabalhar com modelos implica elencar os principais elementos de cada conjunto geral de propostas, o esforço da tese pretende examinar, na proposição sobre democracia pluralista apresentada, o componente que se refere às *implicações normativas*, explícitas ou subjacentes, sobre o *papel* atribuído ao jornalismo no funcionamento da organização política.

Novamente, é importante lembrar que não se pretende aqui fazer uma apresentação exaustiva das teorias: a discussão vai abordar aspectos gerais das linhas de pensamento consideradas centrais no debate acadêmico sobre a democracia pluralista (cf. Held, 2006; Miguel, 2005), com foco nas sugestões das correntes teóricas sobre o papel político do jornalismo (cf. Strömbäck, 2005).

2.1.1 Pluralismo democrático e o papel do jornalismo

O modelo *pluralista*, que agrega as perspectivas “descritivas” da democracia (Miguel, 2005, p. 7), se fundamenta na filosofia liberal. Para algumas vertentes “minimalistas” (cf. Przeworski, 1999), o conjunto de características procedimentais de escolha de governantes e

as garantias de liberdade de expressão da oposição parecem suficientes para definir a democracia (cf. Downs, 1957; Przeworski, 1999; Schumpeter, 2003 [1943]). Outras correntes enfatizam a relevância da atuação de grupos de pressão na construção das decisões políticas (cf. Dahl, 1971), movimento que amplia a interpretação pluralista em relação à proposta procedimental fundadora de Schumpeter (2003 [1943]).

Os autores desse modelo afirmam, de forma ampla, que a democracia consiste de um “arranjo institucional para chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma disputa competitiva pelo voto do povo” (Schumpeter, 2003 [1943], p. 269). O que distingue a democracia de outros métodos de organização do poder político seria justamente esse formato de escolha dos líderes (Held, 2006, p. 170).

A democracia representativa da sociedade pluralista, descrita por Wilson (Gomes, 2004, p. 86), se constitui por dois conjuntos distintos e integrados entre si, aos quais estão designadas funções específicas no processo político. A *esfera civil* é formada por aqueles a quem concernem os direitos e deveres — os cidadãos de um país, aqueles que elegem os representantes. Na *esfera de decisão política* se localizam as pessoas que receberam a chancela da esfera civil para efetuar as ações de condução do Estado.

Dois componentes essenciais estão presentes nas interpretações de democracia do modelo *pluralista*: 1) alternância competitiva da composição da esfera de decisão política (Gomes, 2004, p. 96; Miguel, 2005, p. 9) e 2) a manutenção do respeito aos métodos administrativos necessários tanto para a tomada de decisão dos representantes (Gomes, 2004, p. 96) e quanto para a realização da eleição de governantes (Miguel, 2005, p. 9). A participação da esfera civil na política reside na manifestação individual da preferência por determinados candidatos que se propõem a assumir as funções de governo (Gomes, 2004, p. 86). O voto seria a portanto, a parcela de participação política distribuído sazonalmente a cada indivíduo, uma condição considerada necessária e suficiente para ingresso no processo decisório da coletividade.

O modelo pluralista não reivindica que a esfera civil tenha qualquer participação nas *decisões* políticas, pois estas são responsabilidade atribuída a um grupo de representantes legítimos agrupados na esfera de decisão política; nem mesmo requer do cidadão de que ele exerça o direito ao voto (Strömbäck, 2005); tampouco demanda que o eleitor se instrua

minimamente sobre o cotidiano político. Dessa forma, a função essencial do cidadão no processo político é a *geração de governos* (Schumpeter, 2003 [1943], p. 272).

A concepção pluralista de democracia se tornou “a ideologia oficial dos regimes democráticos ocidentais” do século 20 (Miguel, 2005, p. 12). Entretanto, a influência do modelo é mundial, pois os pressupostos liberais ou pluralistas são amplamente usados como uma referência de formato adequado de governo para além dos países ocidentais (Held, 2006, p. 107).

O sucesso do modelo democrático pluralista é associado à contingência de ele ter sido proposto no mesmo momento das pesquisas empíricas pioneiras sobre o comportamento do eleitor nos Estados Unidos (Miguel, 2005). Alguns desses estudos iniciais sobre a recepção do público sobre as mensagens dos meios de comunicação *de massa* (cf. Lazarsfeld et al., 1968 [1944]), sugeriam que o público eleitor, conforme previsto por Schumpeter (2003 [1943]), demonstraria reduzido interesse pelo processo político.

Para Anthony Downs (1957), cujo esquema descritivo integra teorias de escolha racional e princípios da Economia às formulações originais de Schumpeter (2003 [1943]), o desânimo do eleitor não representa um risco à democracia, nem implica que os governantes vão negligenciar as demandas populares. Ao contrário: o mecanismo competitivo funcionaria antes como um estímulo para que os governantes busquem atender aos interesses do eleitorado, pois os candidatos ao mandato eletivo seriam animados pelo intuito de conquistar votos.

A competição dos governantes pelo eleitorado, destacada por Downs (1957), motiva a proposta presente na obra inicial de Robert Dahl, considerada central na composição do modelo pluralista (Miguel, 2005). Ao formato democrático liberal mínimo, Dahl (2006 [1956]) acrescenta uma interpretação segundo a qual os cidadãos que desejam influenciar decisões políticas se organizam formando *grupos de interesse*, e essas agremiações competem para pressionar os representantes de modo a conseguir ações políticas institucionais favoráveis.

O pressuposto aqui é semelhante ao de Downs (1957): os governantes buscam “subornar” (Dahl, 2006 [1956], p. 68) os eleitores por meio de decisões políticas favoráveis para conquistar os votos nas eleições. A competitividade eleitoral funcionaria como um impulso para que a minoria governante se movimente no sentido de agradar ao eleitorado.

Por sua vez, os cidadãos, conscientes do valor do voto, se organizam conforme seus interesses próprios para inserir suas demandas nas decisões dos governantes. O resultado é uma sociedade civil que lembra um mosaico de grupos de pressão. A democracia pluralista de Robert Dahl (1971) se assemelha a um “governo de múltiplas minorias”, no qual diferentes agremiações competem para direcionar a política institucional (Held, 2006, p. 176). O ambiente de disputa entre agremiações interessadas em exercer influência nas decisões políticas seria uma condição de funcionamento de um regime “democrático” (Held, 2006, p. 176).

As aspas no termo *democrático* servem para marcar uma característica importante do pluralismo de Robert Dahl (1971): a democracia é um *ideal*, que não foi plenamente realizado por nenhum estado. O autor propõe o uso do termo *poliarquia* no lugar de democracia para designar os regimes democráticos empíricos. Essa abordagem serve para que o autor elabore uma classificação quantitativa do nível de *democratização* de diferentes regimes políticos (Dahl, 1971).

Adam Przeworski, defensor do minimalismo democrático de (Schumpeter, 2003 [1943]), também enfatiza a importância dos grupos de interesse ao argumentar que “a democracia dura mais quando oferece uma oportunidade para as forças conflitantes apresentar seus interesses dentro do arranjo institucional”³⁵ (Przeworski, 1999, p. 50).

Dahl (1971) suavizou a presunção de desinteresse do eleitorado das interpretações de Schumpeter (2003 [1943]) e Downs (1957) ao sinalizar a relevância política da ação organizada da sociedade civil. Este avanço de Dahl (1971) estimulou o desenvolvimento de implicações normativas para o jornalismo, conforme será retomado em breve.

Para que o método democrático funcione, o pluralismo demanda que algumas condições necessárias sejam atendidas. Por exemplo, o governante não pode atentar contra a liberdade de associação nem de oposição (Downs, 1957, p. 12). Outra condição necessária é a tolerância oficial à diferença de opinião política (Schumpeter, 2003 [1943], p. 295).

É também fundamental para a democracia que todos os cidadãos disponham de um nível idêntico de *informação* sobre as alternativas políticas que disputam o controle (Dahl,

³⁵ “Democracy lasts when it offers an opportunity to the conflicting forces to advance their interests within the institutional framework” (Przeworski, 1999, p. 50).

2006 [1956], p. 70). Contudo, a liberdade de discussão está sobretudo garantida à *imprensa*, não sendo necessariamente um direito de toda a população (Schumpeter, 2003 [1943], p. 272). A seção seguinte vai examinar essas duas últimas condições, pois elas produzem implicações normativas para o jornalismo.

2.2 Implicações normativas da democracia pluralista para o jornalismo

De modo geral, o modelo pluralista, ressoando as tradições filosóficas do liberalismo (Miguel, 2005), evita declarar expectativas normativas sobre qual deve ser o papel do jornalismo no processo político. Entretanto, apesar de o pluralismo não expressar diretamente demandas, ele produz duas implicações normativas, que serão examinadas a seguir.

Em primeiro lugar, ao tratar do nível *ideal* de instrução política do qual um cidadão deve dispor para participar qualificadamente do processo político, a interpretação pluralista sugere que a democracia demanda somente a garantia do *acesso* idêntico à informação, mesmo não exigindo que os cidadãos tenham individualmente o mesmo grau de conhecimento sobre a sociedade.

Esse ponto gera uma implicação normativa: a de que o acesso à informação sobre a política não pode ser vitimado por monopólios que possam limitar o amplo acesso à informação disponível (Dahl, 2006 [1956], p. 70). É importante registrar que essa implicação foi não foi proposta por Robert Dahl, tendo sido desenvolvida por outros (Miguel, 2005, p. 62), conforme será discutido adiante.

Em segundo lugar, a ênfase pluralista na competição (seja por votos, no caso dos governantes ou candidatos, seja por influência sobre os governantes, no caso dos grupos de interesse) pode implicar que os cidadãos devem dispor de informação qualificada para exercer seu direito de reagir por meio do voto. Numa interpretação *punitiva* do processo democrático, os eleitores têm à disposição o conhecimento sobre as ações pregressas dos governantes eleitos e assim possuem condições de expulsar as figuras indesejáveis (*throw the rascals out*). Já a variante *prospectiva* valoriza o conhecimento do eleitor na escolha dos futuros mandatários (Strömbäck, 2005, p. 335).

As condições de existência da democracia pluralista discutidas na Seção 2.1 sugerem que o formato democrático pode implicar uma demanda cognitiva alta do cidadão (cf. Strömbäck, 2005, p. 334). Esta alta demanda de recursos cognitivos que o fazer democrático solicita das pessoas comuns ocorre em dois períodos elementares atividade democrática, descritos por Gomes (2004, p. 88): a escolha dos representantes por meio do voto e o exercício regular do poder político. Em ambas as situações, o jornalismo se apresenta como um dos principais provedores de informação para suprir a demanda do cidadão.

Mas este é somente um lado da questão, referente à esfera civil. Contudo, o conhecimento de contexto não é apenas necessário para o cidadão comum participante do processo democrático de escolha de governantes. Também é essencial que os governantes e os gestores disponham de informação sobre o que ocorre à sua volta (Deutsch, [1966]; Downs, 1957). Este insumo de conhecimento visa a informar a tomada de decisões políticas, cujos resultados, segundo a perspectiva pluralista, vão influenciar a aquisição de votos.

Nem mesmo os governos, que são entidades dotadas de capacidade para conduzir grandes levantamentos de dados, têm condições de obter cotidianamente resultados de estudos ou pesquisas sobre ocorrências diárias (Lippmann, 2015 [1921]). Nessa linha, é possível afirmar que também os governos dispõem de uma capacidade limitada para produzir conhecimento relevante; e, portanto, a esfera política não detém o monopólio do conhecimento (Habermas, 1996, p. 378).

É a atividade jornalística que apresenta condições para fornecer o insumo informacional básico sobre o cotidiano; pois, conforme pontua Habermas (1996, p. 381), as estruturas de comunicação, devido à sua ligação com a vida privada, conseguem perceber e identificar novas situações ou problemas de uma forma que não é rivalizada pelo poder político central³⁶.

Entretanto, conforme pontuou Lippmann (2015 [1921]), é frustrada de origem a expectativa normativa de que o jornalismo tem condições informação suficiente para alimentar as implicações da teoria democrática, pois 1) nem os governos nem qualquer outra instituição

³⁶ Entre os temas que emergiram de grupos de interesse para o debate público por meio da mídia informativa, Habermas (1996, p. 381) elenca os riscos da corrida armamentista nuclear, pobreza no Terceiro Mundo, feminismo e imigrações.

tem a capacidade de fazê-lo, e 2) não devemos esperar do jornalismo o exercício formal de uma função institucional democrática (Lippmann, 2015 [1921], p. 364).

Autores como Cook (1998) elaboram uma divergência sutil sobre este último argumento de Lippmann (2015 [1921]) e propõem que, faltando à mídia um componente institucional *formal* para torná-la comparável uma instituição política (um parlamento, por exemplo), o jornalismo precisa ser compreendido “não como um conjunto de organizações diversas, ou mesmo um punhado de instituições individuais, mas coletivamente como uma única instituição social” (Cook, 1998, p. 64).

Mesmo que a proposta de Cook (1998, p. 64) não sugira inserir o jornalismo na esfera de decisão política, pois veículos de comunicação não têm a prerrogativa de decidir politicamente, é possível ainda assim aceitar a provocação e integrar as organizações jornalísticas no modelo pluralista como sendo grupos de interesse em si mesmos, e não apenas meios inertes de circulação de informação ou debate público.

No modelo democrático pluralista, a interação entre jornalismo e democracia se assemelha a um contrato social, no qual cada parte depende da outra para garantir sua própria existência (Sjøvaag, 2018; Strömbäck, 2005). Segundo essa interpretação, a democracia não pode ser imaginada como sendo um sistema de governo sem liberdade — e o papel central do jornalismo, tendo em vista a teoria democrática, seria o de informar o público sem censura. De um lado, o jornalismo precisaria da democracia, pois ela é a única forma de organização política que prevê liberdade de expressão e circulação de informação de forma independente do poder instituído.

Nessa perspectiva contratualista, um regime democrático cumpre sua parte do acordo quando assegura essas condições, permite o livre funcionamento de instituições midiáticas e não obstaculiza o serviço dos jornalistas (Strömbäck, 2005, p. 332). De outro, uma democracia só poderia funcionar a contento se os cidadãos dispuserem de um suprimento regular de informação sobre o cotidiano social e político, de modo a possibilitar o debate público, a fiscalização dos governantes e a tomada de decisões esclarecidas (Strömbäck, 2005, p. 332). Conforme elaboramos anteriormente, não somente os cidadãos “comuns” precisam de informação; uma democracia requer governantes e agentes públicos bem informados.

Em resumo, as interpretações pluralistas sobre a relação entre jornalismo e democracia asseveram que o jornalismo precisa ter assegurada liberdade de expressão, e a liberdade de expressão existe apenas onde vigora um formato democrático de organização política. Isso porque a democracia seria o único modo de organização política que prevê condições para o exercício do livre pensar — entendido também que o livre pensar é condição necessária para o jornalismo.

A democracia, por sua vez, se reforça ao contar com instituições e profissionais que produzam e circulem informação sobre o exercício do poder político, de modo a prover o conteúdo de que o cidadão necessita para lastrear suas escolhas. Ao longo do século 20, o jornalismo se estabeleceu como a prática social que cumpriria essa função (Christians et al., 2009).

O contratualismo subjacente à democracia pluralista pressupõe que o jornalismo, ao “descobrir segredos que não se quer divulgar” (Bucci, 2000, p. 42), teria, “de uma certa forma — ao menos moralmente — uma obrigação para com a democracia” (Strömbäck, 2005, p. 333). Donde um elemento desse contrato social requer que o jornalismo exerça seu trabalho

[...] de acordo com regras de conduta profissionalmente pactuadas, práticas estabelecidas e ética padronizada, e de acordo com os ideais democráticos de representação, deliberação e liberdade de expressão. Essencialmente, esse ideal expressa a noção de que o jornalismo deve beneficiar as pessoas, e não apenas aumentar os ganhos dos proprietários e investidores (Sjøvaag, 2018, p. 3).

A atribuição ao jornalismo de um papel democrático é sobretudo uma autoatribuição, por meio da qual o jornalismo ergue uma *defesa* para justificar o local privilegiado que ocupa na sociedade (Tuchman, 1980 [1978]). Afinal, ao atuar como o provedor preferencial de informação cotidiana, o jornalismo tem grande potencial de influir na sociedade civil e também no poder político (Joseph, 2013, p. 475).

Entre os principais efeitos sociais já documentados do jornalismo estão a capacidade de inserir e retirar temas do debate público, fornecendo e agendando assuntos sobre os quais as pessoas vão falar (McCombs e Shaw, 1972) e gerir a existência pública, conferindo e esvaziando *visibilidade* pública a pessoas ou organizações (Gomes, 2004, p. 116). Talvez não surpreenda que, devido à interação próxima com a classe política, jornalistas podem chegar até

mesmo a opinar pessoalmente aos representantes eleitos sobre temas relacionados a políticas públicas (Davis, 2007).

Enquanto algumas perspectivas sustentam que o jornalismo tem um dever congênito para com a democracia, Schudson e Tift (2005) apontam que o “compromisso normativo” do jornalismo para com a informação política e a democracia se sedimentou apenas no século 20. Contudo, o jornalismo que se caracteriza pela abordagem de assuntos políticos já existia anteriormente, quando da emergência da classe social burguesa que reivindicava participação política no século 18 (Habermas, 1996).

Na literatura liberal clássica podem ser encontrados os fundamentos filosóficos que favorecem tanto emergência da democracia quanto da prática do jornalismo. Frequentemente neste tocante são destacadas as concepções do poeta e apoiador do republicanismo John Milton (2008 [1644]), defensor da livre publicação; e do filósofo John Stuart Mill (2003 [1859]), que argumentava a favor da liberdade de expressão (Sjøvaag, 2018).

Em linhas gerais, essa linha de pensamento defende que para haver justiça é necessária a aceitação social das divergências de opinião. Um debate público e justo demandaria a garantia da liberdade de expressão; a qual, por sua vez, implicaria ter garantido o direito de publicação de conteúdo sem obstruções pelo poder instituído (Sjøvaag, 2018). Essas condições de liberdade estavam garantidas nos Estados Unidos desde os primeiros anos da independência do país.

O papel atribuído ao jornalismo na democracia recrudescer no desenvolvimento social dos Estados Unidos no século 19. Será argumentado em seguida que essa “expectativa normativa” (Habermas, 1996, p. 379; Strömbäck, 2005, p. 332) depositada sobre o jornalismo influenciou culturas jornalísticas mundialmente.

O uso da máquina a vapor no processo de impressão pela Inglaterra em 1814 e novas técnicas desenvolvidas nos EUA na década de 1830 fizeram multiplicar o número de jornais e a circulação (Briggs e Burke, 2020, p. 138). As novas prensas rotativas possibilitaram o surgimento de jornais mais baratos, que eram vendidos nas ruas, e traziam publicidade de todo tipo, os chamados *penny papers*, que tinham caráter de atividade comercial competitiva, (Sodré, 1999, p. 3). Os jornais passaram a manifestar independência política, uma postura

compatível com o modelo de negócios baseado em venda nas ruas para um público indiferenciado (Schudson, 1978, p. 22).

Os jornalistas passaram a ser contratados e assalariados, e destacados para trabalhar em locais específicos — tribunais, delegacias e mesmo em outros países. O novo padrão de organização do trabalho foi montado para otimizar a busca por notícias (Schudson, 1978, p. 25). Esse novo produto, a notícia, oferecia um relato de acontecimentos corriqueiros do cotidiano — eventos que os veículos tradicionais ignoravam, preferindo publicar opinião (Sodré, 1999, p. 4). A notícia se transformava na *mercadoria* que era empacotada e vendida pelos jornais.

A evolução do jornalismo no sentido de se tornar empreendimento de produção massificada e finalidade lucrativa impulsionou a profissionalização do jornalista, que passou a ser um técnico de nível superior, especialista no desenvolvimento da noção de *notícia factual cotidiana* (Schudson, 1978, p. 61-70).

Na expansão concomitante dos valores da democracia com os princípios de livre iniciativa de mercado, em um contexto crescente concentração de população em cidades, formava-se uma *sociedade democrática de mercado* (Schudson, 1978, p. 57-60). Nessa sociedade, ao menos idealmente, não pode haver lugar para privilégios de nascimento ou de pertencimento a determinados grupos (Schudson, 1978, p. 57-60): cada pessoa vale um voto — e o dinheiro que consegue por meio do próprio esforço.

A consolidação da notícia como o produto típico do jornalístico ocorrera nas décadas de 1830 a 1860. No final do século 19, foi a profissão de repórter que se valorizou e ganhou características diversas das que apresentava quando da popularização da imprensa informativa. Bacharéis se interessaram pelo trabalho nas redações, elevando não apenas a qualidade do texto, mas o nível mesmo da profissão (Schudson, 1978, p. 61-70): o jornalista deixava de ser visto como uma espécie de mascate de baixo letramento, não raro associado a arruaças e bebedeiras; e a atividade do repórter passava a ser encarada como uma carreira profissional, cuja qualidade conferia um diferencial comercial na concorrência entre jornais.

Desenvolveu-se uma cultura profissional jornalística que emprestou os padrões científicos de objetividade e empirismo para elaborar a epistemologia definidora do jornalismo como ainda se pratica atualmente (Hanitzsch, 2007, p. 375). Neste empréstimo da objetividade

científica, nos Estados Unidos da América, as liberdades de publicação e de expressão integravam um conjunto de valores essenciais da definição democrática do país, juntamente com a capacidade de voto e a livre candidatura.

No Brasil, a imprensa foi introduzida somente em 1808 com a transferência da família real portuguesa para a então colônia. Naquele ano foi lançada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal publicado em território brasileiro. Meses antes, contudo, fora lançado o primeiro jornal produzido por um brasileiro, o *Correio Braziliense*, que foi editado em Londres devido à censura prévia imposta pela coroa (Sodré, 1999, p. 20). De caráter opinativo e frequentemente crítico da administração portuguesa, foi extinto quando da independência do Brasil em 1822 (Bahia, 2009, p. 31).

No século 20, o modelo liberal democrático do jornalismo estadunidense se disseminou globalmente (Hanitzsch, 2007), de modo que se consolidou em uma ideologia ocupacional entre jornalistas em diferentes regiões do mundo (Deuze, 2005, p. 444). O marco normativo dessa ideologia pode ser localizado no relatório da Comissão Hutchins, datado de 1947 (Hutchins, 1947).

O surgimento de uma profusão de teorias normativas sobre o papel do jornalismo após a Segunda Guerra Mundial sinaliza que o meio acadêmico passou a direcionar seu esforço para explicar os efeitos da comunicação massiva (Hanitzsch e Vos, 2018). Nos Estados Unidos, um grupo de acadêmicos reunidos na Universidade de Chicago com o apoio da revista *Time* formou a Comissão sobre a Liberdade de Imprensa (conhecida como Comissão Hutchins³⁷) para estudar o estado da liberdade de expressão no país.

O documento resultante, o Relatório Hutchins (Hutchins, 1947), consolidou os princípios que viriam a orientar a concepção estadunidense/ocidental sobre o local do jornalismo em uma democracia — e, por extensão, forneceu os subsídios que serviram como guia da tradição normativa dos estudos sobre jornalismo. Veremos a seguir os elementos da proposta da Comissão Hutchins que balizam os estudos normativos.

³⁷ A comissão ficou conhecida pelo nome de Robert Hutchins, o então presidente da Universidade de Chicago e coordenador da iniciativa.

O Relatório Hutchins defende a liberdade de expressão como um valor fundamental para a liberdade, e estende suas conclusões a todos os meios de comunicação. Na proposta da Comissão, uma sociedade livre, democrática, só pode existir se nela houver liberdade de expressão, concluem os proponentes. Tanto os emissores quanto o público devem ser livres. Para os emissores, deve ser garantida a possibilidade de veicular publicamente seu conteúdo; mas também o público precisa ter a opção de escolher o conteúdo que deseja consumir — e, assim, a concentração de propriedade de mídia pode configurar uma ameaça à liberdade (Hutchins, 1947).

Conflito pode decorrer do processo comunicativo, e ele deve ser liberado, e não reprimido. O governo é a entidade que tem o poder e o dever de garantir o livre debate, inclusive impondo limites a si mesmo na sua atuação. Uma imprensa livre deve publicar uma pluralidade de pontos de vista, mesmo aqueles em discordância com relação aos dos proprietários. Informação veiculada pela imprensa deve ser verdadeira, ou no mínimo tentar sê-lo. Onde a plena liberdade de expressão demanda mecanismos de punição contra abusos como a publicação deliberada de conteúdo inverídico (Hutchins, 1947).

Diante do evidente poder da imprensa de influenciar a sociedade, o documento levanta a questão sobre a avaliação da performance informativa do jornalismo: “Claramente chegamos a uma era qualitativamente nova de responsabilidade pública para a imprensa; e torna-se uma questão imperativa se o desempenho da imprensa pode continuar a ser deixado à iniciativa não regulamentada dos emissores (Hutchins, 1947, p. 125)³⁸”.

A imprensa informativa deve continuar na iniciativa privada; mas ao mesmo tempo, desempenha “uma função pública necessária para a qual uma medida de prestação de contas (*accountability*) social seria apropriada” (Hutchins, 1947, p. 126); isso significa que o jornalismo precisa “assumir os objetivos [...] da comunidade como seus próprios objetivos” (Hutchins, 1947, p. 126). Mesmo sendo um negócio empresarial, ligado à indústria e ao mercado financeiro, a imprensa deve reconhecer que essa condição econômica contém uma ameaça à liberdade, e tentar evitar o “viés natural” que essa posição impõe.

³⁸ “Clearly a qualitatively new era of public responsibility for the press has arrived; and it becomes an imperative question whether press performance can any longer be left to the unregulated initiative of the issuers” (Hutchins, 1947, p. 125).

Alguns revisores consideram que o Relatório Hutchins apresentou recomendações moderadas (cf. McIntyre, 1987; Pickard, 2010). Contudo, o relatório foi prontamente rechaçado pela mídia informativa da época, quando não simplesmente ignorado (Nerone, 1995; Pickard, 2010). Mesmo o financiador da comissão, Henry Luce, proprietário da revista Time, tachou o texto de “desinteressante” (Pickard, 2010). Outros interpretaram, nas propostas da comissão, uma campanha totalitária rumo ao controle estatal da imprensa (Nerone, 1995; Paulino, 2010; Pickard, 2010).

No aniversário de 40 anos da publicação, foi registrada escassa referência ao trabalho da Comissão Hutchins nos veículos informativos, e mesmo na discussão acadêmica (cf. Gleason, 1998). Segundo algumas leituras críticas, o texto serviu muito pouco para ampliar liberdades de imprensa, sobretudo com relação aos direitos do público (Pickard, 2010), pois sua visão seria o resultado sobretudo de idealizações propostas por críticos de mídia (Blanchard, 1998).

Malgrado a aparente receptividade negativa do Relatório Hutchins, o texto teve, e ainda tem, grande influência na formação universitária de jornalistas, que o adotaram como guia para discussão sobre ética (Gleason, 1998; Pickard, 2010). Para alguns revisores do Relatório Hutchins, a influência da Comissão Hutchins teria sido sobretudo normativa (Christians et al., 2009; Hanitzsch e Vos, 2018; McIntyre, 1987; Pickard, 2010). Do ponto de vista teórico, é frequentemente destacado que a chamada Teoria de Responsabilidade Social da Imprensa (Siebert et al., 1956) foi o principal legado do Relatório Hutchins (Paulino, 2010)

A influência do Relatório Hutchins não se limitou aos Estados Unidos. As recomendações do Relatório Hutchins estão presentes em diretrizes da União Europeia (Nordenstreng, 1998) e das Nações Unidas (Pickard, 2010) sobre o direito à comunicação na democracia (Nordenstreng, 1998; Pickard, 2010). Esse é um indício de que o relatório impulsionou mundialmente as implicações normativas do *pluralismo* liberal obre o papel democrático do jornalismo.

A expansão mundial da concepção do papel do jornalismo na democracia é apontado com o um dos fatores que contribuem para a criação de uma discrepância que os jornalistas percebem entre a prática jornalística em cada país e a “expectativa normativa” (Habermas, 1996, p. 379; Strömbäck, 2005, p. 332) que se projeta sobre o trabalho da imprensa (Tandoc

Jr. et al., 2013). Tal resultado não pode ser totalmente inesperado: tendo em vista que um ideal jornalístico foi gestado em um país específico, é razoável esperar que, se a expectativa sobre o jornalismo residir na aplicação de um mesmo princípio em diferentes configurações políticas e sociais, problemas de compatibilidade.

2.3 Considerações sobre o capítulo

Neste capítulo, discutimos a evolução do papel político do jornalismo na democracia. Revisamos que a consolidação do papel democrático do jornalismo como fiscal do poder ocorreu nos Estados Unidos e no Canadá a partir do fim do século 19, e está imbricada com o desenvolvimento da técnica de reportagem factual objetiva, Schudson (2001). Neste sentido, a tese argumenta que a contribuição do relato jornalístico para a democracia pode ser entendida como uma questão de *performance*, na qual importa avaliar se o noticiário desempenha *bem* ou *mal* o papel de fiscal do poder.

Esse modelo de inspiração pluralista, é o padrão em relação ao qual numerosos estudos em comunicação política medem o grau de sucesso de um processo de *democratização* de vários países (Albuquerque, 2013, p. 744). Como resultado, numerosas avaliações sobre o jornalismo praticado nos mais diversos contextos nacionais se balizam pelo ideal estadunidense — e o resultado desse exame de performance jornalística costuma exibir uma discrepância que existe entre a “expectativa normativa” (Habermas, 1996, p. 379; Strömbäck, 2005, p. 332), empiricamente representada pelos ideais concebidos pelos jornalistas e a prática jornalística cotidiana (Hanitzsch e Vos, 2018, p. 147). No Brasil, a adoção do cânone da objetividade resulta de um processo muito diverso daquele ocorrido nos Estados Unidos (Sponholz, 2004, p. 150), mas o país acabou adotando elementos desse ideal após a redemocratização do país (Waisbord, 2000).

No próximo capítulo, veremos como a discussão sobre papéis jornalísticos evoluiu desde uma perspectiva funcionalista até uma noção de performance.

3 Papéis jornalísticos: do normativo à performance

O capítulo anterior argumentou que o papel político do jornalismo na democracia liberal se desenvolveu nos Estados Unidos do final do século 19 às primeiras décadas do século 20 (Sjøvaag, 2018). Esse papel caracteriza uma abordagem que compreende a informação jornalística — a notícia — como um serviço de utilidade pública, cujo objetivo mais importante é instruir o cidadão sobre os acontecimentos relacionados ao poder político, de modo a tornar possível, nas palavras de Siebert et al. (1956), “inspecionar o governo” (Siebert et al., 1956, p. 3).

Para que o exercício deste papel democrático seja bem sucedido, é esperado do produtor de notícias uma atuação *objetiva*. Em outras palavras, o jornalista precisa seguir protocolos rigorosos de coleta, tratamento e publicação dos dados, além de demarcar claramente a separação entre fatos e opiniões. Isso porque, nessa perspectiva, apenas o relato objetivo cumpre a função de prover informação confiável o suficiente para municiar o público — seja da sociedade civil ou do corpo político.

Este capítulo resume a literatura sobre papéis sociais exercidos pelo jornalismo. O objetivo do capítulo é sumarizar o campo de estudos e estruturar os conceitos a serem mobilizados na análise empírica da cobertura do Enem 2009. Uma grande quantidade de estudos busca entender o jornalismo a partir dos papéis sociais que os profissionais da notícia desempenham (cf. Cohen, 1970 [1963]; Herscovitz, 2012; Janowitz, 1975; Weaver et al., 2007; Weaver e Wilhoit, 1986; 1991; 1996; Weaver e Willnat, 2012; Willey, 1942; Wu et al., 1996) seja de forma direta ou indireta, contemplando uma não menos extensa variedade de perspectivas teóricas e metodológicas.

Existem duas grandes tendências nas pesquisas sobre papéis jornalísticos. Na primeira vertente, um grupo de estudos sociológicos que emerge na segunda metade do século 20, se dedica a classificar os padrões dos ideais dos profissionais da notícia (Cohen, 1970 [1963]; Johnstone et al., 1972; Weaver e Wilhoit, 1986). Esse tipo de estudo se ocupa em compreender o que os jornalistas *concebem* pessoalmente como a função de sua prática profissional. Por meio de questionários, entrevistas em profundidade, etnografias ou grupos focais, os estudos

exploram especialmente como os profissionais compreendem seu papel no domínio da política. Alguns estudos também interrogam as expectativas do público leitor quanto ao produto informativo que consomem. Ainda nessa veia se encontram discussões de natureza normativa sobre qual o papel que o jornalismo, como prática social, exerce (ou deveria exercer) na democracia.

Estudos recentes (Hanitzsch e Vos, 2018; Hanusch, 2019; Mellado, 2015) propõem que o jornalismo exerce uma gama ampla de papéis sociais, dos quais um se refere à interação com a política. Ganhando volume sobretudo a partir dos anos 2000, essa vertente preconiza que os papéis do jornalismo deve ser estudados também no nível de *performance*. Ou seja, por meio da análise de conteúdo das notícias publicadas.

Em outras palavras, essas pesquisas analisam o texto dos materiais noticiosos, e interrogam quais marcas de estilo textual podem indicar os papéis exercidos. O cotejamento de ideais concebidos pelos jornalistas e os padrões do conteúdo publicado sugere que existe uma discrepância (*gap*, na expressão original) entre a ideia pessoal do jornalista (papel concebido) e o que podemos auferir por meio da leitura do produto da atividade noticiosa (Tandoc Jr. et al., 2013).

Nessa perspectiva, o papel jornalístico deve ser compreendido como uma performance (Mellado, 2015). Isso porque, defendem esses estudos, a notícia não é o resultado de uma produção individual, mas um construto coletivo; o texto jornalístico deriva de uma série de operações e fatores concorrentes cujo resultado é o conteúdo manifesto que público recebe. Outra proposta central desse grupo está no questionamento da centralidade dos papéis relacionados à política.

Nesse sentido, atribuir centralidade à interação entre jornalismo e política incorre em deixar de lado outras contribuições do jornalismo para a coletividade. Especificamente, esses estudos apontam que uma fração majoritária da pesquisa sobre papéis jornalísticos se dedica a efetuar avaliações normativas sobre a qualidade da contribuição do jornalismo para a democracia ou sobre as condições políticas que possibilitem o exercício da livre expressão. Frutos dessa crítica podem ser encontrados em estudos sobre papéis jornalísticos típicos das editoriais de estilo de vida (Hanusch, 2019) ou de serviços (Eide e Knight, 1999).

Ambas as grandes correntes mencionadas coexistem na atualidade da pesquisa em jornalismo. Essa tese apresenta uma contribuição à corrente da performance de papel jornalístico, sem desprezar a relevância do corpo de estudos estabelecido sobre os papéis jornalísticos centrados na política. A seguir, será resumida a evolução da pesquisa na área.

3.1 Papéis jornalísticos como agenda de pesquisa

Na definição do jornalismo como profissão, parece inescapável uma reflexão sobre os papéis que ele exerce na sociedade (Mellado, 2019; Mellado et al., 2016). Portanto, a agenda de pesquisa sobre papéis jornalísticos é central para o campo da pesquisa em comunicação (Mellado et al., 2016). Discutir papéis jornalísticos torna-se ainda mais pertinente ao considerarmos que o jornalismo profissional é uma atividade recente, surgida no século 20 (Schudson, 1978), e que enfrenta fortes redefinições após sucessivas introduções de novas tecnologias (O'Sullivan e Heinonen, 2008).

No estabelecimento do jornalismo como ofício, profissionais desenvolveram padrões referenciais de atuação; e, nesse processo, se estabeleceram ideais profissionais (Schudson, 2001). Entre essas ideias, seguramente a objetividade é a mais difundida. Trata-se de um “ritual estratégico” (Tuchman, 1972), um conjunto de procedimentos ao qual os jornalistas recorrem para legitimar suas tomadas de decisão (Tuchman, 1980 [1978]); mas cuja introdução no jornalismo resulta em um empréstimo das ciências empíricas (Ward, 2015).

Contudo, exames da relação entre ideais ou valores jornalísticos concebidos normativamente e a prática da produção noticiosa frequentemente encontram um fosso. Essa disparidade entre ideal e aplicação motiva caracterizações do jornalismo antes como uma “comunidade interpretativa” (Zelizer, 1993), na qual o discurso compartilhado explica melhor a coesão entre os membros desse coletivo profissional do que os ideais concebidos pelos praticantes. Investigar papéis jornalísticos a partir da performance pode fornecer uma chave para reposicionar os estudos sobre jornalismo a partir da perspectiva profissional.

De um ponto de vista sociológico, “papéis se referem ao conjunto de comportamentos e atitudes que se pensa pertencerem juntos, de modo que um indivíduo é visto como agindo de

forma consistente ao desempenhar os vários componentes de um único papel e de forma inconsistente quando não o faz” (Turner, 2001, p. 233).

Papéis se referem a normas, valores e padrões que definem expectativas partilhadas sobre como pessoas ou organizações humanas deveriam operar; mas também contém um elemento descritivo, que busca informar como pessoas ou organizações efetivamente operam. Portanto, papéis sociais encerram aspectos tanto *normativos* quanto *empíricos* (Norris, 2000, p. 12). São um *como-se-deve-fazer* e um *como-se-costuma-fazer*. Compreender a produção jornalística pela óptica da representação de papéis sociais é uma chave para avaliar a performance jornalística. Eles operam em dois níveis: individual (o jornalista) e coletivo (o veículo midiático).

A interrogação específica sobre o papel do jornalismo na sociedade já constava dos primeiros estudos sociológicos sobre *comunicação de massa* realizados na primeira metade do século. Por exemplo, Willey (1942), em seu estudo sociológico sobre os jornais, já se interrogava as motivações pelas quais historicamente publicações dos mais diversos formatos e conteúdos eram designadas pela mesma palavra, *jornal*. A resposta do autor caracteriza o jornalismo como instituição social, um “padrão de comportamento do grupo, juntamente com os objetos relacionados, que evoluiu para atender às necessidades específicas de uma sociedade” (Willey, 1942, p. 19, tradução própria).

Na perspectiva do sociólogo estadunidense, a chave para definir o jornal como instituição social, que evolui historicamente, é definir as *funções* que ele exerce na sociedade. Willey (1942) propõe que o jornal exerce seis funções: *noticiosa*, ao oferecer relatos sobre ocorrências recentes; *editorial*, ao comentar acontecimentos e opinar sobre o mundo; *contextualização*, ao fornecer elementos que enriquecem a informação e melhoram a compreensão das notícias; *entretenimento*, ao elaborar material de natureza variada com o objetivo de divertir e entreter; *publicitária*, ao divulgar informação comercial; e *enciclopédica*, quando providencia material não noticioso com o objetivo de elevar o nível de conhecimentos gerais do leitor. Essas categorias funcionais não são estanques; de modo que uma notícia pode ser publicada não por sua *significância* (neste ponto, ele sinaliza uma teoria do valor-notícia), mas apenas para divertir. A depender da *seleção* ou da *maneira de apresentação*, notícias podem moldar opiniões com mais força de editoriais (uma sutil antecipação dos estudos de enquadramento). Nesta perspectiva, até mesmo anúncios podem ter valor informativo.

Um dos pontos centrais da perspectiva de Willey (1942) está na rejeição em valorar uma função jornalística em detrimento das demais. Ao comentar avaliações de autores que denunciam a qualidade dos jornais, Willey (1942) aponta que as críticas costumavam avaliar apenas a função *noticiosa*. Entretanto, um jornal oferece muito mais do que apenas informação factual. A explicação que Willey (1942) oferece para as diferenças entre os jornais (histórica e contemporaneamente) consiste na variação do peso relativo das funções na composição da publicação. Para Willey, essa diferença é puramente contingencial, e “[...] determinadas funções desempenhadas por jornais em geral ou individualmente são, em grande parte, um acidente histórico. Não há nada de fatalista ou inevitável na forma particular que o padrão tomou” (Willey, 1942, p. 20, tradução própria).

Nessa perspectiva, a história do jornalismo é a “história de mudanças na forma como os jornais variaram na performance destas funções; o padrão variou no tempo e no espaço” (Willey, 1942, p. 21, tradução própria). Vale notar que Willey já sugeria haver um aumento da *função de entretenimento* no conteúdo jornalístico. O argumento central é que a transformação dos jornais resulta de transformações na sociedade, não sendo “[...] conscientemente planejada, no sentido de que um grupo de editores em reunião formal decide que mais quadrinhos e menos notícias estrangeiras devem prevalecer” (Willey, 1942, p. 22, tradução própria). A hipótese que ele lança para explicar a mudança no padrão dos jornais estadunidenses será defendida décadas mais tarde (cf. Schudson, 1978): para Willey (1942), a causa está na crescente urbanização e o desenvolvimento de uma economia de mercado, com o surgimento de uma classe média alfabetizada a partir da década de 1830.

Em resumo, Willey (1942) pontuou que a discussão sobre papéis jornalísticos se caracterizava pelo caráter normativo, voltado para a avaliação da qualidade do exercício dos papéis políticos. De certa forma, Willey (1942) antecipa a proposta de alguns autores que escrevem a partir dos anos 2000 (Hanitzsch e Vos, 2018; Mellado, 2015): nessa perspectiva, a postura normativa predominante poria em risco uma compreensão ampliada do jornalismo, na medida que sistematicamente desconsidera a grande diferença entre o que se espera teoricamente dessa prática profissional e a realização quotidiana (Tandoc Jr. et al., 2013).

Propostas sociológicas funcionalistas formuladas em meados do século 20 fundamentaram os estudos pioneiros sobre os veículos de comunicação. Por exemplo, Lasswell

(1948) continua define um rol de *funções* exercidas pelos *meios de comunicação de massa*, ampliando o escopo da questão que Willey (1942) direcionara especificamente aos jornais.

Em seu célebre artigo, Lasswell (1948) descreve três funções básicas desempenhadas pelos veículos de comunicação: *vigilância do ambiente*, relativa ao fluxo de informação sobre o que ocorre dentro e fora da sociedade; *correlação entre partes da sociedade*, compreendida como interpretação de acontecimentos; e *transmissão cultural entre gerações*, compreendida como difusão de normas e valores.

Wright (1960) também retoma Willey (1942) em dois pontos: primeiramente, ao acrescentar a função de *entretenimento* ao conjunto de Lasswell (1948). Em segundo lugar, ao associar as funções de *vigilância* à produção e circulação de notícias; e a função de *correlação*, aos editoriais. Esse modelo teórico funcionalista de Willey (1942), Lasswell (1948) e Wright (1960) terá uma alta influência nos subsequentes estudos normativos sobre jornalismo (e sobre a mídia, de forma geral).

A terminologia funcionalista segue, até os dias atuais, uma “espinha dorsal” para estudos normativos, assim como para estudos analíticos sobre papéis jornalísticos (Hanitzsch e Vos, 2018). Essa influência pode ser atribuída a duas características dessa proposta. Primeiramente, a abordagem funcionalista sugere que existem usos muito distintos para cada veículo de comunicação, e que esses usos (ou efeitos) não podem ser guiados, determinados a priori pelos produtores.

Uma segunda utilidade reside em ao poder descritivo, que se revela uma ferramenta de precisão na construção de objetos de pesquisa. A simplicidade do esquema funcionalista facilita a compreensão e a assimilação por pesquisadores e também pelo público leigo (Hanitzsch e Vos, 2018). Um resultado visível são as pesquisas empíricas sobre produtores de conteúdo e audiências. Contudo, conforme observam Hanitzsch e Vos (2018, p. 147), ambas as tradições de pesquisa sobre papéis jornalísticos, analítica e normativa, chegaram a um ponto em que se descolam da realidade jornalística. Para Hanitzsch e Vos (2018, p. 147), essa desconexão se origina na orientação ocidental dos autores das pesquisas, o que acaba resultando no destaque conferido à contribuição da mídia para a democracia.

O estudo de Cohen (1970 [1963]) apresenta outra contribuição importante à compreensão da profissão jornalística. Usualmente lembrado como o formulador da hipótese

do *agenda-setting*³⁹, Cohen (1970 [1963]) foi pioneiro também na pesquisa empírica de papéis do jornalismo, ao investigar jornalistas especializados em política externa nos Estados Unidos.

Elaborando sobre um grande número de entrevistas com profissionais do noticiário de política exterior, ele classificou dois papéis desempenhados pelos jornalistas (ou, antes, dois conjuntos de papéis). No papel *neutro*, o jornalista se presume provedor objetivo de informação factual ou interpretativa (distinta de opinativa), mesmo reconhecendo que existe alguma espécie de uso político da imprensa pelos políticos. O jornalista *participante*, por sua vez, tem uma visão de si mais próxima da concepção de imprensa como quarto poder: ele se concebe como uma espécie de representante do público, ou crítico do governo; ou ainda como um defensor de certas políticas, alguns chegando a se definir como *policymakers*.

Cohen (1970 [1963]) parece perceber que existe uma distância entre as concepções profissionais informadas ao pesquisador pelos repórteres e o desempenho dos jornalistas. Segundo Cohen (1970 [1963], p. 46), os papéis *participantes*, na ideologia da imprensa estadunidense, estão adscritos às sessões de opinião. Na dinâmica cotidiana, contudo, a divisão de funções não segue necessariamente o preceito ideológico; de modo que elementos opinativos estão presentes em notícias — sem que, com isso, seja abalada a ideologia da separação entre notícia e comentário: “Mas esses papéis [...] quando exercidos por repórteres, são legitimados essencialmente na prática, e não por uma bem entendida “teoria” (Cohen, 1970 [1963], p. 46).

Janowitz (1975) propõe uma tipologia binária semelhante à de Cohen (1970 [1963]). Para Janowitz (1975), ao exercer o papel *porteiro* (*gatekeeper*), o jornalista busca se aproximar do ideal científico de objetividade⁴⁰, pois aplica métodos que separam informação de opinião.

³⁹ Cohen (1970 [1963], p. 13) sintetiza a ideia central do *agenda-setting* nesta frase: “Isto quer dizer, então, que a imprensa é significativamente mais do que um fornecedor de informação e opinião. Pode não ser bem sucedida a maior parte do tempo em dizer às pessoas o que devem pensar, mas é espantosamente bem sucedida em dizer aos seus leitores sobre o que devem pensar”. (“This is to say, then, that the press is significantly more than a purveyor of information and opinion. It may not be successful much of the time in telling people what to think, but is stunningly successful in telling its readers what to think about”). Uma década após Cohen sugerir a proposta, (McCombs e Shaw, 1972, p. 177), testaram empiricamente a hipótese do agendamento.

⁴⁰ A teoria do empréstimo da objetividade científica pelo jornalismo nos Estados Unidos será argumentada historicamente por Schudson (1978).

O objetivo desta prática seria o de desenvolver uma expertise que possibilitasse a formação de um campo profissional jornalístico e um senso de responsabilidade profissional.

Ainda segundo Janowitz (1975), críticas ao ideal da objetividade disparadas por acadêmicos e pares profissionais teriam influenciado alguns jornalistas dos anos 1960 a adotar um papel ativo na promoção de equilíbrio entre pessoas menos favorecidas no debate público e também a elevar o tom crítico a instâncias governamentais. Esse último comportamento seria típico da segunda modalidade, chamada de *jornalista-defensor (advocate-journalist)*.

Contrariamente a Cohen (1970 [1963]), que evita elaborar preferências normativas sobre qual seria a postura jornalística mais adequada⁴¹; Janowitz (1975) deixa clara sua predileção por um dos papéis, o *porteiro (gatekeeper)*, que ele entende como mais alinhado a ideais democráticos. O estilo *defensor*, no máximo, não passaria de um coadjuvante, que precisa se profissionalizar rumo a um ideal de “independência”. Na perspectiva de Janowitz (1975), esses dois papéis são inconciliáveis; portanto, o aperfeiçoamento do jornalismo demandaria um aprofundamento da clivagem entre as duas posturas; e, não, um ajuste:

A resolução da dicotomia entre as perspectivas do porteiro [*gatekeeper*] e do defensor não reside numa síntese mecânica, mas numa diferenciação clara. A tarefa central do jornalista – dada tanto a ambiguidade do modelo defensor como a centralidade da informação para uma sociedade democrática – recai no papel de guardião. O papel do defensor como um papel distinto e secundário, para persistir com eficácia e responsabilidade, exigirá um elemento de profissionalização para assegurar a sua independência e definir os seus limites e potencialidades (Janowitz, 1975, p. 662).

Johnstone et al. (1972) sofisticam a análise da dicotomia neutro/participante do *papel concebido* (que eles chamam de *funções midiáticas*) ao propor um *modelo de influências sociais nos valores jornalísticos*. A partir de estudo de larga escala, que coletou mais opiniões de mais de mil jornalistas, os autores criaram um modelo para explicar a manifestação dos diferentes papéis profissionais baseado em cinco atributos do profissional: 1) quantidade e tipo de educação recebida, 2) idade e tempo de profissão, 3) comunidade onde vive e ambiente organizacional; 4) atual posição no trabalho 5) padrões de integração social e profissional. Os resultados sugerem que uma concepção de *neutralidade* é o resultado da combinação de três fatores: 1) formação pelo jornalista no trabalho e não na Academia, 2) atuação em cidades

⁴¹ “O argumento aqui [...] não é que seja errado o repórter fazer essas coisas [...]” (Cohen, 1970 [1963], p. 46).

menores e 3) longevidade no trabalho. Esses fatores, sustentam os autores, parecem ser reforçados pelo nível de relações formais com a comunidade. Já uma visão *participante* seria tributária de 1) formação em educação superior, reforçada pela 2) vida em grandes cidades e 3) pelo convívio frequente com outros jornalistas. A metodologia de Johnstone et al. (1972) terá grande influência em estudos posteriores. Especificamente, o questionário formulado por Johnstone et al. (1972) servirá de modelo para uma série de estudos nas décadas seguintes, sobre jornalistas dos Estados Unidos e também nas pesquisas que fizeram comparações internacionais, realizadas a partir dos anos 2000, conforme veremos a seguir.

Weaver e Wilhoit (1986; 1991; 1996) e Weaver et al. (2007) construíram um método a partir dos procedimentos de Johnstone et al. (1972), e propõem quatro conjuntos de papéis jornalísticos: *disseminador*, *intérprete*, *adversário* e *populista mobilizador*. O método do painel foi estendido em um estudo comparado incluindo 22 países (Weaver e Willnat, 2012). Neste estudo os papéis de *disseminador*, *intérprete* e *adversário* são citados pelos profissionais como as concepções consideradas mais relevantes; contudo, a hierarquia dos papéis atribuída por jornalistas na maior parte dos países difere muito da escala reportada pelos profissionais dos Estados Unidos. No caso do Brasil, o papel considerado “extremamente importante” pela maior parte dos jornalistas⁴² foi o intérprete (72%), seguido por disseminador (38%). Os estadunidenses seguiram valorando o papel que apresenta uma postura jornalística mais fiscalizadora; e, de certa forma, “adversária” (*watchdog*).

Estudos sobre o jornalismo praticado em países “não ocidentais” reforçam o argumento de que existem diferentes valorações dos papéis jornalísticos. Uma das noções que expressa essa variação é a de *jornalismo de desenvolvimento*. Nessa perspectiva, o jornalista adota uma postura intervencionista com a intenção de educar o público e advogar por mudanças sociais (Chalkley, 1980; Kalyango et al., 2017). A origem desta modalidade de jornalismo é atribuída ao resultado treinamento para formação de novos jornalistas realizado nas Filipinas em 1968 (Xiaoge, 2009), o jornalismo de desenvolvimento foi sobretudo o resultado de um método de ensino de jornalismo aplicado em iniciativas de comunicação comunitária no sudeste asiático (Maslog, 1985; Verghese, 1976). Esse modelo também encontra conflitos: nas Filipinas da

⁴² O survey brasileiro foi feito em 2009, com amostra de 506 pessoas (Weaver e Willnat, 2012, p. 4).

década de 1980, reporta (Shafer, 1998), houve uma divisão de posições, e jornalistas formados com valores ocidentais acusavam o jornalismo de desenvolvimento de ser uma forma governamental de controlar a mídia. Discutindo a situação da mídia informativa na África subsaariana pós-colonial, (Odhiambo, 1991, p. 28) sustenta que o jornalismo de desenvolvimento “falhou em cumprir seus objetivos professados”. Contudo, um estudo recente sobre oito países asiáticos e da África subsaariana sugere que jornalistas de países em desenvolvimento privilegiam exercer um papel educativo em detrimento consciente do desempenho de funções do tipo *cão de guarda*. (Kalyango et al., 2017).

Até os anos 2000, as pesquisas sobre papéis jornalísticos se ocupavam de captar, por meio de entrevistas ou questionários, as percepções dos jornalistas sobre seu trabalho (cf. Herscovitz, 2005). Subjacente a essa abordagem estava a premissa de que o modo como o jornalista concebe o papel social de sua atuação terá influência decisiva no conteúdo publicado. Investigações a exemplo do amplo panorama internacional coordenado por Weaver e Willnat (2012) sobre o valor atribuído pelos jornalistas de países diversos a seu papel na sociedade sugeriam a existência de discrepâncias entre a prática cotidiana dos jornalistas e o ideal do jornalismo político e objetivo estadunidense.

Uma corrente de pesquisa que emerge nos anos 2010 elabora sobre os resultados de Weaver e Willnat (2012), e parte do pressuposto de que existe uma discrepância entre as percepções emitidas pelos jornalistas sobre seu papel social e a atuação deles no cotidiano profissional (Hanitzsch e Vos, 2018; Mellado, 2015; Mellado et al., 2021; cf. a pesquisa brasileira de Schmitz, 2018; Tandoc Jr. et al., 2013). Esse ponto de partida se traduziu em uma importante mudança metodológica: os estudos passaram a identificar os papéis jornalísticos no conteúdo das notícias.

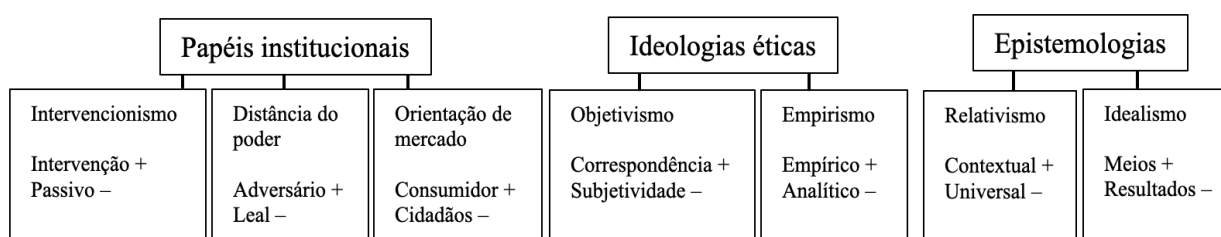
Pesquisas recentes sobre papéis jornalísticos voltaram-se para estudar o conteúdo publicado, considerando elementos textuais como índices do papel efetivamente desempenhado (. Outra característica importante dos trabalhos recentes é que eles procederam à construção de uma teoria sobre os papéis jornalísticos {cf. Hanitzsch, 2007; Hanitzsch e Vos, 2018; Mellado, 2021}. Em comum com os trabalhos dos anos 2000 (Weaver e Willnat, 2012), a pesquisa recente adota a prática de realizar grandes investigações comparadas, usando dados de vários países (Mellado et al., 2017). À diferença de pesquisa precedentes (cf. Weaver e Willnat, 2012), numerosos trabalhos recentes (cf. Mellado et al., 2021; Stępińska et al., 2016)

se fundamentam na teorização específica sobre papéis jornalísticos; enquanto as pesquisas anteriores não contavam com uma teoria consolidada sobre papéis jornalísticos.

A teorização sobre papéis jornalísticos foi consolidada nos trabalhos de Hanitzsch (2007) e Mellado (2015). Hanitzsch (2007) propôs uma teoria que organiza os papéis jornalísticos descritos na literatura em torno de três componentes constituintes da cultura profissional jornalística: papéis institucionais, epistemologias e ideológicas éticas. Agrupados sob esses grandes elementos, estão tipos de posturas jornalísticas (chamadas pelo autor de “dimensões”); o exercício dos papéis organizados sob essas dimensões, por sua vez, pode se expressar em intensidades variadas. A Figura 3 ilustra o esquema teórico proposto por Hanitzsch (2007).

A teorização sobre papéis jornalísticos foi consolidada nos trabalhos de Hanitzsch (2007) e Mellado (2015). Hanitzsch (2007) propôs uma teoria que organiza os papéis jornalísticos descritos na literatura em torno de três componentes constituintes da cultura profissional jornalística: papéis institucionais, epistemologias e ideológicas éticas. Agrupados sob esses grandes elementos, estão tipos de posturas jornalísticas (chamadas pelo autor de “dimensões”); o exercício dos papéis organizados sob essas dimensões, por sua vez, pode se expressar em intensidades variadas. A Figura 3 ilustra o esquema teórico proposto por Hanitzsch (2007).

Figura 3. Organização dos papéis jornalísticos segundo três componentes da cultura profissional.



Fonte: Hanitzsch (2007, p. 317). Tradução nossa.

No componente *epistemologias*, estão organizadas as concepções sobre os pressupostos filosóficos que são instrumentais para o jornalista desempenhar sua função. Este é o local das posturas em relação ao *objetivismo* jornalístico na representação da realidade; e ao *empirismo*,

como Hanitzsch (2007) identifica o nível de predileção do jornalista pelas explicações baseadas em fatos, ou, em um polo oposto, no raciocínio abstrato.

O autor propõe ainda uma terceira supercategoria de componente cultural, na qual se reúnem as práticas jornalísticas de acordo com as concepções de ética profissional. Neste grupo está o debate sobre a universalidade dos valores jornalísticos (*relativismo*) e a discussão a respeito dos limites da ação profissional (*idealismo*).

A proposição teórica de Hanitzsch (2007) representa um esforço organizador pioneiro na história dos estudos de papéis jornalísticos, pois o autor coligiu estudos esparsos sobre o tema e os posicionou em uma mesma matriz de classificação. Contudo, o trabalho se circunscreve ao domínio analítico abstrato, não apontando para a possibilidade de se testar empiricamente a concepção que ele apresenta. Essa integração entre teoria e metodologia na pesquisa sobre papéis jornalísticos pode ser encontrada na proposta teórica de Claudia Mellado (2015).

Com base em uma revisão de literatura, Mellado (2015) elaborou uma classificação de papéis desenhada de modo a possibilitar a detecção dos papéis jornalísticos empiricamente. Para tanto, ela propõe que os papéis também podem ser mensurados no conteúdo efetivamente publicado; ou, como ela afirma, em nível de *performance*, e não apenas no nível de concepção ou idealização dos profissionais. O pressuposto que anima a perspectiva da performance de papéis jornalísticos é o de que o ideal imaginado pelo jornalista sobre seu fazer profissional não constitui sozinho um preditor confiável para interpretarmos qual é o papel efetivamente desempenhado. Onde Mellado (2015) argumenta que o estudo de papéis jornalísticos deve também incluir o conteúdo publicado.

Mellado (2015) organiza os papéis sociais jornalísticos em três domínios: *presença da voz do jornalista*, *relações com o poder* e *abordagem à audiência*. Quanto à *presença da voz do jornalista*, o papel *intervencionista* se refere ao grau de envolvimento pessoal do jornalista ou institucional do jornal no conteúdo, manifestado na presença de sua *voz* por meio da emissão de opinião ou interpretação.

Na dimensão de *relação com o poder*, o papel *watchdog* descreve uma atitude fiscalizadora sobre poderes instituídos, na qual o jornalista atua como guardião da democracia ou dos interesses da coletividade. Em contraste com o “cão-de-guarda” anterior, o tipo *leal-*

facilitador se refere a posturas submissas com relação às elites, em defesa dos interesses de governos e grupos econômicos. Outro uso do papel leal-facilitador o associa ao jornalismo de desenvolvimento, no qual a imprensa informativa busca apoiar esforços de desenvolvimento por parte de governos, ou favorecer a coesão entre membros de uma coletividade.

No tocante à *abordagem à audiência*, o papel *cívico* se refere ao jornalista que se posiciona como fomentador do debate público; e o faz ao abordar temas relevantes para a vida pública, estimular a participação cívica dos cidadãos e indicar questões-chaves para ação governamental. Por sua vez, o jornalista pratica um *serviço* quando seu texto estabelece uma relação comercial com o público. Neste padrão jornalístico, o veículo provê conteúdo sobre bens e serviços para uma audiência cliente/consumidora de produtos informativos. Os problemas tendem a ser apresentados como individuais; mas também podem estar relacionados a grupos de pressão organizados em torno de interesses específicos. O jornalismo de *entretenimento*, ou *infotenimento*, se orienta por uma concepção mercadológica; entrega “aquilo que o povo quer”: conteúdo de estímulo sensorial, emocional, de diversão e relaxamento para um público de espectadores.

Por um lado, a teoria de Mellado (2015) é uma reelaboração da organização proposta por Hanitzsch (2007), na qual grandes categorias (dimensões, no termo usado pelos autores) aglutinam papéis sociais de acordo com um componente da cultura profissional jornalística. Entretanto, Mellado (2015) apresenta uma proposta que operacionaliza a teoria de modo a testar empiricamente os construtos propostos; enquanto a proposta de Hanitzsch (2007) se encerrava na descrição do esquema analítico, sem fornecer uma proposição metodológica que possibilite a mensuração da ocorrência das categorias em um texto de notícia. Essa tese elabora sobre a proposta de Mellado (2015), porque ela consegue realizar a integração teórico-metodológica na pesquisa sobre papéis jornalísticos.

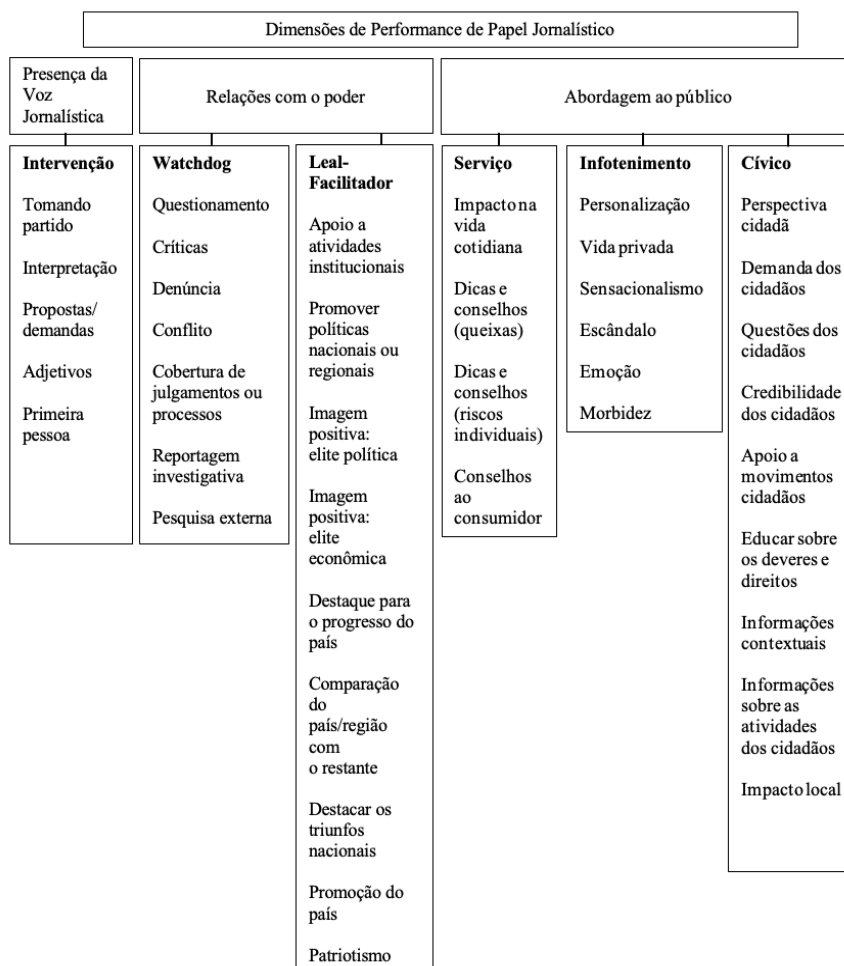
Conforme está desenvolvido em detalhe no Capítulo 4, e com fundamento no esquema teórico-metodológico proposto por Mellado (2015)⁴³, a performance de papéis jornalísticos foi medida por meio da análise do conteúdo de notícias publicadas durante a crise Enem 2009 nos

⁴³ A proposta teórico-metodológica de Figura 4.

três principais jornais brasileiros⁴⁴. Essa identificação dos papéis foi operacionalizada por meio do emprego de indicadores.

Os indicadores são elementos textuais cuja presença em um texto sugere a ocorrência de um papel jornalístico. Cada papel possui um conjunto de indicadores associados a ele. Por exemplo, *uso de primeira pessoa* e *interpretação* são indicadores do papel *intervencionista*; enquanto *questionamento* e *crítica* denotam a presença de um papel *watchdog*. A ocorrência de um número de indicadores em um texto sugere que houve maior ou menor presença de um papel jornalístico naquele conteúdo. Um dos principais pressupostos da tese é o de que os papéis podem co-ocorrer em um mesmo texto, e este fenômeno de incidência (Mellado, 2021). A Figura 4 resume a proposta teórico-metodológica de Mellado (2015).

Figura 4. Teoria da performance de papéis jornalísticos (Mellado, 2015)



Fonte: Mellado (2015, p. 7). Tradução nossa.

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

A abordagem teórico-metodológica delineada acima é o fundamento da pesquisa *Journalistic Role Performance*, que comparou a performance de papel jornalístico de 18 países de regiões diversas, incluindo o Brasil e outros países da América Latina. A investigação internacional (Mellado et al., 2021) encontrou os resultados dispostos na Tabela 5. No Brasil, foram analisados os jornais O Estado de S. Paulo (N = 745), Folha de S. Paulo (N = 860), O Globo (N = 834) e Zero Hora (N = 310).

Tabela 5. Performance de papel jornalístico em 18 países. Mellado et al. (2021).

<i>País/ Papel Jornalístico</i>	<i>Estados Unidos</i>	<i>Rússia</i>	<i>Grecia</i>	<i>Espanha</i>	<i>Hungria</i>	<i>Suíça</i>	<i>Polónia</i>	<i>Alemanha</i>	<i>México</i>	<i>Cuba</i>	<i>Argentina</i>	<i>Brasil</i>	<i>Chile</i>	<i>Malásia</i>	<i>Filipinas</i>	<i>China</i>	<i>Irlanda</i>	<i>Hong Kong</i>	<i>Total</i>
Intervencionista	.32 (.19)	.24 (.24)	.25 (.25)	.19 (.23)	.26 (.27)	.21 (.22)	.27 (.28)	.22 (.17)	.14 (.21)	.19 (.25)	.30 (.21)	.12 (.18)	.23 (.20)	.15 (.19)	.15 (.11)	.24 (.19)	.09 (.17)	.25 (.17)	.21 (.21)
Watchdog	.09 (.11)	.07 (.09)	.12 (.14)	.12 (.14)	.09 (.15)	.02 (.05)	.13 (.16)	.08 (.13)	.09 (.13)	.01 (.05)	.08 (.12)	.09 (.14)	.01 (.05)	.05 (.10)	.04 (.09)	.01 (.04)	.05 (.11)	.01 (.11)	.06 (.11)
Leal-Facilitador	.01 (.04)	.05 (.12)	.05 (.10)	.03 (.08)	.01 (.05)	.01 (.03)	.02 (.07)	.01 (.04)	.04 (.11)	.34 (.26)	.03 (.08)	.03 (.10)	.01 (.05)	.11 (.13)	.01 (.04)	.03 (.07)	.02 (.09)	.01 (.03)	.03 (.10)
Cívico	.12 (.15)	.09 (.11)	.11 (.17)	.04 (.12)	.02 (.09)	.01 (.05)	.06 (.13)	.05 (.10)	.08 (.15)	.07 (.16)	.07 (.16)	.05 (.11)	.03 (.07)	.08 (.15)	.03 (.07)	.00 (.00)	.03 (.10)	.00 (.00)	.05 (.12)
Infotimento	.07 (.13)	.07 (.13)	.06 (.10)	.02 (.07)	.07 (.15)	.04 (.10)	.10 (.19)	.09 (.15)	.04 (.11)	.00 (.00)	.09 (.17)	.05 (.11)	.08 (.15)	.08 (.14)	.03 (.08)	.04 (.10)	.03 (.10)	.06 (.12)	.06 (.13)
Serviço	.02 (.07)	.05 (.13)	.04 (.13)	.03 (.11)	.06 (.17)	.02 (.07)	.07 (.17)	.03 (.09)	.03 (.10)	.03 (.11)	.04 (.13)	.04 (.13)	.04 (.12)	.04 (.11)	.05 (.12)	.00 (.03)	.03 (.13)	.00 (.12)	.03 (.12)

Fonte: Mellado et al. (2021). Tradução nossa. Resultado apresentado em média. Desvio padrão entre parênteses.

Mellado et al. (2021) sugerem que Brasil se destaca como o segundo país menos intervencionista, atrás apenas da Irlanda, e apresenta um nível alto de jornalismo *watchdog*, semelhante ao dos Estados Unidos. O papel leal-facilitador foi o que apresentou menor expressividade no Brasil, mas a prática no país parece ser muito mais frequente bi país do que em democracias estabelecidas a exemplo de Estados Unidos, Alemanha ou Suíça. As hipóteses desta tese foram elaboradas com base nos dados dispostos no estudo de Mellado et al. (2021) resumido acima. O Capítulo 5 discutirá os resultados da tese em comparação com as descobertas de Mellado et al. (2021).

3.2 Considerações sobre o capítulo

A pesquisa sobre papéis jornalísticos remonta aos primeiros estudos da sociologia da comunicação social realizados na primeira metade do século 20. A orientação funcionalista desses estudos pioneiros influenciou os estudos seguintes sobre o papel do jornalismo na sociedade — sobretudo os estudos normativos que buscam avaliar se o jornalismo está praticando a contanto a função de utilidade pública na democracia. Estudos de campo de larga escala realizados nos Estados Unidos na década de 1980 e 1990 iniciaram a oferta de dados empíricos sobre as concepções dos jornalistas sobre a profissão.

Ao adaptar e empregar esses métodos de questionário para respondentes de vários países, pesquisas realizadas nas décadas de 1990 e 2000 sugeriram a existência de várias diferenças entre os valores declarados e os praticados pelos jornalistas. A partir da década de 2000, uma vertente de estudos vem organizando teoricamente e metodologicamente a investigação sobre papéis jornalísticos, e propõe que a detecção de papéis jornalísticos também deve ser efetuada por meio de análise de conteúdo das notícias publicadas.

A principal proposta teórico-metodológica dessa vertente recente é a *performance de papéis jornalísticos* de Claudia Mellado (2015). Essa perspectiva fundamenta a pesquisa internacional *Journalistic Role Performance* (JRP), realizada em 18 países, Brasil e América Latina inclusos. O estudo mais recente da JRP (Mellado et al., 2021) forneceu o ponto de partida da tese pela tese para a elaboração das hipóteses. O próximo capítulo detalha os métodos da tese para viabilizar a implementação dessa proposta teórica.

4 Método, material, procedimentos

Quanto à estratégia a adotar para compreender a cobertura do Enem 2009, esta pesquisa realizou um estudo de caso. Isso porque o estudo de caso foca o entendimento da dinâmica presente em configurações pontuais (Eisenhardt, 1989). A intenção foi compreender um fenômeno social complexo, contemporâneo, no qual estão pouco claras as fronteiras entre o fenômeno e o contexto. Em defesa do estudo de caso, Flyvbjerg (2006, p. 221) aponta o que chamou de cinco mal-entendidos mais comuns contra essa estratégia de pesquisa: 1) conhecimento teórico (independente de contexto) é mais valioso que conhecimento prático (dependente de contexto); 2) não é possível generalizar a partir de um caso, portanto estudos de caso não contribuem para o desenvolvimento científico; 3) estudos de caso são úteis para formular hipóteses, sendo apenas um estágio inicial de pesquisa rumo ao definitivo teste estatístico; 4) estudos de caso contém viés de verificação, e tendem a confirmar as noções prévias do pesquisador; 5) sumarizar dados e desenvolver proposições gerais e teorias é muito difícil a partir de casos específicos.

Ao criticar as conclusões acima, Flyvbjerg (2006) argumenta que 1) a natureza do conhecimento avançado atribuído a especialistas advém justamente da capacidade de esses indivíduos cruzarem milhares de casos individuais acumulados em seu repertório, de modo a tomar melhores decisões; e não na habilidade de adaptar fórmulas abstratas a casos concretos. Adicionalmente, afirma que as ciências sociais falharam em sua tentativa de construir uma teoria preditiva nos moldes das ciências naturais. Portanto, é próprio das ciências sociais ofertar um sólido conhecimento dependente de contexto, para o qual o estudo de caso é especialmente valioso. 2) Numerosos exemplos extraídos da história das próprias ciências naturais demonstram o valor da observação acurada de poucos casos no estabelecimento de conhecimento científico teórico válido, e os exemplos podem ser encontrados até nos dias atuais. 3) Os estudos de casos críticos ou extremos podem ser usados para testar hipóteses; pois nessas situações mecanismos e atores sociais básicos se ofertam claramente à observação, tornando possível uma categorização de elementos rara em um caso típico. 4) Viés de verificação é um risco inerente à produção de conhecimento, não apenas dos estudos de caso, e isso já era apontado desde o século 19. 5) Sumarizar estudos de caso nos moldes das ciências

naturais prejudica a apreensão da riqueza narrativa própria dessa estratégia de pesquisa (Flyvbjerg, 2006).

A tese que apresento pode ser entendida como um *estudo de caso desviante*, na conforme descrito por George e Bennett (2005, p. 111) — no qual a manifestação pouco usual de um fenômeno já descrito (os papéis jornalísticos) conduz à elaboração de novas variáveis que vão retroalimentar a teoria de base; dessa forma a escolha por um estudo de caso apresenta uma contribuição às formulações teóricas recentes sobre papéis jornalísticos discutidas no Capítulo 3, notadamente às de Hanitzsch (2007) e Mellado (2015).

Neste trabalho, a ferramenta de análise do material noticioso empregada foi a análise de conteúdo, definida nos termos de Krippendorff (2004, p. 8) como “uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas partindo dos textos (e outros materiais significativos) rumo aos contextos de seu uso”. Essa ferramenta pretende fornecer, ainda segundo o autor, um caráter científico à abordagem de significados de um material textual.

A análise de conteúdo possui ao menos quatro características metodológicas. 1) Primeiramente, a análise de conteúdo evita a “contaminação” dos dados pelo pesquisador, pois se trata de uma técnica não-obstrutiva; ou seja, o material de análise não é produzido pelo pesquisador por meio de interação com os sujeitos. 2) Análise de conteúdo pode tratar como dados o material não-estruturado. Dados relevantes para uma análise de conteúdo são aqueles que já foram produzidos por um agente não pesquisador, e essa condição dificulta a análise imediata — pois a primeira etapa desse tipo de análise deve ser a de estruturar os dados, tornando o texto um corpus. Contudo, dados não-estruturados tendem a preservar as disposições próprias empregadas pelas fontes na produção de significados, e isso amplia as possibilidades de análise. 3) Dados trabalhados na análise de conteúdo também fazem sentido para outros. Portanto, outras pessoas já fazem uso dos dados e esses usos precisam ser levados em consideração no processo analítico, diferentemente de dados experimentais, por exemplo. 4) Análises de conteúdo podem lidar com grandes quantidades de dados. Uma vez que os procedimentos devem ser explícitos e claros, vários codificadores podem ser instruídos para lidar com o material, tornando possível o trabalho com extensos volumes de material (Krippendorff, 2004).

O material de análise da pesquisa consistiu de textos jornalísticos informativos, somente reportagens, estando excluídas as seções de opinião. Tendo em vista a tipologia de Krippendorff (2004), revisada acima, textos jornalísticos são dados não-estruturados, em oposição aos dados ditos estruturados — estes últimos, produzidos pelo investigador com o objetivo de efetuar uma análise. Sem dúvida, a não estruturação dos textos jornalísticos impõe uma limitação ao pesquisador, pois é necessário primeiramente organizá-los de modo a torná-los aptos ao trabalho de pesquisa.

A dificuldade no trato de textos jornalísticos informativos decorre do fato de que notícias e reportagens publicados em veículos de comunicação não foram produzidos com o objetivo inicial de serem usados como material de pesquisa. Neste sentido, o texto jornalístico é uma manifestação *espontânea* do veículo de comunicação. Essa espontaneidade do texto jornalístico o torna um material de pesquisa valioso, pois 1) o pesquisador não interfere na produção do material de pesquisa, a reportagem. Tal condição espontânea tende a minimizar, senão eliminar, a interferência do pesquisador na construção dos dados; 2) notícias e reportagens são produzidas pelo jornal para atingir objetivos próprios da profissão, e não aos objetivos de uma pesquisa — de modo que a análise desses textos tem alta utilidade para a compreensão do fazer profissional jornalístico; 3) uma vez que notícias e reportagens publicadas estão disponíveis para um público amplo, para além do meio científico, pessoas alheias à pesquisa fizeram uso do material, e têm condições de auditar a pesquisa. Portanto, a pesquisa que usa textos jornalísticos publicados apresenta um potencial de transparência a um só tempo para o público amplo e para o meio científico. Em se tratando do meio acadêmico, textos jornalísticos apresentam uma vantagem adicional: devido ao fato de estarem disponíveis para um público amplo, cada notícia e reportagem pode ser usada em múltiplas investigações, servindo facilmente para tentativas de replicação dos resultados. Feitas as observações acima, a seguir serão apresentadas as etapas desta pesquisa.

4.1 Primeira etapa: definição do corpus e coleta de dados

O objetivo desta pesquisa foi analisar a performance de papel jornalístico dos jornais na cobertura do Enem 2009. Os jornais analisados foram O Estado de S. Paulo (ESP), Folha de

S. Paulo (FOL) e O Globo (GLB). Esses veículos exerceram protagonismo na cobertura: ESP revelou o vazamento da prova do Enem, episódio que deu início a uma crise na entidade organizadora, o Ministério da Educação; FOL também esteve envolvida no episódio da revelação do vazamento, e divulgou informação exclusiva sobre o caso; GLB, assim como FOL, demonstrou interesse especial pelo caso ao fornecer alguma informação exclusiva, que ampliou o conhecimento sobre o assunto. Além disso, GLB integra o Grupo Globo, organização midiática proprietária de uma revista semanal que entrevistou com exclusividade o principal suspeito. O período escolhido foi 1º de outubro a 22 de dezembro de 2009, intervalo que abrange todo o período da crise Enem 2009: em 1º de outubro, ESP divulgou o vazamento da prova, e a crise teve início. Em 22 de dezembro, os jornais anunciaram a posse do novo presidente do Inep, Joaquim José Soares Neto — acontecimento que marca o encerramento da crise⁴⁵.

A análise foi feita sobre conteúdo informativo: notícias e reportagens. Correntemente com a proposta de Mellado (2015), o conteúdo opinativo foi excluído da análise, pois se trata de textos que não têm o objetivo de narrar acontecimentos. Com o objetivo de prover um panorama descritivo amplo da cobertura, o material coletado foi categorizado, mesmo que os textos não noticiosos tenham sido excluídos da análise de conteúdo. As categorias de texto foram elaboradas tomando por base a tipologia proposta por Melo e Assis (2016): *gênero* (natureza do conteúdo) e *tipo* (formato de publicação do material). Outro critério de categorização foi o grau de relevância de temas relacionados à crise Enem 2009 no conteúdo da matéria: *central*, quando temas relacionados à crise são o conteúdo principal; *secundário*, quando algum dos temas da crise é citado apenas para contextualizar outro assunto; e *irrelevante*, quando a matéria não menciona ao menos um dos temas.

Segundo o gênero, o material coletado pode ser *informativo*, quando traz conteúdo noticioso; *humorístico*; *declaratório*, quando traz conteúdo de opinião de pessoas externas ao jornal; *opinativo*, quando traz conteúdo de posicionamento pessoal escrito com objetivo de publicação, assinado tanto por jornalistas quanto por especialistas, convidados ou leitores; e *utilitário*, quando traz conteúdo de serviço.

⁴⁵ Cf. Capítulo 1.

Quanto ao tipo, as matérias foram agrupadas nas seguintes categorias: *artigo*, texto opinativo assinado por pessoa externa ao jornal, sem regularidade; *caixa*, material posicionado dentro de uma delimitação gráfica (linhas), traz geralmente informação de apoio a um texto; *chamada de capa*, matéria localizada na capa do jornal ou na primeira página de um caderno⁴⁶, cumpre uma dupla função: remeter a um item publicado nas páginas internas e assinalar os itens que o jornal considera mais relevantes na edição; *coluna*, texto opinativo, periódico, assinado por jornalista ou colaborador; *crítica*, texto opinativo que avalia manifestação artística; *editorial*, texto opinativo que manifesta o posicionamento do veículo; *enquete*, pequenos levantamentos informais de opiniões da população ou de especialistas sobre um tema específico, pode ser publicado tanto em formato de estatística descritiva quanto em formato de artigo curto; *entrevista*, texto em formato de diálogo direto, apresenta perguntas do jornalista, respostas e reações do interlocutor de forma a transmitir o momento da conversa; *nota*, texto curto, geralmente suplementa outra matéria; *notícia*, matéria informativa de registro factual, apresenta em seu início um resumo do acontecimento: o que ocorreu, envolvidos, período, circunstância, local e consequências; *reportagem*, matéria informativa que aborda um tema, não necessariamente factual.

O tipo chamada de capa foi subcategorizado em *manchete*, a principal chamada do jornal (possuem títulos com letras de tamanho superior às demais chamadas e que ocupam várias colunas); *chamada de capa*, quando não recebe o maior destaque; *chamada de caderno*, o mesmo que chamada de capa, mas posicionado na primeira página de uma seção interna.

Outro critério de categorização do material foi a menção, no texto, de ao menos um dos temas relacionados à crise: vazamento da prova, cancelamento/adiamento da realização do exame, consequências (ações do governo, agentes públicos, instituições ou pessoas). Coletei apenas matérias que mencionem a crise Enem 2009 no título ou no *lead*. Neste trabalho, *lead* corresponde aos dois primeiros parágrafos do texto. A próxima tarefa consistiu em coletar o material.

O trabalho de pesquisa sobre material da mídia informativa apresenta diversos desafios. O primeiro deles é o acesso a edições passadas de jornais. A consulta a edições anteriores de

⁴⁶ Cadernos são as subdivisões internas temáticas de um jornal.

jornais pode ser feita por três meios principais: em bibliotecas, nas sedes dos jornais ou por meio do recurso de acervo, disponibilizado na internet pelos principais veículos. Os dois primeiros métodos, bibliotecas e arquivos dos jornais, provêm registros confiáveis do conteúdo publicado; pois o papel impresso é uma garantia da origem do material, uma vez que se trata do produto efetivamente publicado e veiculado. Em contrapartida, bibliotecas podem não dispor da totalidade do corpus proposto. Por sua vez, o acesso a arquivos de jornais apresenta a desvantagem de requerer o comparecimento do pesquisador à sede dos veículos, além do pagamento de tarifas de uso, de modo que se trata de um método de coleta custoso.

De todo modo, ambas as alternativas, bibliotecas ou consulta aos arquivos demandariam um investimento de tempo que praticamente inviabilizaria essa pesquisa de doutorado; pois, mesmo que tivéssemos garantido o acesso à totalidade do material publicado, haveria uma dificuldade extra na coleta: a busca por material relevante deveria ser efetuada por meio da leitura de cada edição. Considerando que cada jornal publica 365 edições anuais, cada uma contendo, por exemplo, 100 páginas; uma consulta ao material publicado em um ano inteiro demandaria folhear a desafiadora quantidade de 36,5 mil páginas.

Em seguida à leitura, seria necessário fotocopiar cada página de interesse. Concluída a coleta, o pesquisador se veria rodeado por talvez dezenas de quilos de papel — ou, para sua decepção, talvez mesmo não teria encontrado mais do que algumas folhas com notícias relevantes. Por fim, a organização e o tratamento do corpus demandariam a digitalização do material — seja por meio de dispositivos com recurso de reconhecimento de caracteres (o chamado OCR) ou via digitação do texto em softwares. Não é preciso muita consideração para antever os altos riscos de erros envolvidos nestas modalidades de organização de dados. Por mais qualidade que os OCR atualmente apresentem, podemos esperar inúmeros erros de transposição do meio físico para o digital. Transcrever os textos, por sua vez, adicionaria tempo e o fator do erro humano. Donde concluímos que, para o pesquisador em nível de doutorado que conta com escassos recursos e um prazo exíguo, consultar material impresso mostrou-se proibitivo.

Uma terceira alternativa de coleta são os acervos digitais de jornais, disponíveis na internet. Esta alternativa apresenta diversas vantagens. Primeiramente temos o acesso fácil, rápido e de baixo custo. Acervos digitais estão acessíveis em qualquer local que disponha de acesso à internet, e consultá-los costuma demandar uma assinatura de valor módico. Outro

ponto positivo é a possibilidade de se conseguir cópias das páginas sem custo adicional. É possível também armazenar as páginas em um dispositivo de uso local e nomeá-las conforme a necessidade. Usar páginas digitalizadas facilita a organização do corpus ao reduzir o tempo de classificação do material coletado; e ao possibilitar o acesso recorrente.

Adicionalmente às vantagens citadas, os acervos virtuais são equipados com mecanismos de busca de matérias por meio de palavra-chave. Esse recurso otimiza a triagem ao permitir ao usuário percorrer milhares de páginas em segundos, apresentando como resultado apenas as edições que contenham os termos de interesse. Essas características positivas nos levaram a optar por usar os acervos em vez de buscar jornais em meios físicos.

Mesmo considerando a limitação de tempo para realização da pesquisa e estimulados pelo recurso de busca dos acervos, sabemos que esses recursos também comportam algum risco de erros. O perigo principal que esperamos encontrar nos mecanismos de busca foi a possibilidade de a ferramenta disponibilizada pelos jornais não retornar todos os textos publicados que contenham as palavras-chaves. Se este lapso ocorresse, a coleta de dados estaria em risco de perder confiabilidade. A falta de confiabilidade nos dados, por conseguinte, seria uma ameaça à validade dos resultados.

A necessidade de assegurar a validade da pesquisa demandava encontrar acervos digitais alternativos para encontrar notícias sobre o Enem 2009. Duas soluções se apresentavam viáveis: serviços de clipping de notícias⁴⁷ e bases de dados especializadas em coleta e tratamento de material jornalístico.

O primeiro ponto positivo do clipping é que ele consiste de um banco de dados de material jornalístico coletado na mesma data da publicação pelos veículos. Devido a essa característica, o clipping opera de forma similar às bibliotecas, ao armazenar diariamente o conteúdo de veículos de comunicação — ressalvada a diferença de que atualmente os serviços de clipping dificilmente armazenam ou fornecem material impresso. A experiência profissional do pesquisador no uso desse tipo de serviço me informava que o clipping oferece ao usuário acesso ao banco de dados da empresa por meio de mecanismos de busca por palavra-chave; e adicionalmente forneciam relatórios quantitativos simples com a frequência da ocorrência dos

⁴⁷ *Clipping*, ou clipagem, é um serviço de coleta de notícias que oferece a busca por informação de interesse do cliente, publicada em veículos de comunicação.

termos pesquisados. Não menos positiva para a pesquisa é a disponibilidade do acesso ao clipping: a partir de qualquer terminal de computador com acesso à internet é possível ter acesso ao banco de dados do serviço. Devido à alimentação cotidiana do banco de dados, a busca por palavras-chave e à capacidade de gerar cadernos com textos, esperamos que o clipping tenha potencial para servir como nossa principal referência de coleta. Dessa forma, a quarta fonte de dados que adotei na pesquisa foi um serviço de clipping de notícias contratado pelo Ministério da Educação.

A terceira fonte de dados usada consistiu da base de dados Factiva⁴⁸. Trata-se de um serviço que coleta e armazena conteúdo de veículos de comunicação de forma automatizada. Neste ponto, a base Factiva se assemelha ao clipping. A principal diferença entre os dois serviços mencionados está no mecanismo de busca. O serviço de clipping disponível para uso nesta pesquisa permitia o uso de conectivos simples de lógica na construção da expressão da demanda ao banco de dados. Outra limitação do clipping era o número de caracteres máximo permitido para a expressão: 200 caracteres.

Adiante detalho o procedimento de coleta de dados. Início com a descrição da operação de busca nos acervos de O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo, jornais que foram escolhidos por terem publicado as reportagens que acrescentaram informação inédita na cobertura da crise. Em seguida, apresento a busca realizada no sistema do serviço de clipping. Em uma subseção posterior esclareço a técnica de uso do banco de dados da Factiva. Por fim, avalio a experiência do uso das três fontes.

⁴⁸ O uso da base Factiva (<https://www.dowjones.com/professional/factiva/>) foi franqueado pela Université du Québec à Montréal (UQAM).

4.1.1 Acervos de jornais

No acervo do ESP⁴⁹, o usuário tem disponíveis os elementos básicos de uma busca. Na página de abertura, existe um campo de preenchimento no qual o usuário pode informar seu termo de busca. Acessível apenas após realizada uma busca simples, a avançada é o de um formulário que será familiar para os usuários de mecanismos de busca da internet, conforme mostra a Figura 5. Podemos informar frases exatas, buscar todas as palavras, assim como excluir páginas que contenham frases exatas ou qualquer palavra. A busca pode abranger todo o acervo, somente capas ou ainda apenas material censurado.

Figura 5. Resultado de busca no acervo do ESP

The screenshot displays the search interface of the 'Acervo do ESP' website. At the top, there is a navigation bar with links to 'Acervo', 'Classificados', 'Estrádio', 'E+', '#FERA', 'Jornal do Carro', 'Link', 'Paladar', 'PME', and 'Rádio Eldorado'. Below this, a secondary navigation bar lists categories: 'PÁGINAS DA HISTÓRIA', 'PÁGINAS CENSURADAS', 'TÓPICOS', 'PERSONALIDADES', 'LUGARES', 'NOTÍCIAS', 'HISTÓRIA DO GRUPO', and 'LINHA DO TEMPO'. The main search area shows a search box with the term 'Enem' and a 'Buscar' button. Below the search box, there are tabs for different content types: 'notícias' (8036), 'fotos' (749), 'tv estação' (99), 'podcasts' (74), 'especiais' (14), and 'acervo' (5601). The search results are displayed as 'RESULTADO DE BUSCA PARA ENEM (5601)'. There are radio buttons to filter the search: 'Em todo o acervo' (selected), 'Somente capa', and 'Somente material censurado'. Below this, there are sections for 'Acervo (5599)' and 'Notícias (2)'. A 'FECHAR BUSCA AVANÇADA' link is visible. The advanced search section includes fields for 'Buscar páginas que contenham:' (with 'Frase exata' and 'Todas as palavras' options) and 'Excluir páginas que contenham:' (with 'Frase exata' and 'Qualquer palavra' options). There is also a 'Filtrar por data ou período' section with a 'DÉCADA' dropdown menu (1870-2010) and a 'BUSCAR' button. Below this, there are two bar charts: 'FILTRAR POR EDIÇÃO' (showing 'Edição SÃO PAULO' selected) and 'FILTRAR POR PERÍODO' (showing a bar chart for the years 2000-2009). The right sidebar contains 'Veja o jornal do dia:' (04 Janeiro 1875), 'PÁGINAS HISTÓRICAS' (Proclamação da República), 'Há 100 anos' (HÁ UM SÉCULO O QUE ERA NOTÍCIA EM 1920), 'NO DIA QUE NASCI' (VEJA O JORNAL DAQUELA DATA), and 'TÓPICOS' (Primeira Guerra, Caetano, Gisele Bündchen).

Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo.

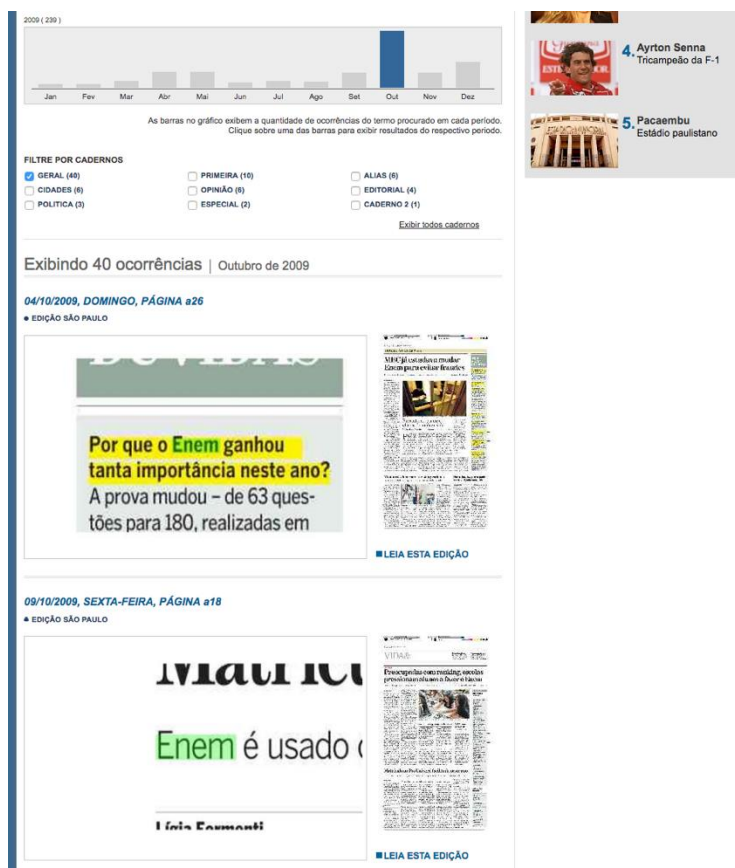
Um detalhe a ser observado na busca no ESP é o filtro por edição, localizado acima do filtro de década. Por ele é possível escolher entre dois tipos de edição: São Paulo e Brasil. Segundo o jornal, o fechamento da edição São Paulo ocorre após o fechamento da edição

⁴⁹ Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/>.

Brasil; de modo que pode haver diferenças entre as duas. Ocorre que a consulta a edições anteriores realizada diretamente por seleção de data, sem termo de pesquisa, retorna a edição Brasil, e isso não é informado. Dessa forma, uma consulta ao jornal publicado em 01/10/2009 encontrará uma capa que não anuncia a descoberta do vazamento do Enem.

O último nível de refinamento temporal da busca é o mês, não sendo possível refinar a

Figura 6. Resultado de busca no acervo do ESP (continuação)



Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo.

busca por data específica, conforme mostra a Figura 6. Como resultados da busca, o ESP apresenta imagens de excertos de textos que contêm a palavra-chave destacada com marcador; mas as ocorrências são listadas em ordem aparentemente aleatória, e não há recurso de ordenamento por antiguidade. É possível refinar por *caderno*; contudo, não por *editoria*, se for o caso de um caderno conter mais de uma seção. O seletor de período se apresenta como um gráfico de barras da frequência de páginas encontradas, com desagregação até o nível de mês.

Ao selecionar um dos resultados, abre-se uma tela dividida em duas. Na parte superior, está a página selecionada; abaixo, um menu de navegação com miniaturas das páginas da

edição daquele dia, em ordem crescente de numeração — mas não agregadas por editorias nem por cadernos; de modo que cabe ao leitor passar página por página para chegar a uma editoria de interesse.

O acervo do ESP impõe a maior dificuldade para busca no acervo em comparação com FOL e GLB. Uma coleta de material publicado pelo ESP que dependa exclusivamente do acervo on-line enfrentará esse obstáculo: a limitação — dificilmente justificável — do mecanismo de busca do acervo do ESP. Esse mecanismo de busca de baixa oferta de refinamento da pesquisa torna qualquer busca no acervo do ESP uma tarefa temporalmente dispendiosa e com alto risco de erros. Diante desse entrave, recomendamos o uso de uma base de dados se a pesquisa abranger um corpus de dimensões elevadas.

A FOL⁵⁰ apresenta o mecanismo de busca mais amigável dentre os três. O visual é simples, e os filtros permitem refinamento temporal ao nível de data. É possível escolher um período específico, de modo a selecionar resultados localizados entre dois meses, assim como ordenar os resultados por antiguidade de publicação. A apresentação dos resultados ocorre em uma tela que exibe até 25 ocorrências em formato de imagem da página inteira (Figura 7).

Figura 7. Tela do acervo da FOL.

The screenshot shows the search interface for the FOL digital archive. At the top, there is a navigation bar with 'acervoFOLHA' and 'ENTRAR'. Below it, a search bar contains the following filters: 'todos:Enem', '01/10/2009 - 31/12/2009', and 'Folha de S. Paulo'. A 'BUSCAR' button is visible. Below the search bar, there is a 'Busca Avançada' link. The main content area shows search results for 'JORNALIS' and 'CADERNOS'. The 'JORNALIS' section shows 'FOLHA DE S. PAULO' with 105 results. The 'CADERNOS' section shows a list of categories with checkboxes and counts: TODOS (105), COTIDIANO (35), FOVEST (31), PRIMEIRO CADERNO (21), ILUSTRADA (6), COTIDIANO 2 (3), FOLHATEEN (2), ESPECIAL RETROSPECTIVA (2), CLASSIFICADOS - EMPREGOS (2), INFORMÁTICA (1), and DEMAIS CADERNOS (7). Below the categories, there is a grid of newspaper page thumbnails. The thumbnails are labeled with dates and issue numbers: 05/10/2009 Nº 29.405 - Ano 89, 05/10/2009 Nº 29.405 - Ano 89, 06/10/2009 Nº 29.406 - Ano 89, 06/10/2009 Nº 29.406 - Ano 89, and 06/10/2009 Nº 29.406 - Ano 89. There is also an 'Ordenar por' dropdown menu set to 'Mais antigas'.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo.

⁵⁰ Disponível em <https://acervo.folha.com.br/>.

Ao selecionar uma das páginas, abre-se a visualização individual, que permite aproximação com rolagento do mouse. Na parte inferior da tela existe um menu de navegação por editoria que exibe as primeiras páginas de cada seção, possibilitando saltar rapidamente entre páginas (Figura 8). Malgrado a facilidade de uso, o mecanismo da FOL não parece

Figura 8. Exibição de página individual. Acervo FOL.



Fonte: Jornal Folha de S. Paulo

assegurar uma busca confiável. O acervo da FOL não exibe resultados de busca com a palavra “Enem” nos dias 1º a 4 de outubro, de modo que os resultados referentes a essas datas foram encontrados no clipping e na base de dados Factiva. Uma vez que nem a Factiva nem o clipping fornecem as capas da FOL, recorreremos a cada edição publicada no acervo para realizar a coleta de dados das capas desse jornal.

Da mesma forma que o ESP, o arquivo do GLB⁵¹ apresenta em sua página principal apenas um campo de busca simples, no qual se deve informar o termo de pesquisa. Efetuada a busca simples, a tela de exibição do resultado oferta os filtros avançados em um menu localizado na lateral esquerda: *todas essas palavras*, correspondente à busca simples, já vem

⁵¹ Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>.

preenchido pelo termo recém informado; *qualquer uma dessas palavras*; *nenhuma dessas palavras*; e *expressão exata* (Figura 9).

Diferentemente do ESP, aqui não há um campo específico que permita excluir páginas

Figura 9. Tela do acervo do GLB.

The screenshot shows the 'ACERVO O GLOBO' website interface. At the top, there's a search bar with the text 'PESQUISAR NO SITE DO ACERVO O GLOBO' and a 'BUSCAR' button. Below the search bar, there are navigation tabs: 'CAPA', 'EM DESTAQUE', 'FATOS HISTÓRICOS', 'RIO DE HISTÓRIAS', 'FOTOGALERIAS', 'FRASES', 'CHARGES E HUMOR', and 'PROPAGANDA'. A secondary search bar is located below the navigation tabs, with the text 'PESQUISAR NO ACERVO DE PÁGINAS DIGITALIZADAS' and dropdown menus for 'DÉCADA', 'ANO', 'MÊS', and 'DATA'. The main content area shows '1,168 resultados encontrados' and a grid of search results. The left sidebar contains filters for 'Localizar páginas com', 'Período', and 'Ordernar por'. The search results are displayed in a grid format, with each result showing a thumbnail, a title, and a date/page reference.

Fonte: Jornal O Globo

que contenham uma frase exata. Existe um filtro de data semelhante ao do ESP, que possibilita refinamento por década, ano e mês; mas o GLB oferta um nível de refinamento a mais que o ESP: a data exata. Também o GLB, diferentemente do ESP, permite ordenar resultados segundo critérios de relevância, e antiguidade. É possível filtrar por editoria e suplementos ou exibir apenas cadernos especiais e edições extras. Acima do menu de filtragem, um contador anuncia o número de resultados encontrados. Este total representa a soma de ocorrências das três abas da página de resultados. Da mesma forma que no ESP, o seletor de período se apresenta como um gráfico de barras da frequência de páginas encontradas, com desagregação até o nível de mês.

À direita da página da busca estão dispostos os resultados, no formato de imagens das páginas inteiras. Aqui temos outro contador, que informa a quantidade de páginas de que constam os resultados. Esta parte da página inclui três abas, localizadas no topo: na primeira, estão as páginas digitalizadas; na segunda, apenas as matérias digitalizadas, livres de anúncios; a terceira traz os *destaques*, um recurso encontrado apenas no GLB. Trata-se de uma série de textos que resumem e contextualizam o tema pesquisado. Além do texto, cada destaque contém uma coleção de páginas digitalizadas, suas respectivas matérias e uma fotogaleria. Os textos de destaques do Enem datam de 2017, e merecem atualização anual. Os *destaques* demonstram o esforço do GLB de tornar o acervo um recurso informativo, para além de meramente um depósito de material antigo.

As abas *páginas* e *matérias* exibem até 20 registros. Na parte inferior da exibição existe um mecanismo de passagem das páginas de resultados. Cada imagem de resultado traz abaixo de si uma descrição de data da publicação, editoria e página, de modo que a seleção dos resultados se torna simples. De imediato, notamos que algumas páginas constam em duplicidade. Ao comparar duas páginas que contenham os mesmos descritivos (data, seção e página), notamos mais um ponto positivo do acervo do GLB: o jornal disponibiliza duas versões da página quando existe uma diferença entre a primeira edição fechada no dia e a definitiva. Comparamos as versões duplicadas originadas do acervo com as coletadas por meio de clipping e as extraídas da Factiva, e descobrimos que os textos de Factiva e clipping correspondem à última edição do GLB produzida em cada data.

4.1.2 Clipping

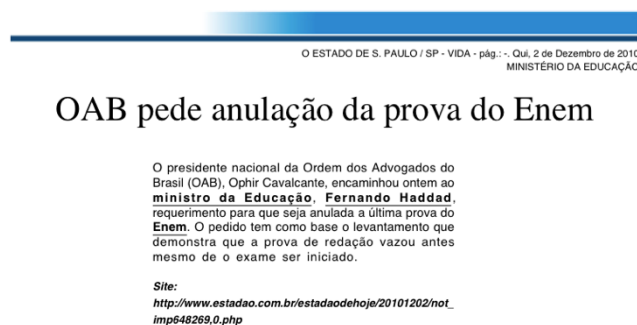
Contamos com a possibilidade de que os mecanismos de busca dos acervos dos jornais de interesse da coleta de dados possam negligenciar resultados, seja devido a falhas de software ou motivado por erros humanos no tratamento do material. Visando a elevar a confiabilidade da coleta, buscamos outro recurso para cotejar os resultados: o clipping de notícias. A pesquisa usou o sistema de clipping de notícias contratado pelo Ministério da Educação⁵².

⁵² À época, o pesquisador dispunha de uma chave de uso do sistema de clipping.

O sistema informático do clipping pode ser acessado via internet, conta com um sistema de busca e disponibiliza os resultados em um arquivo do tipo *portable document file* (PDF), organizados em ordem cronológica direta ou inversa — mas apenas texto, e não as páginas dos jornais, nem imagens. Mediante escolha do usuário, os arquivos podem ser dotados de índice (mas sem marcadores em forma de hiperlink) e trazer uma imagem da primeira página (a única imagem que pode ser inserida no arquivo).

No arquivo gerado pela busca, cada texto é identificado por um cabeçalho que informa o nome do veículo; unidade federativa do jornal; editoria na qual foi publicada a matéria; data de publicação, nome do contratante do serviço. Vemos, na Figura 10, que existe um campo destinado à informação da página em que a matéria foi publicada; mas apenas nos resultados de GLB e ESP esse campo apareceu preenchido.

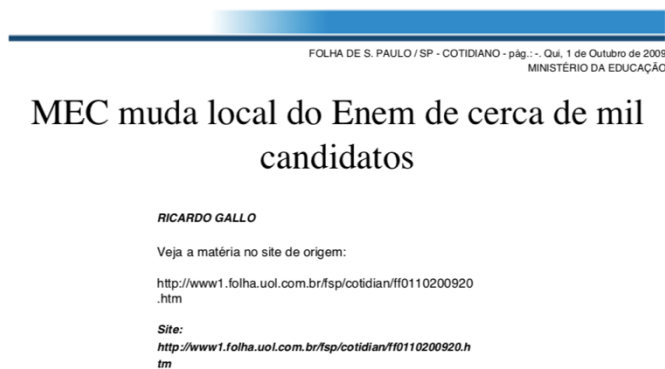
Figura 10. Clipping de notícias do Ministério da Educação (MEC).



Fonte: Sistema de clipping do MEC.

Uma vez que a tese analisaria apenas os textos de notícias e reportagens, o clipping forneceria material suficiente. Entretanto, uma primeira checagem no material revelou apenas as matérias de ESP e GLB são reproduzidas no clipping. Conforme mostra a Figura 11, a FOL não permite reprodução de seu conteúdo, de modo que os resultados referentes a esse jornal contêm apenas título e um hiperlink para o referido conteúdo.

Figura 11. Clipping de notícias da FOL



Fonte: Sistema de clipping do MEC

Ao ser transcrito em um software navegador, o link não aponta para a página. Isso porque, devido à formatação do arquivo PDF, o hyperlink teve separada a desinência “htm” do restante do endereço (ex.: [http://www1.folha.uol.com.br/esp/cotidian/ff0110200920 .htm](http://www1.folha.uol.com.br/esp/cotidian/ff0110200920.htm)). Excluir o espaço é suficiente para corrigir o link e acessar a página. Para pesquisas que objetivem analisar o jornal como um todo, o clipping apresenta uma utilidade limitada. Ainda assim, o clipping é uma fonte de dados que recomendamos, pois se trata de uma referência que informa quais matérias foram publicadas e em qual data.

4.1.3 Banco de dados

Assim como no caso do acervo, receávamos que a busca realizada por meio do sistema de clipping negligenciasse alguns resultados. Esse receio nos motivou a buscar o material em uma base de dados de imprensa, a Factiva⁵³. Trata-se de um banco de dados que armazena edições inteiras de centenas de veículos de mídia informativa. De saída, o site permite buscas com o grau de refinamento mais alto entre as fontes testadas. Também oferta a possibilidade de salvar os resultados em arquivos de texto no formato RTF (*rich text format*), facilitando enormemente o tratamento dos dados — sobretudo se o pesquisador tiver a intenção de passar o material por um programa informático de mineração de texto. Também existe a opção de

⁵³ O acesso ao banco de dados Factiva foi franqueado pela Université du Québec à Montréal (UQAM) em 2019.

salvar em PDF. O usuário pode escolher registrar o artigo inteiro ou apenas títulos, ou ainda acrescentar uma indexação de campo. Esse último recurso insere no documento pesquisado alguns códigos que identificam metadados como título, autor e *lead*.

A Factiva oferta dois tipos de ferramentas de busca. No tipo de pesquisa livre, o usuário tem à disposição uma caixa de texto para anotar palavras-chave. A outra opção disponível é a construção da busca por meio de um formulário no qual o usuário pode preencher campos pré-definidos e assim especificar os parâmetros de refinamento. Testei os parâmetros informados na Tabela 6.

Tabela 6. Parâmetros de refinamento do formulário de busca da Factiva

Campo	Efeito
Todas estas palavras	Busca a ocorrência simultânea dos termos informados
Pelo menos uma destas palavras	Busca a ocorrência de qualquer dos termos informados
Nenhuma dessas palavras	Exclui da busca textos que contenham algum dos termos informados
Esta frase exata	Procura textos que contenham o termo tal qual escrito

Após o teste realizado com o formulário, optamos por usar o mecanismo que a Factiva chama de busca livre; pois, dentre os dois tipos ofertados, a busca livre oferece o maior grau de refinamento. Isso porque a busca livre permite o uso dos mesmos parâmetros ofertados pelo formulário e uma série de recursos extras. Na busca livre, é possível construir uma expressão de procura por meio da inserção concatenada de todos os termos no mesmo campo de preenchimento. A Factiva permite intercalar os termos da expressão de busca por meio de operadores lógicos (ou *conectores*); esses últimos necessariamente precisam ser escritos em inglês — esta característica, apesar de parecer uma dificuldade a princípio, representou uma facilidade em nossa busca, pois os conectores não se confundem com termos em português. A Figura 12 apresenta a tela de busca da Factiva.

Os três conectores básicos permitem construir uma busca similar à disponível pelo formulário: *and* (“e”) busca a ocorrência simultânea dos termos informados; *or* (“ou”) busca a ocorrência de qualquer dos termos; *not* (“não”) exclui da busca textos que contenham algum dos termos. Para buscar a expressão exata, é necessário informá-la entre aspas. O uso de aspas se torna mandatório se a expressão contiver algum dos operadores básicos. Do contrário, o

Figura 12. Busca da Factiva.

The screenshot displays the Factiva search interface. At the top, there is a navigation bar with links for Home, Search, Alerts, Newsletters, News Pages, and Companies/Markets. The main search area is titled "Free Text Search" and contains a search form with a text input field. The search query entered is: "Enem" and (acus* or adto* or "consórcio" or cancel* or "crime" or desvi* or "escândalo" or furt* or fraud* or "Gregory" or "Haddad" or investig* or "Justiça" or "Ministério Público" or "MPF" or "PF" or "Polícia Federal" or "Pradella" or "Reynaldo Fernandes" or roub* or "segurança" or suspeito* or "TCU" or vaz*). Below the search form, there are filters for Date (2009-10-31 to 2009-12-19), Source (O Estado de São Paulo, O Globo, Folha de São Paulo), Author, Company, Factiva Expert Search, Subject, Industry, Region, Look up, Language, and More Options. There are also checkboxes for "Include additional Blogs and Boards", "Search for free-text terms in:" (Full Article), and "Exclude:" (Republished news, Recurring pricing and market data, Obituaries, sports, calendars...). The "Sort results by:" dropdown is set to "Oldest first".

Fonte: Factiva/Dow Jones

termo (por exemplo, *ou*) será interpretado como conector, e não como parte do termo de busca.

É também possível agrupar trechos da expressão de busca por meio de parênteses. Da mesma forma que em uma expressão matemática, os parênteses elevam a precedência da operação lógica. Assim, *Enem and vazamento or fraude* vai retornar um resultado diverso de *Enem and (vazamento or fraude)*. No primeiro caso, o sistema buscará textos que contenham simultaneamente as palavras *Enem e vazamento*; em seguida buscará todos os textos contendo a palavra *fraude*. No segundo caso, os parênteses vão alterar a ordem de precedência; e o sistema buscará todos os textos que contenham simultaneamente *Enem* e qualquer uma das palavras *vazamento ou fraude*. Portanto, a interpretação de *(vazamento or fraude)* precede *Enem and* — e provavelmente retornará registros mais pertinentes.

Além dos três conectores elementares, é possível empregar *same* (mesmo) para indicar que os termos devem estar no mesmo parágrafo; *adjN* especifica que o segundo termo deve estar localizado em até N palavras à direita do primeiro, limitado a 10; *nearN* busca dois termos em uma distância de até N=500 palavras, podendo eles estar em qualquer ordem um em relação ao outro; *fN* permite encontrar o termo até nas primeiras N=500 palavras do texto; *atleastN* busca os textos em que o termo ocorra até N=50 vezes. Testamos esse recurso, mas ele não se mostrou útil para esta pesquisa, pois o refinamento que ele proporciona é superior à nossa necessidade.

Um recurso fundamental para calibrar a abrangência da pesquisa são os *wildcards* (curingas), símbolos que permitem solicitar da busca a ampliação da flexibilidade na interpretação ortográfica dos termos buscados. Isso porque busca da Factiva retorna textos que contenham os termos tal qual informados pelo usuário. No entanto, se buscamos, por exemplo por *investigação*, podemos estar interessados em textos que contenham ideias afins derivadas da raiz *investigar*: *investigou*, *investiga*, *investigue*. Nestes casos, a construção de uma lista exhaustiva pelo usuário incorreria no risco de uma palavra importante ser negligenciada. Para evitar esse risco, empregamos os curingas.

Assim, se aplicarmos \$N ao final da palavra, especificamos até N=9 caracteres que podem finalizar a palavra (*pression\$2* devolve *pressionou* e *pressionei*, mas descarta *pressionaram*). Já * nos devolve todas as possíveis desinências a partir daquela letra: *vaz** retornaria *vazamento*, *vazar*, *vazou*, e assim por diante. Se o interesse for incluir variantes de grafia dentro de uma mesma palavra (para incluir, por exemplo, textos que contenham erros de digitação), empregamos ?; este último símbolo, à diferença dos demais curingas, pode ser usado no meio das palavras (*p?rteira* retornará *parteira*, *porteira*, ou mesmo *pkrteira*).

Além de especificar os termos, podemos também definir em quais trechos do documento a busca será efetivada. Este recurso potencializa o refinamento da busca ao permitir filtragem por meio dos metadados dos documentos. A Factiva atribui metadados a cada documento, de modo que um texto pode conter até 28 códigos⁵⁴ com informações conforme o tipo de informação referente à publicação para permitir esse refinamento. Para solicitar o filtro

⁵⁴ São até 28 códigos porque nem todos os textos contém o mesmo número de metadados. Informação baseada em consulta na Factiva realizada em 23 de novembro de 2019.

de campo, devemos primeiramente informar o código identificador do campo seguido de = e então a palavra-chave. A Tabela 7 apresenta os termos de filtragem de metadados que usamos na busca.

Tabela 7. Termos de filtragem por campo da Factiva.

Termo	Efeito
SE	Busca na seção da publicação em que o texto está publicado
HD	Busca a palavra-chave no título do texto
HL	Busca a palavra-chave em título, seção ou coluna
BY	Busca pelo autor do texto
LP	Busca no <i>lead</i>
HLP	Busca em seção, coluna, título e <i>lead</i>
TD	Corpo do texto (exclui o <i>lead</i>)

Assim, *SE* retorna a seção em que o texto está publicado (por exemplo, se=Cotidiano, na FOL, Vida& no ESP, O País no GLB). *HD* retorna texto em que a palavra-chave esteja no título; *HL* expande o anterior para incluir seção e coluna. Em alguns casos, como em colunas jornalísticas que contêm vários intertítulos, o título registrado da matéria pode não corresponder ao conteúdo completo do texto. *BY* busca o autor; *LP* devolve resultados que constem do *lead* (a Factiva considera como *lead* os dois primeiros parágrafos), e *HLP* expande o anterior para incluir Seção, Coluna e Título. *TD* se refere ao corpo do texto sem o *lead*.

Uma forma de incrementar a precisão da expressão de busca envolve combinar filtros de campo e conectores. Ao efetuar essa combinação, podemos especificar em quais campos a busca deve ser efetuada. Assim, ***BY = Renata Cafardo AND TD = suspeit* OR Polícia Federal*** retornará os textos atribuídos a *Renata Cafardo* que contenham as variantes desinenciais da palavra *suspeito* ou a palavra *Polícia Federal* no corpo do texto, pouco importando qual seja o título.

Sendo a busca livre uma expressão lógica, a expressão informada deve considerar uma ordem de precedência para ser interpretada pela base de dados do modo como o usuário deseja. A Tabela 8 apresenta a ordem de precedência interpretada pela busca da base Factiva.

Tabela 8. Ordem de precedência dos operadores da busca na Factiva.

1	Pesquisa “bruta”, em ordem da esquerda para a direita; parênteses
2	Operadores de proximidade <i>adjN</i> , <i>nearN</i> , e <i>same</i> (da esquerda para a direita).
3	Operadores unitários <i>atleastN</i> , <i>fN</i> , e código identificador de campo.
4	NOT
5	AND
6	OR

Após definir a expressão, é possível restringir o período de busca ao último dia, semana, mês, trimestre, semestre, ano, biênio, quinquênio, ou período específico, escrito no formato ano–mês–dia. Existem duas opções para delimitação de período: digitar a data ou selecioná-la em um calendário. Outra opção de refinamento da busca é o filtro de duplicatas, que pode eliminar resultados idênticos ou similares. Dessa forma, o usuário pode evitar a proliferação de, por exemplo, textos de conteúdo idêntico produzidos por agências de notícias e publicados sem alteração em vários veículos.

Em seguida, o usuário informa o veículo em que vai pesquisar. A partir desse campo, o usuário poderá aplicar uma seleção excludente, equivalente ao *not* que mencionamos acima ao falar da busca livre. Aqui, semelhantemente ao campo de data, também é possível digitar o nome do veículo ou selecionar em uma lista agregada por principais fontes, setor (atividade econômica), idioma, região, título em ordem alfabética ou por tipo (ex.: fontes legais, governo, jornais, ONG, *think tanks*). Ao selecionar jornais, abre-se um segundo nível que divide os títulos por região do planeta. Jornais brasileiros se encontram no conjunto *América Latina*. À direita do título da fonte existe um ícone em forma de *i* que, se clicado, fornece uma descrição da fonte. Os dados imediatamente mais relevantes são a data da edição mais recente (a Factiva talvez não possua a edição publicada no dia em que se efetua a busca) e data da primeira edição (entendida como a data da edição mais antiga disponível no arquivo).

Por meio do descritivo acima, descobrimos que ESP tem registros desde 12/06/1997; FOL data de 29/01/1997 e GLB remonta a 21/04/1997 — mas o GLB possui uma lacuna no período de 03/06/2011 a 01/07/2011. Essa verificação nos mostrou que todos os veículos de nosso escopo estão cobertos pela base de dados da Factiva no período de interesse. Se quiséssemos, por exemplo, incluir o diário baiano A Tarde, teríamos menos sorte: o registro mais antigo deste jornal na Factiva data de meados de 2017. Outro ponto merece atenção na escolha da fonte: quando informamos FOL e GLB, surge mais de uma opção *nome do jornal – SABI e nome do jornal (Portuguese language)*. O conteúdo do jornal está na segunda opção, *nome do jornal (Portuguese language)*. A primeira provavelmente retornará uma página nula; pois, segundo a Factiva, SABI seria uma coleção de resumos de temas relacionados aos temas economia ou finanças. O GLB possui ainda outra opção, o Globo Tempo Real.

Nos campos seguintes de refinamento da busca, o usuário também pode informar autor específico, empresa, tema, assunto, indústria (setor de atividade econômica), região e idioma. O tema permite filtrar notícias classificadas pela base de dados nas categorias esportes/recreação; notícias do mercado de produtos básicos/financeiro; notícias econômicas; notícias gerais/políticas; notícias sobre indústrias/empresas; seleção das principais histórias/tendências/análises; tipos de conteúdo. Este último se expande em uma lista de subfiltros, como blogs, cartas, editoriais e obituários. A Factiva também oferta um campo de “pesquisa especialista” (*expert search*), que promete ajudar na filtragem de temas. Um dos recursos ofertados por essa pesquisa especialista é o *barômetro de notícias*, que fornece uma avaliação do tom (positivo ou negativo) com relação a uma pessoa ou empresa. A Factiva informa o mecanismo de busca que gera cada categoria, de modo que notícias negativas contém termos como *processo, denúncia, lavagem de dinheiro, corrupção e fraude*. Já o tom positivo é composto por termos como *melhora near5 vendas or produtividade*. Aparentemente o filtro de tom positivo se orienta a notícias de mercado; enquanto que o filtro negativo parece mais amplo, englobando vocabulário partilhado com política e sociedade.

Um dos conjuntos de filtros mais relevantes para busca de notícias está no item de seleção *Mais opções*. Nele, o usuário pode aplicar facilmente os filtros de campo mencionados acima (como restringir a busca ao título), com a possibilidade de excluir notícias republicadas (por exemplo, várias publicações do mesmo grupo editorial) e temas como obituários, cartas,

calendário, esportes, gastronomia, entretenimento, tráfego ou meteorologia. Para usar esses filtros é preciso fazer uma busca livre, pois ele não está disponível na busca por formulário.

Com o objetivo de eliminar o máximo possível de falsos positivos, usamos os recursos mencionados para compor uma expressão de busca⁵⁵. A expressão requereu do banco de dados os textos que contivessem as palavras *Enem* juntamente com qualquer uma das seguintes palavras, exatamente com estas grafias: *consórcio*, *crime*, *escândalo*, *Gregory*, *Haddad*, *Justiça*, *Ministério Público*, *MPF*, *PF*, *Polícia Federal*, *Pradella*, *Reynaldo Fernandes*, *R\$*, *segurança* ou *TCU*. Esperamos que algumas palavras, notadamente verbos, apareçam em diversas declinações de tempo, pessoa ou número. Para estender a busca às possíveis variantes, aplicamos o curinga para buscar a ocorrência de quaisquer radicais dos termos a seguir, sempre concomitantemente à presença da palavra *Enem*: *acusar*, *adiar*, *cancelar*, *custar*, *desistir*, *desviar*, *furtar*, *fraudar*, *investigar*, *roubar*, *suspeitar* e *vazar*. Nessa expressão, tentamos encontrar tanto verbos quanto substantivos. O refinamento que informamos buscou a presença dos termos relativos à crise *Enem 2009* no título, ou nos dois primeiros parágrafos dos textos.

O cotejamento dos resultados encontrados na busca da Factiva com aqueles gerados por meio do clipping revelou que os resultados da Factiva não incluíam numerosas matérias que constam do clipping — esse lapso no número de ocorrências se verificava notadamente nos casos de FOL e GLB. Ao efetuarmos uma busca dos textos faltantes informando o título das matérias, a Factiva encontrava a maior parte dos textos que não apareciam no resultado retornado quando a busca era feita por meio de expressão lógica.

Ao usar o modo de exibição que apresenta a indexação das partes de cada documento, identificamos a causa do problema de textos faltantes: na Factiva, nem sempre o *lead* da matéria que consta do banco de dados é idêntico ao verdadeiro parágrafo introdutório do texto escolhido. Notamos adicionalmente que este problema ocorre sobretudo no caso citado das colunas de opinião que possuem múltiplos intertítulos ao longo do texto.

A base Factiva não exibiu resultados do GLB publicados na data de 5 de outubro de 2009. Uma vez que a data está na fase inicial da crise, quando o tema do cancelamento calendário ainda estava por resolver, considerávamos razoável esperar do GLB a publicação

⁵⁵ Cf. Apêndice B.

de ao menos um texto sobre o assunto crise Enem 2009 em cada um dos dias daquela semana. Para verificar o lapso, foi necessário novamente recorrer ao cruzamento dos resultados de mecanismos de busca. De fato, uma consulta ao clipping e ao acervo do GLB confirmou que houve publicações em todas as datas da semana de 1º a 7 de outubro de 2009. Outro lapso que identificamos nos resultados da Factiva foi a inexistência de chamadas de capa publicadas por ESP e FOL. Tampouco a base de dados da Factiva inclui o conteúdo do caderno Estadão.edu. Esta última falta inviabilizaria o uso da Factiva para coleta de dados visando à realização de uma pesquisa específica sobre suplementos jornalísticos especializados em educação. Onde se justifica o motivo pelo qual a pesquisa precisou se valer de estratégias diversificadas e complementares para atingir a máxima precisão na coleta de dados.

Para a obtenção de resultados mais pertinentes na coleta em bases de dados semelhantes à Factiva, recomendamos que pesquisadores atuem com cautela, evitando depositar confiança no primeiro resultado encontrado. Uma abordagem mais prudente precisa levar em conta as especificidades de cada base de dados. O pesquisador deve proceder à elaboração de uma expressão de busca por meio de etapas sucessivas até a obtenção de uma expressão consistente. No primeiro estágio, a expressão de busca deve ser ampla e usar conectivos inclusivos como *ou*. Esse teste retornará um número elevado de resultados, e permitirá a familiarização com a ferramenta. De posse dos primeiros resultados, o próximo passo do pesquisador deve ser a extração de uma amostra, de preferência com base na técnica da semana construída. O pesquisador deve ler as amostras em busca de termos ignorados na primeira busca. Em seguida, elabora-se a segunda busca, a qual vai incorporar alterações informadas pela busca inicial. Este procedimento pode ser reiterado até o número de ocorrências se estabilizar.

4.1.4 Avaliação das fontes de dados

O uso de três fontes de dados nos confere um elevado grau de segurança sobre a abrangência do corpus. Na comparação entre resultados das buscas do clipping com o acervo dos jornais e a base de dados Factiva, notamos as vantagens de cada fonte, mas também experimentamos as limitações; e cabe ao futuro pesquisador avaliar qual a estratégia de coleta mais adequada para a necessidade da investigação. Por exemplo, no caso de pesquisas que

demandem um corpus formado por um número reduzido de itens, na ordem das dezenas; ou se a pesquisa tiver interesse na página tal qual foi impressa; uma consulta aos acervos de jornais se apresenta como uma alternativa viável. Isso porque o acesso aos acervos eletrônicos tem baixo custo, e as ferramentas oferecidas demandam reduzido tempo de aprendizado, com o adicional de proverem as páginas completas dos jornais.

O uso exclusivo do acervo para coleta de dados deixa de ser uma alternativa atraente para pesquisas que necessitem de uma quantidade de textos que exceda as centenas. Nestes casos, sem dúvidas uma base de dados como a Factiva representa um recurso valioso. A principal vantagem oferecida pelas bases de dados é o fornecimento imediato dos textos em um formato de arquivo que é interpretável por programas de análise. Essa facilidade reduz consideravelmente o elevado risco de erro humano que se pode esperar do processo de transcrição dos textos que estão em formato fechado, como imagens e PDF.

Contudo, conforme mostramos, a Factiva apresenta numerosas ocorrências de falhas na classificação de metadados dos textos de FOL e GLB; de modo que recomendamos a construção criteriosa de uma expressão de busca. Essa elaboração da busca deve ocorrer em etapas, sendo a fase inicial uma busca ampla; as tentativas seguintes podem ser mais específicas, conforme a necessidade. Outra sugestão que apresentamos é a de que se deve evitar circunscrever a busca apenas ao *lead* dos textos, pois as bases de dados podem classificar os o primeiro subtítulo de uma coluna jornalística como o título de uma matéria, de forma que o *lead* seria a primeira parte da coluna — e os demais trechos, mesmo que apresentem conteúdos independentes entre si, acabam classificadas como corpo de texto.

A experiência acumulada nesta pesquisa sugere que o serviço de clipping forneceu os resultados mais confiáveis. Acreditamos que a confiabilidade do clipping decorre do fato de que o serviço é brasileiro, e entende melhor a dinâmica dos textos jornalísticos publicados no país. Essa característica positiva não é trivial: ela eleva a chance de sucesso na classificação de elementos do texto, proporcionando resultados mais abrangentes e confiáveis. A oferta de mecanismos de busca por palavras-chave e a possibilidade de emitir relatórios quantitativos são fatores que facilitam a coleta. Contudo, a contratação de serviços de clipping costuma apresentar custo elevado, de modo que o acesso a essas ferramentas geralmente se encontra restrito a entidades institucionais. Esse fator praticamente inviabiliza o recurso do clipping como uma alternativa de fonte para a ampla maioria dos pesquisadores — evidentemente, para

os funcionários da empresa ou do contratante, tal situação é oposta. Outra limitação importante do clipping é que o serviço disponibiliza uma busca que usualmente está restrita às áreas temáticas de interesse do contratante. A principal implicação dessa limitação é a de que o clipping oferece um acesso restrito a seu banco de dados. O contratante deve informar palavras-chave de interesse, e a busca ofertada estará circunscrita a um número fixo de termos. Por exemplo, a busca pela palavra-chave *Marte* no clipping retornaria como resultados apenas os textos que contivessem concomitantemente alguma das palavra-chave integrantes do contrato. No caso do clipping do Ministério da Educação, certamente os resultados excluiriam textos publicados em cadernos de cultura. Apesar de possuir um extenso banco de dados, o clipping não o disponibiliza por inteiro a todos os clientes.

A seguir apresento os indicadores que operacionalizam a mensuração de performance de papel jornalístico nesta pesquisa. Em seguida, descrevemos o esquema de codificação das variáveis.

4.2 Mensurando papéis jornalísticos: construtos e indicadores

Para detectar a ocorrência de papéis jornalísticos, a pesquisa procedeu a uma análise do conteúdo manifesto das notícias. A unidade de análise foi o item noticioso. Foi mensurada a ocorrência dos papéis por meio de indicadores linguísticos ou de estilo presentes nos textos. Estes atributos sinalizaram a presença ou ausência de cada uma das seis categorias de papel jornalístico⁵⁶: *intervencionista*, *watchdog*, *leal-facilitador*, *serviço*, *cívico* e *infotainment*. O pressuposto da pesquisa é o de que vários papéis podem ocorrer simultaneamente em uma unidade de análise. Apresento a seguir os indicadores associados a cada papel jornalístico.

⁵⁶ Conforme exposto no Capítulo 3, tanto os papéis jornalísticos quanto os indicadores que serviram de base para esta pesquisa foram baseados na proposta de Claudia Mellado (2015).

4.2.1 Intervencionista

Cinco indicadores medem o grau de inserção do jornalista na história: presença de opinião; interpretação; propostas ou demandas; uso de adjetivos; e emprego da primeira pessoa. Conforme discutimos no Capítulo 3, um procedimento essencial da noção de objetividade jornalística é a ausência de opinião do jornalista no texto (Sponholz, 2004). Nesse sentido, um relato será tanto mais neutro, se as opiniões apresentadas puderem ser atribuídas a fontes, e não ao próprio jornalista (Gans, 2004 [1980]; Tuchman, 1972). Dessa forma, o indicador *opinião* detecta se o jornalista insere seus próprios valores ou pontos de vista na notícia. Se o posicionamento pessoal estiver presente, podemos falar que o texto contém opinião.

Um aspecto que releva o grau de intervenção é a manifestação de inconformidade com a situação relatada. Essa declaração se materializa na oferta de *propostas ou demandas* visando à mudança do status quo. Quando o jornalista sugere o que deve ser feito em determinado caso; ou quando solicita que alguma medida seja adotada, temos a presença de propostas ou demandas.

Outro indicador usado para detectar intervenção do jornalista é a presença de *interpretação* na notícia. Ao empregar um estilo mais interpretativo, o jornalista vai além, da simples descrição de um acontecimento: aqui, o profissional pinta um quadro amplo que insere a notícia em um contexto. O texto explica origens, aponta possíveis desdobramentos, sopesa fatores (Houston, 2008). Interpretação não é sinônimo de opinião; pois este último elemento se trata de uma expressão do ponto de vista singular, enquanto aquele é um recurso que incrementa informação, sem necessariamente representar valores pessoais do jornalista. Nos textos que apresentam um traçado de cenários, causas ou consequências, está presente a *interpretação*.

Ao se falar em reportagem objetiva, o estilo que costuma estar associado a uma postura neutra ou impessoal é aquele que desencoraja o emprego de *adjetivos*. De fato, remover qualificadores valorativos é um dos procedimentos mais enfatizados pelos cursos de escrita jornalística. Tão logo ingressam no bacharelado, estudantes se deparam com o desafio de descrever acontecimentos por meio de uma linguagem que privilegia a apresentação de dados (mesmo que não quantitativos) e desaconselha a utilização de modificadores.

Conforme observa Mellado et al. (2016, p. 9), a intervenção sempre está presente nos textos noticiosos:

Ao contrário das outras cinco dimensões de desempenho de papéis que identificaremos, a dimensão de intervenção não é baseada no contexto, mas está sempre presente na lógica narrativa do conteúdo das notícias. A presença ou ausência da voz jornalística na notícia, seja maior ou menor, sempre interage com as outras dimensões de desempenho de papel utilizadas pelos jornalistas em seu trabalho diário. Por exemplo, o jornalismo de vigilância pode se tornar adversário quando os jornalistas tomam partido, promovem ou usam adjetivos em suas reportagens⁵⁷ (Mellado et al., 2016, p. 9).

Portanto, a dimensão da intervenção é intrínseca ao texto jornalístico, indissociável de qualquer narrativa noticiosa. Dessa forma, todo texto jornalístico terá algum grau de intervenção, seja ele elevado ou reduzido.

Contrariamente à intervenção, cada um dos cinco papéis que apresentaremos a seguir, conforme propõe Mellado et al. (2016, p. 9), tem a possibilidade de não ocorrer em algum texto noticioso.

4.2.2 *Watchdog* (cão de guarda)

A presença da dimensão *watchdog* no conteúdo noticioso foi medida por meio de sete indicadores. Aqui foi levado em consideração o componente essencial da noção de cão de guarda evocada ao pensarmos no jornalista em um regime democrático: a ação de acompanhar os afazeres cotidianos dos detentores de poder político ou econômico. Essa atividade inclui a produção de relatos sobre desvios de recursos, relações pessoais ou institucionais pouco esclarecidas ou incompatíveis com a função, fraudes, omissões ou corrupção.

Nesse sentido, nada mais esperado de um jornalista no exercício de sua função que uma postura de *questionamento* do nível de veracidade ou da validade das ações de figuras

⁵⁷ “Unlike the other five dimensions of role performance that we will identify, the intervention dimension is not context based, but is always present in the news content’s narrative logic. The more presence or absence of the journalistic voice in the news story always interacts with the other dimensions of role performance used by the journalists in their daily work. For example, watchdog journalism may become adversarial when journalists take sides, promote or use adjectives in their reporting” (Mellado et al., 2016, p. 9).

socialmente relevantes. Faz parte dessa atividade o exercício da *crítica*, que leva à adoção de um tom negativo e discordante contra os que detêm o poder. O trabalho dos jornalistas inclui a apresentação de *denúncias* de incorreções, ilegalidades das quais tomem conhecimento, praticadas por parte de pessoas ou grupos. Devemos esperar, portanto, que o exercício da atividade jornalística implique *conflito* com os que detêm o poder institucional – o que pode levar a tensões físicas ou verbais, além do impedimento de acesso a espaços. Do acirramento das relações entre jornalista e poder instituído pode derivar uma postura mais participante (Zelizer e Allan, 2010b, p. 2), ou mesmo adversária (Houston, 2003; Zelizer e Allan, 2010a) por parte do profissional de imprensa.

Um dos atributos desta dimensão consiste em “ir além das falas oficiais e reuniões de governo, empresas e outras instituições para revelar informação que esses grupos queriam manter em segredo do público” (Aucoin, 2008, p. 2529). Portanto, *prover informação sobre processos administrativos ou judiciais contra poderes estabelecidos* é um indicador de que essa modalidade está presente.

“A prática da notícia (*reporting*), em si, implica uma cobertura sem uma extensa ou prolongada pesquisa em profundidade. [...] O jornalismo investigativo é mais exigente, tanto nos seus temas como nos seus padrões probatórios, do que a prática normal das redações” (MacFadyen, 2008 [1998], p. 138). Essa especialidade se manifesta na prática da *reportagem investigativa*, modalidade de relato na qual o profissional expõe condutas desviantes lastreado por uma cuidadosa e densa imersão nos dados, lançando mão de habilidades específicas que não se aprende na escola (Ettema e Glasser, 1998).

O trabalho investigativo pode encontrar obstáculos, entre outros, de natureza jurídica (como a dificuldade encontrada por jornalistas para obter informação sem ajuda direta de agentes oficiais; ou falta de legislação que ampare o sigilo no trabalho informativo); política (ameaças ou estímulo a agressões por parte de agentes políticos); ou econômicos (receio da perda de anunciantes, no caso de grandes veículos; ou simples falta de recursos financeiros para custear as pesadas despesas com reportagens aprofundadas, no caso de veículos de menor porte); fatores que aumentam resistências internas dos gestores e desestimulam profissionais, conforme pontua Waisbord (2002). Em contextos de dificuldades, um indicador da dimensão cão-de-guarda pode ser a cobertura de *investigações externas* conduzidas pelo Poder Judiciário, organizações da sociedade civil ou mesmo outros jornais.

4.2.3 Leal-facilitador

A dimensão *leal-facilitador* possui duas acepções. Na primeira, o jornalista está aliado às figuras de poder, e aceita a versão elitista dos acontecimentos como confiável. Quatro indicadores tentam mensurar a ocorrência deste tipo de prática de interação cooperativa entre poder e jornalismo. Considerando que um dos elementos constitutivos dessa dimensão é a prática de promover os feitos daqueles que detêm o poder, dois indicadores buscam apreender esse modo de operar: o *apoio a atividades institucionais* realizadas por segmentos políticos ou econômicos (Bednar, 2012); e a *promoção de políticas nacionais ou regionais*, atuando como um “cão de guarda” (*guard dog*) de “grupos com poder e influência suficientes para criar e controlar o seu próprio sistema de segurança” (Donohue et al., 1995).

Outros dois indícios de comprometimento com o poder e os poderosos completam essa faceta: *transmissão de uma boa imagem da elite política*; e, de forma correlata, *transmissão de uma imagem positiva da elite econômica*. Ao ressaltar habilidades gerenciais, apresentar ações que demonstram liderança e intrepidez, o jornalista exibe uma imagem positiva de figuras já bastante bem posicionadas socialmente. Outro componente do papel leal-facilitador se dedica aos países como uma unidade, e busca divulgar uma visão positiva do país, estimulando nas pessoas um sentimento de pertencimento e reforçando uma estima nacional.

Cinco indicadores captam esse modo de operação jornalístico. Para se caracterizar como leal-facilitador, o relato pode mostrar o *sucesso ou progresso* de um país, sugerindo que a situação se encontra agora “melhor do que antes”; jornalistas podem também comparar seu local com o restante do mundo para concluir que “estamos bem”; apresentar *triumfos e conquistas* nacionais, seja por meio de exemplos de cidadãos bem-sucedidos ou de grupos que se destacam positivamente.

Quando a notícia apresenta ações que buscam promover uma imagem positiva do país no exterior, está presente o indicador *promoção do país*. O quinto componente da dimensão leal-facilitador, o *patriotismo*, aponta as manifestações de elogio ufanista presentes no relato. Aqui, o jornalista demonstra orgulho de pertencer a uma comunidade praticantes de uma língua e de determinados costumes; ou mesmo sugere que está contente com ou alinhado ao direcionamento político do país.

4.2.4 Serviço

Quatro indicadores avaliam a ocorrência do papel jornalístico de serviço. Ao mensurarmos o *impacto na vida cotidiana*, buscamos se o texto “provê informação, conselho ou ajuda” (Eide e Knight, 1999, p. 525) nas questões do dia a dia, ou aborda os efeitos ou o significado que algum acontecimento terá na vida comum do leitor. Dessa forma, se um texto que aborda os problemas do Enem 2009 se concentrar nas consequências da crise para o setor de escolas privadas, ele não se relaciona com esse indicador. Caso o texto se refira ao desafio de mães e pais de vestibulandos para manter seus filhos estimulados, esta matéria pontuaria no índice. Outro tipo de matéria que pode se enquadrar nesse indicador é aquela que destaca os danos causados pela ação de indivíduos nos cotidianos alheios. Informação sobre telefones úteis também estão nessa categoria.

Ao estudar o jornalismo de serviço, Eide e Knight (1999) isolam analiticamente dois tipos de problemas para os quais o jornalismo de serviço fornece conselhos: reclamações (*grievances*) e riscos. Portanto, indicadores buscarão detectar a presença de *dicas ou orientações sobre como lidar com problemas que pessoas têm com seu arredor*, a exemplo do vizinho barulhento ou o prestador de serviços mal-intencionado; e *dicas ou orientações sobre como lidar com problemas que podem eclodir*. Esse último pode englobar conselhos de como se manter saudável ou em boa forma física, como potencializar investimentos para realizar sonhos. É esperado que esse tipo de matéria inclua uma fonte de autoridade para respaldar o conselho, ou seja o conselho dessa fonte o próprio assunto do texto.

Dado que o jornalismo de serviço “representa o desenvolvimento de uma identidade social híbrida — parte cidadão, parte consumidor, parte cliente” (Eide e Knight, 1999, p. 527), a centralidade das relações de consumo se manifesta na presença de *conselhos ao consumidor*. Ao fornecer indicações sobre onde encontrar os melhores preços (não necessariamente os mais baixos), ajudar na avaliação de diferentes marcas de produtos ou serviços, ou fazer um panorama das tendências de serviços ou produtos a surgir no mercado, a matéria pontua nesse indicador.

4.2.5 Infotimento

Seis indicadores avaliam o nível da dimensão de infotimento em uma cobertura jornalística. *Personalização* aponta uma cobertura focada em uma ou algumas pessoas e seus atributos pessoais básicos, habilidades sociais, realizações intelectuais, capacidades mentais (Mellado, 2015). Já o indicador *vida privada* apreende as matérias centradas em aspectos mais íntimos de vida, os quais frequentemente as pessoas preferem manter distante do olhar público (Mellado, 2015). Por exemplo, o que fizeram durante viagens, com quem se relacionam amorosamente, familiares inconvenientes.

Notícias operam *sensacionalismo*, quando estimulam o afloramento de emoções no público. Nas palavras de Danielson et al., citados por Tannenbaum e Lynch (1960, p. 382), são textos que reduzem o distanciamento entre o público e o conteúdo, “[...] fornecem mais sensações e reações emocionais do que desejamos individualmente ou do que a sociedade julga adequado para nós desejarmos”. Para atingir o objetivo de eriçar o público, a reportagem pode usar uma estilística carregada de linguagem considerada expletiva ou não-neutra, como exageros ou hipérboles, “encontrando um problema onde não realmente existe um” (Benson, 2002, p. 59). Esperamos também encontrar uso de recursos que promovam uma interpretação do relato como fora-do-comum, inacreditável.

Habitualmente estudado em sua dimensão política, o *escândalo* se refere à revelação de eventos ou ações consideradas imorais ou ilegítimas, mas que não se relacionam com um papel público (Mellado, 2015, p. 12). Dessa forma, se o conteúdo aborda um escândalo político (como corrupção), deve ser desconsiderado do papel infotimento. Já uma matéria que enfatizasse o escândalo sexual de um agente político seria um texto típico descrito por este indicador.

O jornalismo por vezes emprega *emoções*, descreve estados de ânimo como parte da construção da narrativa. Textos que pontuam nesse indicador podem fornecer descrições amplas, genéricas de raiva, alegria, paixão, indiferença, autoconfiança, angústia, entre outros. Ao explorar emoções visualmente, notícias exibem pessoas em estados mais exaltados do que se espera em uma aparição pública.

O oitavo indicador é a *morbidez*, presente nos relatos jornalísticos que pormenorizam elementos relacionados a violência, crimes considerados brutais ou sexo. Recursos visuais podem exibir explicitamente imagens contendo algum desses elementos em uma posição de destaque (Mellado, 2015).

4.2.6 Cívico-público

Para mensurar o nível de performance do papel cívico/público do jornalismo, usaremos nove indicadores. Jornalistas do *mainstream* e praticantes das variantes cívica ou de serviço público costumam concordar que a profissão se assenta sobre fortes assunções morais comuns; sendo que ambos tendem a valorar positivamente uma sociedade em que cidadãos fora das elites sejam capazes de emitir posicionamentos bem fundamentados (Voakes, 2004). Se uma dimensão cívico-pública do jornalismo parece um anseio disseminado entre profissionais, é razoável esperar que essa dimensão conste do material noticioso.

Quando existe a *perspectiva do cidadão*, a matéria contém a percepção de um ou mais cidadãos comuns sobre fatos ou eventos; pois estudos apontam que o jornalismo *mainstream* tem por atributo “o uso desproporcional de elites, homens e não-minorias como fontes” (Kurpius, 2002, p. 853). Quando existe a *demanda do cidadão*, o texto apresenta os anseios dos cidadãos sobre como as questões políticas devem ser conduzidas. Quando existem *questões do cidadão*, a matéria traz interrogações dos cidadãos direcionadas aos detentores de poder. A ocorrência desses indicadores se detecta quando a voz do cidadão está inclusa na matéria, seja por meio de citações diretas (aspas) ou indiretas; ou mesmo por meio de uma referência feita pelo jornalista aos posicionamentos, questionamentos, ou anseios originados de pessoas comuns (Mellado, 2015).

Sendo “[...] o objetivo central da modalidade cívico-pública do jornalismo encorajar e melhorar a deliberação pública” (Dzur, 2002, p. 314), e estimular a elaboração de um entendimento público de assuntos relevantes para a comunidade (Voakes, 2004), alguns indicadores propostos visam a captar a efetivação deste intento essencial. De saída, a presença de elementos de *educação sobre deveres e direitos* indicará a orientação do texto por um ideal cívico. Por exemplo, se o governo adia uma prova que seria aplicada a milhões de pessoas, a

matéria pode informar caminhos de ação para grupos sociais que tenham dificuldades de chegar a zonas de aplicação das provas e tenham sido prejudicados diretamente com a mudança. Também será um indicador de jornalismo cívico o fornecimento de *informação de contexto* sobre questões complexas, notadamente ao estabelecer conexões com acontecimentos anteriores, lembrar posicionamentos de detentores de poder ou ainda informar sobre reações da sociedade em situações passadas (Blazier e Lemert, 2000).

Um texto pode apresentar elementos de jornalismo cívico se afirmar a *credibilidade de cidadãos*, conferindo status de validade ao que cidadãos pensam, demandam ou denunciam (Mellado, 2015). Também poderá fazê-lo ao expressar apoio a *movimentos cidadãos*, mostrando-os como exemplo positivo (Mellado, 2015).

A modalidade cívica pode se manifestar no tipo de pauta, orientada para engajar cidadãos. Dessa forma, um indicador capta se a matéria provê *informação sobre atividades cidadãs*, como campanhas, protestos ou mobilizações, como uma forma de estimular a participação da comunidade em ações coletivas (Mellado, 2015). O nono indicador busca a presença de informação sobre o *impacto local* de decisões políticas.

O conjunto de indicadores apresentado acima serviu de referência para esta pesquisa dimensionar a ocorrência de seis dimensões de papéis jornalísticos nas reportagens publicadas pelos jornais O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, e O Globo que abordaram a crise Enem 2009. Conforme apresentado no Capítulo 5, a tese adaptou esse modelo no percurso da análise: alguns indicadores tiveram pontuação nula, e foram excluídos. A adaptação mais importante do modelo, com implicações para a teorização sobre papéis jornalísticos, foi a proposta de criação de um indicador para mensurar o papel leal-facilitador.

4.3 Detectando papéis: estratégia de mensuração

Veremos a seguir como foi feita a mensuração da performance de papéis jornalísticos na cobertura da crise Enem 2009. No início do capítulo, avancei um ponto essencial do método: a pesquisa realizou a análise do conteúdo *manifesto* dos textos. O objetivo foi detectar nos textos a presença (e, por extensão, a ausência) de algumas práticas recorrentes de comunicação

jornalística sistematizadas por Mellado (2015, 2017)⁵⁸. Os conceitos apresentados na seção 4.2 constituem as ferramentas de medição dos papéis jornalísticos: são indicadores. A contabilização da ocorrência de cada indicador em cada texto permitiu a segunda etapa da análise: o cálculo de escores médios.

Antes de ingressar no detalhamento do método, é importante entender o formato da pesquisa. Os papéis jornalísticos foram tratados como *variáveis latentes*, ou *fatores*. Essa classificação implica dois atributos dos papéis jornalísticos. Primeiramente, por serem variáveis, os papéis assumirão valores diversos; os quais, neste caso, correspondem ao nível de presença em textos de jornais impressos. Assim, os papéis jornalísticos são *variáveis latentes*, e sua mensuração é feita por meio da composição de conceitos medidos diretamente (os indicadores)⁵⁹. Dessa forma, a mensuração dos papéis jornalísticos foi feita por meio da detecção de indicadores de estilo jornalístico presentes nos textos.

Para medir as variáveis (papéis jornalísticos, categorias) usei indicadores (variáveis *dummy*)⁶⁰. Usei um padrão binário de codificação para medir a presença dos indicadores em cada texto (1 = presença; 0 = ausência). A codificação contou com uma descrição detalhada de cada indicador. A unidade de análise é o item noticioso. Cada texto pode pontuar em vários indicadores de um papel jornalístico; ou mesmo, em indicadores de papéis distintos. Portanto, a proposta de mensuração desta tese pressupõe que um texto pode apresentar simultaneamente elementos de vários padrões de reportagem. Vejamos como foi realizada a sumarização dos resultados.

4.3.1 Como comparar a presença dos papéis jornalísticos — o cálculo de escores

Após a codificação dos textos, esta pesquisa dispunha de 41 variáveis de indicadores. No cálculo dos resultados, procedi conforme o seguinte. Primeiramente calculei os *escores lineares* (soma dos pontos dos indicadores presentes em cada texto). Seja l o escore linear do

⁵⁸ Cf. o Capítulo 3.

⁵⁹ Sobre mensuração de variáveis latentes por meio de indicadores, cf. Pedhazur e Schmelkin (1991, p. 52).

⁶⁰ *Dummy* são variáveis binárias usadas para substituir variáveis de múltipla escolha por múltiplas variáveis de resposta dicotômica de presença (*presente-ausente*).

indicador; x , a pontuação do indicador em um texto; e N , o número de textos; o escore linear do indicador é calculado conforme a Equação 1:

Equação 1. Escore linear do indicador.

$$l = \sum_{i=1}^N x_i$$

Seja p o número de indicadores, o escore linear L da *categoria* é calculado conforme a Equação 2.

Equação 2. Escore linear da categoria.

$$L = \sum_{i=1}^p l_i$$

Devemos interpretar o escore linear da categoria como a *intensidade* da ocorrência de um papel jornalístico em um item noticioso ou no jornal. Pontuações mais elevadas no *escore linear* significam maior concentração de um papel jornalístico em um item, em um jornal e na cobertura.

Em seguida, calculei os *escores médios* (y) de cada indicador (razão dos escores lineares pelo número de itens noticiosos), conforme a Equação 3.

Equação 3. Escore médio do indicador.

$$y = \frac{l}{N}$$

Escrito em forma de porcentagem, y expressa a proporção de textos que pontuou no indicador. Já o escore médio da categoria (M) é a razão do somatório dos escores médios dos indicadores pelo número de indicadores (p) (ver Equação 4).

Equação 4. Escore médio da categoria.

$$M = \frac{\sum_{i=1}^p y_i}{p}$$

Já o escore M expressa qual é a pontuação ajustada de um *texto* daquele *jornal* naquela *categoria*. O valor máximo possível do escore médio é 1. Veremos a seguir que, quanto maior o escore *médio* (e não apenas o escore *linear*) de uma categoria, maior será a *expressão* do

papel jornalístico na cobertura. Em resumo, a Equação 5 descreve como calculei o escore médio da categoria:

Equação 5. Escore médio da categoria.

$$\begin{aligned}
 M &= \frac{\sum_{i=1}^p y_i}{p} \\
 &= \frac{\sum_{i=1}^p \left(\frac{l}{N}\right)_i}{p} \\
 &= \frac{\sum_{i=1}^p \left(\frac{\sum_{i=1}^N x_i}{N}\right)_i}{p} \\
 M &= \frac{\sum_{i=1}^p (\sum_{i=1}^N x_i)_i}{pN}
 \end{aligned}$$

A sumarização dos resultados no próximo capítulo vai revelar que alguns indicadores tiveram pontuação nula. Excluí estes indicadores da sumarização dos resultados. O ajuste resultou em um modelo composto por cinco categorias de papel jornalístico — uma a menos que as seis categorias propostas por Mellado (2015). Como consequência, apresentaremos a seguir os resultados das cinco categorias: *intervenção*, *watchdog*, *serviço*, *cívico* e *leal-facilitador*.

5 A cobertura do Enem

Este capítulo apresenta a cobertura da crise Enem 2009 publicada pelos jornais O Estado de São Paulo (ESP), Folha de S. Paulo (FOL) e O Globo (GLB) no período de 1º de outubro a 22 de dezembro de 2009. Início com uma reconstrução da cobertura realizada antes do início da crise. Em seguida, apresentamos os resultados da análise de performance de papéis jornalísticos.

5.1 Antecedentes

A primeira referência ao novo formato do Enem surge em 22/03/2009, em uma coluna publicada simultaneamente em FOL⁶¹ e em GLB⁶², informando a intenção do então ministro da Educação, Fernando Haddad, de propor um novo modelo de seleção alternativo ao vestibular. A informação foi publicada posteriormente em notícia de 25/03/2009, ESP⁶³ e em 26/03/2009, FOL⁶⁴.

Até a publicação da notícia sobre o furto da prova, a cobertura sobre o Enem se resumia a aspectos técnicos sobre o exame, dicas para participantes e ocorrências na data do exame. Somente após a revelação do furto a organização do exame passou a ser abordada nos jornais analisados. Não surpreende que, até a notícia do furto, o assunto de maior destaque seja a alteração no objetivo e no formato da prova.

Os jornais analisados não abordaram o esquema de organização do novo exame, mesmo sabendo que a prova sofreria uma alteração de grandes proporções em um período curto — o anúncio da alteração ocorrera em março de 2009, para implementação ainda no ano corrente.

⁶¹ *Boa notícia: o vestibular pode mudar* (Gaspari, 2009a).

⁶² *Boa notícia: o vestibular pode mudar* (Gaspari, 2009b).

⁶³ *MEC propõe substituir vestibular de universidade federal por novo Enem* (Paraguassú, 2009b).

⁶⁴ *MEC propõe a reitores que Enem substitua vestibular de federais* (Pinho, 2009).

A primeira menção à preocupação com a segurança na logística do exame surge em 08/04/2009, ESP⁶⁵. No texto, o ministro da educação minimiza a possibilidade de falhas. O tema retorna em 15/04/2009, GLB⁶⁶, dessa vez com relação aos procedimentos de confecção das questões e do caderno de provas para evitar fraudes.

A primeira notícia que aborda especificamente o esquema de segurança de impressão e distribuição de cadernos de questões aparece em meados de abril (18/04/2009, GLB⁶⁷). Em seguida, a possibilidade de desvio da prova foi mencionada, pela primeira vez, em um texto sobre a realização de pré-teste para selecionar questões a ser incluídas na prova (31/08/2009, ESP⁶⁸). A autora do texto é Renata Cafardo, jornalista que viria a anunciar o furto da prova em 1º de outubro. No texto, Maria Inês Fini, participante da equipe governamental que formulou e implementou do Enem em 1998, informa não haver adotado à época o procedimento do pré-teste devido ao receio de que esta medida poderia criar condições favoráveis à quebra de sigilo do Enem. O risco residiria justamente no caráter de seleção do Enem. Segundo a matéria, Jocimar Archangelo, ex-coordenador do Provão⁶⁹, teria demonstrado uma preocupação “com grupos mal intencionados que poderiam ter se articulado para conseguir cópias das provas” (Cafardo, 2009a). Dias antes do exame, o então presidente do Inep, Reynaldo Fernandes, garantiu que ele nem o ministro teriam acesso à prova antes da data de aplicação (21/09/2009, ESP⁷⁰).

Após o MEC divulgar os resultados desagregados da edição 2008 da prova, em 28/04/2009, os jornais se concentraram em abordar temas relativos à performance estudantil ou escolar. Os temas passam a ser o desempenho de estudantes ou escolas nos grandes processos seletivos de ingresso na universidade — com destaque para os colégios particulares de elite⁷¹. Também recebem destaque os resultados extremos: melhores e piores escolas,

⁶⁵ *Reitores fazem objeções ao plano do 'super-Enem'* (Paraguassú, 2009c).

⁶⁶ *MEC prepara provas do novo Enem* (Weber, 2009).

⁶⁷ *Prova no carro-forte* (Globo, 2009).

⁶⁸ “MEC aplicou pré-teste do Enem” (Cafardo, 2009a).

⁶⁹ Apelido do Exame Nacional de Cursos, prova escrita de avaliação dos cursos de graduação brasileiros que vigorou de 1996 a 2003 (Bertolin e Marcon, 2015).

⁷⁰ “Melhor chutar que deixar em branco” (Cafardo, 2009b).

⁷¹ Veremos na seção 5.6 que a preferência por incluir nas reportagens os alunos de escolas particulares será a marca do papel cívico praticado na cobertura.

estados e municípios. Os textos deste período enfatizam o desnível acentuado entre as redes pública e particular.

Um dos temas que recebeu cobertura prolongada foi o nível de adesão das universidades ao novo formato da prova. O MEC delegou às instituições de educação superior a tarefa de confirmar a intenção de adotar o novo Enem na admissão de novos alunos, e também demandou qual seria o formato a ser adotado — parcial⁷² ou total⁷³. Seja com relação à adesão em si, ao formato a ser implementado ou às consequências após o resultado, o assunto recebeu destaque ao longo do ano.

A partir de 17/05/2009, a preparação dos estudantes emergiu na cobertura. Os textos abordam temas como o possível conteúdo das provas, diferenças entre os formatos antigo e novo, o estresse dos secundaristas causado pelas mudanças na prova. Em seguida, o formato do novo exame cresceu no noticiário: atendendo a apelos dos reitores, o governo reduziu o número de questões de 200 para 180. Outro tema relacionado ao formato foi o novo método de correção, baseado na Teoria de Resposta ao Item (TRI), método estatístico que era apresentado pelo Inep como uma solução para minimizar acertos aleatórios dos respondentes (os chamados *chutes*). O uso da TRI, que prometia elevar o nível de precisão da avaliação do desempenho do aluno na prova, foi apresentado como uma medida controversa. Isso porque o método de cálculo de resultados empregado pela TRI tornaria impossível ao respondente contabilizar o próprio resultado a partir da simples adição de respostas corretas (23/06/2009). Ainda com relação ao formato, os jornais abordaram o sistema informático unificado de gestão das vagas nas universidades federais (30/06/2009).

Uma abordagem ao novo Enem que se diferencia da cobertura habitual é o texto de 28/05/2009, ESP⁷⁴. A matéria informa uma proposta em discussão no governo federal: usar o resultado do Enem como elemento de avaliação para a concessão de vagas para candidatos a cursos de licenciatura em um futuro programa de formação de professores. Declarações do ex-

⁷² No modelo de adoção parcial do Enem, as notas no exame seriam incluídas em uma composição de elementos avaliativos, a critério da instituição.

⁷³ O modelo total de adoção consiste em usar apenas o resultado no do Enem como critério de avaliação dos candidatos. A implementação desse método poderia implicar a extinção do exame vestibular na instituição.

⁷⁴ “Candidato a dar aula terá de fazer o Enem” (Paraguassú, 2009a).

ministro da educação Paulo Renato Souza aparecem com alguma frequência nos jornais ESP e FOL. Naquele momento, Paulo Renato ocupava o cargo de secretário de educação no governo estadual de São Paulo. Na gestão de Paulo Renato Souza no Ministério da Educação ocorreu a criação do Enem, e o gestor criticou a mudança de formato da prova em diversas ocasiões.

Outra aproximação diferente da habitual é a referência ao estímulo que o Enem fornecia à mobilidade territorial dos ingressantes na universidade. Por meio da unificação dos processos seletivos, o MEC pretendia estimular que os estudantes trocassem de cidade de residência (18/08/2009, FOL⁷⁵). Soma-se a este grupo de reportagens uma notícia sobre greve em escolas da rede pública estadual do Rio de Janeiro (13/09/2009, GLB⁷⁶).

O processo de inscrições recebeu atenção no início (meados de junho) e em torno do encerramento do prazo (20 de julho, após prorrogação de três dias). Os jornais abordaram assuntos como queda no número de inscritos ou problemas no sistema de cadastro. Findo o prazo, a cobertura se volta para temas relacionados à preparação: estratégias de escolas e cursos, provas simuladas (28/07/2009).

Essa revisão mostrou que a cobertura do Enem até o anúncio do furto deixou de abordar o tema da segurança. Esse assunto vai predominar no noticiário a partir de 1º de outubro de 2009, após a revelação do vazamento da prova; tampouco a cobertura pré-crise tematizou o contrato firmado entre o Ministério da Educação e o consórcio de empresas licitado para organizar o Enem.

5.2 Crise Enem 2009: sumarização da cobertura

Nesta seção, vamos sumarizar a cobertura da crise Enem 2009. Neste primeiro momento da análise, procederemos a uma descrição sucinta que abrange todas as notícias publicadas que mencionam o Enem por ESP, FOL e GLB nos 83 dias da crise⁷⁷. O objetivo desta seção é apresentar um panorama da cobertura, de modo a posicionar a o conteúdo

⁷⁵ “Poucos mudarão de Estado em 2010” (Soares, 2009).

⁷⁶ “Às vésperas do Enem, escolas seguem em greve” (Galdo, 2009).

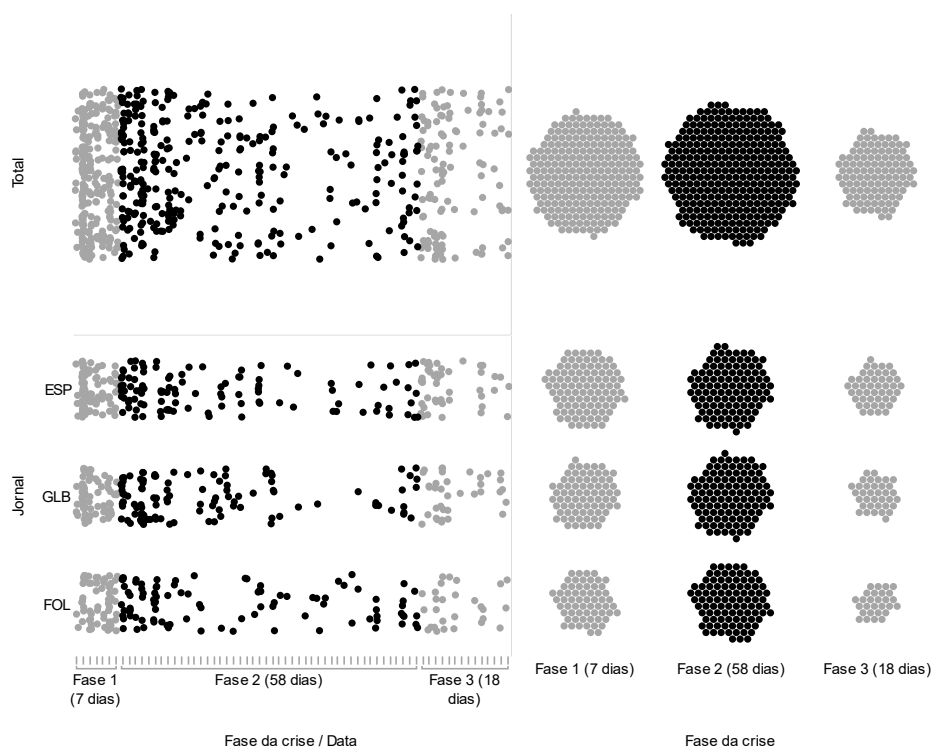
⁷⁷ A crise Enem ocorreu de 1º de outubro a 22 de dezembro de 2009. Cf. o Capítulo 1.

noticioso em relação aos outros tipos de itens que compõem o produto jornal. Veremos a seguir que, no subconjunto dos textos que fazem menção à crise, uma parcela da cobertura não posiciona o caso do vazamento como um tema central do relato. Ao final desta seção, será possível perceber que a presença da crise Enem 2009 nos jornais se estendeu para além dos domínios setoriais jornalísticos destinados ao conteúdo informativo. Também será apresentado o procedimento que efetuamos para definir o corpus da análise de performance de papel jornalístico. Na seção posterior, discuto os resultados da análise, a qual foi efetuada apenas nos textos informativos.

No período da crise Enem⁷⁸ 2009, ESP, FOL e GLB publicaram o total 663 textos que mencionam o Enem, num total de 237 edições — das quais 80 de ESP, 79 de GLB e 78 de FSP. O Gráfico 2 mostra que a Fase Inicial concentrou a maior proporção dos itens: apenas nos sete primeiros dias da crise, foram publicados mais de um terço dos textos (236, 35,6%); na Fase de Administração, foram publicados 316 itens (47,66%); A Fase de Conclusão teve 111 itens publicados (16,74%). Em todas as fases, o ESP publicou o maior número de itens (256, 38,61%), seguido de GLB (220, 33,18%) e FOL (187, 28,21%). Esta frequência de publicações mais elevada por parte de ESP é um resultado esperado, considerando que o ESP foi o veículo que revelou com exclusividade o episódio do furto do caderno de provas.

⁷⁸ A Fase Inicial (1º/10/2009 a 7/10/2009) foi o período entre a divulgação do vazamento à definição do novo calendário do exame. Na Fase de Administração (8/10/2009 a 4/12/2009), o Ministério da Educação buscou garantir a aplicação das provas, que ocorreram em 5 e 6/12/2009. A Fase de Conclusão (5/12/2009 a 22/12/2019) compreendeu a aplicação das provas do Enem até a demissão do presidente do Inep, Reynaldo Fernandes. Cf. Capítulo 1.

Gráfico 2. N. de itens que mencionam o Enem, por jornal, data de publicação e fase da crise. Out-dez. 2009. N = 663. Maior frequência em destaque.

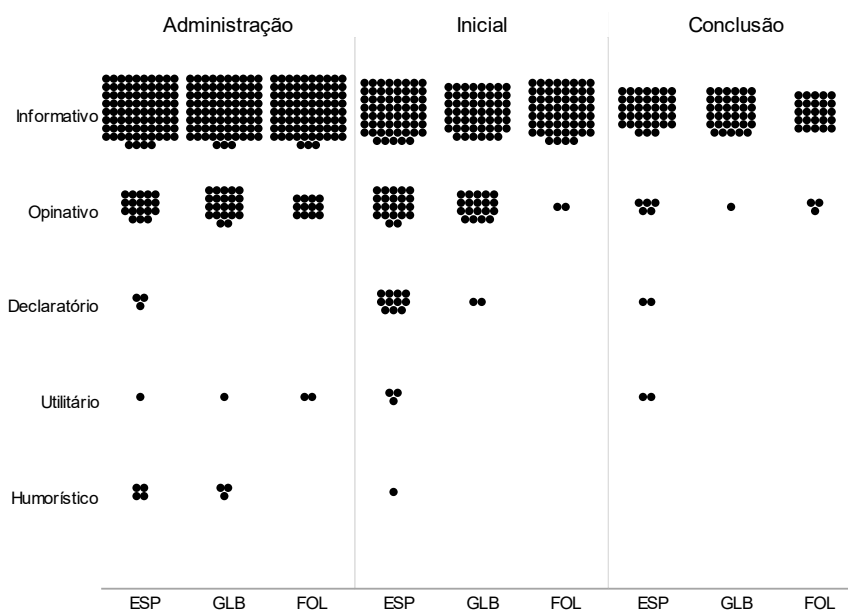


A frequência de publicações ao longo da crise sugere que a cobertura sobre o Enem teve poucas oscilações. O grande impacto na frequência das publicações ocorreu no dia 2/10, imediatamente após a revelação do vazamento, ocorrida em 1º de outubro. A Tabela 9 mostra que o maior número de itens publicados em uma única data foi registrado em 02/10 (84, ou 12,7% do total), data imediatamente seguinte à revelação do vazamento pelo ESP. Quase a totalidade dos outros picos de menções foi registrada na Fase Inicial da crise: das 10 datas que concentram metade das menções ao Enem em todo o período, seis estão na primeira semana. Além do já mencionado dia 02/10, temos 03, 04, 05, 06 e 07/10 (141, 21,3% somados). Na Fase de Administração, o pico foi registrado em 08/10 (36, ou 5,4%), ainda próximo da Fase Inicial. Na Fase de Conclusão, o pico foi registrado em 08/12 (19, ou 2,9%).

Tabela 9. Datas de maiores frequências de publicações sobre o Enem. Out-dez. 2009. Datas da Fase Inicial em destaque.

Data	Frequência (n. de pub.)	%	% cumulativo
2/10	84	12,7	12,7
3/10	37	5,6	18,3
6/10	37	5,6	23,8
8/10	36	5,4	29,3
11/10	35	5,3	34,5
4/10	25	3,8	38,3
7/10	23	3,5	41,8
13/10	22	3,3	45,1
5/10	19	2,9	48,0
8/12	19	2,9	50,8
Subtotal	337	50,8	
Demais 57 dias	326	49,2	
Total	663	100,0	

Esta pesquisa usou como primeiro critério de seleção de itens para inclusão no corpus de análise o pertencimento do texto ao gênero jornalístico *informativo*. Na cobertura, 78,88% dos itens publicados foram do gênero jornalístico *informativo*, seguido dos itens do gênero *opinativo*, com 15,69%. Textos dos gêneros *Declaratório*, *humorístico* e *utilitário* reunidos tiveram ocorrência residual, somando 5,43% do total. O Gráfico 3, que resume a distribuição de itens publicados, aponta que ESP publicou a maior parcela de textos de todos os gêneros e em todas as fases da crise. A frequência mais elevada do gênero *declaratório* no ESP decorre da publicação de um número elevado de enquetes com estudantes — sobretudo nos dois primeiros dias da crise, quando o ESP publicou 15 respostas de enquete. ESP e GLB tiveram uma participação semelhante na composição do total de textos opinativos, enquanto que FOL dedicou uma parcela muito inferior das publicações para este gênero.

Gráfico 3. Gêneros jornalísticos por jornal e fase da crise. Out-dez. 2009. N = 663

As menções ao Enem nos três jornais do período analisado ocorreram em várias seções dos jornais. No total, as menções ao Enem ocorreram em 26 seções diferentes, incluindo cadernos de cultura, ciência e informática. Além do esperado predomínio das seções informativas principais (primeiros cadernos e notícias locais), o Gráfico 4 mostra que houve proporção semelhante entre publicações na capa (9%) e ocorrências de itens nos suplementos de educação (9,2%) e nas seções de opinião (8,6%).

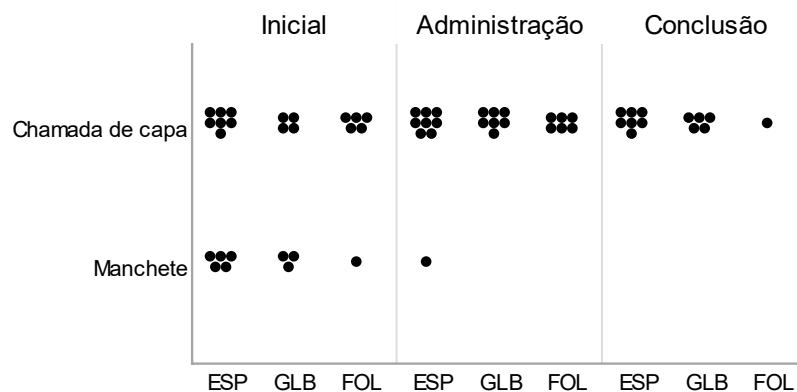
Gráfico 4. Seções que registraram menções ao Enem. Out-dez. 2009. N = 663.

Seções informativas principais	Suplemento de educação	Capa
	Opinião	Suplemento para jovens
		Outros

ESP publicou o maior número de menções na primeira página, chegando a registrar mais que o dobro de menções nas capas que FOL (confira no Gráfico 5). A maior proporção de publicações na primeira página ocorreu na Fase Inicial (25, 46%), Neste período inicial da crise, ESP registrou aproximadamente a soma das menções de capa de FOL e GLB (20% e

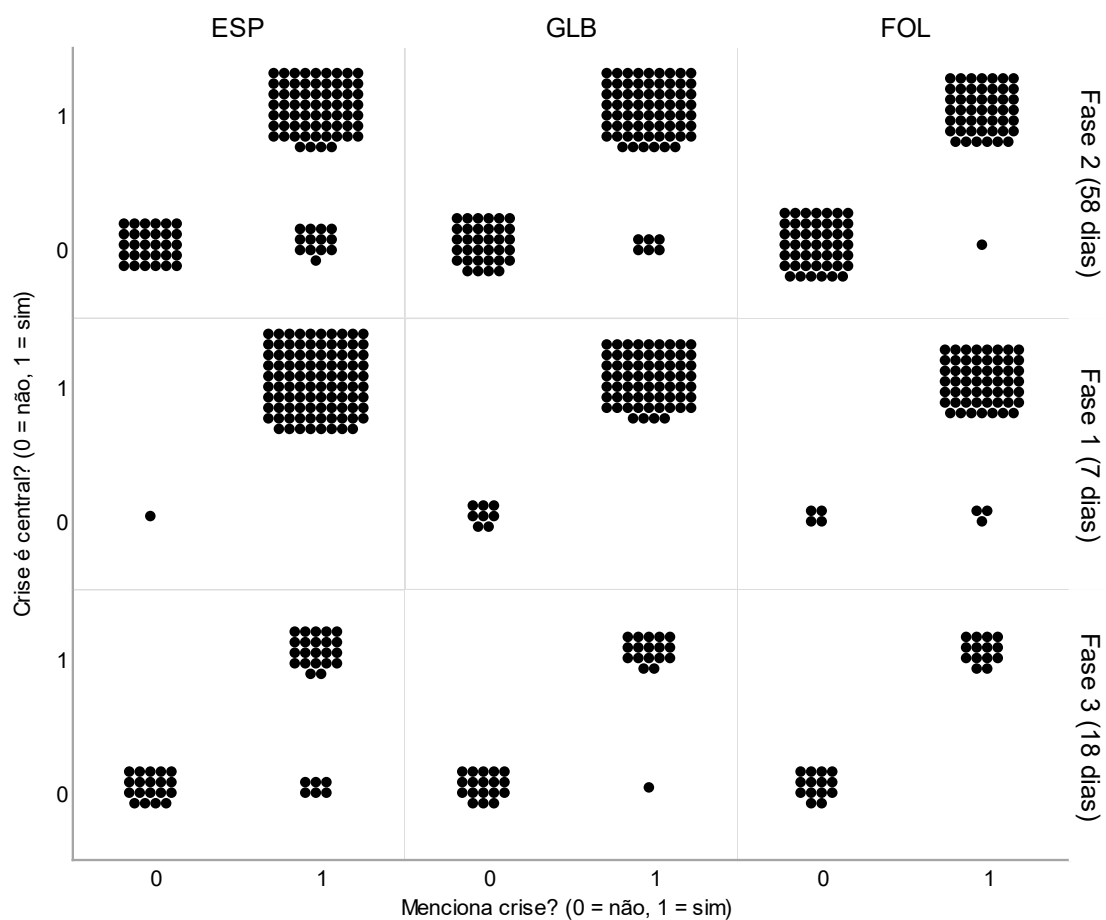
21,67%, respectivamente). A crise Enem foi a manchete (tema principal) dos jornais, em 10 edições publicadas no período. Novamente, ESP apresentou uma proporção muito superior de registros de registros que FOL e GLB: 60% das manchetes foram publicadas por ESP, contra 30% de GLB e 10% de FOL.

Gráfico 5. Menções ao Enem nas capas. Out-dez. 2009. N = 663.



Dentro do universo de itens coletados, o critério de seleção para inclusão de um item no corpus foi a menção à crise Enem 2009 no título, no subtítulo ou parágrafo inicial do texto, o *lead*. A crise foi tema central em 71,8%, a grande maioria dos itens publicados em todo o período da crise. Os quadrantes superiores direitos do Gráfico 6 mostram que quase a totalidade das matérias da Fase Inicial (setor central da imagem) mencionou a crise em algum dos componentes iniciais dos textos, Na Fase de Administração, cresce a proporção de textos que não mencionam a crise ou fazem referência ao caso em algum ponto do texto após o primeiro parágrafo. Este comportamento sugere que o Enem volta a ser abordado como um tema habitual da editoria de educação.

Gráfico 6. Menções ao Enem por jornal e fase.



Ordem decrescente. N = 663.

A leitura dos dados apresentados nesta seção aponta que a crise Enem 2009 foi um tema emergente que recebeu atenção jornalística concentrada durante a Fase Inicial. Neste primeiro intervalo da crise, a intensidade da cobertura sugere que o interesse jornalístico pelo assunto estava na indefinição do Ministério da Educação e das instituições de educação superior sobre o curso de ação a adotar para garantir a aplicação das provas de admissão universitária. Após a definição das datas do exame, em 2/10/2009, a cobertura reduz em frequência diária, voltando a se intensificar no período ao redor da prova, na primeira semana de dezembro de 2009. Além da esperada predominância do gênero informativo e da conseqüente incidência mais elevada de itens em seções informativas em todo o período, merece destaque a ocorrência de menções ao Enem em cadernos de editorias como informática e cultura, e essa distribuição sugere que o exame teve uma relevância que ultrapassou o noticiário e as colunas de opinião. A crise Enem teve uma posição de destaque na cobertura, tendo em vista que aproximadamente a metade dos

textos publicados mencionou o episódio do vazamento ou suas consequências. Selecionamos esses 331 textos que posicionam a crise Enem 2009 no topo da hierarquia da informação jornalística para efetuar a análises de performance de papel jornalístico. A seção seguinte discute os resultados da análise.

5.3 O jornalismo na crise Enem 2009

Antes de discutir a análise, lembremos do objetivo desta pesquisa: identificar a performance de papel jornalístico na cobertura publicada pelos jornais O Estado de São Paulo (ESP), Folha de S. Paulo (FOL) e O Globo (GLB) no período de 1º de outubro a 22 de dezembro de 2009. A tese propôs seis hipóteses sobre a ocorrência dos papéis jornalísticos, partindo dos resultados recentes da pesquisa de Mellado et al. (2021) sobre a cobertura jornalística na América Latina, Brasil incluso.

A primeira hipótese desta tese declarou a expectativa de que o papel jornalístico predominante na cobertura do Enem 2009 seria o *watchdog*. Esta proposição da tese diverge do resultado encontrado sobre o Brasil por Mellado et al. (2021). Na pesquisa de Mellado et al. (2021), a cobertura jornalística brasileira apresentava como predominante o papel *intervencionista*, sendo o *watchdog* o segundo mais presente. Justifico a seguir por que a tese propôs uma hipótese que diverge da pesquisa recente.

A tese propôs essa hipótese divergente porque, em outubro de 2009, quando o vazamento do Enem foi revelado, a situação política do país apresentava dois elementos que poderiam estimular a adoção de uma cobertura mais adversária à gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), grupo comandante do governo federal à época, e cujo segundo mandato chegaria ao fim em breve, no ano de 2010. O primeiro componente é a memória de um escândalo político recente, de grandes proporções, ocorrido em 2005, envolvendo o governo brasileiro. O segundo é a proximidade das eleições majoritárias, que ocorreriam em outubro de 2010, um ano após a crise no Enem.

Em primeiro lugar, poucos anos antes, em 2005, o Partido dos Trabalhadores, que governava o Brasil desde 2003, protagonizara um escândalo político de grandes proporções, o Mensalão. Trata-se do apelido atribuído ao escândalo político da compra de votos

parlamentares pelo poder executivo. A crise do Mensalão começou em 6 de junho de 2005, após uma denúncia de um deputado ao jornal Folha de S. Paulo (Miguel e Coutinho, 2007), veículo analisado nesta tese.

A cobertura do episódio pela Rede Globo de Televisão (do mesmo grupo do jornal O Globo, analisado nesta tese) foi considerada adversária (Guazina, 2013), com uma atuação vigorosa contra o governo. Alguns anos mais tarde, em 2016, ainda sob governo do PT, O Estado de S. Paulo, um dos veículos analisados nesta tese, argumentou que o impeachment da então presidente brasileira Dilma Rousseff, do PT, seria a melhor saída para a crise política (Albuquerque, 2019). A então mandatária foi afastada do cargo naquele ano após um processo legislativo.

Além da referência recente do escândalo político do Mensalão, um segundo elemento reforçava a hipótese de que a imprensa praticaria, na cobertura do Enem 2009, um comportamento aguerrido contra o governo: a proximidade das eleições gerais de 2010. A cobertura das eleições de 2010 pelos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo apresentou um número muito superior de textos que faziam referência a escândalos associados ao Partido dos Trabalhadores (PT), então mandatário do governo federal, do que sobre escândalos relacionados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), então adversário do PT na disputa presidencial daquele ano (Feres Júnior e Sassara, 2016).

Além disso, os textos publicados durante a campanha eleitoral de 2010 que mencionavam escândalos políticos citaram cinco crises envolvendo o PT, mas somente um episódio turbulento foi atribuído a integrantes do PSDB (Feres Júnior e Sassara, 2016). Essa aparente tendência que ESP, FOL e GLB apresentaram nas eleições de 2010, a de destacar os problemas políticos do Partido dos Trabalhadores, indicava que a cobertura do Enem 2009 poderia assumir um tom de forte crítica contra o governo federal.

Ambos os componentes mencionados acima tornavam razoável esperar que os jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo adotariam uma postura jornalística de caráter mais combativo contra o governo ao abordar um escândalo governamental que afetaria o cotidiano de milhões de pessoas.

Esta pesquisa analisou o conteúdo de 331 itens jornalísticos informativos —notas, notícias ou reportagens — que abordam a crise Enem 2009, publicadas pelos jornais O Estado

de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo no período de 1º de outubro a 22 de dezembro de 2009. Os resultados apresentados a seguir constituem uma contribuição à teorização sobre performance de papel jornalístico.

A uma abordagem escolhida foi de natureza dedutiva. Isso quer dizer que as categorias de análise foram elaboradas previamente ao trabalho com os dados, de modo que o pesquisador buscou no corpus os elementos que indicam a presença dos papéis jornalísticos já definidos. Realizar uma investigação de modalidade descendente (*top-down*)⁷⁹ requereu o estabelecimento prévio de categorias⁸⁰ e de variáveis indicadoras destinadas a mensurar a ocorrência das categorias nos textos do corpus.

5.4 Performance de papéis jornalísticos

Para testar a primeira hipótese, measurei a ocorrência de seis papéis jornalísticos nas coberturas dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. A seguir serão apresentados os resultados da análise por cada uma dos três domínios dos papéis jornalísticos: *voz do jornalista*, *relação com o poder* e *relação com o público*. A Tabela 10 sumariza os resultados da tese em comparação com os dados encontrados na literatura recente (Mellado et al., 2021).

Tabela 10. Papéis jornalísticos na cobertura do Enem 2009 e na pesquisa de Mellado et al. (2021).

Papel jornalístico	Enem 2009 N = 331	Brasil (Mellado et al. (2021) N = 2749	Total (Mellado et al. (2021) N = 33.640
Intervencionista	,08	,12	,21
<i>Watchdog</i>	,06	,09	,06
Cívico	,05	,05	,05
Infotainment	-	,05	,06
Serviço	,04	,04	,03
Leal-facilitador	,03	,03	,03

⁷⁹ Abordagem dedutiva, que usa construtos (categorias de análise) já definidos com base na teoria.

⁸⁰ Em favor da fluidez textual, usarei indistintamente os termos *categoria*, *estilo*, *padrão* ou *modelo* para me referir aos papéis jornalísticos.

A sumarização dos resultados mostrou que a categoria *infotainment* teve pontuação zero. Devido à falta de pontuação, o papel *infotainment* foi excluído das sumarizações posteriores. Como consequência, apresentaremos os resultados dos papéis *intervencionista*, *watchdog*, *serviço*, *cívico* e *leal-facilitador*.

5.5 Voz do jornalista: o papel intervencionista

O primeiro domínio de padrões de reportagem se refere ao nível de presença da personalidade do jornalista expressa no item publicado. Dois indicadores tiveram pontuação nula, e foram excluídos da sumarização: *propostas/demandas do jornalista* e *uso da primeira pessoa* (confira na Tabela 11).

Tabela 11. O papel intervencionista na cobertura do Enem 2009. Escores médios por jornal e percentual de itens noticiosos pontuantes.

		ESP		FOL		GLB		Total	
M / SD	(e) [%]	,07	(42) [33]	,09	(45) [38]	,07	(37) [35]	,08	(125) [35]
Interpretação		28,7		36,5		33,3		32,6	
Opinião		4,9		4,8		2,9		4,2	
Adjetivos valorativos		,8		1,9		.		,9	

N = 331. ESP = 122, FOL = 104, GLB = 105. SD: desvio padrão.

A cobertura da crise Enem 2009 apresentou um uso elevado de recursos interpretativos. Ao reportar o caso Enem, os jornais não se ativeram ao apenas ao factual: ESP, FOL e GLB apresentam possíveis cursos de ação do governo para pactuar com as universidades uma nova data de aplicação do Enem, incluindo as consequências da adoção das medidas que eram sopesadas pela equipe do Ministério da Educação⁸¹; comparam o contrato governamental referente ao Enem 2009 com os dispositivos licitatórios firmados em edições anteriores da prova⁸²; sumarizaram os diversos problemas ocorridos nas políticas de avaliação coordenadas

⁸¹ Nova data do Enem deve sair na quarta-feira, GLB, 05/10/2009.

⁸² Com novo contrato, custo do Enem chega a R\$ 130 milhões, ESP, 23/10/2009;

do MEC⁸³; e explicaram as mudanças nos esquemas de pontuação nos processos seletivos universitários, tendo em vista que algumas universidades deixariam de usar as notas do Enem devido ao calendário alterado do Enem⁸⁴.

FOL se destacou por exercer em média uma abordagem jornalística mais interpretativa: 36,5% dos textos publicados pelo jornal apresentaram algum trecho que acrescentava relações ou cenários à informação factual. A diminuta proporção de *adjetivos valorativos* é um resultado que não surpreende, tendo em vista que os jornais analisados são os padrões de qualidade no país. Os três textos que apresentam valoração explícita o fizeram ao avaliar (negativamente) o método usado pelos suspeitos para vender os cadernos de prova furtados⁸⁵; comparar os acontecimentos da crise Enem 2009 a um roteiro (de baixa qualidade) de ficção televisiva⁸⁶; ou concluir sobre a dificuldade de garantir as medidas de segurança adequadas em um concurso público⁸⁷.

A qualidade dos jornais pode estar relacionada à também reduzida frequência de *opinião* (14, 4,2%). Tais textos que apresentam elementos opinativos pontuaram sobretudo devido à assimilação, pelo jornal, de discursos proferidos pelas fontes mencionadas na reportagem. Essa operação de assimilação ocorre sobretudo nos casos em que jornal não usa aspas para marcar o limite entre a voz do jornal e a fala dos personagens retratados — de modo que a leitura de conteúdo expressado impossibilita atribuir à fonte a afirmação apenas com base no trecho em que a frase se localiza. Nestas situações, a codificação atribuiu ao jornal esse tipo de frase *opinativa*. Assim, os jornais publicaram que as alterações no formato do Enem 2009 foram aplicadas de chofre, quando o ideal seria implementá-las de forma paulatina⁸⁸; também afirmaram que a recém-formada agremiação estudantil do Rio de Janeiro não possuía vínculos

⁸³ Problemas em série, GLB, 02/12/2009.

⁸⁴ Para compensar a falta do Enem, Fuvest vira fonte de bônus para rede pública, FOL 17/11/2009.

⁸⁵ Por dinheiro, dupla abala a vida de 4 milhões de jovens, ESP, 02/10/2009.

⁸⁶ Após escândalo, prova do Enem ganha nova data e perde USP e Unicamp, FOL, 11/10/2009.

⁸⁷ Prova do crime, FOL, 19/10/2009.

⁸⁸ Mudanças deveriam ter sido graduais, ESP, 04/10/2009.

político-partidários⁸⁹; ou ainda informaram que a prova do Enem efetivamente aplicada após o adiamento ultrapassou em nível de dificuldade a versão descartada devido à quebra de sigilo⁹⁰.

Assim como no estudo de Mellado et al. (2021), o papel intervencionista foi o predominante no caso Enem 2009 — mas com uma presença inferior à da prática do jornalismo brasileiro identificada em Mellado et al. (2021), na qual o resultado do Brasil foi $M = ,12$, $SD = ,182$.⁹¹ O detalhamento dos indicadores revela, no tocante à presença de *interpretação*, que a cobertura do Enem 2009 apresenta valores próximos do padrão nacional (30,2%), com pequena diferença positiva para o caso em estudo. O mesmo não se pode dizer da incidência de adjetivos valorativos⁹²: esses recursos de estilo ocorreram de forma pontual nesta cobertura do Enem 2009; mas foram detectados em 16,9% das reportagens de grandes jornais. Tendo em vista que a cobertura da crise Enem 2009 não apresentou *uso de primeira pessoa* nem *propostas ou demandas de jornalistas*, podemos considerar que a diferença negativa do nível de intervenção da cobertura em relação à média nacional é menos significativa do que sugere o exame apenas do escore médio. Este resultado não apoia a hipótese H2, segundo a qual o papel intervencionista seria o segundo mais presente.

A elevada presença de recursos interpretativos na cobertura do Enem 2009 não deve surpreender, pois o fornecimento de interpretação dentro do conteúdo noticioso constitui uma recomendação dos veículos a seus profissionais. Por exemplo, o jornal O Estado de S. Paulo prescreve aos seus profissionais:

40 – Preocupe-se em incluir no texto detalhes adicionais que ajudem o leitor a compreender melhor o fato e a situá-lo: local, ambiente, antecedentes, situações semelhantes, previsões que se confirmem, advertências anteriores (Martins Filho, 1997, p. 19).

No mesmo sentido recomenda a Folha de S. Paulo no seu Manual de Redação. No caso de FOL, o veículo enfatiza sua predileção pela oferta de conteúdo interpretativo, elemento que ajuda a explicar a elevada média de publicações de caráter intervencionista do jornal na cobertura do Enem 2009.

⁸⁹ *As novas caras do movimento estudantil, sem chapa-branca*, GLB, 07/10/2009.

⁹⁰ *Prova do Enem foi mais difícil que a cancelada*, FOL, 06/12/2009.

⁹¹ Na pesquisa de Mellado et al. (2021), o resultado do Brasil foi $M = ,12$, $SD = ,182$.

⁹² Exemplos de adjetivos valorativos: bom/melhor; mau/pior.

O conteúdo noticioso que resultar dessa pauta seletiva e propositiva deve ir além do meramente factual, incorporando uma dimensão interpretativa que, sem distorcer a realidade, estabeleça relações entre os acontecimentos, seus antecedentes e prováveis implicações. Deve, sempre que possível, avançar numa direção conclusiva, identificando problemas e ponderando os prós e contras das soluções cabíveis (Folha de S. Paulo, 2019).

Contrariamente à recomendação pela escrita interpretativa, o uso da primeira pessoa na escrita de reportagens não encontra respaldo nas orientações profissionais do ESP.

32 - O recurso à primeira pessoa só se justifica, em geral, nas crônicas. Existem casos excepcionais, nos quais repórteres, especialmente, poderão descrever os fatos dessa forma, como participantes, testemunhas ou mesmo personagens de coberturas importantes. Fique a ressalva: são sempre casos excepcionais (Martins Filho, 1997, p. 18).

Ao mesmo tempo em que demanda dos jornalistas contextualização e interpretação ESP reforça a exortação por evitar a veiculação de opinião dentro das reportagens factuais.

20 - Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles as próprias conclusões. Em nenhuma hipótese se admitem textos como: Demonstrando mais uma vez seu caráter volúvel, o deputado Antônio de Almeida mudou novamente de partido. Seja direto: O deputado Antônio de Almeida deixou ontem o PMT e entrou para o PXN. É a terceira vez em um ano que muda de partido. O caráter volúvel do deputado ficará claro pela simples menção do que ocorreu (Martins Filho, 1997, p. 17).

21 - Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando comentários no material noticioso. As únicas exceções possíveis: textos especiais assinados, em que se permitirá ao autor manifestar seus pontos de vista, e matérias interpretativas, em que o jornalista deverá registrar versões diferentes de um mesmo fato ou conduzir a notícia segundo linhas de raciocínio definidas com base em dados fornecidos por fontes de informação não necessariamente expressas no texto (Martins Filho, 1997, p. 17).

Por sua vez, GLB também enfatiza que deve haver a separação entre opinião e notícia no conteúdo publicado:

e) Como em todos os veículos de imprensa, há no Grupo Globo jornalistas cuja função é analisar fatos e controvérsias e opinar sobre eles. Por óbvio, tais jornalistas não ferem o princípio da isenção. Primeiramente, porque agem com transparência, deixando explícito que não fazem uma reportagem objetiva sobre os fatos, mas a partir deles os analisam e opinam sobre eles (ver Seção I, item 1, letra t). É uma atividade jornalística diversa da reportagem, mas que atende também a uma demanda do público: ter acesso a opiniões e análises sobre fatos e controvérsias para que possa formar a sua própria opinião. Tais jornalistas, normalmente chamados de

comentaristas, analistas ou colunistas de opinião, devem ter uma atuação na rede social que não permita a percepção de que são militantes de causas e que fazem parte da luta político-partidária ou de ideias. A eles, como a todos, é vedado apoiar candidatos ou partidos, dentro e fora de eleições (Grupo Globo, 2018b)⁹³.

5.6 Abordagem ao público: serviço e cívico

No conjunto de papéis referente à postura do jornalista/jornal com relação ao público, avaliei as performances dos papéis *cívico* e *serviço*. O terceiro papel desse grupo, *infotimento*, não pontuou, e foi excluído da sumarização. Lemos na Tabela 12 que a cobertura apresentou reduzida proporção de itens que continham marcas de estilo do jornalismo de *serviço*.

O exame detalhado dos indicadores aponta que o nível de presença do *impacto na vida cotidiana* é muito superior na cobertura do Enem 2009 do que em relação à média nacional; sendo o GLB o jornal que mais exerceu um estilo de serviço. A elevada presença deste indicador pode ser atribuída ao próprio tema da cobertura — uma avaliação educacional de grande abrangência, cujo resultado pode definir o ingresso em universidades. Reportagens de serviço tematizaram sobretudo as consequências das alterações no Enem 2009 sobre os estudantes. Sobre este tema, as reportagens exploraram o *impacto na vida cotidiana* nas situações adversas ocorridas com estudantes devido à alteração das datas de aplicação do exame⁹⁴.

Outra consequência da reestruturação do cronograma concerne às alterações nos esquemas de pontuação dos processos seletivos. Ao abordar o assunto, os itens que trazem estilo de serviço também adotam uma postura crítica⁹⁵, opinativa⁹⁶ ou interpretativa⁹⁷. Em parcela muito inferior, houve também dicas sobre como lidar com *problemas* imediatos

⁹³ *Princípios Editoriais do Grupo Globo* (Grupo Globo, 2018b).

⁹⁴ *Aluna diz que viajou à toa para fazer a prova*, FOL, 02/10/2009; *Judeus que não fariam prova comemoram*, ESP, 02/10/2009.

⁹⁵ *O drama do novo Enem*, GLB, 22/10/2009.

⁹⁶ *Pais devem ajudar a evitar frustração dos estudantes*, ESP, 02/12/2009.

⁹⁷ *Aluno só poderá optar por 3 cursos no Enem*, FOL, 09/10/2009.

causados pelas mudanças bruscas⁹⁸, *dicas sobre riscos* potenciais ao indivíduo, relacionados à participação no exame⁹⁹, ou *conselhos* direcionados ao indivíduo cidadão-cliente¹⁰⁰.

O resultado da categoria serviço também está alinhado com a performance da cobertura brasileira recente: o resultado da pesquisa recente sugere jornais brasileiros praticam esparsamente o papel de serviço nas editorias principais (Mellado et al., 2021)¹⁰¹. Este resultado apoia a hipótese H4 — O quarto papel mais presente foi o de serviço.

O reconhecimento à relevância do jornalismo de serviço figura entre os preceitos institucionais da FOL¹⁰². Por sua vez, nem ESP nem GLB tratam especificamente desta abordagem jornalística em seus documentos de orientação aos profissionais de imprensa. O ESP apenas lista o “segmento de serviços de informação” ao descrever qual é a sua missão como empresa¹⁰³. O GLB apenas menciona a palavra *serviço* ao abordar os cuidados éticos na relação com entidades *prestadoras de serviço* à empresa¹⁰⁴.

Tabela 12. O papel serviço na cobertura do Enem 2009 Escores médios por jornal e percentual de itens noticiosos. N = 331.

		ESP		FOL		GLB		Total	
M / SD	(e) [%]	,04	(21) [13]	,04	(16) [12]	,05	(21) [17]	,04	(58) [14]
Impacto na vida cotidiana		10,7		7,7		12,4		10,2	
Dicas sobre problemas com os arredores		3,3		3,8		1,9		3,0	
Dicas sobre riscos		1,6		1,9		4,8		2,8	
Conselhos ao consumidor		1,6		1,9		1,0		1,5	

⁹⁸ *Em um ano de mudanças, tensão aumenta entre alunos*, FOL, 06/10/2009.

⁹⁹ *Antenados para ter sucesso no Enem*, GLB, 25/10/2009.

¹⁰⁰ *Mesmo quem não pediu teve o endereço alterado*, ESP, 04/12/2009.

¹⁰¹ M = ,04, SD = ,127.

¹⁰² “Se está hoje dispensado de oferecer uma série de roteiros e listagens que se tornaram comuns na internet, o chamado jornalismo de serviço mantém como instrumentos valiosos em seu repertório o teste e a discussão de vantagens e desvantagens do que será consumido pelo público”. Manual de Redação (Folha de S. Paulo 2021).

¹⁰³ *Código de Conduta e Ética*, (Grupo Estado, p. 3).

¹⁰⁴ *Código de Ética e Conduta* (Grupo Globo, 2018a, p. 30).

N = 331. ESP = 122, FOL = 104, GLB = 105. SD: desvio padrão.

Na cobertura do Enem 2009, o jornalismo *cívico* foi o terceiro mais praticado, tendo uma presença sutilmente mais elevada do que o de serviço. Este resultado apoia a hipótese H3 (O terceiro papel mais presente foi o *cívico*). O GLB também superou os demais no uso desse estilo de abordagem ao cidadão. Contudo, se na prática do jornalismo de serviço no papel *cívico* os jornais apresentavam perfis semelhantes; no uso do padrão *cívico*, o GLB teve uma contribuição muito superior, correspondendo sozinho à soma dos demais (confira na Tabela 13).

GLB usou, com maior frequência que ESP e FOL, oito dos nove recursos jornalísticos que indicam o estilo *cívico*, sendo o ESP o que mais abordou *impacto local*. O detalhamento dos indicadores marca a diferença em relação ao jornalismo nacional (Mellado et al., 2021); pois os desempenhos médios do caso Enem 2009 e da cobertura brasileira no papel *cívico* são similares ($M = ,05$; $SD = ,107$). Entretanto, no panorama nacional predomina *informação de contexto* (13,6%) e *impacto local* (7,4%). No caso do Enem, predominam *perspectiva do cidadão* e *informação de contexto*.

Tabela 13. O papel cívico na cobertura do Enem 2009 Escores médios por jornal e percentual de itens noticiosos. N = 331.

		ESP		FOL		GLB		Total	
M / SD	(e) [%]	,04	(47) [25]	,03	(31) [24]	,07	(64) [26]	,05	(142) [25]
Perspectiva do cidadão		3,3	.	.		11,4		4,9	
Informação de contexto		19,7		12,5		21,0		17,7	
Impacto local		.		.		5,7		1,9	
Informação sobre ativ. cidadãs		.		.		1,0		,3	
Credibilidade ao cidadão		1,6		1,0		.		,9	
Educação sobre direitos e deveres		7,4		7,7		10,5		8,5	
Demanda do cidadão		2,5		4,8		8,6		5,3	
Questões dos cidadãos		.		.		1,0		,3	
Apoio a movimentos cidadãos		4,1		3,8		1,9		3,3	

N = 331. ESP = 122, FOL = 104, GLB = 105. SD: desvio padrão.

Ao praticar jornalismo de *serviço*, os veículos analisados abordaram as consequências sobre os estudantes das alterações no exame e nos vestibulares. Este tema também preponderou nos textos que apresentaram padrão de jornalismo *cívico*. De fato, quando está presente alguma *perspectiva do cidadão*, os jornais dão publicidade às declarações de estudantes afetados pelas alterações no Enem¹⁰⁵ — mas somente integrantes de escolas privadas receberam atenção expressada nos textos publicados pelos jornais, havendo apenas esparsa presença de participantes do Enem vinculados a outro tipo de instituição¹⁰⁶. Minorias também tiveram espaço no noticiário para se expressar¹⁰⁷; nestes casos, sempre alunos de escolas particulares.

A predominante vinculação dos personagens das reportagens a escolas de elite ajuda a compreender a alta presença de *informação sobre atividades cidadãs* na cobertura do Enem

¹⁰⁵ *Candidatos ficam surpresos e divididos com a alteração*, ESP, 02/10/2009; *Aluna diz que viajou à toa para fazer a prova*, FOL, 02/10/2009.

¹⁰⁶ *Para interno, exame é chance de mudar a vida*, ESP, 04/10/2009.

¹⁰⁷ *Judeus que não fariam prova comemoram*, ESP, 02/10/2009.

2009, se comparada à parcela deste indicador no jornalismo brasileiro (2,8%). A alta pontuação do indicador registra a extensa atenção dos jornais aos protestos realizados por estudantes de escolas privadas após a revelação do furto da prova. GLB foi o veículo que concedeu mais espaço para expressão dos estudantes: o jornal publicou declarações dos manifestantes¹⁰⁸, e dedicou espaço para a apresentação de uma agremiação estudantil de escolas privadas, recém-criada nos protestos, usando até mesmo um tom de *apoio* ao grupo¹⁰⁹. ESP também registrou a nova entidade estudantil¹¹⁰, mas manteve uma média mais próxima da cobertura nacional neste indicador. Nos protestos, os jornais também registraram *questões dos cidadãos* direcionadas a entidades políticas¹¹¹.

Além de abordar movimentos políticos de secundaristas, a cobertura apresentou característica cívica quando forneceu *informação de contexto* sobre o histórico controvertido das empresas contratadas pelo Ministério da Educação para organizar o Enem, empregando também recursos *interpretativos*¹¹²; ou quando extrapolam o caso Enem 2009 para apontar, usando uma abordagem crítica, que a garantia da lisura é um problema crônico comum dos grandes processos seletivos brasileiros¹¹³. Os textos forneceram orientação sobre como candidatos lesados pelo cancelamento do Enem deveriam proceder para exercer o *direito* de receber a restituição do valor da inscrição¹¹⁴. As reportagens conferiram *credibilidade* a alunos e professores quando o tema era o nível de dificuldade do Enem¹¹⁵, ou ao comparar a organização da prova brasileira à de um exame homólogo aplicado nos Estados Unidos¹¹⁶.

¹⁰⁸ *Nas ruas: Estudantes dizem que adiamento do Enem reflete caos na educação do país*, GLB, 06/10/2009.

¹⁰⁹ *As novas caras do movimento estudantil, sem chapa-branca*, GLB, 07/10/2009.

¹¹⁰ *Grupo usa protestos para questionar UNE*, ESP, 08/10/2009.

¹¹¹ *Festa para o Rio, vaia para o Enem*, GLB, 03/10/2009.

¹¹² *Consultec já tinha tido gabarito vazado na Bahia*, GLB, 02/10/2009.

¹¹³ *Segurança em concursos públicos é falha*, FOL, 11/10/2009.

¹¹⁴ *Aluno só poderá optar por 3 cursos no Enem*, FOL, 09/10/2009.

¹¹⁵ *Para alunos e professores, prova fácil*, GLB, 03/10/2009; *Para professores, exame foi mais fácil ontem*, FOL, 07/12/2009.

¹¹⁶ *Teste original é considerado à prova de fraudes*, GLB, 11/10/2009.

5.7 Relação com o poder: *watchdog* e leal-facilitador

No domínio concernente à natureza das relações entre jornalismo e detentores de poder, as posturas jornalísticas antagônicas, *watchdog* e leal-facilitador, tiveram desempenhos também opostos. O *watchdog*, padrão de reportagem mais aguerrido, figura como o segundo mais presente na cobertura do Enem 2009 (veja na Tabela 14); enquanto a abordagem noticiosa que privilegia uma relação de alinhamento com o poder teve a menor parcela de contribuição no total dos três jornais (ver Tabela 15). Não foi detectado nenhum caso de *conflito* entre poderes e jornalistas (veremos em breve que nessa relação houve, na verdade, indícios de possível alinhamento), e o indicador foi excluído da sumarização.

Tabela 14. O papel *watchdog* na cobertura do Enem 2009. Escores médios por jornal e percentual de itens noticiosos.

	ESP	FOL	GLB	Total
M / SD	(e) [29]	(42) [29]	(36) [28]	(49) [40]
	,05/,040	,05/,056	,07/,067	,06/,051
	[%]			[127] [32]
Investigações externas	14,8	17,3	18,1	16,6
Questionamento	4,9	5,8	9,5	6,6
Crítica	4,1	6,7	14,3	8,2
Processos contra poderes	4,1	2,9	2,9	3,3
Denúncias	3,3	1,9	1,9	2,4
Reportagem investigativa	3,3	.	.	1,2

N = 331. ESP = 122, FOL = 104, GLB = 105. SD: desvio padrão.

Em comparação com o jornalismo brasileiro (Mellado et al., 2021), a cobertura do Enem 2009 desempenhou um papel menos incisivo, e não igualou a média da cobertura nacional ($M = ,09$; $SD = ,136$). Este resultado não apoia hipótese H1 de que a natureza de escândalo administrativo do furto do Enem ou a proximidade das eleições majoritárias impulsionariam os jornais a adotar uma abordagem aguerrida ao tratar dos problemas na organização do exame. Já os resultados individuais dos indicadores apontam que, no noticiário sobre o Enem, a divulgação de *investigações externas* predominou, destoando do padrão nacional. Isso porque o Enem 2009 teve uma operação policial e um processo criminal ao longo

de todo o período. Essa judicialização característica da crise Enem favoreceu a veiculação de *informações sobre processos* — este, que é o tipo de reportagem predominante no país (15,9%), além de *investigações externas* (12,7%). Tanto no Brasil quanto no caso do Enem, o *questionamento*¹¹⁷ foi o terceiro padrão de jornalismo mais praticado, com maior presença no noticiário geral (7,3%).

A cobertura praticada por GLB apresentou um número muito superior de elementos associados a um papel jornalístico vigilante: o jornal praticou a *crítica* em proporção quase três vezes superior a FOL e ESP. Essa postura ocorreu em reportagens sobre o consórcio de empresas contratado para organizar a prova¹¹⁸; ao apresentar uma campanha de propaganda governamental destinada a recuperar a imagem do Enem¹¹⁹; ou na apresentação de comentários em tom negativo emitidos por especialistas¹²⁰.

As poucas ocorrências de algum jornalismo investigativo ficaram circunscritas aos quatro primeiros dias da crise, quando ESP tentou apurar a suspeita de furto¹²¹; mas o jornal interrompeu a iniciativa de investigação própria após buscar informação sobre os suspeitos¹²². Em seguida, a maior parcela da cobertura sobre o furto será feita de informes sobre *investigações externas* — operações policiais¹²³, ações da procuradoria¹²⁴, da defesa¹²⁵ ou do poder judiciário¹²⁶. Aqui vale destacar que, mesmo quando a jornalista se torna uma

¹¹⁷ Os resultados desta pesquisa foram cotejados com os indicadores *questionamento, crítica e denúncias feitas por jornalistas* da pesquisa de Mellado et al. (2021). A comparação exclui três indicadores daquela pesquisa *questionamento, crítica e denúncias feitos por outros grupos que não o jornalista*. Em outro trabalho, Mellado (2015) informa que o pesquisador deve considerar o uso desses indicadores nos casos em que houver a suspeita de que os jornalistas atuantes no local a ser pesquisado não possuem liberdade suficiente para exercer uma postura de embate. Esse era precisamente o caso da pesquisa de Mellado et al. (2021), que pesquisou o jornalismo praticado em vários países da América Latina.

¹¹⁸ *Inexperiência de consórcio permitiu falha, diz ex-ministro*, ESP, 02/10/2009.

¹¹⁹ *Tudo pela propaganda 2*, GLB, 10/10/2009.

¹²⁰ *Especialistas criticam atropelo do MEC*, GLB, 09/12/2009.

¹²¹ *Estado obteve confirmação do caso por volta da 1h*, ESP, 02/10/2009.

¹²² *Por dinheiro, dupla abala a vida de 4 milhões de jovens*, ESP, 02/10/2009; *Nunca falei de dinheiro*, ESP, 03/10/2009; *DJ que tentou golpe no Enem manteve baladas*, ESP, 04/10/2009.

¹²³ *PF tem imagens dos 2 acusados de vazamento*, GLB, 03/10/2009.

¹²⁴ *Ministério Público denuncia 5 por fraude no Enem*, ESP, 08/12/2009.

¹²⁵ *'Era uma festa, uma bagunça'*, diz advogada., GLB 06/10/2009.

¹²⁶ *Justiça aceita denúncia contra acusados de vazar a prova*, FOL, 19/12/2009.

personagem da história policial¹²⁷, não há registro do uso de primeira pessoa nas reportagens. O histórico das empresas organizadoras passou por escrutínio nos textos que revelam os *processos* judiciais que elas enfrentaram por força de problemas ocorridos em processos seletivos anteriores¹²⁸. Também houve relatos sobre processos do Tribunal de Contas da União para apurar falhas do governo¹²⁹ ou sobre sindicâncias realizadas pelo próprio governo para elucidar a quebra de sigilo da prova¹³⁰. O único caso típico deste indicador apresenta a história de um estudante portador de necessidades especiais que vence uma disputa judicial contra o estado, e logrou prestar o exame em condições adequadas para sua condição física¹³¹.

O papel *leal-facilitador* ocorreu em apenas um item, que tematiza o novo presidente do Inep, Joaquim Soares Neto¹³², que fora nomeado para substituir Reynaldo Fernandes — o gestor em cujo mandato ocorreu o vazamento do caderno de provas do Enem 2009. O título do texto associa, por meio do uso de dois pontos, a expressão “mais segurança” ao acontecimento da posse do novo mandatário. Ao não usar aspas para atribuir a ideia de segurança ao discurso do novo presidente empossado, o GLB manifesta *imagem positiva* de Joaquim Soares Neto — o novo gestor é apresentado como o elemento garantia de uma condição mais segura para a aplicação da próxima edição da prova. Considerando este resultado de um único registro na codificação, o papel *leal-facilitador* seria mencionado nesta pesquisa somente como um exemplo de uma categoria dedutiva que encontrou limitações de emprego na investigação de um estudo de caso, levando o pesquisador a reajustar o desenho da análise.

Entretanto, a etapa de codificação dos textos revelou um padrão que chamou a atenção. Em 13% da cobertura, os três veículos, sobretudo ESP (30% dos itens do jornal), descreveram o episódio do cancelamento como uma situação na qual o jornal haveria atuado como *informante do poder político*. Considerando que um dos papéis associados à prática profissional jornalística é o de informar a sociedade civil, qual seria o papel jornalístico praticado por um jornal que informa o governo sobre as práticas suspeitas de cidadãos?

¹²⁷ *Repórter do jornal é ameaçada*, ESP, 03/10/2009.

¹²⁸ *Consultec já tinha tido gabarito vazado na Bahia*, GLB, 02/10/2009.

¹²⁹ *TCU vai realizar investigação paralela à da Polícia Federal*, ESP, 08/10/2009.

¹³⁰ *Haddad confirma auditoria no Inep*, GLB, 15/10/2009.

¹³¹ *Aluno com deficiência faz prova no computador*, ESP, 06/12/2009.

¹³² *Novo presidente do Inep: mais segurança para Enem*, GLB, 22/12/2009.

A pergunta se torna pertinente quando constatamos que os veículos narram o episódio do vazamento de provas como uma iniciativa de cooperação do jornalismo com o poder político — em uma situação de aparente inversão diametral do fluxo da notícia jornalística — ao menos como os próprios jornais parecem definir o sentido de tal fluxo¹³³.

Considerando formulações teóricas recentes a teoria recente sobre papéis profissionais jornalísticos (Hanitzsch e Vos, 2018; Mellado, 2015), essa forma de jornalismo que a presente pesquisa identificou na cobertura da crise Enem 2009 se assemelha a uma modalidade de parceria entre jornal e governo. Nesse padrão de reportagem, o jornal demonstra alinhamento com o poder *de facto*.

Segundo Mellado (2015), a categoria *leal-facilitador* se refere a uma postura de cooperação do jornalista para com os detentores de poder. Este conceito parece se aplicar a uma relevante parcela de textos não desimportante publicada na cobertura do Enem 2009. Por sua vez, na conceituação da categoria análoga do *colaborador*, Hanitzsch e Vos (2018) também fornecem uma caracterização razoável para entender a cobertura do Enem; pois, no padrão *colaborador*, o jornal “subscreve à ideia de que, como comunicadores públicos, os jornalistas não são distintos, mas parte do ‘aparato estatal’” (Hanitzsch e Vos, 2018, p. 156).

Aqui se faz referência à raiz dos conceitos; pois, contrariamente a esta última formulação teórica, no entanto, no caso Enem 2009 os jornais não atuam como “propagandistas” (Pasti, 2005, p. 109) nem “agitadores” (Wu et al., 1996, p. 544) do poder instituído; muito menos parece ser o caso de que a imprensa brasileira esteja aceitando uma limitação no nível de liberdade de expressão com o intuito de reforçar agendas econômicas ou sociais do governo (Hanitzsch e Vos, 2018, p. 156).

As formulações teóricas citadas acima parecem suficientes para descrever a modalidade específica de parceria jornal-governo que foi identificada por esta pesquisa na cobertura do Enem 2009. Contudo, a atual proposta operacional de mensuração deste papel jornalístico parece carecer de elementos para mensurar a cobertura do Enem 2009. Isso porque, se a raiz do conceito de *leal-facilitador* se presta bem a entender o comportamento de uma parte da cobertura do Enem, o detalhamento dos indicadores da categoria apresentado por Mellado (2015) não apresenta um descritor adequado para o fenômeno do jornalismo informante. Neste

¹³³ Sobre como os jornais analisados definem o sentido do fluxo da informação, confira a seção 5.9.

momento da análise, cabe reexaminar os indicadores que usei como referência para a elaboração das categorias usadas nesta pesquisa (cf. Mellado, 2015).

O indicador *apoio a atividades institucionais* descreve um texto que se posiciona favoravelmente a eventos realizados por agentes da elite política ou econômica (Mellado, 2015). *Promoção de políticas nacionais ou regionais* se refere a um item noticioso que adota um tom favorável no relato de decisões ou cursos de ação propostos ou adotados por grupos de poder político ou econômico (Mellado, 2015).

Um caso típico de *transmissão de uma boa imagem da elite política* é um texto que ressalta as habilidades gerenciais ou menciona ações que demonstram liderança e intrepidez por parte da elite política; dessa forma, oferece uma imagem positiva de vereadores, deputados, prefeitos, governadores, generais, ministros, presidentes ou primeiros-ministros. O conceito análogo se refere à *transmissão de uma imagem positiva da elite econômica* (Mellado, 2015).

Um relato jornalístico se caracteriza como uma divulgação de *sucesso ou progresso* ao sugerir que a situação da circunscrição regional em que se localiza o veículo se encontra agora melhor do que em um momento anterior, tendo como marca estilística o emprego de comparações entre o estado de coisas atual e o contexto de alguma época anterior.

No caso de um relato caracterizado pela *divulgação de triunfos e conquistas*, o texto compara o contexto local do país com a situação em outro território; em seguida, o item noticioso conclui que a “nossa” situação do local ou de uma pessoa originada do lugar onde está baseado o veículo é favorável. Entre os marcadores que sugerem a ocorrência desse indicador podemos identificar a descrição de histórias vividas por cidadãos nacionais/regionais que são apresentados como sujeitos bem-sucedidos no exterior; ou ainda de pessoas conterrâneas do jornal que recebem reconhecimentos positivos emitidos por cidadãos ou entidades estrangeiras; também estão contemplados por este indicador os grupos sociais que se destacam positivamente em alguma atividade, desde que o relato estabeleça uma relação de pertencimento entre o personagem relatado e o território de localização do jornal, seja de qual for o nível de agregação política — bairro, cidade, território, país — ou cultural — comunidade, idioma.

Para um texto ser codificado como uma peça informativa de *promoção do país*, o relato deve apresentar alguma ação ou decisão que busca promover uma imagem positiva do país no

exterior. A linguagem empregada em um texto promocional se caracteriza pela transmissão acrítica do objetivos da entidade promotora; de modo que o resultado, no mínimo, resulta em uma ambiguidade de sentido com relação ao limite entre o discurso editorial do jornal, o conteúdo informativo, a voz pessoal do profissional de notícias e os interesses do protagonista que é retratado na reportagem.

No escopo do último indicador da categoria, *patriotismo*, está uma exacerbação do indicador *promocional* revisto no parágrafo antecedente. Um texto marcado pelo indicador contém elogios ufanistas que não podem ser atribuídos a fontes. Dessa forma, o jornalista/jornal demonstra a satisfação que existe em de integrar uma comunidade. O texto também pode demonstrar alinhamento ao direcionamento político do país.

A revisão dos indicadores sugere que nenhum deles representa um descritor adequado para classificar plenamente o estilo de reportagem que a pesquisa identificou na cobertura da crise Enem 2009 pelo jornal O Estado de S. Paulo. A literatura atual (Hanitzsch e Vos, 2018; Mellado, 2015) possui categorias que descrevem de forma ampla o tipo de relação com o poder político sugerida pelo conteúdo do ESP:

o repertório de indicadores proposto pela literatura atual parece não descrever de forma integral o fenômeno da transmissão de informação direta, pré-publicação, do jornal para o governo¹³⁴. Diante dessa lacuna, havia duas abordagens possíveis para acomodar a descoberta emergente desta tese no esquema teórico-metodológico proposto pela literatura atual citada acima.

Na primeira abordagem, as marcas de estilo que a pesquisa identificou na cobertura seriam desconsideradas, relativizadas ou adaptadas na codificação. A adoção deste caminho implicaria que a análise desta tese deixasse de pontuar as recorrências estilísticas de parceria jornal-governo detectadas nos textos analisados, uma vez que os tributos deste estilo não constam das referências teóricas que fundamentam esta tese.

¹³⁴ Ao abordar a relação entre jornalistas e agentes de segurança pública, Ramos e Paiva (2007) afirmam que “[p]oliciais hábeis chegam a conseguir a colaboração dos jornalistas em investigações”. Contudo, diferentemente do fenômeno estudado nesta tese, na parceria descrita por Ramos e Paiva (2007), o jornal não publica que buscou a autoridade para passar informação.

Outra alternativa para tratar das marcas de estilo emergentes seria a de registrá-las em algum dos indicadores de papel jornalístico organizados sob o papel *leal-facilitador*. Ambas as escolhas arriscariam uma perda dimensional, e a análise sofreria uma forte redução na precisão — ou possivelmente incorreria em perda da validade interna.

Com o objetivo de elevar a precisão da análise da cobertura do Enem 2009 e contribuir com a proposta conceitual da literatura de papéis jornalísticos, foi elaborado um indicador, ferramenta de mensuração que está sob a categoria de papel jornalístico *leal-facilitador* (Mellado et al., 2021) ou *colaborador-facilitador* (Hanitzsch e Vos, 2018). A seguir, está sistematizada a proposta teórico-metodológica da tese, o conceito de jornalismo *informante da elite política*.

5.8 Informante da elite política: novo conceito da relação entre jornalismo e poder político

Conforme apontado na seção 5.7, a análise da cobertura do Enem 2009 não apoiou a hipótese de que os jornais adotariam uma abordagem “cão-de-guarda” ao acompanhar o assunto: verificou-se que ocorreu uma frequência alta de reportagens que adotam uma postura diferente daquela representada pelo vigia democrático. Isso porque a cobertura do ESP descreveu a história da descoberta do vazamento como uma situação na qual o jornal ESP repassou informação diretamente ao governo¹³⁵.

A cobertura do ESP na crise Enem 2009 praticou com alta frequência (em cerca de um terço das reportagens) um estilo *informante da elite política* ao descrever a atuação do jornal durante a apuração da denúncia de vazamento do caderno de provas. Veremos a seguir que FSP e GLB também usaram recursos semelhantes aos que caracterizam o *informante da elite política*. Contudo, esses dois últimos jornais apenas incorrem na prática do informante apenas em exemplos pontuais, e o fazem de forma que apenas parecem reproduzir o relato do vazamento criado pelo ESP.

¹³⁵ A seguir será reportado que o papel informante da elite política esteve presente quase que somente nos textos de ESP. Por sua vez, FOL e GLB desempenharam este papel apenas em um texto de cada jornal.

O conceito de *informante da elite política*, não encontrado na literatura de papéis jornalísticos, constitui uma contribuição da tese para o campo de conhecimento¹³⁶. Nesta seção, vou apresentar os elementos constituintes deste conceito, que foram extraídos da análise do conteúdo manifesto da cobertura do Enem 2009. Ao final, formula-se características desse indicador de modo a permitir o uso em pesquisas futuras.

O texto jornalístico que pratica um padrão *informante* é aquele no qual o jornal atua como fornecedor de informação à elite política. Contrariamente à proposição das hipóteses da tese, este posicionamento sobre a relação do jornalismo com o poder político caracterizou parte expressiva da cobertura do Enem (ver Tabela 15).

A abordagem *informante* foi praticada por ESP já na manchete inicial da crise Enem 2009¹³⁷:

Alertado pelo ‘Estado’, ministério confirma que sigilo do exame foi quebrado

O sigilo da prova do Enem, que seria realizada neste fim de semana, foi quebrado, informam Renata Cafardo e Sergio Pompeu. **Alertado pela reportagem do Estado**, que teve acesso à prova a ser aplicada, o ministro Fernando Haddad (Educação) decidiu cancelar o exame ... **As pessoas que avisaram o Estado sobre o vazamento** disseram ter obtido a prova de funcionários do Inep.¹³⁸

O trecho acima apresenta dois elementos que caracterizam a relação entre o jornal e as instâncias de poder. Nas duas primeiras frases destacadas, o ESP delimita a natureza da relação que o jornal estabelecera com o governo no caso do vazamento. ESP afirma que contactou o Ministério da Educação para *emitir um alerta* sobre uma suspeita descoberta pelo jornal. Já a terceira frase em destaque no trecho acima (“As pessoas que avisaram o Estado ...”) descreve a relação da sociedade com o jornal. Nessa segunda situação, os cidadãos buscam o veículo de informação com o intuito de *avisá-lo* sobre uma suspeita de desvio de conduta que pode implicar o governo. As duas situações descritas na manchete de 1º de outubro de 2009 apresentam um formato narrativo similar: em ambos os trechos, uma pessoa (o jornalista, o cidadão) entra em contato com um ente institucional (o governo, o jornal), com o intuito de

¹³⁶ A relação do jornalismo para com as elites políticas ou econômicas figura entre as primeiras preocupações dos estudos sociológicos sobre a prática da produção de notícias. Cf. Capítulo 2.

¹³⁷ Ao longo desta seção, todos os destaques nos trechos apresentados são do pesquisador.

¹³⁸ *Prova vaza e MEC decide cancelar Enem*, ESP, 1º de outubro de 2009.

fornecer ao ente institucional alguma informação sensível sobre uma ocorrência de implicações nacionais (o vazamento da prova).

Relatos noticiosos que apresentam o padrão *informante da elite política* possuem a estrutura que descrevi acima: a reportagem sugere que o jornalista coletou informação na sociedade e forneceu os dados diretamente ao governo; e esse é precisamente o padrão de reportagem que caracteriza uma parte numerosa da abordagem do ESP (30% das notícias) ao longo da cobertura (pontualmente, encontraremos exemplos desse modelo também em FOL e GLB, 1,9% cada). No exemplo da manchete acima, ESP descreve a relação que o jornal mantém com o *governo* de um modo que a torna equivalente à relação do *cidadão* para com o *jornal*. Dessa forma, o trecho acima sintetiza um tipo de contrato no qual jornalista e governo têm firmado entre si um elo de cumplicidade — uma relação divergente da ideia de “cão de guarda” democrático associada ao jornalismo em uma democracia. A Tabela 15 mostra que o uso da fórmula *informante da elite política* não foi uma ocorrência isolada: este padrão de jornalismo ocorreu em 13% do total de itens da cobertura; mas, no ESP, uma em cada três reportagens adotou uma postura *informante* ao descrever o contato com o governo.

Tabela 15. O papel leal-facilitador na cobertura do Enem 2009 Escores médios por jornal e percentual de itens noticiosos.

		ESP	FOL	GLB	Total
M / SD	(e) [%]	,03 (37) [30,3]	,002 (2) [1,9]	,003 (3) [2,9]	,01 (42) [13]
Informante da elite política		30,3	1,9	1,9	11,4
Imagem positiva da elite política		.	.	1,0	,3

N = 331. ESP = 122, FOL = 104, GLB = 105. SD: desvio padrão.

Conforme será discutido a seguir, a cobertura do ESP se posicionou frequentemente como *informante* do Ministério da Educação¹³⁹. Isso porque, se uma das ações típicas de um informante for a de *alertar* as autoridades sobre desvios detectados na sociedade; considerando

¹³⁹ FOL e GLB também usaram linguagem informante, mas em proporção muito reduzida. Cf. notas 186, 187, 188 e 189.

o conteúdo manifesto das reportagens, a forma como ESP descreve a relação com o governo quando da descoberta do vazamento sugere que o jornal seja uma figura parceira do governo.:

O exame, que estava agendado para amanhã e domingo, foi cancelado na madrugada de ontem após a **reportagem do Estado alertar o Ministério da Educação (MEC)** para o vazamento das provas já impressas.¹⁴⁰

O Ministério da Educação prepara operação para substituir o consórcio Connasel na organização do Enem, cancelado depois de o **Estado ter alertado o MEC de que a prova havia vazado**.¹⁴¹

O Ministério da Educação quer substituir o consórcio Connasel na organização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cancelado na madrugada de anteontem **após o Estado ter alertado o MEC** de que a prova tinha vazado.¹⁴²

Após a reportagem do Estado alertar o MEC para o vazamento da prova, técnicos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) confirmaram a quebra de sigilo. O MEC decidiu suspender a prova.¹⁴³

A prova do Enem foi adiada no dia 1º, depois que dois homens tentaram vender cópia ao Estado. **A reportagem alertou o Ministério da Educação (MEC)**.¹⁴⁴

Por fim, à noite, a dupla reuniu-se com a equipe do Estado. Pediu R\$ 500 mil pela cessão do material, mas Pradella deu a entender que não participou da definição do valor. **O Estado recusou-se a pagar e alertou o Ministério da Educação**, que cancelou o Enem.¹⁴⁵

No dia 1.º de outubro, **o Estado alertou o MEC sobre o vazamento da prova do Enem**. O exame foi cancelado e remarcado para os dias 5 e 6 de dezembro.¹⁴⁶

O exame foi adiado de outubro para 5 e 6 de dezembro depois que o **Estado alertou o Ministério da Educação** sobre o vazamento da prova.¹⁴⁷

O Enem seria realizado nos dias 3 e 4 deste mês, mas foi cancelado depois que o **Estado alertou o MEC sobre o vazamento da prova**.¹⁴⁸

¹⁴⁰ *Após cancelamento, Enem deve ser aplicado na 1ª quinzena de novembro*, ESP, 02/10/2009.

¹⁴¹ *MEC deve substituir organizador do Enem*, ESP, 03/10/2009.

¹⁴² *Após novas falhas, MEC avalia trocar organizador do Enem*, ESP, 03/10/2009.

¹⁴³ *Enem é adiado para novembro (O que passou)*, ESP, 04/10/2009.

¹⁴⁴ *Nova data atrapalha vestibulares*, ESP, 07/10/2009.

¹⁴⁵ *Acusado agiu "como paparazzo", afirma defesa*, ESP, 08/10/2009.

¹⁴⁶ *Consórcio mudou logística do Enem*, ESP, 15/10/2009.

¹⁴⁷ *Gastos com novo Enem já passam de R\$ 130 milhões*, ESP, 23/10/2009.

¹⁴⁸ *Com novo contrato, custo do Enem chega a R\$ 130 milhões*, ESP, 23/10/2009.

O consórcio foi afastado da organização do exame após o **Estado ter alertado o Ministério da Educação que o Enem havia vazado**.¹⁴⁹

O objetivo, segundo elas, é evitar situação semelhante à que ocorreu com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que foi cancelado após o **Estado alertar o Ministério da Educação (MEC) sobre o vazamento**.¹⁵⁰

Foi chocante. No início do mês, a três dias do Exame Nacional do Ensino Médio, **um alerta de vazamento da prova, feito pelo Estado, levou o Ministério da Educação a cancelar o Enem**.¹⁵¹

A série de descrições que ESP fornece sobre sua atuação como informante conta até mesmo com a narração de um ato contínuo entre descobrir o problema e acionar as autoridades.

Os dois exigiram R\$ 500 mil pelo material. **A reportagem recusou-se a pagar e alertou o ministro da Educação**, Fernando Haddad, que cancelou o exame.¹⁵²

No trecho acima, a demonstração de correção moral de ESP (“não praticamos receptação”), contribui para marcar a distância entre o jornal e os suspeitos de furto; e, no mesmo movimento, fornece a justificativa para o veículo informar a suspeita ao governo. O conteúdo manifesto de ESP sugere ainda que o jornal *notificou* as autoridades sobre uma suspeita:

O Enem foi cancelado na última quinta-feira depois que o **Estado notificou o MEC sobre o vazamento da prova**. Dois homens procuraram a reportagem para tentar vender a prova por R\$ 500 mil.¹⁵³

No mesmo sentido, o ESP afirma que buscou o ministério para *avisar* sobre uma suspeita da qual o jornal acabara de tomar conhecimento.

O exame, que estava agendado para este fim de semana, foi cancelado na madrugada de ontem após o **Estado ter avisado o MEC que a prova tinha vazado**.¹⁵⁴

O exame foi cancelado na quinta-feira depois **que o Estado avisou o Ministério da Educação (MEC) que havia tido acesso ao caderno de questões**.¹⁵⁵

¹⁴⁹ *PF analisa queixa contra FunRio*, ESP, 23/10/2009.

¹⁵⁰ *Sindicato pede cancelamento do Enade*; MEC rejeita, ESP, 23/10/2009.

¹⁵¹ *Prioridade número 1*, ESP, 27/10/2009.

¹⁵² *Capoeirista e DJ montaram plano de venda da prova*, ESP, 05/10/2009.

¹⁵³ *Enem pode ficar só para dezembro*, ESP, 06/10/2009.

¹⁵⁴ *Enem fica para novembro e PF investiga vazamento*, ESP, 02/10/2009.

¹⁵⁵ *PF indicia empresário e DJ por vazamento de prova do Enem*, ESP, 04/10/2009.

O exame foi cancelado após Felipe Pradella e Gregory Camillo tentarem vender a prova ao **Estado, que avisou o MEC**.¹⁵⁶

A fraude foi revelada em 1º de outubro pelo **Estado, que avisou o Ministério da Educação após ser procurado por Pradella e Craid**.

O Ministério Público Federal denunciou cinco envolvidos na tentativa de fraudar o Enem, adiado em outubro após o **Estado avisar o Ministério da Educação** sobre o vazamento da prova.¹⁵⁷

As provas foram furtadas da gráfica Plural, em São Paulo. Dois homens tentaram vendê-la à reportagem por R\$ 500 mil. O Estado não compra informações. **A reportagem avisou o Ministério da Educação do vazamento**, e o exame foi cancelado.¹⁵⁸

O juiz havia decretado sigilo no processo na semana passada e não quis comentar a decisão. **O Ministério da Educação cancelou o Enem**, que aconteceria nos dias 3 e 4 de outubro, **depois que o Estado avisou do vazamento da prova**.¹⁵⁹

Caso exista dúvida sobre o sentido que o ESP atribui à ação de *alertar* (ou termos congêneres), o próprio jornal fornece uma oportunidade de esclarecimento.

Especialistas alertaram o governo sobre a necessidade de testes

O governo federal foi alertado diversas vezes de que mudanças no ensino devem ser graduais e testadas por amostragem. Em reuniões neste ano, o Ministério da Educação (MEC) ouviu de secretários estaduais e reitores de universidades federais que a proposta do novo Enem corria sérios riscos de credibilidade se algo de errado acontecesse.¹⁶⁰

No trecho acima, profissionais apresentados como *experts* tentam chamar a atenção do governo para o risco envolvido em realizar alterações de grande escala numa política pública. O excerto revela que, para o ESP, *alertar* consiste do ato de empenhar a própria habilidade profissional de diagnóstico de riscos para fornecer informação qualificada, de modo a ajudar a outrem na consecução de um objetivo. Se considerarmos este sentido do termo *alertar*, manifesto pelo ESP, o trecho soma um reforço ao argumento de que ESP descreve a si mesmo como auxiliar do poder público em uma extensa parcela de sua cobertura da crise Enem 2009. O excerto acima efetua uma operação semântica similar àquela realizada pela notícia do

¹⁵⁶ *Governo contrata gráfica RR Donnelley*, ESP, 16/10/2009.

¹⁵⁷ *Cinco são denunciados por fraude no Enem*, ESP, 08/12/2009.

¹⁵⁸ *Ministério Público denuncia 5 por fraude no Enem*, 08/12/2009.

¹⁵⁹ *Juiz aceita denúncia no caso do Enem*, ESP, 18/12/2009.

¹⁶⁰ *Mudanças deveriam ter sido graduais*, ESP, 04/10/2009.

vazamento¹⁶¹. Naquela manchete, o jornal descreve a ação colaborativa dos cidadãos, que procuram o jornal para *avisá-lo* do vazamento — ação que responde à pergunta “o que fazer para colaborar com o jornal?”. Aqui, *alertar* é uma resposta à pergunta: “o que fazer para contribuir com o governo”? Vale notar que o título da reportagem acima apresenta como sendo do ESP a *opinião* dos especialistas sobre o método de implementar as mudanças, ao dispensar o uso de aspas para demarcar a fala da fonte¹⁶². O sentido atribuído pelo ESP para a ação de *alertar* está presente também em abordagens de FOL e GLB.

Em maio, o **ministro Fernando Haddad (Educação) foi alertado por reitores** sobre o risco de a prova do Enem vazar. Na ocasião, o ministro garantiu a segurança do exame.¹⁶³

Por vezes, ESP emprega voz passiva na descrição do episódio; contudo, ainda se declara o agente do aviso/alerta que o Ministério da Educação recebeu sobre o vazamento.

A decisão foi tomada pelo **ministro Fernando Haddad após ter sido alertado pela reportagem do Estado** sobre a quebra do sigilo do exame. “Há fortes indícios de que houve vazamento, 99% de chance”, afirmou o presidente do Inep, Reynaldo Fernandes, por volta da 1h, por telefone.¹⁶⁴

A reportagem teve acesso ao material, memorizou questões e explicou que o Estado não compra informações. **Avisado pela reportagem, o MEC** abriu o cofre em que estavam as questões, confirmou que se tratava da mesma prova e cancelou o exame.¹⁶⁵

MEC altera data do exame após ser alertado pelo ‘Estado’ sobre quebra de sigilo.¹⁶⁶

Após ser alertado pelo ‘Estado’ da quebra de sigilo, o MEC decidiu pela suspensão. Reportagem foi procurada por homem que queria vender cópia.¹⁶⁷

¹⁶¹ Confira a nota n. 138.

¹⁶² A assimilação de discurso da fonte figura entre os poucos exemplos de *opinião* nas reportagens. Confira na seção 5.5.

¹⁶³ *Reitores já cogitavam risco de vazamento da prova em maio*, FOL, 02/10/2009.

¹⁶⁴ *Prova do Enem vaza e ministério anuncia cancelamento do Exame*, ESP, 02/10/2009.

¹⁶⁵ *MEC exclui organizador do Enem*, ESP, 05/10/2009.

¹⁶⁶ *Enem fica para novembro e PF investiga vazamento*, ESP, 02/10/2009.

¹⁶⁷ *Após cancelamento, Enem deve ser aplicado na 1ª quinzena de novembro*, ESP, 02/10/2009.

Segundo o ministro, auditoria do Inep concluiu que foi dessa sala, não prevista no planejamento inicial, que o exame foi roubado. **Alertado pelo Estado sobre o vazamento, o MEC cancelou a realização da prova.**¹⁶⁸

Alertado pelo Estado de que o exame havia vazado, o Ministério da Educação suspendeu a prova e remarcou nova data¹⁶⁹

Vimos que ESP empregou os verbos *alertar*, *avisar* e *notificar* para descrever qual ação o jornal adotou no momento do contato com o governo. O uso alternado desses termos por ESP para descrever a mesma situação (o contato com o ministro) indica que os termos partilham um significado comum. Esse sentido partilhado que correlaciona *alertar*, *avisar* e *notificar* sugere uma ação de *denúncia*. Ocorre que o jornal foi além de apenas sugerir que prestava uma queixa. De fato, ESP declara que acionou o Ministério da Educação para *denunciar*.

O Enem foi cancelado no dia 1º após o Estado ser procurado por dois homens que queriam vender os cadernos de questões. **O jornal recusou e denunciou ao Ministério da Educação (MEC).**¹⁷⁰

Pradella disse ainda que não havia uma separação clara de tarefas: ele e os colegas se alternavam na conferência, embalagem, empacotamento e lacração das provas. Ele foi um dos que quiseram vender os papéis ao **Estado, que recusou e denunciou ao MEC.**¹⁷¹

O Enem seria realizado em 3 e 4 de outubro, mas foi cancelado no dia 1º **após o Estado ter denunciado ao Ministério da Educação (MEC)** o vazamento da prova.¹⁷²

Nos exemplos acima, note que a reportagem de ESP não informa haver delatado *pessoas*; nem mesmo quando relata haver “denunciado” a suspeita de quebra de sigilo ao ministério após recusar-se a comprar dos suspeitos a informação governamental furtada. Ainda que a “denúncia” relatada pelo jornal não inclua os perpetradores, o essencial aqui, e em 30% da cobertura realizada pelo jornal, é a modalidade da interação com o ministério. Ao descrevê-la, ESP afirma ter contactado o governo não com o objetivo de efetuar o procedimento jornalístico da *apuração* de uma suspeita. O intuito do jornal no contato com o poder político não parece apenas ser a verificação uma informação que apenas o governo tem condições de

¹⁶⁸ *Consórcio mudou logística do Enem*, ESP, 15/10/2009.

¹⁶⁹ *Juiz aceita denúncia no caso do Enem*, ESP, 18/12/2009.

¹⁷⁰ *Fuvest e PUC-SP deixam de usar Enem*, ESP, 08/10/2009.

¹⁷¹ *Depois de fraude, MEC busca gráficas de segurança máxima*, ESP, 08/10/2009.

¹⁷² *Termina hoje prazo para solicitar mudança de cidade para fazer o Enem*, ESP, 14/10/2009.

confirmar. Nas palavras de ESP, o jornal contactou o ministério para fornecer diretamente informação sensível e útil ao governo antes de “revelá-la” ao público amplo. No sentido das formulações teóricas que fundamentam este trabalho, e que retomamos no início da seção, esta relação entre formal e governo marcada pela cumplicidade (como se dissesse “é importante que você saiba disso antes que se torne público”), expressa o desempenho de um papel *leal-facilitador* (ou *colaborador-facilitador*). Em outras palavras, parece caracterizar que o compromisso do ESP com o poder político institucional precede o compromisso com do jornal com a sociedade civil.

Em diversos momentos, novamente ESP nos mostra que é possível empregar o termo *denunciar* sem necessariamente construir uma narrativa em que o jornal figure como aliado do governo.

As provas do Enem que seriam aplicadas nos dias 3 e 4 deste mês foram canceladas na madrugada do dia 1.º, após **o Estado denunciar** o seu vazamento.¹⁷³

Em setembro, quando os locais foram divulgados — antes do cancelamento do Enem por causa da tentativa de venda da prova, **denunciada pelo Estado** — ...¹⁷⁴

O vazamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em outubro, **denunciado às vésperas da sua realização pelo Estado**, enfraqueceu uma prova inovadora que seria feita por 4,1 milhões de estudantes.

A Fuvest deixou neste ano de somar os pontos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ao desempenho dos candidatos, depois que a prova foi adiada. **O vazamento do exame foi denunciado pelo Estado.**¹⁷⁵

O "cara" que ele menciona é um dos dois homens que mostraram ao jornal "O Estado de S. Paulo" uma cópia da prova e a ofereceram por R\$ 500 mil. **O jornal, em reportagem que denunciou o vazamento da prova**, diz que não pagou nada.¹⁷⁶

Anteontem à noite, a repórter Renata Cafardo, do “Estado”, **autora da reportagem que denunciou o vazamento do exame**, foi ameaçada por telefone.¹⁷⁷

¹⁷³ *Com novo contrato, custo do Enem chega a R\$ 130 milhões*, ESP, 23/10/2009.

¹⁷⁴ *Saem locais de prova do Enem*, ESP, 26/11/2009.

¹⁷⁵ *Sem Enem, nota de corte da Fuvest cai*. ESP, 09/12/2009.

¹⁷⁶ *Não sei o paradeiro deles, diz empresário*, FOL, 03/10/2009.

¹⁷⁷ *PF tem imagens dos 2 acusados de vazamento*, GLB, 03/10/2009.

O exame seria feito por 4,1 milhões de alunos, ontem e hoje, em 1.829 municípios, mas foi suspenso depois que o **jornal “O Estado de S. Paulo” denunciou o vazamento das provas**. A Polícia Federal em São Paulo investiga o caso.¹⁷⁸

Nos exemplos acima, a ausência do objeto da oração (quem recebeu a denúncia) neutraliza qualquer possibilidade de imputar ao ESP o desempenho de uma função colaboradora: aqui, ninguém em especial foi procurado pelo jornal para receber dele a queixa diretamente. Usando um pouco de imaginação, podemos até mesmo identificar neste trecho uma reafirmação do compromisso normativo do jornalismo para com a sociedade, conforme discutimos no capítulo 2.

Mantendo a prática de nos lembrar qual é o sentido original do termo usado por ele para descrever sua relação com o governo, ESP sumariza o que devemos entender quando ele fala em *denunciar*.

Os cinco envolvidos na fraude que causou o adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) **foram denunciados ontem pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça**. Os crimes podem render de 6 a 60 anos de prisão, somadas as penas em caso de condenação. **A fraude foi denunciada pelo Estado em outubro**.¹⁷⁹

O trecho acima relembra que *denunciar* é um ato do âmbito jurídico; uma ação que implica fornecer a uma autoridade competente elementos que ela necessita para atuar conforme a competência que lhe cabe. Se em seguida o termo deixa de descrever um ato típico da relação entre procuradoria e justiça, é porque foi emprestado pelo jornalismo como uma *metáfora*. No caso da profissão noticiosa, *denunciar* descreve a ação de entregar a quem cabe (na falta de um objeto indireto, é lícito supor que o destino da informação seja o conjunto de leitores, e não o poder político) os atos desviantes que podem implicar negativamente à coletividade. Contudo, ao substituir o receptor preferencial da informação que o jornal produz (em vez da sociedade civil, o governo), ESP aproxima seu papel social ao de um procurador. Esta operação não é trivial; pois a função de um acusador público é justamente a de municiar o aparato estatal — e não o de prioritariamente desvelar ao público amplo os problemas no funcionamento do estado.

Na descrição de sua relação com o governo no caso do vazamento, ESP não empregou somente os termos de tom denunciata relacionados anteriormente. O jornal também usou —

¹⁷⁸ MEC reúne reitores para decidir nova data do Enem, GLB, 04/10/2009.

¹⁷⁹ Ministério Público denuncia 5 por fraude no Enem, ESP, 08/12/2009.

em proporção muito inferior — um termo de conotação menos figurada para descrever a relação do jornal com o poder. Trata-se do termo *informar*, que intitula o conceito do padrão jornalístico apresentado nesta seção.

A reportagem então decidiu informar o MEC. Nada seria publicado até que houvesse a confirmação do governo.¹⁸⁰

O exame foi cancelado na quinta-feira depois que o **Estado informou ao MEC que o caderno de questões tinha vazado.**¹⁸¹

O conteúdo manifesto das publicações de ESP contém uma alta frequência relativa (30%) de textos que caracterizam uma cobertura de caráter *leal-facilitador*. Contudo, apesar de o conceito da categoria desse papel jornalístico servir como um descritor adequado para o estilo adotado pelo jornal, os indicadores propostos nesta tese propôs usar não descreviam adequadamente os elementos específicos que caracterizam uma prática de jornalismo informante. No entanto, uma em cada três reportagens do jornal que mencionam a crise Enem descrevem a relação do ESP com o Ministério da Educação no episódio do vazamento não como a de um veículo tentando realizar uma apuração jornalística por meio do diálogo com uma fonte; mas, antes, como uma entrega de informação sensível do jornal para o governo.

Após revisar os elementos constituintes do jornalismo informante, passemos ao limite inferior do conceito: veremos aquilo que não está pode ser descrito por esta categoria. Seguimos usando excertos da cobertura, tendo em vista a escolha metodológica adotada nesta tese: codificar apenas o conteúdo manifesto.

Dessa forma, o seguinte excerto de reportagem não constitui indício de jornalismo informante.

Em 30 de setembro, o Estado foi procurado por um homem que dizia ter em mãos a prova do Enem. Em um encontro, o homem pediu R\$ 500 mil por ela. O Estado não compra informações. A reportagem pôde folhear o exame e decorar algumas questões.

¹⁸⁰ *Por dinheiro, dupla abala a vida de 4 milhões de jovens*, ESP, 02/10/2009.

¹⁸¹ *MEC exclui organizador do Enem*, ESP, 05/10/2009.

O ministro Fernando Haddad foi avisado. O cofre onde estava a prova, em Brasília, então foi aberto. Por volta da 1 hora de 1º de outubro, o MEC confirmou que se tratava do Enem e cancelou o exame. Cinco pessoas foram indiciadas.¹⁸²

O texto acima não pode ser considerado informante porque, lembremos, a codificação da tese levou em consideração apenas o conteúdo *manifesto* dos itens noticiosos. Isso quer dizer que evitei construir relações lógicas entre elementos informativos contidos nos textos. Examinemos o excerto acima. Nele, ESP reitera o relato sobre a descoberta do vazamento. Da mesma forma que em outros textos, o jornal usa termos-marcadores de *aviso/alerta* para descrever a forma pela qual o ministro recebeu a informação. Contudo, a frase destacada não permite concluir que o ministro fora acionado *pelo ESP*, pois a oração analisada não declara o jornal como agente da voz passiva. Dessa forma, considerando apenas o conteúdo manifesto, o leitor não é diretamente informado sobre quem informou o dirigente governamental. Atribuir ao jornal a ação de avisar o ministro, neste caso, constituiria um silogismo arriscado; no qual o segundo parágrafo se torna uma dedução do primeiro (jornal descobre; ministro avisado; logo, jornal avisa ministro).

Esse trecho demanda mais uma consideração. Notemos que, justamente por *não* constituir um caso de jornalismo *informante da elite política*, o trecho demonstra que ESP também usou recursos sintáticos que neutralizam o posicionamento do jornal com relação à instância de poder político. Ao não se incluir como praticante da ação de avisar, ESP não figura neste texto como um participante do enredo governamental: aqui, o jornal apenas relata os próprios procedimentos de apuração (“descobrimos o vazamento”) e passa diretamente à descrição dos desdobramentos (“de alguma forma, o ministro tomou conhecimento da suspeita e adotou as medidas que considerou necessárias”).

Também é digno de nota que ESP uma vez mais usa recursos de linguagem semelhantes para descrever as situações de conversa 1) dos suspeitos com o jornal e 2) do jornal com o ministro — neste último excerto, contudo, o tom narrativo neutro é o oposto do que sugere a manchete inicial¹⁸³. Esta repetição do paralelismo que o ESP estabelece entre as relações de fornecimento de informação (cidadão – jornal/jornal – governo) reforça o argumento de que o estilo narrativo usado pelo ESP, em um terço de sua cobertura, descreve sua relação com o

¹⁸² *Exército vai proteger Enem por R\$ 1,26 mi*, ESP, 19/11/2009.

¹⁸³ Confira a manchete inicial na nota n. 138.

governo no caso do vazamento de uma forma que não parece se basear na imparcialidade jornalística; e conseqüentemente, estabelece com o governo um elo de confiança mútua — e a confiança é o requisito mínimo da relação entre informante e informado.

Em um caso semelhante, ESP afirma apenas ter *buscado* o ministro, após haver tomado conhecimento da suspeita de vazamento.

O Estado não compra informação. Mas a reportagem folheou o exame e decorou algumas das questões da prova que seria aplicada nos dias 3 e 4 de outubro. **Com as informações, o Estado procurou o ministro Fernando Haddad** na mesma noite.¹⁸⁴

De fato, *procurar* o ministro não implica que o jornal tenha usado as informações disponíveis para prestar uma queixa ao governo: aqui, ESP apenas descreve o procedimento de apuração. Da mesma forma que no excerto anteriormente apresentado, o conteúdo manifesto deste último trecho não fornece elementos suficientes para considerá-lo um caso de jornalismo *informante*.

O tom neutro na descrição do vazamento também esteve presente, sobretudo em FOL e GLB, mas também em ESP. Este estilo de reportagem mais próximo do padrão *disseminador* é indicado pelo uso do termo *revelar* para descrever a ação jornalística no caso do vazamento.

O vazamento foi revelado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", procurado por pessoas dispostas a vender o exame. Alertado, o governo confirmou a fraude.¹⁸⁵

Antes do **vazamento do Enem, revelado pelo Estado em outubro**, muitos candidatos reclamaram das grandes distâncias — de até 50 quilômetros — entre suas casas e os locais de prova.¹⁸⁶

Mesmo prezando pelo uso de um tom mais distanciado ao longo da cobertura, FOL e GLB também reforçam pontualmente o papel *informante do governo* praticado por ESP.

Ela leu trechos do exame e alertou o ministério. Após confirmado o vazamento, o MEC decidiu adiar a prova.¹⁸⁷

¹⁸⁴ *Há exato um mês, Enem era adiado pelo ministro*, ESP, 01/11/2009.

¹⁸⁵ *PF investiga vazamento de provas do Enem*, FOL, 02/10/2009.

¹⁸⁶ *Mesmo quem não pediu teve o endereço alterado*, ESP, 04/12/2009.

¹⁸⁷ *PF investiga vazamento de provas do Enem*, FOL, 02/10/2009.

Alertado pelo jornal “O Estado de S. Paulo”, o MEC confirmou a fraude no Enem na madrugada do dia 1º de outubro.¹⁸⁸

O Enem estava marcado para este final de semana, mas foi suspenso, **após o Ministério da Educação ter sido informado pelo jornal "O Estado de S. Paulo"**, na noite de quarta, de que uma repórter fora procurada por pessoas dispostas a vender a prova por R\$ 500 mil.¹⁸⁹

Haddad, que pediu à PF para instaurar inquérito criminal, disse acreditar que o vazamento ocorreu na etapa de impressão da prova, realizada na gráfica Plural, em São Paulo. Ele **recebeu a denúncia por repórteres do jornal “O Estado de S. Paulo”**, que horas antes tinham sido procurados por dois homens que tentaram vender uma cópia da prova por R\$ 500 mil.¹⁹⁰

Note que, nos exemplos acima, FOL e GLB não falam sobre si próprios, mas de ESP. Contudo, os jornais produzem o discurso tipicamente *informante* ao relatar o episódio da interação de ESP com o governo no dia da descoberta do vazamento. Mesmo não se referindo à própria ação dos jornais que publicam, esses trechos de FOL e GLB constituem casos de jornalismo *leal-facilitador*, pois também sugerem que o jornalismo acudiu o governo para fornecer informação sensível sobre uma suspeita.

A revisão dos excertos revelou a recorrência de algumas palavras-chaves que marcam a presença do padrão jornalístico *informante da elite política*. De modo geral, a linguagem *informante da elite política* se caracteriza pelo tom de denúncia, no qual o jornal recorre ao governo em uma atitude análoga à de quem presta uma queixa. Nestes casos, é esperado que o jornalista declare que procurou o governo para *alertar, avisar, notificar* ou mesmo *denunciar* algum caso (ver Tabela 16).

¹⁸⁸ *Sucessão de tropeços em 2009*, GLB, 19/12/2009.

¹⁸⁹ *MEC estuda criar "feriado" para Enem*, FOL, 04/10/2009.

¹⁹⁰ *Para ministro, vazamento ocorreu na etapa de impressão das provas*, GLB, 02/10/2009.

Tabela 16. Termos marcadores do indicador *informante da elite política*.

Termo/expressão
Alertar (o governo)
Avisar (o governo)
Informar (o governo)
Denunciar (para o governo)
Notificar (o governo)

Caso algum dos termos constantes da Tabela 16 seja usado em um relato jornalístico para descrever a ação do jornal para com o governo, o item noticioso constituirá um exemplo de jornalismo *informante da elite política*. Como decorrência, a reportagem será um caso em que o jornal atua de modo *leal-facilitador* ou *colaborador-facilitador* na relação com o governo.

Conforme sistematizado por meio dos exemplos extraídos da cobertura do Enem 2009, a pesquisa que usar esse indicador deve identificar se o uso dos termos listados acima se refere à relação do jornal com a instância de poder político. Também é fundamental analisar somente o conteúdo manifesto, e evitar a elaboração de relações lógicas sobre o que se pode subentender ou inferir daquilo que está escrito. A argumentação desta seção da tese mostra que o próprio veículo analisado pode fornecer elementos suficientes para compreendermos qual o sentido que o jornal atribui a vocabulários e expressões de uso recorrente; de modo que estamos seguros se nos ativermos apenas ao conteúdo que está explícito.

Diante da semelhança entre o fenômeno do jornalismo informante da elite política e as práticas típicas de um jornalismo leal-facilitador, era necessário mensurar a ocorrência do fenômeno. Na elaboração deste indicador, foi empregada a orientação de Pedhazur e Schmelkin (1991): o pesquisador se referenciou no conteúdo do construto (o papel jornalístico leal-facilitador), e buscou que o fenômeno do jornalismo informante consiste de uma modalidade de prática jornalística descrita pela categoria. Adicionalmente, foram revisados os indicadores atualmente usados para medir a presença da categoria (cf. Mellado et al., 2021).

O exame sugeriu que as ferramentas de medida disponíveis na proposta teórica de Mellado (2015) para detectar a presença do fenômeno eram insuficientes. Tal constatação foi estimulou o pesquisador à proposição de um recurso de mensuração específico, o indicador *informante da elite política*, cuja ocorrência foi encontrados em parcela expressiva na cobertura do Enem realizada pelo jornal O Estado de S. Paulo. O novo indicador *informante da elite política* integra o papel jornalístico *leal-facilitador*; o qual, por sua vez, descreve uma relação de alinhamento entre jornalismo e poder político.

O desempenho frequente de um papel leal-facilitador pelo jornal O Estado de S. Paulo na cobertura do Enem 2009 provoca uma questão: por que ESP teria exercido esse papel leal-facilitador ao narrar o episódio do vazamento da prova? A próxima seção fornecerá uma explicação para o fenômeno.

5.9 Uma chave explicativa: a perspectiva da jornalista que revelou o vazamento do Enem 2009

Uma proposta interpretativa importante que esta tese oferece é a de que a cobertura do Enem 2009 pelo jornal O Estado de S. Paulo apresentou um percentual elevado do papel jornalístico *leal-facilitador*. Essa prática ocorreu em cerca de 30% das reportagens do ESP, nas quais houve a ocorrência de um uso de linguagem que expressa uma relação de cumplicidade entre jornalista e governo de natureza *informante da elite política*.

Nos texto jornalísticos do ESP que contém elementos de *informante da elite política*, o ESP declara que entrou em interlocução com agentes do poder político, mas não com o intuito de apurar informação — pois a prática da apuração de uma denúncia está em conformidade com os procedimentos jornalísticos rotineiros; o ESP, ao publicar narrar o episódio do vazamento da prova, praticou um relato *informante da elite política* ao declara que procurou os governantes motivado pelo objetivo de alertar, avisar, denunciar, informar, ou notificar o governo sobre um acontecimento que o jornal descobriu. Em resumo, o ESP declarou explicitamente haver *transmitido* ao governo uma informação relevante colhida na sociedade.

Dos três veículos analisados, o resultado sugere que foi O Estado de S. Paulo o veículo que praticou este papel informante nos relatos. Nos demais jornais, Folha de S. Paulo e O

Globo, houve ocorrências pontuais desse papel jornalístico — e os textos de que constam essas ocorrências sugerem que GLB e FSP apenas reproduziram o modelo discursivo que ESP adotou ao longo da cobertura, iniciado na matéria que revelou o vazamento e iniciou a crise no ministério da Educação.

Ao refletir sobre a descoberta que emergiu desta tese, o pesquisador se interrogou: por que O Estado de S. Paulo teria adotado um discurso que sugere que o jornal teria praticado um papel jornalístico típico de um jornal que se alinha com o governo? O material coletado pela pesquisa permite o delineamento de uma proposta interpretativa que auxilia a compreensão do fenômeno.

A proposta de interpretação que a tese apresenta é: o uso de um papel jornalístico de *leal-facilitador*, com alta frequência do componente *informante da elite política*, pelo jornal O Estado de S. Paulo na cobertura da edição 2009 do Exame Nacional do Ensino Médio pode ser compreendido como um esforço do jornal em demonstrar compromisso com a qualidade do produto informativo. Em resumo, o que ESP buscou no caso do Enem foi demonstrar que o jornal é uma empresa *séria*, confiável.

Essa aparente demonstração de compromisso pode ser decomposta em três elementos presentes na cobertura. O primeiro destes componentes é a orientação do trabalho do jornalismo pelo *valor de utilidade pública da informação*. Deste ponto de vista, a atividade de informar pode ser vista como a entrega de informação cujo impacto seja de interesse público, não importando se quem vai receber a informação seja primeiro uma pessoa detentora de poder político ou o conjunto da sociedade.

Uma segunda proposta de componente explicativo reside no âmbito da concorrência da atividade jornalística: os jornais, uma vez que se constituem em sua maior parcela como empresas lucrativas privadas, buscam *demonstrar superioridade sobre os veículos concorrentes* como uma forma de elevar seu valor no mercado.

O terceiro componente que pode explicar a adoção de um discurso leal-facilitador é o de que o jornal temia ser associado à compra de informação. Onde o esforço do ESP em reiterar que o veículo fizera além do que meramente se recusar a pagar pela informação ofertada pelos denunciante: o leitor deveria ter a certeza de que o jornal sequer participaria de negociações transações comerciais de informação.

Examinemos cada um desses elementos explicativos.

A respeito do primeiro componente, um ponto decisivo para entender o comportamento *informante* de ESP na cobertura consta do trecho a seguir. Publicada no dia seguinte à revelação do vazamento, essa reportagem tem o objetivo de relatar o que ocorreu nos *bastidores* da apuração da denúncia, ocorrida dois dias antes. No texto, a jornalista Renata Cafardo, autora da reportagem que revelou o vazamento, informa de que maneira ela lidou com os denunciantes/suspeitos. A dupla de homens que supostamente teria em mãos uma cópia do caderno de provas sigiloso estaria interessada em *vender* a prova ao jornal. Diante da oferta de venda, considerada inaceitável pela repórter, a profissional usou um argumento para contornar a exigência imposta pelos denunciantes e obter o material sem precisar efetuar qualquer pagamento.

“Agora já viu demais”, decretou Sócio. Era hora de falar de dinheiro. Os dois bateram o pé no meio milhão de reais. Diziam que o dinheiro seria dividido entre cinco pessoas. A reportagem tentou argumentar que **denunciar o vazamento da prova era uma questão de utilidade pública**.¹⁹¹

O argumento fornecido pelo jornal ao suspeito na tentativa de convencimento à entrega do caderno de questões, material que constituía a evidência chave do vazamento é o de que a muitas pessoas serão favorecidas (existe utilidade pública) se aquele problema grave, o vazamento da informação governamental sigilosa (o caderno de prova do Enem), se tornasse de conhecimento amplo (fosse publicado pelo jornal).

Em um relato sobre o encontro com os informantes, a repórter reitera a espécie de declaração da missão do jornalismo rascunhada na reportagem acima; contudo, Renata acrescenta um detalhe que não constava da reportagem sobre os bastidores, e que marca o distanciamento em relação à autoridade política.

Tentei argumentar. Pedi que me dessem aquelas folhas para que eu as divulgasse como uma forma de utilidade pública, **demonstrando as falhas do governo**. (Cafardo, 2017, p. 21).

¹⁹¹ *Por dinheiro, dupla abala a vida de 4 milhões de jovens*, ESP, 02/10/2009.

O trecho acima sugere que o jornalismo é uma atividade de divulgação de informação de utilidade pública porque expõe os erros dos detentores de poder político. Apesar do argumento proposto, a tentativa da repórter não resulta no convencimento, e a prova material permaneceu em poder das pessoas que procuraram o jornal. A equipe de reportagem retorna à redação sem a prova material da ocorrência do vazamento, mas deu prosseguimento ao trabalho de apuração sobre aquele tema.

Em seguida, a repórter contactou o ministro da Educação para apurar a denúncia. A intenção era confirmar se o caderno de questões apresentado a ela teria sido uma cópia verídica do conteúdo destinado aos estudantes. Mesmo sem dispor do caderno de provas, Renata Cafardo logrou memorizar alguns trechos, e mencionou o conteúdo ao ministro por telefone. Devido ao horário noturno da apuração, o ministério demonstrou dificuldades para encontrar a prova; pois, uma vez que o procedimento de segurança da elaboração do exame previa que nenhuma pessoa teria conhecimento sobre a íntegra da prova, se fazia necessário encontrar os elaboradores específicos.

Transcorridas algumas horas desde o primeiro contato com o ministro, a jornalista ouviu do mandatário da pasta de Educação que ele interromperia a busca naquele momento para repousar, mas se comprometendo a continuá-la no próximo horário de trabalho. Passava da meia-noite, e se aproximava o fim do prazo para conclusão da edição do jornal. Caso a repórter não obtivesse a confirmação, seria necessário que o jornal tomasse uma decisão sobre o que (ou mesmo se) publicar a respeito da denúncia recebida e apurada sobre um assunto considerado de alta relevância.

No entendimento de Renata Cafardo, a gravidade da denúncia, cuja implicação envolveria milhões de pessoas relacionadas com o Enem, demandava que o jornal O Estado de S. Paulo tornasse pública na edição a ser publicada naquele mesmo dia ao menos uma menção sobre o surgimento de uma suspeita envolvendo a segurança do Enem — e essa revelação do vazamento, conforme Renata Cafardo relatou em entrevista ao pesquisador, deveria ser feito ainda na situação de falta confirmação do ministério (Cafardo, 2022). Aqui, mais uma vez, a jornalista expressa que está preocupada em garantir o exercício do interesse público do cidadão de ser informado sobre assuntos que impactam a coletividade.

A jornalista insistiu na apuração, e prosseguiu a tentativa de confirmar a veracidade do material-evidência do vazamento do Enem, exposto pelos denunciantes. Desta vez, ela manteve contato apenas com assessores do ministro, e não obteve sucesso; até que o próprio mandatário confirmou que os detalhes das questões mencionados pela jornalista constavam da prova a ser aplicada, e anulou o Enem 2009.

Liguei para uma assessora, com quem eu tinha proximidade: “Esses caras estão enrolando. Vou publicar mesmo assim, e dizendo que o MEC não respondeu. Enem sob suspeita”. Eles achavam que não sairia matéria sem confirmação. Um tempo depois, o MEC ligou confirmando (Cafardo, 2022).

Tendo isso em vista, esta tese propõe que a operação efetuada por O Estado de São Paulo na relação com o governo foi a de mobilizar a noção de utilidade pública da informação. O jornal parece não ter diferenciado as noções de *público* — o qual, na teoria política, se refere à *esfera civil*, formada pelos cidadãos (Gomes, 2004, p. 86, cf. Capítulo 2) — da noção de estado/governo, relacionada à *esfera de decisão política* (Gomes, 2004, p. 86, cf. Capítulo 2) nos relatos nos quais o veículo descreve a própria atuação na apuração da denúncia de vazamento. De fato, o efeito de fornecer informação *diretamente* ao governo (ou a qualquer outra entidade, é importante notar) dificilmente pode ser comparável ao de torná-la *pública* (disponível para consulta de uma coletividade ao mesmo tempo — e com o mesmo conteúdo).

Contudo, a relação da repórter com a fonte de informação governamental, neste caso, não guarda semelhança com expedientes jornalísticos caracterizados por uma troca de favores com a fonte. Um exemplo dessa prática é descrito por Wilson Gomes (2004, p. 158) como *permuta*. Neste uso da relação entre fonte política e jornalista, o ente político fornece informação relevante ao jornal em troca de publicações favoráveis sobre si próprio ou negativas sobre adversários.

Renata Cafardo, a jornalista cuja reportagem revelou o vazamento da prova do Enem 2009, em seu livro sobre os bastidores da cobertura, em nenhum momento parece inclinada a adotar uma atitude servil e colaboradora com relação ao governo federal. No capítulo dedicado às reações ao *furo* de reportagem, Renata conta que o então ministro da Educação, Fernando Haddad, teria direcionado a ela um elogio pelo trabalho de divulgação do vazamento da prova (Cafardo, 2017, capítulo 13).

A jornalista afirma não entender a motivação dos elogios emitidos pelo ministro como reconhecimento pela suposta atuação *ética* dispensada pela repórter na ocasião da apuração da reportagem inicial da crise.

Tive **dificuldade para entender o elogio** porque **acreditava que agira como qualquer jornalista** ávida por uma notícia importante e exclusiva. Apurei e publiquei o mais rápido possível tudo o que sabia. (Cafardo, 2017, p. 105).

Segundo a repórter, ela estaria apenas fazendo o trabalho rotineiro do profissional da notícia: buscar histórias que rendam publicação no veículo informativo. Essa postura *disseminadora* diverge do padrão de *leal-facilitador* identificado pela pesquisa no conteúdo dos textos publicados pelo jornal O Estado de S. Paulo. O Capítulo 3 discutiu essa discrepância entre o papel social concebido pelo jornalista sobre si mesmo e sobre seu meio profissional e o papel identificado no conteúdo dos textos publicados.

Para examinar essa diferença entre concepção e performance de papel jornalístico no caso do Enem, o pesquisador examinou declarações da jornalista sobre o caso do Enem 2009, publicadas no livro que ela escreveu sobre o caso (Cafardo, 2017) e em entrevista que ela concedeu a ao pesquisador¹⁹².

A segunda chave interpretativa proposta nesta tese para entender a prática do papel leal-facilitador do jornal O Estado de S. Paulo na crise Enem 2009 tem a ver com a competitividade profissional e empresarial que caracteriza a atividade jornalística. Nesse sentido, também é possível interpretar que ESP praticou uma linguagem similar à do *informante da elite política* motivado pelo *ethos* competitivo do jornalismo.

O ESP demonstrou propensão a evitar o uso de uma postura adversária em uma elevada importância ao elogio público manifestado pelo ministro da Educação ao jornal (Figura 13). Esse destaque proporcionado pela notícia de página inteira à fala do ministro não deve ser entendido como um aceno de cumplicidade do jornal com o governo. Na notícia, o jornal confere o discurso direto ao ministro nos momentos em que o ministro elogia o trabalho bem-feito da redação.

¹⁹² O pesquisador entrevistou a jornalista no dia 16 de fevereiro de 2022.

Figura 13. Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo que noticiou o elogio do então ministro da Educação Fernando Haddad. 2/10/2009.



Revelação evitou prejuízo maior, diz Haddad

Ministro agradece publicamente ao 'Estado' e afirma que muito pior seria cancelar exame após a sua realização

Em entrevista coletiva na manhã de ontem para falar sobre o cancelamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o ministro da Educação, Fernando Haddad, agradeceu o Estado por ter informado ao ministério sobre o vazamento da prova e disse que a atitude evitou o deslocamento desnecessário de estudantes em todo o País para a reutilização de uma avaliação cujos resultados terminariam por ser inutilizados.

"Se nós analisássemos a prova (depois de realizada), em vez de adiá-la, os prejuízos e transtornos seriam muito maiores. Todo mundo teria feito a prova e os resultados não poderiam ser utilizados", afirmou.

Em seguida, o ministro elogiou a atitude adotada pelo jornal: "Nos devemos isso à postura que a direção do jornal teve, que foi muito correta, de interagir conosco em prol do interesse público."

Para explicar os procedimentos que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do ministério responsável pela elaboração do Enem, adotará nos próximos dias para viabilizar uma nova prova ainda neste ano, o ministro novamente mencionou o Estado.

"Quero registrar aqui um agradecimento ao jornal, que teve uma atitude de enorme responsabilidade com assunto de interesse público, que afeta milhões de pessoas, e que soube fazer chegar ao Ministério da Educação informações que permitiram uma decisão que não podia ser outra. Evitando que as pessoas se deslocassem para os locais de prova, que eventualmente façam a prova, com todo o gasto de energia, emocional e intelectual, e não venham a utilizar o resultado pela prova ter sido cancelada."

POLÍCIA FEDERAL

O ministro explicou que o Ministério da Educação (MEC) vai manter diálogo constante com a Polícia Federal, que assumiu a investigação do vazamento da prova, e que também gostaria de ter a colaboração do jornal, já que foi o único veículo que teve acesso às duas pessoas que estavam com as provas.

Haddad disse que espera que o jornal colabore com as investigações, respeitando a natureza do trabalho jornalístico.

"Eu conversei tanto com o jornalista como com o editor do jornal. E o pedido que eu fiz foi como leitor, já que eu não sou jornalista. O argumento que eu levei à consideração do jornal foi o seguinte: não se trata de uma fonte. A pessoa que procurou o jornal, na minha opinião e salvo melhor juízo, não é uma fonte. Essa pessoa não ofereceu informações ao jornal, mas tentou vender ao jornal uma prova que foi de alguma maneira furtada indevidamente. De onde foi furtada, nós não sabemos. Um criminoso pode dizer qualquer coisa. Mais informações, só com a jornalista. Talvez até avançando um pouco o sinal, não sei se cabe isso."

O ministro prosseguiu: "O apelo que eu fiz ao jornalista Gandour (Ricardo Gandour, diretor de Conteúdo do Estado) é de que colocasse em pauta na redação o interesse público de chegar a essas pessoas, porque se nós identificarmos essas pessoas, todo o trabalho de investigação da polícia vai ser facilitado. É óbvio que ele tem considerações de toda ordem a fazer dentro do jornal."

Haddad mencionou o fato de as duas pessoas com a prova não estarem preocupadas com a sua exposição, pelo fato de terem se encontrado com os jornalistas Renata Cafardo e Sérgio Pompeu em um local público "que poderia ter um fotógrafo, um gravador ou uma câmera, e elas não estavam preocupadas. O que denota uma curiosidade: como alguém que pretende arrecadar com uma fraude R\$ 500 mil se expõe dessa maneira?".

REPERCUSSÃO

Fernando Haddad
Ministro da Educação
"Agradecemos ao jornal 'O Estado de S. Paulo', que impediu que a prova se realizasse. Se nós analisássemos a prova, em vez de adiá-la, os prejuízos e transtornos seriam muito maiores. Todo mundo teria feito a prova e os resultados não poderiam ser utilizados. Nós devemos isso à

postura que a direção do jornal teve, que foi muito correta, de interagir conosco em prol do interesse público."

"Eu conversei tanto com o jornalista como com o editor do jornal. (...) O argumento que eu levei à consideração do jornal foi o seguinte: não se trata de uma fonte. A pessoa que procurou o



jornal, na minha opinião, e salvo melhor juízo, não é uma fonte. Essa pessoa não ofereceu informações ao jornal, mas tentou vender ao jornal uma prova que foi de alguma maneira furtada indevidamente. De onde foi furtada, nós não sabemos. Um criminoso pode dizer qualquer coisa. Mais informações, só com a jornalista."

"O prejuízo seria grande. Felizmente, foi possível adiá-la e isso nós devemos ao Estado."

LESPACE
vila romana

PRÓXIMO LANÇAMENTO

AMANHÃ, ABERTURA DO DECORADO.
SURPREENDA-SE COM O PROJETO DE LIA CARBONARI.

185m²
de área privativa

4 dormitórios
ou **3 suítes**

4 e 5
vagas demarcadas
+ depósito

RUA CAMILO X RUA VESPASIANO
VILA ROMANA

www.lespacevilaromana.com.br

Futura Comercialização:
FERNANDES MERA (11) 3066.1000
Frema (11) 2121.7222

Fernandes Mera - Av. Brig. Luís Antônio, 4.910 - cecel 5.425-J
 Frema - Av. Sumaré, 1.700 - cecel 4972.

Grupo de localização sem escala. Perspectiva artística.
 Comercialização somente após o registro de incorporação.

A reportagem acima se dedicou a relatar a entrevista coletiva do ministro. Aqui, o uso de uma forma tipicamente *disseminadora*, ou mesmo declaratória, não tinha o objetivo de demonstrar apoio ao mandatário; mas de usar espaço do texto da notícia para exaltação da competência do jornal.

Esse destaque ao elogio do ministro sugere que ESP buscou demonstrar ao leitor que o jornal possui um valor agregado que tem a capacidade de reforçar a qualidade do produto que todo jornal almeja — o *furo*, uma notícia de elevada relevância, sobre o vazamento da prova, que apenas um veículo possuía.

O objetivo que o ESP parece ter buscado em numerosos relatos sobre o vazamento do Enem 2009 foi demonstrar que o jornal, além de fornecer conteúdo exclusivo (o *furo* de reportagem), tinha por característica uma atuação empresarial séria, confiável, ao produzir e veicular informação por meio do exercício de procedimentos rigorosos; e, como comprovação do comprometimento do ESP com a qualidade da informação publicada, houve o reconhecimento até mesmo por parte do ministro, que foi a principal figura política afetada negativamente pela revelação realizada pelo veículo.

Eles do MEC acharam que o jornal foi correto. Não pensamos em momento algum em segurar a informação até que a prova fosse realizada. Eu queria confirmar; mas existe esse procedimento na imprensa: o de segurar a informação até o concurso acontecer e mostrar que ele estava furado. Nós não pensamos nisso, e o MEC agradeceu. Eu acho que só fizemos nossa função como jornalistas, e eles agradeceram por nosso comportamento (Cafardo, 2022).

O terceiro componente explicativo é: o papel leal-facilitador identificado nos relatos do ESP sobre a apuração da denúncia de vazamento foi uma forma de defesa contra qualquer suspeita sobre a participação do jornal em um esquema de compra de informação — uma operação que, para Renata, não encontra abrigo na conduta ética dos jornais respeitáveis:

Eles [os suspeitos do vazamento] achavam que os veículos trabalham comprando informação. Isso é um absurdo. Nenhum jornal sério brasileiro ou do exterior faz isso (Cafardo, 2022).

Em outro momento, Renata Cafardo apresenta outro elemento que apoia esta chave interpretativa.

No jornal, chegaram a dizer que não era pra ir ao encontro com os caras, pois podia ser uma cilada, pra parecer que o jornal participava de compra de informação (Cafardo, 2022).

Mais precisamente, conforme complementa a repórter, existiria no ESP um temor de que a oferta dos informantes fosse na verdade uma armadilha para envolver o jornal em uma suspeita e desacreditá-lo.

Houve alguma resistência. Naquele tempo, o Estadão estava censurado fazia um ano, censura judicial imposta a um caso envolvendo a família Sarney. Alguém na redação achava que fosse alguém interessado em fazer com que o Estadão entrasse numa armadilha de comprar informação — o que é condenável no jornalismo. Só participar de uma negociação dessas seria ruim para a imagem do jornal (Cafardo, 2022).

Considerando os depoimentos da jornalista do ESP, a tese propõe que o jornal O Estado de S. Paulo desempenhou um papel jornalístico leal-facilitador porque estava disposto a evitar a acusação de praticar a “coisa condenável”: comprar informação. O ESP objetivou afastar suspeitas de negociações obscuras. Para tanto, reiterou em 30% de seus textos que levou ao conhecimento do ministro responsável o caso de suspeita de crime tão logo teve oportunidade.

A tese elencou três indícios de que o ESP não se comprometeu com o poder político na cobertura do Enem 2009. No primeiro deles, o jornal demonstra estar preocupado em fazer valer o princípio da utilidade pública da informação. No segundo, o ESP buscou demonstrar superioridade sobre os concorrentes. No terceiro, o jornal se esforçou para se evitar a suspeita de ter participado de compra de informação. Em resumo, a tese propões que, na cobertura do Enem 2009, o ESP tentou sinalizar ao leitor que o jornal tem compromisso com a qualidade da informação, tendo como corolário a demonstração de sanidade empresarial.

A revisão dos três componentes explicativos sugere que os dados coletados pela pesquisa não contêm elementos que possam motivar a afirmação de que o ESP teria atuado de fato como parceiro do governo. De fato, a proposta de explicação que a tese fornece afirma que o ESP usou uma linguagem típica de um jornalismo *leal-facilitador* em um esforço de demonstrar que estava no exercício de boas práticas jornalísticas ou empresariais, e não para demonstrar alinhamento com o poder instituído.

Mesmo dispondo de indícios contrários a uma possível suposição de colaboração, é importante considerar que o conteúdo *manifesto* do ESP sugere que o jornal *expressou* engajamento com o poder instituído; e o exame dos dados coletados aponta que essa alusão do

jornal a uma postura de alinhamento foi um subproduto de uma tentativa de demonstrar qualidade profissional ou empresarial.

Desse modo, parece ter ocorrido uma discrepância entre o que o veículo professa ou pratica e a informação fornecida por 30% das reportagens do ESP na cobertura do Enem 2009. A ocorrência dessa diferença entre papel concebido e a prática jornalística no caso investigado na tese é consistente com a teoria recente de papéis jornalísticos (cf. Hanitzsch e Vos, 2018; Mellado, 2015; Mellado et al., 2021; Tandoc Jr. et al., 2013), que aponta a existência dessa diferença entre o papel concebido pelo produtor de notícias sobre sua profissão e a *performance* de papel jornalístico. O resultado da tese também é coerente com a pesquisa amostral recente sobre a performance de papel jornalístico dos mesmos jornais (Mellado et al., 2021).

5.10 Os jornalistas e a conduta ética no trato com o poder político

Os documentos que tratam da ética profissional do jornalista brasileiro não vedam expressamente a prática de fornecer informação coletada profissionalmente ao poder político.

Isso porque, no Brasil, instituição representativa da profissão, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) não veda a associação voluntária do jornalismo com o governo para transmissão direta de informação coletada na sociedade. De fato, no documento que baliza a atuação do jornalista no país, o *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros*, (Fenaj, 2007)¹⁹³, não se encontra uma previsão explícita de que o jornalista deva evitar usar a informação como vantagem em uma troca de favores.

Existe um hiato sobre o que poderia ser chamado de sentido do vetor *divulgação de informação* — se ele deve mirar o público (jornal → sociedade); ou, alternativamente, se não há problemas em apontar antes para o governo (jornal → poder político). Talvez a Fenaj julgue desnecessário informar aos profissionais que a finalidade do jornalismo é fornecer informação ao público — e não diretamente (e antecipadamente) a indivíduos ou grupos interessados, pois

¹⁹³ Discussões recentes sobre o *Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros* (Fenaj, 2007) incluem avaliações sobre a presença de diretrizes sobre transparência (Christofoletti et al., 2021), comparações sobre aspectos discursivos entre as quatro edições do código (Soares, 2020).

este seria um pressuposto que estaria subentendido na prática da profissão. Quiçá, ainda, não considere um problema este último procedimento. Em todo caso, a cobertura do Enem 2009 sugere a importância de discutir as recomendações sobre a antecipada divulgação ao poder político de informação inédita, desconhecida do público.

Os três jornais analisados possuem documentos publicamente acessíveis que fornecem recomendações operacionais a seus profissionais. O Estado de S. Paulo conta com um manual de redação (Martins Filho, 1997). Adicionalmente, ESP está regido por um código de ética onde estão declarada os princípios editoriais (Grupo Estado, [s.d.]). O documento abrange também as demais empresas integrantes do Grupo Estado, do qual o jornal é subsidiário.

A Folha de S. Paulo divulga seus preceitos éticos em um manual de redação (Folha de S. Paulo, 2019) e nos princípios editoriais (Folha de S. Paulo, 2019). Semelhantemente ao ESP, o jornal O Globo possui um manual de redação (Garcia, 2005) e um código de ética (Grupo Globo, 2018a), documento que abrange também as demais empresas do Grupo Globo. O GLB conta ainda com um terceiro documento, que descreve os princípios editoriais, e também é válido para outros veículos subsidiários do grupo (Grupo Globo, 2018b).

Nesses documentos, existem diretrizes sobre a relação com pessoas ou entidades detentoras de poder político ou econômico. Os veículos são explícitos e incisivos na descrição dos limites dessa relação no tocante à troca envolvendo bens ou dinheiro entre jornalistas e políticos, conforme será revisado a seguir.

Entretanto, os manuais não apresentam recomendação explícita sobre a possibilidade de o jornalista praticar a divulgação antecipada de informação para integrantes do governo como uma forma de obter vantagem indevida. A seguir a tese vai examinar os preceitos que os códigos de conduta ou os manuais de redação dos jornais ESP, FOL e GLB dizem sobre a relação com o poder.

No código de ética vigente no ESP, uma seção informa as prescrições sobre as hipóteses que podem configurar a concessão de “vantagens indevidas”, pelos seus funcionários, aos “agentes públicos” — mandatários eleitos, servidores ou empregados do estado. Intitulada *Anticorrupção* (Grupo Estado, [s.d.], p. 9), a seção sugere que o ESP considera *vantagem indevida* sobretudo as concessões de pagamentos ou bens aos agentes públicos:

O Grupo Estado entende que vantagem indevida é qualquer tipo de remuneração, pagamento, doação, presente ou favorecimento, que possa, mesmo que indiretamente, enviesar ou estimular o desvio de comportamento de um agente público (Grupo Estado, [s.d.], p. 9).

Entre os exemplos de vantagens indevidas mencionados pelo código estão a remuneração ao agente público em troca de informação, a prestação de serviço jornalístico gratuito pelos profissionais da empresa.

É proibido o pagamento de propinas e subornos para obtenção de informações ou vantagens, mesmo que a contrapartida objetivada seja legítima e o pagamento seja destinado à facilitação de um serviço público (Grupo Estado, [s.d.], p. 9).

Não será admitida a prestação de serviços não onerosos ou for a dos padrões de mercado ligados à atividade empresarial do Grupo Estado, ou qualquer outro tipo de benefício que possa ser considerado como tentativa de influência de agente público (Grupo Estado, [s.d.], p. 10).

O conceito de vantagem indevida do ESP também inclui vedação ao uso, em benefício deliberado de agentes públicos, da capacidade jornalística de informar. Esta ação está resumida no conceito de *favorecimento*.

O Grupo Estado não admite o favorecimento ou promoção pessoal de agentes públicos, órgãos públicos ou partidos políticos em matérias jornalísticas, eventos realizados ou patrocinados pelo Grupo ou de qualquer outra forma, resguardada a liberdade editorial de seus veículos de comunicação, que poderão opinar ou informar a respeito de gestores públicos nos limites do exercício da liberdade de opinião (Grupo Estado, [s.d.], p. 10).

A ação proibida ao jornalista pelo ESP descrita no item acima trata da vedação à promoção de agentes públicos por meio de reportagens. Portanto, o trecho não proíbe explicitamente que o jornalista ofereça a *informação* apurada durante o serviço como moeda de troca para obter vantagens.

É importante destacar que o ESP toma a precaução de deixar em aberto a definição de vantagem indevida.

Naturalmente, esse conjunto de regras não exaure o amplo conceito de “vantagem indevida”, de modo que o Grupo Estado depende do bom discernimento de seus colaboradores no relacionamento com agentes públicos. No caso de dúvidas sobre a regularidade de determinado ato ou comportamento, os colaboradores do Grupo Estado deverão consultar o Comitê Executivo (Grupo Estado, [s.d.], p. 10).

Em resumo, o código de ética do ESP demonstra preocupação em evitar que o jornalista incorra em comportamentos ativos que estimulem o desvio de agentes públicos. Em outras palavras, o texto veda que o jornalista seja o *pagador* de vantagens pecuniárias. Contudo, o código deixa de disciplinar explicitamente o *recebimento* de vantagens pelos seus funcionários.

Nos preceitos ofertados pelo jornal O Estado de S. Paulo para instruir seus jornalistas, existe um lembrete que deixa pouco espaço para dúvidas quanto ao sentido da informação jornalística.

11 - Nunca se esqueça de que o jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação e o leitor. [...] (Martins Filho, 1997, p. 16).

O lembrete acima informa que o leitor de jornal é a ponta final da produção de notícias; e que o consumo de relatos informativos é um ato possível apenas após a publicação do conteúdo; torna-se razoável concluir que a tarefa do jornalista não constitui fornecer dados a uma entidade ou grupo interessado na informação ou de que o jornalista esteja autorizado a repassar informação antes de publicá-la. Contudo, este tópico do manual do ESP não disciplina explicitamente a relação de transmissão de informação entre o jornalista e as fontes poderosas.

No trecho citado acima, encontramos antes de uma declaração da missão jornalística de informar o público. O restante do manual de redação se ocupa em fornecer orientações sobre uso de vocabulário (Martins Filho, 1997, p. 16, item 15), ou tamanho do texto (Martins Filho, 1997, p. 18, item 30). Não há um tópico específico sobre fontes, e apenas dois outros itens do manual mencionam o termo — ao recomendar da separação clara entre opinião e comentário (Martins Filho, 1997, p. 17, item 21).

O GLB explicita que a divulgação de notícias deve ocorrer primeiramente no próprio veículo, e não em outros canais, a exemplo de mídias sociais. Contudo, o texto não delimita que o jornalista deva guardar sigilo sobre uma informação apurada até publicar a notícia.

i) Os jornalistas do Grupo Globo devem sempre priorizar os seus veículos na divulgação de notícias, ou seja: noticiar os fatos sempre em primeira mão nos veículos para os quais trabalham. Somente então, poderão disponibilizar as notícias nas redes sociais, mas seguindo regras: as notícias devem ser brevemente resumidas e acompanhadas de um link que permita ao leitor ler a sua íntegra no veículo que a publicou. Quando a notícia não dispuser de um link específico, é obrigatória a publicação de um link do veículo para o qual trabalha, com a especificação da editoria, para que o leitor possa buscar mais detalhes. Devem agir de forma igual os

comentaristas, analistas e colunistas de opinião em relação ao que produzirem para os veículos para os quais trabalham (Grupo Globo, 2018b, Seção II)¹⁹⁴.

No guia de princípios editoriais do GLB, não se encontra uma diretriz que institua a vedação do fornecimento de informação a terceiros em troca de algum tipo de vantagem ao jornalista.

Já a FOL demonstra preocupação explícita com a leitura de textos antecipadamente pelas fontes. Entretanto, não indica procedimentos para que o jornalista precisa ter cautela no intercâmbio de informação apurada em nome do jornal.

A **Folha** não submete textos jornalísticos a fontes para leitura antes da publicação. Exceções devem ser decididas pela Secretaria de Redação¹⁹⁵.

O cuidado da FOL quanto à divulgação de informação está explícito na vedação de divulgar conteúdo produzido internamente no jornal.

É vedado vazar documentos ou comunicados internos do jornal, conteúdo de reportagens e dados confidenciais, como resultados de pesquisas Datafolha¹⁹⁶.

Esse aparente lapso dos manuais de redação ou códigos de ética não deve ser entendido como uma falha que desacredita os documentos. Ao destacar um ponto relevante de discussão, a tese busca contribuir com o aprimoramento dos documentos que norteiam o trabalho da mídia informativa. Neste sentido, esta tese se soma a pesquisas recentes que têm apontado outros hiatos nos códigos de ética jornalísticos.

Para citar dois exemplos, o trabalho recente (Christofoletti et al., 2021) examina a abordagem sobre a transparência de procedimentos jornalísticos em códigos de ética de 20 países latino-americanos, e sugere que existe pouco estímulo à exposição do processo de produção jornalística. Por sua vez, a contribuição de Soares (2020) busca esclarecer a construção discursiva dos quatro códigos de ética das associações nacionais de jornalistas brasileiros, publicados em 1949, 1968, 1986 e 2007.

No mesmo sentido da proposta de Christofoletti et al. (2017), a tese argumenta pela importância de um estudo acadêmico contribuir com a evolução dos documentos normativos

¹⁹⁴ *Princípios Editoriais do Grupo Globo* (Grupo Globo, 2018b, Seção II).

¹⁹⁵ *Manual de Redação – Conduta – Relação com fontes* (Folha de S. Paulo, 2019).

¹⁹⁶ *Manual de Redação – Conduta – Relação com fontes* (Folha de S. Paulo, 2019, destacado no original).

do jornalismo, pois os códigos “são coletivos e surgem a partir de discussões, embates e tensionamentos da categoria, o que reveste esses textos de um tipo de espírito de corpo que orienta uma consciência desse grupo social” Christofolletti et al. (2017).

5.11 Considerações sobre a análise de dados

Neste capítulo, apresentamos os resultados da análise de dados e o teste das hipóteses. A mensuração sugeriu que a presença do papel intervencionista superou a do *watchdog*. Esse comportamento da cobertura não apoiou as hipóteses da tese, mas está em conformidade com os resultados das pesquisas amostrais recentes de Schmitz (2018) e Mellado (2021) sobre a performance de papel jornalístico nos grandes jornais brasileiros. A ausência do papel infotimento não causou estranhamento, tendo em vista que a tese um caso específico de problema em uma política pública. Contudo, a análise dos textos, majoritariamente os de ESP, revelou um padrão que não estava descrito na literatura sobre performance de papéis jornalísticos que inclui o Brasil (Mellado, 2021; Schmitz, 2018).

Em um terço das matérias, o jornal o ESP descreveu o episódio do vazamento como uma situação na qual o jornal houvesse deliberadamente colaborado com o governo ao mencionar o vazamento da prova no processo de apuração. Esse comportamento do jornal motivou o pesquisador a propor a criação de um novo indicador, denominado *informante da elite política*, para classificar adequadamente tal fenômeno. A tese propõe que este indicador seja classificado sob a categoria do papel *leal-facilitador*, a qual descreve uma relação de cumplicidade com o governo. Contudo, ao propor que ESP usou uma redação que contém elementos de *informante da elite política*, o pesquisador não sugere que o veículo tenha de fato atuado como parceiro do governo, mas tão-somente que o conteúdo manifesto de numerosas notícias permite essa interpretação.

A proposta explicativa da tese para o desempenho de um jornalismo *leal-facilitador* pelo ESP é a de que o caso foi um esforço do jornal em demonstrar compromisso com a qualidade do produto informativo. Neste sentido, a performance de papel jornalístico do ESP ilustrou a proposição de Rogério Christofolletti (2008), segundo a qual, na prática diária da notícia, “a conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção do trabalho”

(Christofolletti, 2008): No empenho de evitar a acusação de desvio ético de compra de informação, o ESP fez uma escolha narrativa cuja interpretação apresentada nesta tese poderia pôr em risco a imagem do jornal.

A ocorrência do papel jornalístico leal-facilitador levou o pesquisador a consultar os manuais de conduta dos três veículos — e a busca revelou que nenhum deles disciplina explicitamente as condutas dos jornalistas quanto à transmissão de informação à fonte antes da elaboração de uma reportagem. No capítulo final a seguir, vamos retomar os principais pontos da pesquisa e comentar os resultados e suas implicações.

6 Conclusões

Esta pesquisa teve o objetivo de identificar os papéis jornalísticos praticados pelos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo na cobertura da crise Enem 2009. O que aprendemos?

A cobertura do Enem 2009 apresentou um comportamento bastante semelhante com o padrão de abordagem jornalística nacional descrito por Mellado et al. (2021). De fato, a ordem da presença média dos papéis jornalísticos no Enem 2009 reflete a da cobertura ampla. O perfil intervencionista foi o mais presente, seguido de *watchdog*, cívico, serviço e leal-facilitador. A partir dos resultados, foi necessário criar um indicador para classificar adequadamente a cobertura. Propus o indicador *informante da elite política* como um descritor a mais para integrar o papel *leal-facilitador*.

A inexistência de elementos de infotimento é um resultado que não causa estranheza, tendo em vista que a tese analisou um caso específico, enquanto que as pesquisas de referência citadas incluem uma quantidade e uma diversidade maior de temas jornalísticos, próprios dos cadernos gerais, como política, cidades ou internacional.

Os resultados surpreenderam por dois motivos. Primeiramente, porque o pesquisador esperava que o papel *watchdog* seria o mais presente na cobertura. Isso porque o caso do vazamento representava mais um episódio de falha grave de um governo que enfrentara um escândalo de corrupção de enormes proporções apenas três anos antes.

A proximidade das eleições majoritárias de 2010 também fornecia um elemento para esperar que a postura dos jornais seria mais aguerrida contra o poder político do que o registrado na média da literatura. Contudo, a análise sugeriu que a cobertura do Enem 2009 não destoou do perfil do noticiário cotidiano. Assim, podemos concluir que os jornais não foram animados por um espírito de jornalismo adversário. Tampouco os dados permitem sustentar que houve algum tipo de tendência dos jornais a manipular politicamente o noticiário de modo a prejudicar deliberadamente o governo federal da época.

As médias desagregadas por jornal revelam outros detalhes importantes. O jornal O Estado de São Paulo, veículo cuja notícia exclusiva do vazamento deu início à crise, não apresentou a maior média de presença do jornalismo *watchdog*, posição que O Globo ocupou devido ao forte uso de crítica e uma frequência acentuada de reportagens sobre investigações externas. O GLB se destacou também na liderança dos papéis associados à dimensão abordagem ao cidadão — os papéis cívico e de serviço. Representativo do primeiro caso foi a cobertura frequente dos protestos estudantis, que ainda contou com uma polêmica entre agremiações políticas dos alunos secundaristas. No tocante ao jornalismo de serviço, o GLB tematizou especialmente o impacto do Enem na vida cotidiana de alunos e pais.

A abordagem interpretativa foi a característica marcante da cobertura da FOL, resultado que encontra fundamento na proposta editorial do veículo de incluir no texto noticioso alguma informação complementar para além do factual. Vimos que o ESP também recomenda a seus jornalistas o estilo interpretativo, o que pode explicar a prevalência do papel intervencionista deste jornal. Também guarda coerência com as propostas editoriais dos três jornais a diminuta média de opinião nas reportagens analisadas.

O outro ponto de destaque nos resultados foi a ocorrência de um determinado padrão de narrativa que não era esperado no início da pesquisa. Na descrição do episódio do vazamento da prova, ocorrido em 30 de setembro de 2009, chamou imediatamente a atenção o uso frequente de alguns termos ou recursos estilísticos por parte do jornal O Estado de S. Paulo sugeriam que o jornal repassava ao governo informação inédita coletada na sociedade com a intenção de colaborar com o poder instituído.

Em um terço das matérias do jornal publicadas sobre a crise, o ESP afirmou haver buscar deliberadamente o governo para alertar, avisar, informar, denunciar ou notificar que havia ocorrido uma suspeita de desvio do caderno de questões do exame. Uma vez que a literatura sobre teoria de papéis jornalísticos revisada nesta tese não contava com um descritor deste padrão de escrita, a pesquisa criou um indicador que descrevesse aquele desempenho de papel jornalístico encontrado de forma recorrente nos textos do ESP.

Este tipo de postura jornalística foi denominado *informante da elite política*. O estudo da tese elencou os elementos textuais que constituem essa abordagem jornalística, de modo a

contribuir com a pesquisa futura neste campo de estudos. O GLB e a FOL chegaram a usar essa linguagem do ESP em algumas reportagens pontuais; contudo, o fizeram também ao relatar a interação de ESP com o governo — e não para comentar sobre si próprios — o que sugere tratar-se antes de uma replicação da linguagem do ESP.

A tese também ofereceu um ensaio explicativo sobre a motivação que teria levado o jornal O Estado de S. Paulo a adotar um discurso que sugere uma relação de cumplicidade com o governo. O ESP tentou, no noticiário caso do Enem, demonstrar que o jornal é uma empresa *séria*, confiável. Essa ação do jornal pode ser analisada como uma combinação de três elementos típicos da constituição da profissão jornalística. No primeiro deles temos a orientação pelo *valor de utilidade pública da informação*, que está sugerida no relato da jornalista que revelou o vazamento sobre a argumentação dela ao pedir à testemunha que lhe entregasse os cadernos vazados.

Em segundo lugar, o *ethos competitivo* do jornalismo gera um ambiente de disputa por mercado; e ao noticiar um elogio recebido do ministro da Educação pela atuação do jornal na apuração, o ESP divulgou uma extensa notícia que apenas reproduzia a fala do ministro, de forma tipicamente *disseminadora*, ou mesmo declaratória. Isso porque as numerosas falas reproduzidas integralmente na notícia portavam elogios às boas práticas da empresa, que estavam evidentes na atuação do jornal naquele episódio — e não porque o jornal estava favorecendo o mandatário da pasta.

Em terceiro lugar, o jornal temia que o episódio da apuração da denúncia de vazamento, no qual repórteres se encontraram com os suspeitos pelo crime, conduzisse o público a associar o veículo à compra de informação, uma prática não chancelada pelo jornal. Como uma forma de se distanciar dos suspeitos, o ESP reiterou que o veículo não apenas se recusara a receptor a informação ofertada a ele pelos denunciante: nesta perspectiva, informar que o jornal denunciou a suspeita ao ministro funciona como um instrumento de isolamento em relação aos praticantes de um crime. Assim, o leitor deveria ter a certeza de que o jornal sequer participaria de negociações transações comerciais de informação.

Um aspecto fundamental da tese é: quando se conclui que a prática do jornalismo “cão de guarda” não atingiu um nível mínimo que era esperado antes da coleta de dados, isso quer dizer tão-somente que ele não desempenhou conforme um estudo de referência sobre o

jornalismo brasileiro. A expectativa expressa na primeira hipótese (H1: a cobertura do Enem desempenhará um papel *watchdog* ao menos no mesmo nível da média nacional) se reforçava devido a um par de fatores de contexto próprios do caso analisado — circunstâncias as quais convém minimamente considerar em uma pesquisa de ciências sociais: 1) à época, em 2009, o partido que liderava o governo federal estava marcado por um escândalo de corrupção ainda recente — e 2) as eleições majoritárias estavam próximas.

Dito de outra forma: a tese *apostou* em um desempenho mais incisivo do jornalismo *watchdog*, e esta projeção se baseou em um estudo recente que fundamenta a teorização e o método da tese. Logo, a conclusão da tese *não* assevera que o jornalismo praticado no Enem 2009 apresentou uma qualidade *inferior* a qualquer padrão disponível na literatura; tampouco afirma que o jornalismo praticado no caso do Enem 2009 contribuiu *mais* ou *menos* para o fortalecimento da democracia. Com isso, não se está minimizando a pertinência de estudos que proponham conclusões desta natureza.

Esta conclusão também merece um adendo quanto aos resultados. O pesquisador não declarou que o jornal diário O Estado de S. Paulo realmente agiu orientado por um compromisso *de facto* de ajudar o governo federal. Tentadora que seja esta conclusão, tal afirmação simplesmente jamais poderia encontrar fundamento nos dados coletados. A análise dos dados me permite somente afirmar que numerosos textos publicados pelo jornal O Estado de S. Paulo usaram determinadas expressões que *possibilitam a interpretação* segundo a qual o veículo haveria atuado em alinhamento com o poder político. Essa divergência entre o que o jornal pratica ou proclama e o que ele por vezes publica está no cerne da abordagem teórica da performance de papéis jornalísticos.

O estudo desta tese contém uma proposição teórica obtida de natureza *indutiva*, mesmo que a proposta metodológica inicial tenha sido *dedutiva*. Esse movimento indutivo foi necessário porque, ao estudar a cobertura do Enem 2009, me deparei com um fenômeno que não parecia descrito na teoria recente, situação que me demandou a construção do indicador *informante da elite política*.

A importância de estudos de caso para o desenvolvimento de teoria não pode ser menosprezada. Esta tese também representa um argumento a favor do uso de estudos de caso

para a construção de teoria. Isso porque, ao estudar o caso da cobertura do Enem 2009, foi possível identificar um padrão de estilo jornalístico até então ignorado pelo campo de estudos de papéis jornalísticos. O admirável esforço acadêmico recente de coligar os diversos usos de escrita jornalísticos publicados em trabalhos isolados; e, a partir deles, compor uma teoria, só será bem-sucedido se a pesquisa em jornalismo continuar a fornecer insumos. Em outras palavras, é necessário continuar a prover o campo de estudos com resultados de investigações empíricas sobre as práticas da profissão da notícia. Foi após o surgimento de uma massa de estudos que se tornou possível formular os construtos que utilizados nesta tese; de modo que a intenção aqui foi a de devolver ao campo de estudos uma contribuição na forma de uma chave interpretativa que possa também servir para interpretar fenômenos em outros contextos.

Por meio de uma metodologia solidificada pela aplicação em numerosas pesquisas publicadas recentemente, a teste testou, em um caso específico, os procedimentos dessas investigações, que usualmente são utilizados em estudos com dados coletados por amostragem. Neste sentido, os resultados similares aos estudos recentes encontrados pela tese sugerem que o método também tem pertinência para uso em estudos de caso, e não somente em pesquisas amostrais.

Esta pesquisa oferece é uma proposta interpretativa da realidade, e os resultados da mensuração de conceitos fornecem instrumentos interpretativos. Os resultados dessa tese podem ser entendidos como uma exortação para que futuros pesquisadores intervenham de forma propositiva no acervo teórico metodológico sobre o qual se apoiaram, e se engajem na proposição de teoria. Essa tese representa um esforço neste sentido: o de colaborar na construção de propostas interpretativas pertinentes.

O estudo que se encerra aqui buscou ofertar uma interpretação antes *descritiva* que *normativa* da cobertura do Enem 2009. Com isso afirmo que os resultados encontrados — 1) que a cobertura praticada pelos três principais jornais brasileiros neste caso não praticou um papel jornalístico adversarial, como era esperado, mas foi similar à média encontrada em um estudo anterior abrangente; e 2) que é possível interpretar, em um terço dos textos informativos publicados pelo jornal O Estado de S. Paulo, um dos grandes veículos brasileiros de mídia impressa, que existem afirmações características de alguém que atua como informante do

governo — não devem ser assumidos como uma consideração de que os jornais desempenharam de forma insatisfatória algum papel jornalístico.

Na opinião do pesquisador, a descoberta de que os jornais praticaram uma cobertura sobretudo *interpretativa* sobre o Enem 2009, não adotando uma postura adversária contra o governo, contrariamente a outras coberturas realizadas durante o mesmo governo vigente à época do Enem 2009, e já estudadas na literatura, pode constituir antes um depoimento positivo sobre a atuação da imprensa em um regime democrático. Em outras palavras, a tese apresentou uma evidência de que os principais jornais brasileiros não usaram uma crise no governo para desferir ataques com o objetivo de desestabilizar o grupo mandatário da época. No Enem 2009, a imprensa brasileira sinalizou que pode contribuir com a fiscalização das ações de instituições de poder sem incorrer em linchamento político.

Referências

AL JAZEERA. **About us**. 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/about-us>. Acesso em: 2021-12-22.

ALBUQUERQUE, A. D. Media/politics connections: beyond political parallelism. **Media, Culture & Society**, 35, n. 6, p. 742-758, 2013.

ALBUQUERQUE, A. D. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, 20, n. 7, p. 906-923, 2019.

ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 19, n. 70, p. 107-125, 2011.

ARGENTI, P. Comunicação empresarial. In. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

AUCOIN, J. L. Investigative Reporting. The International Encyclopedia of Communication. DONSBACH, W. Oxford: Blackwell Publishing: 2501-2503 p. 2008.

BAHIA, J. **Jornal: história e técnica, vol. 1: História da imprensa brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKER, C. E. **Media concentration and democracy: why ownership matters**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2007 256 p.

BARBOSA, B.; PAULINO, F. O.; SILVA, S. P. D.; AMORIM, A. P. L. D. A. *et al.* Brasil e seu desenvolvimento mediático. Síntese e análise da aplicação dos indicadores da unesco. **Infoamérica: Iberoamerican Communication Review**, n. 11, p. 75-95, 2017.

BARROS FILHO, C. D. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

BEDNAR, M. K. Watchdog or Lapdog? A Behavioral View of the Media as a Corporate Governance Mechanism. **Academy of Management Journal**, 55, n. 1, p. 131-150, 2012.

BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo, SP: Com-Arte : Edusp, 1992 203 p.

BENSON, R. The political/literary model of French journalism: Change and continuity in immigration news coverage, 1973-1991. **Journal of European Area Studies**, 10, n. 1, p. 49-70, 2002.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge**. Harmondsworth: Penguin, 1991 [1966]. 249 p.

BERTOLIN, J. C. G.; MARCON, T. O (des)entendimento de qualidade na educação superior brasileira – Das quimeras do provão e do ENADE à realidade do capital cultural dos estudantes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, 20, p. 105-122, 2015.

BLANCHARD, M. A. Reclaiming freedom of the press: A Hutchins Commission dream or nightmare? **Communication Law and Policy**, 3, n. 3, p. 371-387, 1998.

BLAZIER, T. F.; LEMERT, J. B. Public Journalism and Changes in Content of the Seattle Times. **Newspaper Research Journal**, 21, n. 3, p. 69-80, 2000.

BLOCH, O. **Corporate Identity and Crisis Response Strategies**. Wiesbaden: Springer Fachmedien, 2014.

BLUMLER, J. G.; GUREVITCH, M. **The crisis of public communication**. London: Routledge, 1995.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Tradução TRADUÇÃO, G. L. M.; CACAIS, J. F. L. G. P. e VARIALE, R. D. C. C. 1ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. 1939.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **A social history of the media: from Gutenberg to Facebook**. Fourth edition ed. Medford: Polity, 2020.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAFARDO, R. Entrevista. SANTANA, L. L. D. 2022.

CAFARDO, R. **O roubo do ENEM: a história por trás do vazamento da principal prova do país**. 1a edição ed. Rio de Janeiro: Record, 2017 209 p.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. D. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**, n. 28, p. 125-140, 2006.

CHALKLEY, A. Development journalism – a new dimension in the information process. **Media Asia**, 7, n. 4, p. 215-217, 1980.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. D. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2016 398 p.

CHEN, Y.; KESTEN, O. Chinese College Admissions and School Choice Reforms: A Theoretical Analysis. **Journal of Political Economy**, 125, n. 1, p. 99-139, 2016.

CHRISTIANS, C. G.; GLASSER, T. L.; MCQUAIL, D.; KAARLE, N. *et al.* **Normative theories of the media: journalism in democratic societies**. Urbana: University of Illinois Press, 2009 275 p.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R.; NEVES, M.; SILVA, R. Códigos de ética: frágeis, numerosos e necessários. **Neves, MCP, Silva, RS Ética Aplicada: Comunicação Social. Porto: Edições**, 70, 2017.

CHRISTOFOLETTI, R.; PAUL, D.; BECKER, D. Transparência e ética jornalística: análise de códigos deontológicos nos maiores mercados de notícia latino-americanos. **Fronteiras-estudos midiáticos**, 23, n. 3, 2021.

COHEN, B. C. **The press and foreign policy**. Princeton, N.J.: Princeton univer.press, 1970 [1963].

COOK, T. E. **Governing with the news: the news media as a political institution**. Chicago: University of Chicago Press, 1998 289 p.

COOMBS, W. T. **Ongoing crisis communication: planing, managing, and responding**. Los Angeles: Sage, 2007.

COOMBS, W. T. **“Parameters for crisis communication.”** Em **Handbook of crisis communication**. Blackwell Publishing, 2010 17–53 p.

CURRAN, J. Crisis of public communication: a reappraisal. In: EM (Ed.). **Media, Ritual and Identity**. London: Routledge, 1998. p. 176-202.

DAHL, R. A. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven (Conn.): Yale university press, 1971.

DAHL, R. A. **A preface to democratic theory**. Expanded ed ed. Chicago: University of Chicago Press, 2006 [1956]. 176 p.

DAHLGREN, P. **Media and political engagement: citizens, communication, and democracy**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2009 232 p.

DANESI, M. **Dictionary of media and communications**. Armonk, N.Y: M.E. Sharpe, 2009 333 p.

DAVIS, A. Investigating Journalist Influences on Political Issue Agendas at Westminster. **Political Communication**, 24, n. 2, p. 181-199, 2007.

DEUTSCH, K. **Os nervos do govêrno. Análise de modelos de comunicação e do contrôle político**. Tradução PONTES, M. 1971 [1966].

DEUZE, M. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**, 6, n. 4, p. 442-464, 2005.

DONOHUE, G. A.; TICHENOR, P. J.; OLIEN, C. N. A Guard Dog Perspective on the Role of Media. **Journal of Communication**, 45, n. 2, p. 115-132, 1995.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. Nachdr. ed. Boston: Addison Wesley, 1957 310 p.

DZUR, A. W. Public Journalism and Deliberative Democracy. **Polity**, 34, n. 3, p. 313-336, 2002.

EIDE, M.; KNIGHT, G. Public/Private Service: Service Journalism and the Problems of Everyday Life. **European Journal of Communication**, 14, n. 4, p. 525-547, 1999.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **The Academy of Management Review**, 14, n. 14, p. 532-550, 1989.

ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. **Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue**. New York: Columbia University Press, 1998 233 p.

FENAJ. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vitória, ES, Brasil: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) 2007.

FERES JÚNIOR, J.; SASSARA, L. D. O. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Novos estudos CEBRAP**, 35, p. 205-225, 2016.

FERNANDES, R.; GREMAUD, A. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, F.; PESSOA, S. e GIAMBIAGI, F. (Ed.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**: Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 213-238.

FERREIRA, G. M. Uma leitura dos estudos dos efeitos: da era das certezas às incertezas e mistérios da recepção. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, **28**.

FERREIRA, R. M. C. Exposição da Audiência aos Meios: avanços da abordagem de Usos e Gratificações. **Revista Famecos**, 2016.

FLYVBJERG, B. “Five Misunderstandings About Case-Study Research.” **Qualitative Inquiry**. Sage, 2006 219–245 p.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de Redação – Conduta**. 2019. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/manual-de-redacao-conduta/atuacao-profissional.shtml>. Acesso em: 10/09/2019.

FORNI, J. J. **Gestão de crises e comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FSB PESQUISA. **Mídia & Política**. 12^a ed. 2019.

GANS, H. J. **Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time**. 2 ed. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2004 [1980]. 393 p.

GANS, H. J. **Democracy and the news**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2003 168 p.

GARCIA, L. **Manual de redação e estilo**. 29 ed. São Paulo: Editora Globo, 2005 171 p.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2005 331 p.

GLEASON, T. W. Saving journalism from itself (and from US): The Hutchins Commission was right then, so what about now? **Communication Law and Policy**, 3, n. 3, p. 409-418, 1998.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

GRUPO ESTADO. **Código de Conduta e Ética**. Grupo Estado, [s.d.]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/codigo-etica/codigo-de-etica.pdf>. Acesso em: 20/08/2019.

GRUPO GLOBO. **Código de Ética e Conduta**. 2ª ed. 2018a.

GRUPO GLOBO. Princípios Editoriais do Grupo Globo - Carta de João Roberto Marinho, presidente do conselho editorial, explica as atualizações. 2018b.

GUAZINA, L. Campos em disputa: jornalismo versus política na cobertura do Jornal Nacional sobre o Escândalo do Mensalão. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 11, 2013.

GUERRA, J. L. O nascimento do jornalismo moderno. *In*: XXVI Intercom, 2003, Belo Horizonte. Intercom.

HABERMAS, J. **Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1996 631 p.

HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen Handelns 1 - Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung**. 2 ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981 1 p.

HALIMI, S. **Les nouveaux chiens de garde**. Nouvelle éd. actualisée et augmentée ed. Paris: Raisons d'agir éd, 2005.

HANITZSCH, T. Deconstructing Journalism Culture: Toward a Universal Theory. **Communication Theory**, 17, n. 4, p. 367-385, 2007.

HANITZSCH, T.; HANUSCH, F.; MELLADO, C.; ANIKINA, M. *et al.* Mapping journalism cultures across nations: A comparative study of 18 countries. **Journalism Studies**, 12, n. 3, p. 273-293, 2011.

HANITZSCH, T.; VOS, T. P. Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, 19, n. 2, p. 146-164, 2018.

HANUSCH, F. Journalistic Roles and Everyday Life: An empirical account of lifestyle journalists' professional views. **Journalism Studies**, 20, n. 2, p. 193-211, 2019.

HELD, D. **Models of democracy**. 3. ed., reprinted ed. Cambridge: Polity Press, 2006 338 p.

HERSCOVITZ, H. G. Brazilian Journalists in the 21st Century. In: **The Global Journalist in the 21st Century**: Routledge, 2012. p. 375-391.

HERSCOVITZ, H. G. Media roles, and ethics: perceptions of Brazilian, American and French journalist. **Brazilian journalism research**, 1, n. 1, p. 87-109, 2005.

HOUSTON, B. Interpretive Journalism. The International Encyclopedia of Communication. DONSBACH, W. Oxford: Blackwell Publishing: 2501-2503 p. 2008.

HOUSTON, B. Role of media as adversary. Encyclopedia of International Media and Communications. JOHNSTON, D. H. New York: Elsevier: 1-5 p. 2003.

HUTCHINS, R. (ed.). **A Free And Responsible Press: A General Report on Mass Communications**. Chicago: The University Of Chicago Press, 1947. 162 p. (The Commission On Freedom Of The Press).

INTERVOZES. **Media Ownership Brazil**. 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/en/media/>. Acesso em: 2021-12-07.

JANOWITZ, M. Professional Models in Journalism: The Gatekeeper and the Advocate. **Journalism Quarterly**, n. 52, p. 618-626, 1975.

JOHNSTONE, J. W. C.; SLAWSKI, E. J.; BOWMAN, W. W. The Professional Values of American Newsmen. **Public Opinion Quarterly**, 36, n. 4, p. 522, 1972.

JOSEPHI, B. How much democracy does journalism need? **Journalism**, 14, n. 4, p. 474-489, 2013.

KALYANGO, Y.; HANUSCH, F.; RAMAPRASAD, J.; SKJERDAL, T. *et al.* Journalists' Development Journalism Role Perceptions: Select countries in Southeast Asia, South Asia, and sub-Saharan Africa. **Journalism Studies**, 18, n. 5, p. 576-594, 2017.

KATZ, E. And Deliver Us from Segmentation. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 546, n. 1, p. 22-33, 1996.

KATZ, E.; BLUMLER, J. G.; GUREVITCH, M. Uses and Gratifications Research. **The Public Opinion Quarterly**, 37, n. 4, p. 509-523, 1973.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology. 2. Thousand Oaks**. California: Sage, 2004.

KRYSTEK, U. **Unternehmungskrisen: Beschreibung, Vermeidung und Bewältigung überlebenskritischer Prozesse in Unternehmungen**. Wiesbaden: Gabler, 1987.

KURPIUS, D. D. Sources and Civic Journalism: Changing Patterns of Reporting? **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 79, n. 4, p. 853-866, 2002.

LASSWELL, H. D. The Structure and Function of Communication in Society. In: BRYSON, L. (Ed.). **The Communication of Ideas**. NY: Harper and Brothers, 1948. cap. 4, p. 37-52.

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The people's choice**. Columbia University Press, 1968 [1944].

LI, K.; SPARKS, C. Chinese Newspapers and Investigative Reporting in the New Media Age. **Journalism Studies**, 19, n. 3, p. 415-431, 2018.

LIPPMANN, W. **Public opinion**. New Brunswick, U.S.A: Transaction Publishers, 2015 [1921]. 427 p.

MACFADYEN, G. The practices of investigative journalism. In: DE BURGH, H. (Ed.). **Investigative journalism**. 2 ed. New York: Routledge, 2008. p. 138-156.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de redação e estilo — Jornal O Estado de S. Paulo**. 2 ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MASLOG, C. C. Case studies of four successful Asian community newspapers. **Media Asia**, 12, n. 3, p. 123-130, 1985.

MCCHESENEY, R. W. **Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics In Dubious Times**. New York: The New Press, 2015.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The Agenda-Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MCINTYRE, J. S. Repositioning a landmark: The Hutchins commission and freedom of the press. **Critical Studies in Mass Communication**, 4, n. 2, p. 136-160, 1987.

MCNAIR, B. Journalism and Democracy. In: POR KARIN WAHL-JORGENSEN, T. H. E. (Ed.). **The handbook of journalism studies**. London: Routledge, 2009. p. 237-249.

MELLADO, C. Journalists' Professional Roles and Role Performance. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**: Oxford University Press, 2019.

MELLADO, C. Professional Roles in News Content: Six dimensions of journalistic role performance. **Journalism Studies**, 16, n. 4, p. 596-614, 2015.

MELLADO, C. Theorizing Journalistic Roles. In: MELLADO, C. (Ed.). **Beyond Journalistic Norms**. New York: Routledge, 2021. cap. 2, p. 1087-1106.

MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; DONSBACH, W. Journalistic Role Performance: A New Research Agenda in a Digital and Global Media Environment. In: MELLADO, C.; HELLMUELLER, L. e DONSBACH, W. (Ed.). **Journalistic role performance: Concepts, contexts, and methods**. New York: Routledge, 2016. p. 1-18.

MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M.; HUMANES, M. L. *et al.* The Hybridization of Journalistic Cultures: A Comparative Study of Journalistic Role Performance: The Hybridization of Journalistic Cultures. **Journal of Communication**, 67, n. 6, p. 944-967, 2017.

MELLADO, C.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M.; HUMANES, M. L.; AMADO, A. *et al.* Mapping Professional Roles in News Content Across 18 Countries – A descriptive overview. In: MELLADO, C. (Ed.). **Beyond Journalistic Norms**. New York: Routledge, 2021. p. 1087-1106.

MELO, J. M. D.; ASSIS, J. F. D. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, 39, 2016.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MIGUEL, L. F. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB**, 59, p. 5-42, 2005.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2011 230 p.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista brasileira de ciências sociais**, 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de " mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião pública**, 13, n. 1, p. 97-123, 2007.

MILL, J. S. **On liberty**. New Haven: Yale University Press, 2003 [1859]. 249 p.

MILTON, J. **Areopagitica: A Defense of Free Speech**. Rockville, MD: Arc Manor, 2008 [1644].

MOISÉS, J. Á. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, p. 6, 2013.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas - o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. 1 ed. Porto Alegre, RS: Arquipélago Editorial, 2010.

NERONE, J. C. **Last rights: revisiting four theories of the press**. Urbana: University of Illinois Press, 1995.

NOELLE-NEUMANN, E.; PETERSEN, T. The spiral of silence and the social nature of man. **Handbook of political communication research**, p. 339-356, 2004.

NORDENSTRENG, K. Hutchins goes global. **Communication Law and Policy**, 3, n. 3, p. 419-438, 1998.

NORRIS, P. **A virtuous circle: political communications in postindustrial societies**. Cambridge, UK ; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2000 398 p.

O'SULLIVAN, J.; HEINONEN, A. Old values, new media: Journalism role perceptions in a changing world. **Journalism Practice**, 2, n. 3, p. 357-371, 2008.

ODHIAMBO, L. O. Development Journalism in Africa: Capitulation of the Fourth Estate? **Africa Media Review**, 5, n. 2, p. 15, 1991.

OLIVER, M. L.; GRANT, D. M. The persistence of poverty in a changing world. In: JUDITH, B. (Ed.). **The Blackwell Companion to Sociology**. Padstow, Cornwall: Blackwell Publishing, 2004. p. 161-178.

PASQUINO, G. Crise. In: BOBBIO, N.; MATELUCCI, N. e PASQUINO, G. (Ed.). **Dicionário de política**. 1ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 303-306.

PASTI, S. Two Generations of Contemporary Russian Journalists. **European Journal of Communication**, 20, n. 1, p. 89-115, 2005.

PAULINO, F. O. Responsabilidade Social da Mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, em Portugal e na Espanha. In: CHRISTOFOLETTI, R. (Ed.). **Vitrine e vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo**. Covilhã, Portugal: Livros LabCom, 2010.

PEDHAZUR, E. J.; SCHMELKIN, L. P. **Measurement, design, and analysis: an integrated approach**. Hillsdale, N.J: Lawrence Erlbaum Associates, 1991 819 p.

PICKARD, V. “Whether the Giants Should Be Slain or Persuaded to Be Good”: Revisiting the Hutchins Commission and the Role of Media in a Democratic Society. **Critical Studies in Media Communication**, 27, n. 4, p. 391-411, 2010.

PRZEWORSKI, A. Minimalist Conception of Democracy: A Defense. In: SHAPIRO, I. e HACKER-CORDÓN, C. (Ed.). **Democracy's value**. Cambridge, U.K. and New York: Cambridge University Press, 1999. p. 23-56.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Iuperj, 2007 191 p.

SARTORI, G. **The theory of democracy revisited**. Chatham, New Jersey: Chatham House Publishers, Inc, 1987 257 p.

SCHMITZ, A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHMITZ, A. A. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro: lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora**. 2018. -, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198585>.

SCHUDSON, M. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

SCHUDSON, M. The objectivity norm in American journalism*. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, 2, n. 2, p. 149-170, 2001.

SCHUDSON, M.; TIFT, S. E. American journalism in historical perspective. In: OVERHOLSER, G. e JAMIESON, K. H. (Ed.). **The press**. New York: Oxford University Press, 2005.

SCHULTZ, J. **Reviving the fourth estate: democracy, accountability, and the media.** Cambridge, UK ; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1998 304 p.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism and democracy.** Transferred to digital print ed. London: Routledge, 2003 [1943]. 437 p.

SCRUTON, R. **The Palgrave Macmillan dictionary of political thought.** 3 ed. Basingstoke [England]; New York: Palgrave Macmillan, 2007 744 p.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Pesquisa Brasileira de Mídia.** Brasília. 2016. Encontrado em. Consultado em.

SELLNOW, T. L.; SEEGER, M. W. **Theorizing crisis communication.** Chichester, West Sussex [England] ; Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013 272 p.

SHAFER, R. Comparing development journalism and public journalism as interventionist press models. **Asian Journal of Communication**, 8, n. 1, p. 31-52, 1998.

SIEBERT, F. S.; PETERSON, T.; SCHRAMM, W. **Four theories of the press: the authoritarian, libertarian, social responsibility, and Soviet communist concepts of what the press should be and do.** Urbana: University of Illinois Press, 1956 153 p.

SJØVAAG, H. Journalism's Social Contract. Oxford Research Encyclopedia of Communication. Oxford University Press 2018.

SOARES, F. **Pré-construído e memória: Análise discursiva dos códigos de ética dos jornalistas brasileiros.** 2020. (PhD) - Ciências da Linguagem, Unisul, Palhoça, Santa Catarina, Brasil.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil.** 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999 501 p.

SPONHOLZ, L. As idéias e seus lugares: objetividade em jornalismo no Brasil e na Alemanha. **Comunicação & Política**, 11, n. 2, p. 144-165, 2004.

SPONHOLZ, L. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, 10, n. 21, p. 110-120, 2003.

STARR, P. Democratic theory and the history of communications. In: ZELIZER, B. (Ed.). **Explorations in Communication and History.** New York: Routledge, 2008. p. 35-45.

- STĘPIŃSKA, A.; JURGA-WOSIK, E.; ADAMCZEWSKA, K.; SECLER, B. *et al.* Journalistic role performance in Poland. **Środkowoeuropejskie Studia Polityczne**, n. 2, 2016.
- STRÖMBÄCK, J. In Search of a Standard: four models of democracy and their normative implications for journalism. **Journalism Studies**, 6, n. 3, p. 331-345, 2005.
- TANDOC JR., E. C.; HELLMUELLER, L.; VOS, T. P. Mind the gap: Between journalistic role conception and role enactment. **Journalism Practice**, 7, n. 5, p. 539-554, 2013.
- TANNENBAUM, P. H.; LYNCH, M. D. Sensationalism: The Concept and its Measurement. **Journalism Quarterly**, 37, n. 3, p. 381-392, 1960.
- TRAVANCAS, I. S. **O mundo dos jornalistas**. Summus Editorial, 1992.
- TUCHMAN, G. **Making news: a study in the construction of reality**. 1 ed. New York: The Free Press, 1980 [1978]. 244 p.
- TUCHMAN, G. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **American Journal of Sociology**, 77, n. 4, p. 660-679, 1972.
- TURNER, R. H. Role Theory. In: TURNER, J. H. (Ed.). **Handbook of Sociological Theory**. Boston, MA: Springer US, 2001. p. 233-254.
- VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do estado novo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 09, p. 18, 1997.
- VERGHESE, B. G. Project Chhatera –an experiment in development journalism. **Media Asia**, 3, n. 1, p. 5-12, 1976.
- VOAKES, P. S. A brief history of public journalism. **National Civic Review**, 93, n. 3, p. 25-35, 2004.
- WAISBORD, S. The Challenges of Investigative Journalism. **University of Miami Law Review**, 56, n. 2, p. 377, 2002.
- WAISBORD, S. R. **Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy**. New York: Columbia University Press, 2000 282 p.
- WARD, S. J. A. **The invention of journalism ethics: the path to objectivity and beyond**. Montréal and Kingston: McGill-Queen's University Press, 2015 431 p.

WEAVER, D. H.; BEAM, R. A.; BROWNLEE, B. J.; VOAKES, P. S. *et al.* **The American journalist in the 21st century: U.S. news people at the dawn of a new millennium.** Mahwah, N.J: L. Erlbaum Associates, 2007 291 p.

WEAVER, D. H.; WILHOIT, G. C. **The American journalist in the 1990s: U.S. news people at the end of an era.** Mahwah, N.J: Erlbaum, 1996 299 p.

WEAVER, D. H.; WILHOIT, G. C. **The American journalist: a portrait of U.S. news people and their work.** Bloomington: Indiana University Press, 1986 216 p.

WEAVER, D. H.; WILHOIT, G. C. **The American journalist: a portrait of U.S. news people and their work.** 2nd ed ed. Bloomington: Indiana University Press, 1991 276 p.

WEAVER, D. H.; WILLNAT, L. (ed.). **The global journalist in the 21st century.** New York: Routledge, 2012. 585 p. (Routledge communication series).

WILKINS, L.; CHRISTIANS, C. G. (ed.). **The handbook of mass media ethics.** New York: Routledge, 2009. xiv, 398 p. p.

WILLEY, M. M. The Functions of the Newspaper. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, 219, n. 1, p. 18-24, 1942.

WRIGHT, C. R. Functional Analysis and Mass Communication. **The Public Opinion Quarterly**, 24, n. 4, p. 605-620, 1960.

WU, W.; WEAVER, D.; JOHNSON, O. V. Professional Roles of Russian and U.S. Journalists: A Comparative Study. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 73, n. 3, p. 534-548, 1996.

XIAOGE, X. Development journalism. In: WAHL-JORGENSEN, K. e HANITZSCH, T. (Ed.). **The handbook of journalism studies.** New York: Routledge, 2009. p. 357-370.

YIN, Y.; LIN, L. 全国历年参加高考人数和录取人数统计 [Statistics of the number of people who participated in the college entrance examination and the number of admissions over the years]. **People's Daily Online**, Beijing, 13 de maio de 2013. Disponível em: <http://edu.people.com.cn/n/2013/0503/c116076-21359059.html>. Acesso em: 08/12/2018.

YUAN, J.-I. Art Transforms Destiny: The Unified Examination and Fine Art Education. In: HSU, S. e WU, Y.-Y. (Ed.). **Education as Cultivation in Chinese Culture.** Singapore: Springer Singapore, 2015. p. 149-179.

ZELIZER, B. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Mass Communication**, 10, n. 3, p. 219-237, 1993.

ZELIZER, B.; ALLAN, S. Adversarial journalism. *Keywords in News and Journalism Studies*. Berkshire, UK: Open University Press: 107 p. 2010a.

ZELIZER, B.; ALLAN, S. Participant journalism. *Keywords in News and Journalism Studies*. Berkshire, UK: Open University Press: 107 p. 2010b.

Apêndice A

Livro de códigos

Neste apêndice, detalhamos os procedimentos de análise de conteúdo que efetuamos para atribuir valores às variáveis que interrogam os textos coletados. A seção terá o seguinte formato: cada variável a ser atribuída às matérias possui um descritor que inclui nome da variável, descrição, valores a ser atribuídos, e exemplos de possíveis aplicações.

A pesquisa atribuiu aos textos dois conjuntos de variáveis. O primeiro conjunto é formado pelas variáveis de *atributos formais* da matéria. No segundo grupo estão as variáveis de *performance de papel jornalístico*. As variáveis *formais* classificam os textos por data de publicação, jornal e editoria/caderno. O segundo grupo de variáveis é formado pelos indicadores referentes aos seis modelos/dimensões de *performance de papel jornalístico*: disseminador-intervencionista, *watchdog*, cívico/público, serviço, leal-facilitador e infotimento.

6.1 Amostra

As fontes da coleta de dados são os seguintes jornais:

1. O Estado de S. Paulo
2. Folha de S. Paulo
3. O Globo

Um artigo deve ser coletado e classificado se mencionar no título ou no corpo da matéria algum dos seguintes termos: Enem; Exame Nacional do Ensino Médio. Nem todos os documentos coletados passarão pela análise de performance de papel jornalístico. Somente serão considerados relevantes, e incluídos no corpus para efetuação da análise de papel jornalístico os textos que contiverem no título, no subtítulo ou no primeiro parágrafo (*lead*) alguma das palavras-chave constantes do Apêndice .

6.2 Procedimento de análise

Leia este livro inteiramente e se familiarize com as variáveis e os modelos/dimensões a ser mensurados.

Leia uma matéria e codifique os atributos formais do documento.

Leia novamente a matéria e atribua as variáveis de performance de papel jornalístico. Anote exemplos que ilustrem cada variável.

Ao longo da codificação, anote as dificuldades de interpretação que surgirem.

6.3 Regras da atribuição de variáveis

A codificação será feita levando em consideração apenas o conteúdo *manifesto* na matéria. Não faça inferências ou interpretações sobre pontos ambíguos do texto: somente aplique as instruções contidas neste manual.

Certamente haverá casos que vão gerar ambiguidades na atribuição das variáveis, mesmo daquelas relativas a atributos formais do texto.

Se houver dúvida na atribuição de variáveis, proceda da seguinte forma: atribua um valor, justifique e sinalize o caso que trouxe dificuldade.

6.4 Variáveis de atributos formais

O primeiro conjunto contém nove variáveis que codificam as características formais da matéria.

6.4.1 Data

Anote a data completa de publicação da matéria, no formato dd/mm/aaaa.

6.4.2 Veículo

Anote o veículo que publicou a matéria, usando as siglas correspondentes:

esp = O Estado de S. Paulo

fol = Folha de S. Paulo

glb = O Globo

6.4.3 Título

Copie o título e cole no espaço destinado à variável. Ou seja, não transcreva.

6.5 Variáveis de performance de papel jornalístico

Esta seção apresenta as variáveis para mensuração dos modelos de performance de papel jornalístico. O objetivo do analista é codificar os textos conforme os seis modelos de performance de papel jornalístico que este estudo visa a mensurar: *cívico*, *disseminador-intervencionista*, *infotimento*, *leal*, *serviço* e *watchdog*.

A mensuração dos modelos será feita por meio da agregação de um número de variáveis binárias, que vão indicar a presença ou a ausência de variados elementos que compõem diferentes estilos de reportagem. Os modelos e as variáveis a ser mensuradas estão descritos em detalhes de modo a habilitar ao codificador a compreensão das categorias. É importante ressaltar que um texto pode conter elementos de vários modelos de papel jornalístico; pois um dos pressupostos da pesquisa é o de que os modelos não são mutuamente exclusivos. Como consequência, a etapa seguinte da pesquisa — interpretação dos resultados — vai agregar o somatório dos indicadores para compor um quadro no qual as seis grandes dimensões/modelos podem se sobrepor na mesma unidade de análise.

6.5.1 Disseminador-intervencionista

O modelo disseminador-intervencionista se refere ao grau de interferência do jornalista na narração do assunto. Este é um modelo bidimensional, pois comporta dois papéis jornalísticos opostos. Esse atributo dicotômico terá implicações na mensuração: a mensuração tentará captar o nível de *intervenção* do jornalista no relato. Quanto maior o nível de intervenção do jornalista, menor será o nível do papel disseminador. Dessa forma, um nível mais baixo de intervenção da voz do jornalista no relato da notícia vai implicar a elevação do nível do papel disseminador. Esta característica dicotômica será encontrada apenas no modelo disseminador-intervencionista. Os demais modelos são unidimensionais.

6.5.1.1 Opinião

O texto apresenta ao menos uma afirmação opinativa cuja origem não pode ser atribuída a uma fonte, mesmo que oculta. Alguns textos podem usar frases originadas de uma fonte sem usar marcador de atribuição de discurso (uso de aspas ou o emprego de um verbo de atribuição de discurso semelhante a *disse* ou *comentou*). Se, nesta situação, o texto em seguida apresentar a atribuição da frase anterior, pontue o texto nessa variável mesmo assim.

Exemplo: “A ideia do Inep é fazer com que o Enem tome o espaço do vestibular, visto por secretários como um entrave para a reforma no ensino médio. *Se isso ocorrer, daqui a alguns anos terão mais interpretação e menos decoreba*”¹⁹⁷ (destaque nosso). Apesar de o trecho parecer uma declaração da instituição a que se refere a matéria, a frase não contém atribuição; portanto, pontuou no indicador *opinião*. Isso porque, no trecho mencionado, o texto se encerra com uma declaração de expectativa; uma vez que o texto não atribui manifestamente esta afirmativa a uma fonte consultada pela reportagem, consideramos que a frase é afirmação do jornal. No caso de *Mudanças deveriam ter sido graduais* (esp_36), o título apresenta uma opinião que, somente em seguida, no texto, será atribuída a um dirigente institucional. O texto mencionado pontuou em *opinião*, pois o título não atribui atribuição manifesta da frase no título

¹⁹⁷ MEC já estudava mudar Enem para evitar fraudes, ESP, 04/10/2009.

Dessa forma, a leitura sugere a ideia de que o jornalista se posiciona, ainda que se utilizando de uma frase proferida por outrem. Outro exemplo de *opinião* está em “Efeito Enem faz disparar abstenção em vestibulares” (FOL 101). O texto afirma que “Um efeito cascata provocado pelo Enem fez disparar o número de ausentes nos vestibulares da UFSCar e da Unifesp”; sem, contudo, apresentar evidências extraídas de fontes. As linhas seguintes confirmam que se trata de uma conclusão do próprio jornalista — o qual, se baseando apenas nas taxas de abstenção, emite uma afirmação conclusiva de causa e consequência. Malgrado este recurso torne a reportagem mais atraente, o jornal corre o risco de apresentar opinião com roupagem informativa — ou mesmo, em outra perspectiva, desinformar. Mais prudente seria fornecer uma interpretação: apresentar os dados disponíveis e sugerir a causalidade, sem firmar a explicação.

6.5.1.2 Propostas/demandas

O texto apresenta proposições visando à mudança de um estado de coisas, e essa proposta não está atribuída a uma fonte — portanto, deve ser considerada como a voz do jornal. Quando o jornalista sugere o que deve ser feito em determinado caso; ou quando solicita que alguma medida seja adotada, temos a presença de propostas ou demandas. Se, nesta situação, o texto atribuir em um trecho posterior a uma fonte a proposta que anteriormente fora mencionada sem atribuição, pontue o texto nessa variável mesmo assim.

6.5.1.3 Informação sobre direitos e deveres

A matéria informa o leitor sobre os direitos ou deveres com relação ao tema. Exemplo: na nota “Consórcio terá que indenizar quem se sentir prejudicado” (esp_75), o ESP deixa de informar como uma pessoa pode pedir esse tipo de compensação judicial.

6.5.1.4 Interpretação

O texto noticioso ultrapassa o tom descritivo, e apresenta um contexto mais amplo do acontecimento. antecedentes, possíveis implicações do assunto; usa frases que resumem processos, como em “Unesp, Unicamp e USP não sabem se usarão exame” (fol_07): “O adiamento do Enem deixou em compasso de espera o vestibular de algumas das universidades mais importantes do país”.

É importante diferenciar *interpretação* e *opinião*; *opinião* é uma expressão de um ponto de vista pessoal com relação ao tema; enquanto *interpretação* é um estilo que se caracteriza pelo incremento no nível de informação do texto, mas ainda sem apresentar diretamente valores ou preferências próprias do jornalista/jornal. Nos textos que apresentam um traçado de cenários, causas ou, consequências, está presente a *interpretação*.

6.5.1.5 Adjetivos valorativos

O texto usa adjetivos que conotam posicionamento do jornalista/jornal. Não estão inclusos nesta variável os qualificadores usados para descrever o acontecimento.

6.5.2 *Watchdog*

O texto apresenta elementos que associam o jornalismo a uma atividade de fiscalização dos poderes instituídos. O jornalista/jornal *watchdog* exerce uma atividade que se caracteriza pela vigilância, servindo como uma espécie de guardião da democracia ou dos interesses da coletividade contra abusos perpetrados por entidades que exercem poderes econômico ou político. Essa atividade inclui a produção de relatos sobre desvios de recursos, relações pessoais ou institucionais suspeitas ou incompatíveis com alguma função pública ou privada, fraudes, omissões, desrespeito a direitos, corrupção. Esta dimensão possui sete indicadores.

6.5.2.1 Questionamento

O texto põe em dúvida ações, declarações ou possíveis omissões de alguma entidade detentora de poder político ou econômico: empresa, agente público/privado, governante, instituição, país.

6.5.2.2 Crítica

O texto apresenta um tom negativo ou discordante sobre alguma ação, declaração ou possíveis omissões de algum agente, governante, instituição, país.

6.5.2.3 Denúncias

O texto apresenta denúncias de irregularidades praticadas por agentes públicos ou privados. Essas denúncias podem ter se originado no trabalho do jornal ou podem ter partido da sociedade.

6.5.2.4 Conflito

O texto sugere que existe uma relação de tensão, animosidade entre o jornal/jornalista e alguma entidade mencionada. Índícios da presença dessa variável são, por exemplo, o relato de ofensas proferidas contra jornais/jornalistas, atos de violência contra jornais/jornalistas, processos judiciais movidos contra jornais/jornalistas ou processos judiciais movidos por jornais/jornalistas contra alguma pessoa ou entidade coletiva.

6.5.2.5 Processos contra poderes

O texto provê informação sobre processos administrativos ou judiciais movidos contra poderes políticos ou econômicos.

6.5.2.6 Reportagem investigativa

O relato apresenta problemas ou condutas desviantes. A matéria está lastreada por uma cuidadosa e densa imersão em dados realizada pelo jornalista.

6.5.2.7 Investigações externas

O texto expõe processos judiciais, investigações parlamentares ou policiais cujo alvo é uma entidade detentora de poder político ou econômico. Neste caso, o jornalista apenas relata atualizações de investigações efetuadas por terceiros.

6.5.3 Leal-facilitador

Este modelo caracteriza uma relação de cumplicidade entre jornalistas/jornais e os poderes político ou econômico instituídos.

6.5.3.1 Apoio a atividades institucionais

O texto se posiciona favoravelmente a eventos realizados por segmentos políticos ou econômicos.

6.5.3.2 Promoção de políticas nacionais ou regionais

O texto adota um tom favorável no relato de decisões ou cursos de ação propostos ou adotados por grupos de poder político ou econômico.

6.5.3.3 Transmissão uma boa imagem da elite política

O texto ressalta habilidades gerenciais ou menciona ações que demonstram liderança e intrepidez por parte da elite política. O relato exhibe uma imagem positiva de vereadores, deputados, prefeitos, governadores, generais, ministros, presidentes, primeiros-ministros.

6.5.3.4 Transmissão de uma imagem positiva da elite econômica

O texto ressalta habilidades gerenciais ou menciona ações que demonstram liderança e intrepidez por parte da elite econômica/empresarial. Dessa forma, o relato provê elementos que compõem uma aparência positiva de empresas, empresários, lobistas, investidores.

6.5.3.5 Sucesso ou progresso

O texto sugere que a situação se encontra agora “melhor do que antes” por meio do emprego de comparações entre o estado de coisas atual e alguma época anterior.

6.5.3.6 Triunfos e conquistas

O texto compara o contexto local do país com a situação no restante do mundo (não necessariamente entre vários países: pode ser apenas em relação a algum outro Estado) e conclui que “estamos bem”. Índícios dessa variável podem ser exemplos de cidadãos nacionais

bem-sucedidos no exterior ou elogiados por estrangeiros, ou grupos que se destacam positivamente em alguma atividade.

6.5.3.7 Promoção do país.

Relato de alguma ação ou decisão que busca promover uma imagem positiva do país no exterior.

6.5.3.8 Patriotismo

O texto contém manifestações de elogio ufanista que não podem ser atribuídos a fontes. Aqui, o jornalista/jornal demonstra orgulho de pertencer a uma comunidade praticante de uma língua ou de determinados costumes; ou mesmo demonstra alinhamento ao direcionamento político do país.

6.5.4 Serviço

Esta dimensão descreve o papel jornalístico referente à divulgação de informações úteis para o cotidiano do leitor. Quatro variáveis mensuram essa dimensão.

6.5.4.1 Impacto na vida cotidiana

O texto aborda efeitos de alguma alteração na rotina ou apresenta o significado que algum acontecimento terá na vida comum do leitor.

6.5.4.2 Dicas sobre problemas imediatos

O texto apresenta conselhos sobre como lidar com questões gerais da convivência em sociedade: métodos para se organizar nos estudos, como se relacionar com empresas ou prestadores de serviço.

6.5.4.3 Orientações sobre problemas potenciais

O relato fornece conselhos de como se preparar para potenciais riscos. se manter saudável ou em boa forma física, como potencializar investimentos para realizar sonhos. Esse tipo de abordagem costuma incluir declarações de uma fonte com status de autoridade, com o objetivo de fundamentar a orientação que consta da notícia. Em outros casos, o conselho dessa fonte pode ser o próprio assunto do texto.

6.5.4.4 Conselhos ao consumidor

O texto fala ao público consumidor ou cliente: provê indicações sobre onde encontrar os melhores preços (não necessariamente os mais baixos), contribui com elementos para avaliação de diferentes marcas de produtos ou serviços, ou faz um panorama das tendências de serviços ou produtos disponíveis ou a surgir no mercado.

6.5.5 Infotainment

O texto informativo busca divertir o público por meio do uso de recursos de estilo característicos dos conteúdos voltados ao entretenimento. Seis variáveis compõem esse papel jornalístico.

6.5.5.1 Personalização

O texto apresenta ênfase em uma ou algumas pessoas e seus atributos pessoais básicos, habilidades sociais, realizações intelectuais ou capacidades mentais.

6.5.5.2 Vida privada

Relato que explora elementos mais íntimos de vida, preferencialmente aqueles que as pessoas gostariam de excluir do conhecimento público: relações afetivas, viagens, amigos/familiares.

6.5.5.3 Sensacionalismo

O texto estimula a geração de reações emocionais no público: compaixão, deboche, indignação. A matéria sensacionalista emprega uma estilística carregada de linguagem expletiva (não necessária à compreensão do assunto descrito) ou não-neutra, a exemplo de exageros ou hipérboles.

6.5.5.4 Escândalo

O texto revela eventos ou ações apresentadas como imorais ou ilegítimas, atribuídas a pessoas, e não a coletivos, instituições ou territórios (cidades, estados, províncias, países). Especificamente, esses desvios não se relacionam com a atuação pública da pessoa. Se a matéria trata de um escândalo político (como corrupção), deve ser desconsiderada da dimensão infotimento. Já uma matéria que foque no escândalo sexual de um agente político vai pontuar neste indicador.

6.5.5.5 Emoções

O relato descreve estados de ânimo como parte essencial da construção da narrativa. Matérias que pontuam nesse indicador podem fornecer descrições amplas, genéricas de raiva, alegria, paixão, indiferença, autoconfiança, angústia, entre outros.

6.5.5.6 Morbidez

O texto fornece detalhes de elementos relacionados a violência, crimes brutais ou sexo.

6.5.6 Cívico

Este modelo de papel jornalístico considera a atividade noticiosa como tendo uma responsabilidade de promover engajamento da coletividade na participação nos assuntos que concernem à vida em comum. Nove indicadores buscam captar a dimensão cívica. A ocorrência desses indicadores se detecta quando a voz do cidadão está inclusa na matéria — seja por meio de citações diretas (aspas) ou indiretas; ou mesmo por meio de uma referência feita pelo jornalista aos posicionamentos, questionamentos, ou anseios expressados por pessoas comuns.

6.5.6.1 Perspectiva do cidadão

A matéria apresenta o discurso de um ou mais cidadãos comuns como fonte de informação sobre o assunto abordado no texto.

6.5.6.2 Demanda do cidadão

O texto relata os anseios dos cidadãos sobre o modo preferencial de se abordar questões políticas, sociais ou econômicas.

6.5.6.3 Questões do cidadão

A matéria contém interrogações feitas por cidadãos, questionamentos endereçados aos detentores de poder político ou econômico.

6.5.6.4 Educação sobre deveres e direitos

O relato informa quais são os direitos e os deveres do cidadão ou métodos para atingir o pleno exercício da cidadania; por exemplo, votar ou se candidatar a cargo eletivo, acesso a educação, o que fazer para conseguir remédios de alto custo.

6.5.6.5 Informação de contexto

O texto estabelece conexões com acontecimentos anteriores, relembra posicionamentos de detentores de poder ou ainda informa sobre reações da sociedade em situações passadas.

6.5.6.6 Informação sobre atividades cidadãs

O texto provê cobertura sobre atos da sociedade civil, como protestos, mobilizações, homenagens e moções de repúdio. A redação também pode fornecer estímulo à participação ou explica a relevância em se engajar em atividades de representação coletiva.

6.5.6.7 Impacto local

A matéria busca explicar as implicações de atos ou decisões dos poderes político ou econômico sobre a coletividade. Esta variável difere do *indicador impacto na vida cotidiana*, relativo ao papel de serviço, pois aqui o foco do impacto é a coletividade, e o leitor é visto como cidadão; enquanto o papel de serviço tem a característica de se endereçar ao leitor como indivíduo cliente/consumidor.

Apêndice B

Expressão de busca na base de dados Factiva

HD = Enem and (acus* or adia* or consórcio or cancel* or crime or cust* or desist* or desvi* or escândalo or furt* or fraud* or Gregory or Haddad or investig* or Justiça or Ministério Público or MPF or PF or Polícia Federal or Pradella or Reynaldo Fernandes or roub* or “R\$” or segurança or suspeit* or TCU or vaz*) or LP = Enem and (acus* or adia* or consórcio or cancel* or crime or cust* or desist* or desvi* or escândalo or furt* or fraud* or Gregory or Haddad or investig* or Justiça or Ministério Público or MPF or PF or Polícia Federal or Pradella or Reynaldo Fernandes or roub* or “R\$” or segurança or suspeit* or TCU or vaz*).

Apêndice C

Roteiro da entrevista semiestruturada

O pesquisador enviou à entrevistada um resumo do resultado da pesquisa previamente à realização da entrevista.

1. Apresente-se: informe nome, idade, formação.
2. Resuma sua trajetória profissional.
3. Fale sobre suas funções atuais.
4. Resuma a rotina atual de trabalho.
5. Fale sobre suas funções no jornal em 2009.
6. Resuma a rotina da redação do seu jornal em 2009.
7. Relate o episódio do vazamento do Enem 2009. Por favor, me conte o que aconteceu antes, durante e depois do vazamento.
8. O ministro Fernando Haddad elogiou sua atuação na revelação do vazamento. No livro, você comenta que não entendeu o motivo do elogio, pois você estaria apenas fazendo o que faz todo jornalista: buscar notícias. Para você, quais são os papéis que o jornalista exerce na sociedade brasileira?
9. Numerosos textos do Estadão que descrevem o vazamento dizem que o jornal *as alertou, avisou, denunciou, informou* ou *notificou* o governo sobre o vazamento. Na interpretação que esta pesquisa propõe, esse uso de linguagem sugere que o jornal teria buscado o MEC com o objetivo claro de passar a informação do vazamento antes da publicação da reportagem. Ao relatar o caso dessa forma, o jornal parece se declarar como uma espécie de informante do governo. Isso porque muitos textos que usam esses termos não explicitam que o jornal estava realizando uma apuração.
 - a. Comente sobre o processo de composição desses textos, destacando as decisões editoriais que resultaram no material publicado pelo Estadão.
 - b. Ao reler esses trechos, à luz da interpretação proposta pelos resultados da pesquisa, de que forma

- c. Comente sobre o uso dessas expressões do ponto de vista editorial.
10. Comente a escolha feita pelo editor de publicar informação inédita sobre o caso em outro veículo do grupo Estado, considerado “popular”.
11. O jornalismo no Brasil é uma atividade comercial, na qual empresas privadas concorrem pelo mercado leitor. De que forma essa espécie de disputa influenciou a cobertura do Enem 2009?
12. Diversas correntes de pesquisa atribuem ao jornalismo alguns papéis sociais. Gostaria de ouvir sua opinião sobre cada um deles. Para isso, gostaria de ouvir sua opinião sobre cada afirmação que lerei a seguir.

O jornalismo é um...

- Guardião da democracia
- Investigador e fiscalizador do governo
- Influenciador de decisões políticas
- Produto comercial
- Fonte de entretenimento